



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DOUTORAMENTO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
GEPOLÍTICA E GEOECONOMIA
UNIVERSIDADE AUTONOMA DE LISBOA
“LUIS DE CAMÕES”

**O PÊNDULO DA POLÍTICA E AS IDENTIDADES COMO DESAFIO PARA
INTEGRAÇÃO REGIONAL NO CONE SUL ENTRE OS ANOS DE 2008 E
2021**

Tese para a obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais: Geopolítica e
Goeconomia

Autor: Carlos Augusto dos Santos Nascimento Martins
Orientador: Professor Doutor Filipe Vasconcelos Romão
Número do candidato: 30004510

Maio de 2025
Lisboa

Dedicatória

No campo dos afetos, em que se encontram as dedicatórias, devo agradecer à minha mãe, Rosemeri, e ao meu filho Pedro - família sem a qual nada seria possível. Tomo por empréstimo as palavras da grande poetisa das araucárias, Helena Kolody, para dizer que, mesmo na austera provação, não pediria a morte, amaria a vida e bendiria a sorte (...) e, para que eu tivesse a bravura exigida, bastava que, no embate imenso dessa lida, vocês estivessem ao meu lado.

Maio de 2025

Agradecimentos

Para desenvolver a pesquisa, o autor buscou uma instituição vocacionada ao estudo das Relações Internacionais e encontrou, na Universidade Autônoma de Lisboa, os melhores professores e professoras, bem como a melhor estrutura, razão pela qual apresenta os primeiros agradecimentos a esta Instituição de Ensino e Pesquisa.

Na construção dos capítulos, ele participou de diversas atividades acadêmicas, encontros presenciais e virtuais para exposição e debate de temas relacionados ao Direito Internacional e às Relações Internacionais. Nesse sentido, registra agradecimentos à própria Universidade Autônoma de Lisboa, na pessoa do Professor Doutor Ricardo Real P. Sousa, que, ao promover no segundo semestre de 2022 sessões para apresentações dos trabalhos em curso das teses de doutoramento, proporcionou aos pesquisadores visões e perspectivas sobre pesquisas em desenvolvimento que permitiram o aprimoramento dos estudos.

Agradece ao Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI pela realização, no ano de 2023, do XI Encontro Internacional, na cidade de Santiago do Chile, no qual teve a honra de apresentar dois trabalhos vinculados às partes II e III da presente pesquisa, bem como pela realização em 2023, do XII Encontro Internacional, na cidade de Buenos Aires, onde apresentou artigo vinculado à IV parte da presente pesquisa doutoral. Agradece à Universidade de Leipzig, por ter participado do XVIII *Forschungstag Lateinamerika / Iberische Halbinsel*, em 2020. À Universidade de Swansea, País de Gales, por permitir a participação como expositor de pesquisa no CEPSAMPGR *Conference*, realizado em 2021, oportunidade em que apresentou tema vinculado aos trinta anos do Mercosul e uma análise sobre o processo de integração regional.

Igualmente agradece à Associação Espanhola de Americanistas por ter permitido sua participação no XIX Congresso Internacional AEA, realizado em junho de 2021, na Universidade de Santiago de Compostela, oportunidade em que apresentou a pesquisa em desenvolvimento de tema, “Política Externa do Brasil entre 2018 e 2020 – Reposicionamento Geopolítico ou Subserviência Pós-colonial?”. Agradece, ainda, à Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade do Rio Grande do SUL – PUCRS, pela realização do II Seminário de Filosofia e Relações Internacionais, pela oportunidade que teve de apresentar a pesquisa “Pan-americanismo no Século XXI – Geopolítica de Integração ou Continuismo Neocolonial?”. Material que foi, posteriormente, selecionado e publicado como livro pela editora Fundação Fênix, sob o título “Filosofia e Relações Internacionais - Desafios Contemporâneos”.

Resumo

A pesquisa buscou compreender de qual maneira o processo de integração regional do Cone Sul do continente sul-americano tem sido afetado pelas dinâmicas Geopolíticas e Geoeconômicas nas primeiras décadas do século XXI. Foi proposta abordagem dialética, que considerou diferentes escolas teóricas das Relações Internacionais, com ênfase para o debate a partir do argumento da teoria construtivista. Na perspectiva epistemológica, a pesquisa considerou diversas possibilidades a partir de diferentes escolas das ciências sociais como a Sociologia, Antropologia, Direito Internacional, História e as Relações Internacionais. A pesquisa foi dividida em quatro grandes grupos temáticos ou partes, sendo a primeira dedicada ao delineamento teórico e direção metodológica do trabalho. A segunda parte desenvolveu-se a partir da pesquisa historiográfica do processo de formação dos Estados do Cone Sul e do papel das elites regionais. No debate sobre a formação das identidades, foi considerado, de grande relevância, o argumento que contemple a diáspora africana no continente americano com seu recorte local voltado aos países do Cone Sul. Na terceira etapa da pesquisa, enfrentou-se o processo de integração regional a partir do final do século XX, e, nas primeiras décadas do século XXI. Foi utilizado o Mercosul como estratégia regional de integração, e aberto debate sobre a participação da política aqui compreendida como aquela feita por partidos e forças econômicas preponderantes, e o pêndulo do poder entre espectros de esquerda e direita, e de qual forma esse debate influencia o processo de integração ou eventual desconstrução e esvaziamento das conquistas do Mercosul. A quarta parte da pesquisa, é apresentada a partir da realização de levantamento de metodologia mista, quantitativa e qualitativa, para verificar a percepção do cidadão médio sobre o processo de integração regional e a formação de identidades no Cone Sul. A pesquisa encerra por concluir que, muito embora as hostes do neocolonialismo que usam as vestes do neoconservadorismo para disseminar e cultivar as sementes do atraso e do subdesenvolvimento tenham presença na região do Cone Sul, os resultados dos levantamentos indicam que o processo de integração regional deve contar com apoio não somente dos Estados-parte, mas também com significativa parcela da população da região. Ainda, concluímos que o Brasil, como principal força geopolítica e geoeconômica da região, desempenha papel fundamental para estabilidade do processo de integração regional, bem como, tendo o Brasil legítimas aspirações para desenvolver o papel de liderança regional, deve buscar diminuir assimetrias regionais e promover o fortalecimento de vínculos que ultrapassem as relações estatais.

Palavras-Chave: integração, desconstrução, identidade, política.

Abstract

The research sought to understand how the process of regional integration of the Southern Cone of the South American continent has been affected by Geopolitical and Geoeconomic dynamics in the first decades of the 21st century. We proposed a dialectical approach that considered different theoretical schools of International Relations, with emphasis on the debate based on the argument of the Constructivist Theory. In the epistemological perspectives, the research considered several possibilities from different schools of Social Sciences such as Sociology, Anthropology, International Law, History and International Relations. The research was divided into four large thematic groups or parts, the first being dedicated to the theoretical outline and methodological direction of the work. The second part was developed from the historical research, the process of formation of the states of the Southern Cone and the role of regional elites. In the debate on the formation of identities, we consider of great relevance the argument that contemplates the African diaspora on the American continent, with its local focus on the countries of the Southern Cone. In the third stage of the research, we face the process of regional integration from the end of the 20th century and in the first decades of the 21st century, we use Mercosur as a regional integration strategy and we debate the participation of politics understood here as that made by parties and economic forces preponderant and the pendulum of power between left and right spectrums and how this debate influences the process of integration or eventual regional disintegration of the Southern Cone. The fourth part of the research proposed a survey using a mixed quantitative and qualitative methodology to verify the average citizen's perception of the process of regional integration and the formation of identities in the Southern Cone. The research concludes by concluding that even though the neocolonialism hosts that use the neo-conservatism clothes to disseminate and cultivate the seeds of backwardness and underdevelopment are present in the Southern Cone region, the results of the surveys indicate that the regional integration process must count on support not only from the Member States, but also from a significant portion of the region's population. Furthermore, we conclude that Brazil, as the main geopolitical and geoeconomic force in the region, plays a fundamental role in the stability of the regional integration process, as well as, with Brazil having legitimate aspirations for regional leadership, it must seek as soon as possible to reduce regional asymmetries and promote the strengthening of ties that go beyond state relations.

Keywords: integration, desconstruction, identity, politics.

Resumen

La investigación buscó comprender cómo el proceso de integración regional del Cono Sur del continente sudamericano se ha visto afectado por dinámicas. Geopolíticas y Geoeconómicas en las primeras décadas del siglo XXI. Propusimos un abordaje dialéctico que consideró diferentes corrientes teóricas de las Relaciones Internacionales, con énfasis en el debate a partir del argumento de la Teoría Constructivista. En las perspectivas epistemológicas, la investigación consideró varias posibilidades de diferentes escuelas de Ciências Sociales como Sociología, Antropología, Derecho Internacional, Historia y Relaciones Internacionales. La investigación se dividió en cuatro grandes grupos temáticos o partes, dedicándose el primero al esquema teórico y dirección metodológica del trabajo. La segunda parte se desarrolló a partir de la investigación histórica, el proceso de formación de los estados del Cono Sur y el papel de las élites regionales. En el debate sobre la formación de identidades, consideramos de gran relevancia el argumento que contempla la diáspora africana en el continente americano, con su foco local en los países del Cono Sur. En la tercera etapa de la investigación, afrontamos el proceso de integración regional desde finales del siglo XX y en las primeras décadas del siglo XXI, utilizamos el Mercosur como estrategia de integración regional y debatimos la participación de la política entendida aquí como la que realizan los partidos y fuerzas económicas preponderantes y el péndulo de poder entre espectros de izquierda y derecha y cómo este debate influye en el proceso de integración o eventual descomunización del Cono Sur. La cuarta parte de la investigación propuso una encuesta utilizando una metodología mixta cuantitativa y cualitativa para verificar la percepción del ciudadano medio sobre el proceso de integración regional y formación de identidades en el Cono Sur. La investigación concluye concluyendo que si bien en la región del Cono Sur están presentes las huestes del neocolonialismo que utilizan el ropaje del neoconservadurismo para diseminar y cultivar las semillas del atraso y el subdesarrollo, los resultados de las encuestas indican que el proceso de integración regional debe contar con apoyos no sólo de los Estados miembros, sino también de una parte importante de la población de la región. Además, concluimos que Brasil, como principal fuerza geopolítica y geoeconómica de la región, juega un papel fundamental en la estabilidad del proceso de integración regional, así como, teniendo Brasil aspiraciones legítimas de liderazgo regional, debe buscar cuanto antes Es posible reducir las asimetrías regionales y promover el fortalecimiento de lazos que van más allá de las relaciones estatales.

Palabras Clave: integración, desconstrucción, identidad, política.

Sumário

Introdução	13
Metodologia Aplicada	20
1. Enquadramento teórico conceitual.....	23
1.1 Três paradigmas teóricos das Relações Internacionais na modernidade	23
1.2 Anarquia é o que os Estados fazem dela	27
1.3 Sobre o construtivismo no Cone Sul.....	29
1.4 Os arquétipos da sociedade internacional	32
1.4.1 Arquétipo hobbesiano	32
1.4.2 Arquétipo lockeano	34
1.4.3 A cultura kantiana	36
2 Análise histórica sobre as identidades e o processo de integração entre os povos do Atlântico Sul Ibérico	40
2.1 Sobre as elites inacabadas e a formação da infraestrutura das sociedades do Cone Sul.....	42
2.2 A formação dos Estados independentes do Cone Sul	44
Das lições de Moniz Bandejas extraímos que Estados como Brasil e Argentina “possuem igualmente idiossincrasias. Daí por que o estudo das políticas exteriores da Argentina e do Brasil, forças motrizes do Mercosul, bem como de suas relações, não apenas entre si, mas também com seus sócios— Uruguai e Paraguai— e outros países da América do Sul, demanda um conhecimento das tendências que nelas historicamente se manifestaram” (BANDEIRA, 2014:56).....	44
2.3 Identidades coletivas em formação de um povo que se nega	51
2.4 A construção das identidades coletivas e decoloniais	53
2.5 América Latina e África - um entre lugar	61
2.5.1 A diáspora africana e seus reflexos no Brasil.....	62
2.5.2 O apagamento racial argentino e uruguaio	68
2.6 Integração regional. Formação de sociedades e comunidades de interesses comuns	73
2.6.1 O processo de integração pelas práticas estratégicas que levaram ao Mercosul.....	78
2.6.1.1 O papel da Argentina no contexto regional de integração	80
2.6.1.2 Da Província Cisplatina à República Oriental do Uruguai	84
2.6.1.3 República do Paraguai	86
2.6.1.4 O papel do Brasil.....	88

3. Os atores extrarregionais no Cone Sul – Geopolítica e Geoeconomia do século XXI	93
3.1 O Mercado Comum do Cone Sul em suas origens.....	96
3.2 Trinta anos de Mercosul – Uma análise sobre o projeto de integração regional	101
3.2.1 O discurso, a integração de papel e a Merco-identidade.....	102
3.2.1.1 O contexto é a moldura do texto	107
3.2.2 Trinta anos do Mercosul – Entre o <i>corset</i> de Lacalle Pou, o “sentimento mercosuriano” e o processo de desconstrução	113
3.2.2.1 Desafios ao processo de integração.....	122
3.2.3 Desafios para o projeto de integração no Mercosul – as quatro ilhas.....	126
3.3 O pêndulo e a ferradura da política na América do Sul. Dialética do poder e a guinada à direita no Brasil.....	132
3.3.1 O giro à esquerda de países Latino-Americanos.....	134
3.3.2 Giro à esquerda no Cone Sul entre 2000 e 2022.....	137
3.3.2.1 Paraguai.....	137
3.3.2.2 Uruguai	139
3.3.2.3 Argentina	140
3.3.2.4 Brasil	142
3.4 Brasil: Ascensão, apogeu e queda do sonho progressista	143
3.5 A guinada para a direita.....	149
3.6 Geopolítica de integração ou continuísmo neocolonial?.....	155
3.6.1 O Pan-americanismo.....	156
3.7 Jair Bolsonaro, o barqueiro de Hades e seus esforços para submeter a democracia brasileira – Sejam pária internacional!	169
4. Estudo amostral sobre o processo de integração entre Brasil e Argentina. Levantamento de dados qualitativos e quantitativos sobre a percepção das identidades e interesses de integração regional.....	178
4.1 Metodologia para coleta de dados	180
4.1.1 Inquérito por questionário	181
4.2 Coleta de dados – Brasil – amostra probabilística – simples – não homogênea – não estratificada – combinada (multi etapas)	184
4.2.1 Inquérito aberto	203
4.2.2 Dados gerais do levantamento amostral	206
4.3 Coleta de dados – Argentina – amostra probabilística – simples – não homogênea – não estratificada – combinada (multi etapas)	208

4.3.1 Inquérito aberto	218
4.3.2 Dados gerais do levantamento amostral	219
4.4 Análise sobre os dados coletados. Discussão do fenômeno pesquisado.....	221
Considerações Finais.....	226
Referências e fontes da pesquisa	230

Mapas:

Mapa nº 01 - Mapa população negra na América Latina	72
Mapa nº 02 - Mapa dos principais parceiros comerciais da Argentina até 2023	112
Mapa nº 03 - Mapa da distribuição dos espectros políticos no Paraguai no séc XXI	138
Mapa nº 04 - Mapa da distribuição dos espectros políticos no Uruguai no séc XXI	139
Mapa nº 05 - Mapa da distribuição dos espectros políticos na Argentina no séc XXI	141
Mapa nº 06 - Mapa da distribuição dos espectros políticos no Brasil no séc. XXI	142
Mapa nº 07 - Mapa da América do Sul por Giselher Wirsing de 1938	162
Mapa nº 08 - Mapa do Brasil segundo a Capa da revista Piauí n. 173 de fevereiro de 2021. O Brasil na Presidência de Jair Bolsonaro se reduz em importância geopolítica.	172

Figuras:

Figura nº 01- Censo populacional dos Estados Unidos da América em 2019	52
Figura nº 02 - Gráfico sobre a população autodeclarada de origem latina nos Estados Unidos da América para o ano de 2019	53
Figura nº 03 - Quadro comparativo da identidade latino-Americana – ano de referência: 2019	59
Figura nº 04 - A redenção de Cam - Modesto Brocos	66
Figura nº 05- Declínio da presença de autodeclarados pretos na Argentina	69
Figura nº 06- Os eixos teóricos da integração no Mercosul	75
Figura nº 07 - Presidente da República do Brasil presta continência à bandeira dos Estados Unidos da América em evento realizado no ano de 2019, na cidade de Dallas-US	108
Figura nº 08 - Balança comercial entre Brasil, China, Argentina e Estados Unidos da América	110
Figura nº 09 - Principais destinos das exportações brasileiras em 2020	111
Figura nº 10 - Identificação do passaporte brasileiro na transição de governos entre 2015 e 2018	124
Figura nº 11 - Comércio bilateral entre Brasil e República Popular da China entre 2000 e 2020	145
Figura nº 12 - Capa da revista The Economist. Uma das mais respeitadas revistas de economia do mundo e fortaleza do liberalismo no século XXI	176

Acrónimos

ALALC:	Associação latino-Americana de Livre-comércio
ALCA:	Área de livre comércio das Américas
BRICS:	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAC:	Caçadores, atiradores e colecionadores
CIDE:	Centro de Investigação e Docência em Economia
CEPAL:	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CONPEDI	Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
INDEC:	Dirección Nacional de Estadísticas del Sector Externo
MDB:	Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL:	Mercado Comum do Sul;
MST:	Movimento dos Sem Terra
OGM:	Organismos Geneticamente Modificados
OEA:	Organização dos Estados Americanos
OMC:	Organização Mundial do Comércio
OMS:	Organização Mundial da Saúde
OCDE:	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU:	Organização das Nações Unidas
PT:	Partido dos Trabalhadores
PSDB:	Partido da Social Democracia Brasileira
PP:	Partido Progressista
PTB:	Partido Trabalhista Brasileiro
SD	Solidariedade
TCU:	Tribunal de Contas da União
TEC:	Tarifa Externa Comum
TSE:	Tribunal Superior Eleitoral
UE:	União Europeia
UNASUL:	União das Nações Sul-Americanas
USP:	Universidade de São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
SLAS:	Society for Latin America Studies
WASP	White, Anglo-saxon and Protestant

Introdução

O dicionário Houaiss, da língua portuguesa, registra a palavra latino-americano como “natural ou habitante de qualquer um dos países da América de língua neolatina” (HOUAISS, 2004). Nesse sentido, a princípio, é possível afirmar que todos aqueles que vivem entre a fronteira do México com os Estados Unidos da América, até os limites da Patagônia chilena no extremo sul do continente americano, podem ser exogenamente identificados como povos de tradição latina. Com mais atenção, encontramos nações como a Guiana, Belize e Suriname, que em suas histórias, foram colonizadas pelos Países Baixos e Reino Unido, sendo, portanto, uma exceção ao sentido de latinidade dada à expressão latino-americano.

Na sub-região do Cone Sul, recorte espacial em que se insere o presente estudo, encontra-se fenômeno linguístico da iberofonia, elemento sociocultural que, historicamente, tem contribuído para o processo de integração regional, tendo em vista que tanto português, quanto o castelhano são idiomas mutualmente compreensíveis, condição que segundo Benedict Anderson, pode ter contribuído para formação dos Estados nacionais da América espanhola, e no recorte proposto para a pesquisa é possível acreditar na influência da iberofonia para formação dos Estados da Bacia do Rio da Prata (ANDERSON, 2008:82).

Para, além das questões linguísticas no debate sobre os processos de integração regional, entende-se como questão fulcral a formação das identidades e construção dos interesses no Cone Sul. O tema central, sobre qual pretende-se realizar aprofundamento, é saber se o Brasil, único país com predomínio da língua portuguesa e, portanto, com fortes vínculos culturais com a cultura lusófona, traz consigo o sentido de “pertencimento” à América Latina, em particular com o Cone Sul americano, elemento indispensável à efetiva integração regional baseada em identidades e interesses comuns a partir de uma cultura de cooperação.

De maneira preambular, é preciso registrar que a pesquisa tem, em seu recorte espacial, o estudo das Relações históricas na bacia do Rio da Prata, bem como de toda construção das Relações Internacionais dela decorrentes. Seguindo lições de Moniz Bandeira, “O conceito de América do Sul e não o conceito de América Latina, muito genérico, e sem consistência com seus reais interesses econômicos, políticos e geopolíticos, foi que sempre pautou, objetivamente, a política exterior do Brasil, cujos interesses, desde o século XIX até a metade do século XX, concentraram-se, sobretudo, na região do Prata, ou seja, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, que conformavam sua vizinhança e com os quais havia fronteiras vivas comuns” (BANDEIRA, 2009: 109).

A pergunta proposta para a pesquisa, é saber de que forma as oscilações políticas e a construção de identidades nacionais dos Estados do Cone Sul, entre os anos de 2008 e 2021,

impactaram em avanços ou retrocessos no processo de integração regional no âmbito do Mercosul.

Como objetivo geral, buscou-se analisar de que maneira a história dos conflitos na Bacia do Prata contribuíram para a construção das identidades nacionais nos Estados do Cone Sul. Os objetivos específicos da pesquisa voltam-se a identificar as principais modificações da condução da política de integração regional no Cone Sul, durante os anos de 2008 a 2021, bem como examinar o papel das identidades nacionais na formação das relações entre os Estados-parte do Mercosul. Como objetivo específico, pretende-se ainda, avaliar os impactos da crise financeira de 2008 como catalizador das mudanças nas dinâmicas políticas e indenitárias que afetaram a agenda de integração regional do Mercosul

O debate proposto, também, busca compreender quais são as possibilidades epistemológicas para o conceito de “integração regional”. Muito embora a palavra encontre assento em todos os discursos dos Chefes de Estado do Atlântico Sul ibérico, desde o encerramento das hostilidades bélicas que marcaram o fim da guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX, tal integração nunca ocorreu em seu aspecto material a despeito de uma vocação que, em aparência seria natural, considerando a geografia e tradição cultural ibérica dos países da região. A propósito da integração, a palavra surge dezoito vezes no Tratado de Assunção, documento que em 1991, deu início ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), como iniciativa geopolítica e seus reflexos geoeconômicos com maior relevância para a formação de um bloco econômico regional, com ambições que em sua origem traduziam o anseio de unidade e crescimento de toda a região (MERCOSUL, 1991). Segundo lições de Andrés Malamud *“La integración regional continuó como presencia positiva en el discurso oficial, pero en la práctica se mantuvo congelada. A pesar de los sucesivos relanzamientos, el Mercosur redujo su peso relativo en el comercio total de sus miembros y enfrentó crecientes problemas de eficacia y legitimidade”* (MALAMUD, 2010:176).

Decorridos trinta anos do Tratado de Assunção, os Estados-parte enfrentam o desafio da fragmentação causada pela reorganização política da América do Sul, notadamente aquela ocorrida na segunda década do século XXI. No Cone Sul, ocorre enfraquecimento das políticas econômicas desenvolvidas pelo Brasil, após o período conhecido como *boom* das *commodities* e o aparente fracasso das iniciativas para a retomada de crescimento econômico na Argentina, principais atores do bloco regional.

Fatores que associados à guinada em direção às práticas da política de extrema direita ou direita neopatriótica, como definiu Juan Claudio Sanahuja (SANAHUJA, 2020), por parte do Brasil, cujo aspecto mais marcante foi o exótico alinhamento com as diretrizes do primeiro

governo de Donald Trump, bem como a marcante presença de atores extracomunitários como a República Popular da China, fizeram com que o projeto de integração regional deixasse de ser uma prioridade nas pautas de política internacional dos países da região. Notadamente, o Brasil, que a partir de 2019 redirecionou sua política externa para uma abordagem pouco pragmática que privilegiou alinhamentos de ordem ideológica e personalista em detrimento à histórica tradição diplomática pela busca da integração regional e por soluções geopolíticas que contemplassem o desenvolvimento regional tal como proposto pelos países fundadores do Mercosul e por todos que historicamente lutaram pela unidade da América do Sul e no particular recorte que propomos para esta pesquisa, das alianças formadas a partir da história que se desenvolve na região da Bacia do Prata.

Questão que se impõe e pela qual se justifica o aprofundamento da pesquisa, é saber se em um estado ideal de integração orgânica ou horizontal, eventual alteração dos atores políticos provocaria interferência significativa nas dinâmicas econômicas na região. Dito de outro modo, e espera-se de forma mais clara, é saber se a integração na América do Sul e em particular dos países do sul ibérico que integram o mercado Comum do Sul, que foi gestada por décadas, tendo como marco relevante o Tratado de Montevideo de 1960, o qual deu início à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e depois realizadas por meio dos esforços de integração formalizados pela Cimeira de Assunção e dos instrumentos convencionais que seguiram, processo que segundo Malamud teve como contribuição mais importante selar a paz interestatal na região (MALAMUD, 2013:280). Se tais iniciativas permitiram a criação de um ambiente de integração regional baseado na união entre os povos em direção a solução de demandas comuns relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico.

A esse ponto inicial é possível afirmar que desde a sua formação em 1991, a integração regional no contexto do Atlântico Sul ibérico tem sido marcada pela relação formal entre Estados contratantes que a partir de percepções ideológicas dos governantes de ocasião distanciam-se dos propósitos de caráter efetivo, fazendo com que a integração pretendida não ocorra em seu sentido amplo, orgânico e material resultando num Mercosul que luta contra a geografia ao assumir formação geopolítica e geoeconômica mais próxima a um arquipélago formado por quatro ilhas muitas vezes isoladas representadas por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, do que um bloco regional de integração e desenvolvimento.

A investigação apresenta-se necessária nesse momento histórico porque o projeto de integração regional, pensado pelos pioneiros da diplomacia latino américa (RICUPERO, 2017: 262,263,307) e, repetido tantas vezes, não somente nos instrumentos convencionais, como aquele visto em Assunção em 1991, mas em tantos outros que se seguiram, tal projeto encontra-

se em momento de grande incerteza na medida em que os Estados-parte distanciam-se no campo da política regional. Igualmente necessário saber por que os países ibéricos do Atlântico Sul, cuja herança cultural e interesses em relação ao projeto para o mundo deveria ser formado por objetivos comuns, obviamente respeitadas as diferenças em termos econômicos e culturais, mas interesses comuns por reconhecer que não há saída regional que contemple soluções individualizadas, tampouco a liderança regional que se possa exercer sem fazer com que os frutos da prosperidade cheguem ao maior número de pessoas. Já tendo decorridas as primeiras duas décadas do século XXI e, portanto, distantes por mais de duzentos anos dos eventos de emancipação política formal dos diversos países da América do Sul em relação às metrópoles, é possível dizer que, aparentemente, os países do Cone Sul americano não lograram êxito em promover a integração regional efetiva em sentido material, ou seja, promovendo o processo social pela afirmação de elementos identitários comuns entre os povos luso e hispano americanos situados geograficamente ao sul continental.

No atual momento da investigação, duas hipóteses são consideradas quanto à relevância da afirmação sobre uma identidade latino-americana para a efetiva integração regional. A primeira, é que o Brasil, que incorpora a relevante posição de maior economia da região e representa para os fins desta pesquisa a luso-américa, está plenamente integrado no contexto regional do Cone Sul com seus vizinhos hispano-americanos, tanto sob o prisma vertical que diz respeito aos compromissos assumidos entre Estados-parte, como sob o aspecto material que, também, chamaremos de horizontal, o qual se relaciona com a identidade do brasileiro em relação à cultura, valores e interesses regionais, sendo possível considerar o papel de liderança natural que deve ser exercido pelo país.

Em outra perspectiva, a luso-américa pode ser considerada insulada e a integração, tantas vezes repetida desde a Cimeira de criação do Mercosul, e até mesmo antes dela por todos aqueles que ousaram sonhar com Cone Sul, voltado ao desenvolvimento vigoroso e não somente ao crescimento episódico, que tal integração esteja condenada à fragmentação e ao esquecimento.

Dos acordos e protocolos que constituem o Mercosul, consta a palavra “integração” como elemento basilar e constitutivo da estratégia regional. Trata-se de impor a aliança de países da Bacia do Prata a missão de permitir que da aproximação comercial, aduaneira e tarifária resulte uma unidade latino-americana que, em seu último estágio, permitiria a consolidação de todos os desejos dos seus fundadores e daqueles que antes deles pensaram em uma unidade latino-americana no Cone Sul.

A pesquisa pretende contribuir para o debate sobre as Relações Internacionais e os

mecanismos de espaço e poder entre os países que integram o Mercosul como membros fundadores e os demais atores internacionais relevantes na intrincada geopolítica na segunda década do século XXI, em particular do recorte temporal entre os anos de 2008 e 2021, período sobre o qual será abordado nas linhas adiante.

O período pesquisado, entre os anos de 2008 até 2021, constituem marcos históricos relevantes para a geopolítica e geoeconomia mundial e da região do Cone Sul. Isso porque, em 2008, tem início a crise financeira global cuja origem ocorre nos Estados Unidos da América e produz efeitos em todas as economias do mundo, notadamente nos países emergentes como Brasil e Argentina. Em razão da retração das economias globais no ano de 2009, o governo brasileiro inicia séria de medidas econômicas de incentivo ao consumo que envolveriam significativos gastos públicos. Gastos que ao fim contribuíram para o colapso político e econômico dos governos do espectro progressista entre os anos de 2014 e 2016. Do outro vértice, encontra-se o ano de 2021, que foi escolhido como marco temporal de encerramento para a pesquisa em razão de dois fatores relevantes. O primeiro, foi o avanço da pandemia da Covid-19, fato que será tratado na pesquisa na seção 3.6 de título, “Jair Bolsonaro, o barqueiro de Hades e seus esforços para submeter a democracia brasileira – Sejamos pária internacional”. Naquele momento histórico, percebeu-se a olhos nus as vulnerabilidades da sociedade brasileira a partir da necropolítica desenvolvida pelo governo com inclinações à extrema direita que, ao fim, contribuiu para a morte de centenas de milhares de pessoas. O segundo elemento, que nos levou até o ano de 2021, foi o estudo do período em que Brasil e Estados Unidos da América foram governados por políticos com inclinações a extrema direita.

Entende-se que o recorte temporal se justifica por oferecer a pesquisa desenvolvida sob argumento inicial e título de pêndulo da política, identidades e desafios para integração regional rico período para análise conjuntural dos efeitos das crises globais e os rumos do projeto de integração regional no Cone Sul.

A pesquisa será apresentada em quatro blocos temáticos principais e suas divisões. O primeiro capítulo, é composto pela introdução ao tema, metodologia aplicada à pesquisa, bem como sobre a fundamentação teórica conceitual baseada na teoria construtivista e nos estudos de Alexander Wendt, sobre o papel das identidades, interesses e interações sociais da construção de relação entre Estados. Entende-se que o construtivismo, na perspectiva de Wendt, oferece substancial suporte teórico para investigação que visa compreender de que forma as identidades nacionais e regionais são influenciadas por processos históricos, como aqueles observados na Bacia do Prata, bem como pela presença de atores extrarregionais, conforme observa-se no Cone Sul, para o período em estudo.

O segundo capítulo deverá enfrentar o tema sob perspectiva histórica dialética considerando o passado colonial das comunidades Bacia do Prata e a formação das repúblicas no Cone Sul. Nele, encontram-se mecanismos estruturais como a iberofonia e a cultura latina com raízes comuns na Península Ibérica, fatores que não podem ser desconsiderados no contexto estrutural intersubjetivo entre os membros das identidades coletivas no contexto do Cone Sul.

No terceiro bloco temático, será tratado do processo de integração regional a partir da perspectiva do Mercosul. Importa saber que a investigação não é sobre o bloco econômico e, sim, sobre as relações interestatais e sociais no Cone Sul. Todavia, o surgimento do Mercosul em 1991, criou a expectativa de otimização do processo de integração razão pela qual não há estudo da região sem que o Mercosul seja tratado. Serão abordadas as relações geopolíticas e geoeconômicas com “atores extrarregionais com Estados Unidos da América, República Popular da China e União Europeia” (MARTINS, 2022:281). Propõe-se análise sobre as relações entre Estados-parte do Mercosul, ao cabo de 30 anos de existência do Tratado de Assunção. Considerações sobre a alternância de poder na região entre forças progressistas, centristas, da direita tradicional e da extrema-direita neopatriótica. Nesse bloco será possível perceber que as estratégias de integração regional na perspectiva construtivista sofrem constantes ameaças com diversas alterações de ordem política, econômica, questões ambientais relacionadas aos eventos extremos decorrentes de uma nova realidade climática do século XXI, e ainda, dos deslocamentos humanos entre países de uma mesma região ou entre regiões distintas dentro de um mesmo continente. Há intrínseco no debate, a sociedade de risco na leitura de Ulrich Beck.

A construção de um ambiente favorável entre as coletividades latinas no Mercosul, permitiu que, antigos projetos de integração regional, fossem materializados a partir da compreensão dos governantes e legisladores da região sobre a necessidade de cooperação para o progresso e desenvolvimento sustentado no tempo em favor dos povos da região. Para Alexander Wendt, as crenças das coletividades não estatais exercem papel preponderante para a materialização de mudanças que elevam o debate ao nível de uma cooperação interestatal:

Os sistemas sociais são estruturados em dois níveis o micro e o macro. O primeiro refere-se aos desejos e crenças dos indivíduos existentes. Se esse fosse o único nível em que estados fossem estruturados, então eles seriam redutíveis aos governos. Ainda assim, pensamos quase sempre nos estados como persistentes ao longo do tempo, apesar de mudanças geracionais (Carr 1939/64). Em parte, porque suas propriedades parecem bastante estáveis: fronteiras, símbolos, interesses nacionais, políticas externas, e assim por diante. Tais sucessões ajudam a dar continuidade temporal à sucessão dos governos, o que nos permite chamar todos os governos nacional em Washington DC, por 200 anos, de governo “dos Estados Unidos”. E, mesmo em qualquer momento dado, normalmente pensamos nos estados como sendo mais do

que apenas seus membros atuais. Essas continuidades temporais e existenciais são explicadas por estruturas de conhecimento coletivo, nas quais os indivíduos são socializados (Gilbert, 1989). O Estado não pode ser reduzido à ação dos governos (WENDT, 2014:265).

Após a compreensão sobre os mecanismos históricos e sociais que nortearam as tentativas de integração no Cone Sul da América do Sul, a pesquisa caminha para o quarto bloco. Nele, foi realizada análise qualitativa e quantitativa de caráter exploratório, envolvendo questionários que tiveram o propósito de investigar as percepções do público amostral sobre o papel a ser desenvolvido pelos países da região, notadamente o Brasil e Argentina. Também foram objeto de análise, a presença de atores extrarregionais, como Estados Unidos da América e República Popular da China, bem como sobre o sentimento de pertencimento à comunidade latina do Cone Sul.

Com o resultado da pesquisa foram realizados cruzamentos dos dados com objetivo de melhor compreender o fenômeno estudado. Ao fim, foi realizada análise crítica sobre os resultados obtidos e apresentada as considerações finais.

É conhecido axioma, segundo o qual as pesquisas científicas com pretensão ao doutoramento apresentam coisas boas e novas. Muitas vezes, o que é novo não é bom e o que é bom não é novo. O desafio é atravessar pelo labirinto de palavras e ao final inverter a ordem do axioma e contribuir para o debate científico sobre o tema.

Metodologia Aplicada

Como regra uma pesquisa, em essência, tem o propósito de “descrever e investigar fenômenos sociais ainda não compreendidos ou cuja compreensão não atenda à dinâmica social do momento histórico atual” (PERRY and HEALY, 2000:18-126; MARTINS, 2022:284). Como já enunciado, partindo de abordagem dialética que contempla correntes de pensamento diversas, a pesquisa propõe-se a investigar se, decorridos trinta anos da Cimeira de Assunção de 1991, os países ibéricos do Atlântico Sul conseguiram concretizar o objetivo da integração regional. Para tal fim, a investigação tem a ambição de estudar aspectos de ordem política, econômica e cultural relacionados à integração e à identidade entre Luso-América e Hispano-América.

Há de se considerar que, “entre os paradigmas teóricos de pesquisa: positivismo, construtivismo, realismo e neorealismo, é a teoria construtivista que, em nossa perspectiva, apresenta melhores indicativos conceituais, os quais devem auxiliar na construção de um argumento plausível no estudo das relações sociais, políticas e econômicas no Cone Sul da América Latina, bem como permitir compreender de que forma as identidades e interesses vinculam-se ao atual estágio de integração regional” (MARTINS, 2022:284).

A construção do conhecimento, enquanto ciência, deve ser compreendida a partir do método e da abordagem do objeto pesquisado. Desde o século XIX, era o método indutivo predominante pelo qual se escolhe experiência para então inferir uma lei. O método dedutivo, também, pode ser aplicado através da formulação de uma hipótese e buscar pelas consequências. Ainda sendo possível, aplicação do método hipotético dedutivo pelo qual se formula hipóteses, deduz consequências e busca por meio da pesquisa saber se ela é confirmada. O problema do método reside da impossibilidade de alguns ramos da ciência, como é o caso das ciências sociais e Relações Internacionais, em realizar experimentos controlados.

Na transição da pós-modernidade, insistir que se defina ciência a partir de um método único, apresenta-se como inadequado, segundo moderna doutrina, tendo em vista as várias possibilidades epistemológicas de abordagem científica. A partir dos objetivos apresentados para a presente pesquisa, o “método de abordagem indutivo (PRODANOV and FREITAS, 2013:127) é o que permitirá o melhor desenvolvimento do estudo. Partindo de proposições singulares sobre a constituição das identidades coletivas no Cone Sul, entre luso-américa e hispano-américa, talvez, seja possível chegar a um plano geral no campo da probabilidade” (MARTINS, 2022:284) quanto à habilidade, debilidade, eficiência ou ineficiência do discurso da integração regional.

Já quanto aos métodos de procedimentos, foi aplicada a combinação do método histórico para a compreensão do processo de criação e reconhecimento do discurso identitário no Atlântico Sul-americano, bem como o método observacional de forma a complementar a abordagem histórica, a fim de permitir uma análise das circunstâncias políticas, sociais e culturais entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, sobretudo quanto às alterações no pêndulo do poder após a crise econômica de 2008 (MARTINS, 2022:284).

A pesquisa deverá encontrar fundamentos na bibliografia clássica e contemporânea através de diferentes escolas das Relações Internacionais, Direito Internacional, História, Economia, Sociologia, Filosofia entre outras áreas das ciências sociais (MARTINS, 2022:285) considerando as diversas possibilidades epistemológicas. Em seu desenvolvimento, será descritiva e deverá utilizar documentos e dados já organizados e publicados como aqueles disponibilizados pelo projeto *The Americas and the World: Public Opinion and Foreign Policy*, coordenado pelo Centro de Investigação e Docência em Economia, com sede na cidade do México, além de outros disponibilizados pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Nesse ponto, a pesquisa abordará o problema de forma quantitativa.

O levantamento de dados ocorreu por meio de inquéritos com entrevistas exploratórias e, também, através de questionários distribuídos no Brasil e na Argentina. O público-alvo, foi selecionado de forma a atender os princípios da isonomia e da ampla representação popular. É dizer que, os questionários devem ser disponibilizados para gama ampla de pessoas não havendo um perfil específico. Razões que serão melhor explicadas no capítulo quarto, que trouxe perguntas quanto à identidade latino-americana, presença de atores extrarregionais, o papel do Brasil como maior economia da região no fomento do desenvolvimento e aprofundamento da estratégia de integração Mercosul. Tais perguntas, além de outras, devem ser feitas buscando um público amostral diverso de forma a contemplar visões distintas sobre o tema. A estratégia de investigação, foi objeto de profunda reflexão e ao final restou vencedora a tese da isonomia formal entre as pessoas prevista entre os brasileiros no artigo 5º, da sua Constituição Federal, bem como, da igualdade na manifestação de cidadania pelo voto previsto pelo artigo 14º, da mesma carta constitucional, que estabelece ser a soberania popular realizada pelo voto em sistema de sufrágio universal com valor igual para todos. Se o que se pretende investigar é a integração, não somente entre Estados-parte, mas, sobretudo, sobre as pessoas, é necessário que representantes dos diversos seguimentos das sociedades envolvidas sejam ouvidos. Nesse ponto, a pesquisa apresenta-se como qualitativa, tendo em vista que não há óbice na realização de pesquisa que conjugue as duas abordagens (quantitativa e qualitativa).

Espera-se que, ao fim, seja possível apresentar sólida contribuição aos investigadores do futuro quanto ao estado das coisas sobre o tema investigado no presente. Iniciar-se-á a primeira parte, com o enquadramento teórico conceitual que vai tratar dos paradigmas das Relações Internacionais na modernidade, com especial atenção ao construtivismo na percepção de Alexander Wendt.

Parte I

1. Enquadramento teórico conceitual

Na presente seção, será abordada a teoria construtivista na perspectiva das contribuições de Alexander Wendt, e a viabilidade da sua aplicação nas relações regionais no contexto do Cone Sul. Na concepção construtivista das Relações Internacionais, conhecidas pelos postulados de Wendt, as sociedades contemporâneas são edificadas a partir da interação entre atores representativos, sendo possível identificá-las por elementos culturais, identitários e interesses. No século XXI, o construtivismo apresenta-se atento ao universo de relações da geopolítica global e dos diversos regionalismos, dentre os quais, destacamos o Cone Sul, onde a luso-américa representada pelo Brasil encontra-se com a hispano-américa representada por Argentina, Uruguai e Paraguai em uma estratégia de integração chamada Mercosul.

As identidades em Wendt, são construídas a partir de interesses ou crenças comuns dos atores da política regional, condição que pode ser potencializada a partir da atuação agregadora de organizações dentro e fora das esferas de governo. O construtivismo moderado, de Alexander Wendt, trabalha com o conceito de anarquia no plano das Relações Internacionais, que ao contrário do que a leitura mais desatenta possa sugerir, não trata de um sistema político baseado na negação do princípio da autoridade ou ausência de governo conforme buscaremos demonstrar, mas, sim, na inexistência de uma autoridade central que leva à necessidade de cooperação entre os Estados como alternativa aos conflitos. Antes do aprofundamento no tema, nos cabe analisar os paradigmas teóricos que norteiam as Relações Internacionais na atualidade e alguns dos seus principais expoentes.

1.1 Três paradigmas teóricos das Relações Internacionais na modernidade

Desde o surgimento da concepção de estados westfalianos, até os nossos dias, as Relações Internacionais não obedecem ao dogma de uma única teoria, pois, são várias as vertentes teóricas possíveis, sendo na atualidade três correntes ou teorias que merecem nossa atenção para os fins propostos pelo presente estudo. Seguimos o entendimento de Guilherme Casarões, segundo o qual, toda teoria é uma tentativa de simplificar, descrever, explicar ou prever a realidade que, no caso das Relações Internacionais, podem apresentar-se por meio de três grandes correntes de pensamento, sendo elas, a teoria realista, a teoria neoliberal e a teoria construtivista, também, chamada de idealista.

A primeira delas, e mais enraizada sobre o interesse dos Estados, é a teoria realista na qual Kenneth Waltz estabelece-se como um grande nome na doutrina contemporânea, tendo desenvolvido a teoria sob o argumento do realismo estrutural (WALTZ apud WENDT, 2014: 32). Por meio dela, entendemos que os Estados são defensivos e cautelosos por natureza. Em Hans Morgenthau, encontramos a concepção de que os Estados são, por natureza, agressivos e oportunistas (MORGENTHAU apud WENDT, 2014:137). O realismo em Relações Internacionais defende que os efeitos do poder são constituídos, principalmente, por forças materiais brutas. A percepção do realismo está relacionada ao egoísmo humano e à vida como se apresenta aos sentidos. Trata-se de visão de mundo em que os Estados estão em permanente condição de potencial choque, uma permanente luta pelo poder em suas diversas manifestações. Nesse cenário de confronto, o realismo compreende que é possível encontrar o equilíbrio de forças que garantirá a paz. Para a teoria realista, o fim da guerra fria e a consolidação do poder nas mãos de uma potência hegemônica como os Estados Unidos da América, acabará por provocar reações de outros *players* relevantes sob o aspecto material, bélico e econômico. Nesse sentido, observamos reações da China e da Rússia que representam forças materiais capazes de provocar o equilíbrio na balança do poder mundial, garantindo assim sua segurança e a segurança do mundo pelo paradigma realista de poderes equilibrados. Foram precursores e, são signatários dessa corrente, Otto Von Bismarck, Henry Kissinger e Brent Scowcroft.

A teoria realista foi por muito tempo hegemônica nas Relações Internacionais, talvez, por representar as vozes do norte global face à ausência de vozes dissonantes durante os períodos coloniais e da descolonização do sul global. A introdução de outros paradigmas, ou olhares sobre as Relações Internacionais, atendem ao chamado da modernidade e da multiplicidade de interesses e identidades, de uma geopolítica e geoeconomia efetivamente globalizada pelo advento das novas tecnologias digitais do século XX. Assim, a segunda teoria ou paradigma teórico, é o liberalismo pelo qual as estruturas materiais são complementadas pelas estruturas econômicas e pelo modelo democrático ocidental. Os liberais atribuem às instituições um papel fundamental para o equilíbrio de forças, sobretudo, na política internacional pós-guerra fria. Trata-se de linha de pensamento que acredita nas forças e conquistas do sistema democrático, na manutenção da paz, garantias em direitos fundamentais e no progresso constante da humanidade. A principal proposição teórica do liberalismo, é que “as características nacionais dos Estados importam e são decisivas para explicar os motivos e razões dos fenômenos internacionais” (MENDES, 2019:101). Para a teoria liberal, o fim das hostilidades da guerra fria representou a vitória do modelo liberal, o que Francis Fukuyama, equivocadamente, viria chamar de Fim da História (GOTTCKE, 2020:222). Há de se considerar

que as convicções de Fukuyama sofrem contestação, na medida em que, ao menos nas últimas duas décadas, os avanços das democracias liberais têm sofrido forte pressão de setores que têm utilizado a forma ou conceito formal de democracia para orientar regimes materialmente repressivos e totalitários. No Cone Sul não é diferente, muito embora, seja necessário reconhecer que, mesmo em face da mais severa provação, as democracias da região demonstram incrível resiliência resistindo a períodos de ditaduras e à constante tentativa de tutela da vida civil pelas forças caudilhas dos militares.

A globalização, por sua vez, tem produzido externalidades negativas na perspectiva socioambiental, que não podem ser desconsideradas no debate da modernidade, que reconhece a existência de uma nova era climática denominada antropoceno. A teoria encontra lastro histórico no pensamento de Adam Smith e Immanuel Kant. Na doutrina, seus principais difusores são Robert Keohane e Michael Doyle. Tem como expoentes os presidentes dos Estados Unidos Woodrow Wilson e Bill Clinton.

A teoria construtivista, é constantemente identificada como idealista. Encontra na doutrina de Alexander Wendt e John Ruggie, a defesa dos seus fundamentos e adaptações ao mundo contemporâneo. Tal como o liberalismo, a teoria construtivista tem como ponto cardeal orientador a busca pela efetivação dos direitos humanos. O construtivismo não se opõe à teoria realista, tampouco, à teoria liberal em seus elementos fundantes. Contudo, defende o que chama de “via média”, entende como seminal compreender que o poder é constituído, sobretudo, por “ideais e contextos culturais” (WENDT, 2014:128). Parece importante situar, axiologicamente, o emprego do termo “idealismo” em razão dos possíveis enganos que podem surgir quanto ao emprego da expressão, que nas Relações Internacionais deve receber tratamento diferente do emprego corrente em outros ramos das ciências sociais. Conforme enfatiza Alexander Wendt, o idealismo em política internacional, “não é uma visão normativa de como o mundo deveria ser, mas uma visão científica de como o mundo é. O idealismo visa ser tão realista quanto o materialismo” (WENDT, 2014:42). Ele, também, não parte do equivocado pressuposto de que a bondade humana seja inerente à sua existência, bem como reconhece que a cooperação na vida em sociedade não é a regra. “Há teorias idealistas sombrias, assim como há otimistas. Os materialistas não detém o monopólio do pessimismo ou do conflito” (WENDT, 2014:42).

Ainda, os postulados do idealismo em Relações Internacionais não pressupõem que as ideias compartilhadas não possuam uma realidade objetiva. As crenças compartilhadas, e, as práticas que delas decorrem, confrontam os atores individuais como fatores sociais externos, apesar de não serem externos aos atores coletivamente. “As estruturas sociais não são menos reais que as materiais” (WENDT, 2014:42). O paradigma idealista não pressupõe que a

mudança social seja fácil, ou mesmo possível, num contexto socialmente construído. Os atores devem continuar superando a institucionalização, as assimetrias de poder e os problemas de ação coletiva para gerar mudanças sociais, e às vezes, isso é mais difícil de ocorrer nas estruturas sociais do que nas materiais” (WENDT, 2014:42).

Sob a perspectiva idealista, os significados do binômio poder/interesse podem apresentar-se de forma diferente a depender das relações construídas entre os atores internacionais. Como exemplo, o poder bélico dos Estados Unidos não afeta o Canadá¹ da mesma forma como oferece risco potencial à Cuba, inimigo desde o advento da guerra fria. Alexander Wendt afirma que, “a teoria social idealista corporifica uma alegação mínima: a de que a profunda estrutura da sociedade é constituída por ideias, e não por forças materiais. Embora grande parte do estudo dominante em Relações Internacionais seja materialista, a maior parte da teoria social moderna é idealista nesse sentido” (WENDT, 2014:42).

Para além do idealismo, tão criticado pelos detratores da teoria, o construtivismo tem como característica fundamental o holismo, que pode ser representado como a visão de que “estruturas sociais têm efeitos que não podem se resumir aos agentes e suas interações. Entre esses efeitos está a configuração dessas identidades e interesses, condicionado por formações discursivas, pela distribuição de ideias no sistema e também por forças materiais” (WENDT, 2014: 171). É possível afirmar que, a teoria social idealista não nega a existência do mundo real, mas que acredita que o mundo real é muito maior do que as forças materiais como se apresentam. Para o construtivismo, “as estruturas de associação humana são principalmente fenômenos culturais e não materiais” (WENDT, 2014:239).

Wendt critica o realismo, o liberalismo e o neorrealismo de Kenneth Waltz porque estas teorias partem da premissa, segundo a qual, as estruturas das Relações Internacionais entre Estados são fixas e perenes, quando, em verdade, tais estruturas estão em permanente processo de construção e reconstrução das suas relações internas e externas. Os Estados existem em um sistema por eles criados em suas *práxis*. Mudando tais *práxis*, ou paradigmas, ocorrerá a mudança do sistema em que operam segundo o construtivismo em Alexander Wendt.

Para o construtivismo, o mundo foi socialmente construído como resultado das constantes transformações, sendo certo que a história tem papel fundamental nas análises da política internacional, razão pela qual o aprofundamento histórico nos elementos formadores das elites inacabadas do Cone Sul da América Latina, no apagamento de uma memória africana e dos povos ancestrais, e da criação do sujeito latino a partir de um modelo puramente europeu,

¹ É preciso considerar que o Segundo governo de Donald Trump iniciado em 2025 tem ameaçado anexar o Canadá e a Groelândia

tais elementos históricos, bem como, aqueles dos processos vividos na última quadra histórica com a aproximação de atores extrarregionais como a República Popular da China e em menor grau União Europeia (MARTINS, 2022:285) e a sempre presente e marcante presença dos Estados Unidos da América nos assuntos da região, todos estes elementos devem integrar o debate sobre a integração e cooperação no Cone Sul. Todavia, antes do necessário aprofundamento no tema relacionado à possível aplicabilidade da teoria construtivista, as relações regionais no Cone Sul, necessário se faz compreender o conceito de anarquia em Relações Internacionais, assunto que será tratado na próxima seção e que permitirá melhor compreensão dos fundamentos teóricos sobre o construtivismo que retomaremos na sequência do trabalho.

1.2 Anarquia é o que os Estados fazem dela

Alexander Wendt organiza sua pesquisa sobre o construtivismo a partir do conceito de anarquia no plano das Relações Internacionais. Uma primeira explicação relevante à compreensão do conceito, é saber que anarquia não está a falar de desordem, desgoverno ou de ideologia política que se oponha a todo tipo de hierarquia e relação social ou econômica. Para o construtivismo moderado, na perspectiva de Wendt, o Estado anárquico é construído e não aleatório ou inconsequente, sendo que o mundo social é resultado da ação humana movida pelas ideias que constroem regras, e não regras que constroem ideias. Nesse sentido, Wendt aproxima-se da crítica de Karl Marx, a dialética hegeliana, considerando “estava de cabeça para baixo. Isso porque, na concepção de Marx, o ideal nada mais é que o mundo material refletido na mente humana” (MEW, v 23, p. 27; cf. MECW, v 35, p:19 apud SEGRILLO, 2019:60).

Kenneth Waltz, importante pensador do neorrealismo, possui entendimento no sentido “que a anarquia torna a política internacional um mundo necessariamente conflituoso, marcado pela autoajuda. Waltz trata “anarquia e Estado como uma dicotomia” (WENDT, 2014:22). “Estado definido como autoridade centralizada (hierarquia) e anarquia como a ausência de hierarquia, o que significa que o sistema internacional seria, por definição, uma anarquia até que houvesse um governo mundial” (WENDT, 2014:367). A partir dos estudos do realismo, na perspectiva de Raymond Aron e Kenneth Waltz, Carolina Encarnação Correia analisa que, “a visão realista clássica destaca a anarquia internacional como um elemento único característico das relações entre os Estados, sendo, esta, a explicação da ocorrência de conflitos entre eles. Assim, numa coletividade de soberanias, cada uma delas reger-se-á pela sua própria lei, e, os soberanos, não devem reconhecer obediência a mais ninguém, sendo o Estado o detentor do

monopólio legítimo da violência, aplicando o seu poder externamente sem constrangimentos” (ARON, 1966:28, 724 apud CORREIA, 2022:241).

Wendt define anarquia em Relações Internacionais, como “ausência de uma autoridade centralizada, anarquia só adquire lógicas como uma função da estrutura do que colocamos dentro delas” (WENDT, 2014:22, 301, 304). Tal perspectiva aproxima-se do pensamento de Emile Durkheim, em sua obra *Divisão do Trabalho Social*, cuja primeira edição ocorreu em 1893. Em seu trabalho, Durkheim não trata das relações entre Estados dentro de uma região, mas, sim, da relação de pessoas na vida em sociedade e, principalmente, da função da divisão do trabalho que, aqui, deve ser compreendido de forma mais abrangente. Durkheim questiona de que forma “a soma de partes inteiras pode contribuir para a construção de uma vida melhor em sociedade” (DURKHEIM, 1999:21). Para ele, a verdadeira função da divisão social do trabalho não é meramente econômica e, sim, é criar, entre duas ou várias pessoas, um sentido de solidariedade” (DURKHEIM, 1999:21). Não se trata de uma solidariedade meramente mecânica, como conhecida até o advento da industrialização, mas, sim, de um modelo de solidariedade orgânica baseado na interdependência e na especialização entre membros de uma mesma sociedade com interesses, embora difusos, convergentes. Trata de visão de responsabilidade intergeracional de forma horizontal entre todos os indivíduos, direta ou indiretamente, interessados no bem comum, ideal que não respeita limites geográficos e temporais.

Em suas reflexões, Emile Durkheim afirma que “se uma pessoa possui uma coisa que a outra não tem, mas deseja, há esse fato o ponto de partida de uma atração positiva. Assim, o teórico de espírito racional e sutil tem, com frequência, uma simpatia toda especial pelos homens práticos, de senso direito, intuições rápidas; o tímido, pelas pessoas decididas e resolutas, o fraco pelo forte, e vice-versa” (DURKHEIM, 1999:21).

Apropriado registrar que, para Durkheim, nem todas as divisões são passíveis de convergências no sentido da obtenção do bem comum. Isso somente ocorre com aquelas que se complementam mutuamente, não sendo possível acreditar, como regra geral, a ideia de que os opostos se atraem. A oposição, aqui entendida, deve ser compreendida no sentido de complementariedade de modo a permitir a consolidação da união de esforços em prol do bem comum. Tal como Wendt, que acredita que os Estados podem se comportar como pessoas e devem ser entendidos como entes sociais que são constituídos pelo sistema internacional, dado que seu “comportamento em política externa é muitas vezes determinado primeiramente pela política doméstica, o que corresponde à personalidade individual, mais do que pelo sistema internacional” (WENDT, 2014:18). Entendemos que os ensinamentos de Emile Durkheim,

também, podem ser empregados no contexto da geopolítica regional no século XXI, e, que o construtivismo em muitos aspectos assemelha-se com a divisão do trabalho social, sendo certo que enquanto aquela teoria do século XIX referia-se às pessoas dentro de uma sociedade, esta que é utilizada como fundamento para aprofundada análise empírico-dedutiva sobre as relações entre os países formadores do Mercosul nas primeiras décadas do século XXI, diz respeito à relação entre Estados.

Na América Latina, e, em particular, no contexto regional do Cone Sul, as identidades ocupam papel central na construção da integração regional efetiva e duradoura. Nesse sentido, possível dizer que o construtivismo, na perspectiva de Wendt, estabelece diálogo direto com a hipótese central desta pesquisa que estabelece o Brasil como potencial elemento destabilizador dos consertos de integração regional, seja pela assimetria econômica que causa distorções nas relações comerciais que devem ser ajustadas de forma contínua, ou pelo alegado papel sub imperialista historicamente atribuído ao país pelos seus vizinhos regionais, e ainda, pelos sempre presentes sobressaltos na política que na última quadra histórica tem colocado o Brasil em rota de colisão com os interesses regionais, notadamente quando consideramos a tomada do poder pelas forças neoconservadoras em 2016 e a consequente vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018.

1.3 Sobre o construtivismo no Cone Sul

Para Alexander Wendt, o construtivismo é como uma engrenagem de relógio que, de tempos e tempos, precisa ser ajustada. Seus ponteiros são o realismo e o liberalismo em Relações Internacionais e, ambos, tendem a parar se não ocorrer um ajuste que faça o movimento retornar à sua normalidade. Wendt não denomina o seu argumento nem de teoria, e, tampouco, de construtivista. Para ele, o construtivismo é uma forma de entender que a realidade é uma construção a partir das relações sociais. Uma visão de mundo construtivista fundamenta-se nas teorias internacionais clássicas de Grotius, como idealizador do poder legítimo dos Estados Soberanos, e, moralmente relevantes da política mundial, bem como encontra no pensamento de Kant, enquanto questionador das ideias de Grotius, quanto à base ética para o direito internacional e o poder absoluto do Estado sobre seus cidadãos (GOWAN, 2014: 203).

O construtivismo foi brevemente dominante em Relações Internacionais entre as duas guerras mundiais, período em que o mundo reconheceu que experiências de estados sociais em oposição aos estados de um liberalismo manchesteriano, ou francamente liberais, poderiam contribuir para o crescimento da humanidade. Foi nesse período que a Alemanha, derrotada na

grande guerra, elabora a Constituição de Weimar, marco dos direitos sociais e fundamentais com claras aspirações construtivistas.

Na segunda metade do século XX, diversas abordagens construtivistas da política internacional disputaram espaço, sendo representadas por três linhas principais. A primeira corrente modernista, tendo como expoente John Ruggie, e Friedrich Kratochwill, uma segunda corrente pós-modernista defendida, entre outros, por Richard Ashley e Rob Waler, e uma terceira corrente feminista sustentada por Spike Peterson e Ann Tickener (WENDT, 2014:50).

De modo geral, as três correntes, que hoje são reconhecidas para o construtivismo, convergem ao centro em sua crítica ao neorrealismo e ao neoliberalismo ao afirmarem que tais linhas teóricas não prestam suficiente atenção nos processos de socialização dos atores da política internacional. Na perspectiva neorrealista, cuja abordagem realizada sob o prisma do materialismo, as estruturas do sistema internacional apresentam-se como distribuição de capacidades materiais. No mesmo sentido, o pensamento dos neoliberais compreende o sistema internacional como um conjunto de capacidades somadas às instituições. Isso ocorre, porque, para o pensamento neoliberal, as capacidades materiais são somadas às superestruturas institucionais dos Estados.

Toda pesquisa que tenha por objetivo buscar compreender os fenômenos identitários e os mecanismos de integração regional poderá encontrar no construtivismo moderado teoria de suporte quanto ao papel desempenhado pelos Estados dentro do sistema regional. No Cone Sul, é possível observar que, a partir de verdadeira estratégia de cooperação formalizada pelo Mercosul, que cronologicamente coincide com o fim da guerra fria e o ressurgimento da concepção construtivista, posteriormente modelado para o construtivismo moderado, que enxerga a política internacional como uma distribuição de ideias. O Mercosul surge como ideia cuja proposta inicial foi a formação de uma sociedade de países latinos no Atlântico Sul-americano, tendo como ambição a formação de verdadeira comunidade entre a luso-américa e hispano-américa no Cone Sul do continente americano.

Consideramos verdadeira a premissa de Robert Kaplan, que entende o fator geográfico como definitivo para a formulação das estratégias estatais. Ao contrário do território, que é uma condição dada pela geografia, as identidades são socialmente construídas segundo o construtivismo em Alexander Wendt, pelo qual é possível identificar uma transposição entre o espaço de luta do identitarismo egoístico para um ambiente de identidades coletivas e colaborativas. Nas bases da teoria construtivista nas Relações Internacionais de Wendt, é possível identificar três mecanismos de atuação dos Estados.

O primeiro mecanismo é estrutural, pois busca identificar um aspecto em comum entre

os atores do ambiente dado pela geografia. “Como salientou o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, em sua obra Quinhentos anos de periferia, a América do Sul é a circunstância inevitável, histórica e geográfica do Estado e da sociedade brasileira” (BANDEIRA, 2009:80). No caso dos países que compõem o Cone Sul, o mecanismo estrutural pode ser identificado, em primeiro lugar, pela iberoфония, que significa língua mutualmente compreendida entre luso sul-americano e hispano-americanos. A cultura latina também representa um forte elemento do mecanismo estrutural, uma vez que a soma do sujeito ibérico associado aos povos ancestrais do continente e àqueles introduzidos, seja pela diáspora forçada promovida no continente africano ou pela chegada constante de europeus e outros povos ao continente, permitiram a formação, no decorrer de séculos, de um contexto intersubjetivo das diversas identidades coletivas no Cone Sul.

O segundo mecanismo é o sistemático e diz respeito às ameaças que os desequilíbrios regionais em termos político-econômicos e, mais recentemente, com a preocupação quanto ao antropoceno e as mudanças climáticas dele decorrentes, representam. O meio ambiente e os deslocamentos humanos entre países de uma mesma região são motivo de preocupação que, por efeito secundário, agregam os povos de uma comunidade de nações no Cone Sul potencialmente atingidas pelos efeitos das mudanças climáticas. Outro aspecto do mecanismo sistemático diz respeito ao combate à violência transfronteiriça, que é filha da fome e do subdesenvolvimento recebido como herança histórica da América Latina. Há, intrínseco no mecanismo sistemático, a sociedade de risco na leitura de Ulrich Beck, “um mundo fora de controle em que não há nada certo além das incertezas” (BECK, 2006:5).

O terceiro mecanismo diz respeito às práticas estratégicas que, no contexto geográfico do Cone Sul, é possível identificar com a criação do Mercosul em 1991. A construção de um ambiente favorável entre as coletividades latinas permitiu que, antigos projetos de integração regional fossem materializados a partir da compreensão sobre a necessidade de cooperação para o progresso e desenvolvimento sustentado no tempo em favor dos povos da região. Sobre estes mecanismos e, em particular, a respeito das práticas estratégicas a pesquisa buscará amparo em diversos momentos do seu desenvolvimento, sempre procurando demonstrar a importância do Mercosul como ferramenta para a integração regional e como etapa para a construção de um ambiente de desenvolvimento socioeconômico de longo prazo.

Avançando para o próximo seguimento, será tratado dos modelos ou arquétipos em que a sociedade internacional estruturou-se nos últimos séculos, surgindo como uma relação de beligerância plena em que todos são inimigos de todos, transitando para um ambiente de competição em que as inimizades do passado deram lugar à competitividade amparada no

modelo liberal e, para ao fim, atingir um estágio superior desta segunda fase de competições recíprocas em que os Estados buscam a manutenção de paz duradoura e a cooperação entre as nações em foros regionais e mundiais como a Organização das Nações Unidas.

1.4 Os arquétipos da sociedade internacional

Como já visto anteriormente, o construtivismo moderado entende a anarquia como estrutura social que não possui lógica intrínseca. Esta lógica estaria relacionada à estrutura idealizada ou ao conjunto de ideias na qual está inserida sobre três formas ou arquétipos. A forma de início é aquela sob influência do pensamento do Estado na perspectiva de Thomas Hobbes, anatomista do Estado nacional ocidental que pavimentou o caminho para o estado liberal (MICKLETHWAIT and WOOLDRIGE, 2015:33) ou arquétipo cultural hobbesiano.

No segundo momento, encontramos o arquétipo cultural que alinha suas razões essenciais no pensamento de John Locke, verdadeiro defensor de uma sociedade de proprietários e da propriedade do homem sobre seu próprio tempo e esforço (ARENDT, 2007:24,51,74), chamado por Wendt de lógica lockeana. E em terceiro, o arquétipo cultural baseado no pensamento de Immanuel Kant, ou lógica kantiana, baseada na moral individual como pedra fundamental para todas as ações humanas tendo reconhecido, a priori, as imperfeições e assimetrias entre pessoas e no particular caso do construtivismo em Alexander Wendt, entre Estados.

Para cada arquétipo, Wendt reconhece uma manifestação humana antropomorfizada nos Estados: o inimigo, o rival e o amigo. O que ele define como “a postura dos inimigos é aquela de adversários que ameaçam os que não observam os limites da violência entre si, a postura dos rivais é aquela de competidores que utilizarão a violência para avançar os seus interesses, mas que se abstém de matar uns aos outros e a postura de amigos é aquela de aliados que não usam a violência para resolver as suas disputas e trabalham como uma equipe contra ameaças à segurança” (WENDT, 2014: 313).

Adiante, será passada em revista cada uma delas para melhor compreender de que maneira o construtivismo pode ser identificado como fundamento teórico essencial para o debate sobre a integração regional aprofundada no Cone Sul do continente americano.

1.4.1 Arquétipo hobbesiano

A sociedade internacional pode ser estruturada em uma lógica anárquica primária hobbesiana, na qual, basicamente, o outro é um inimigo a ser vencido. Para Malamud, “*Hobbes es considerado el primer teórico del absolutismo estatal, al que justifica por contraposición al*

estado de natureza. Este último es la condición hipotética de la humanidad previa al contrato social que da origen al Estado; en palabras de Hobbes, consiste en una “guerra de todos contra todos” en que “la vida es solitaria, pobre, desagradable, brutal y breve” (MALAMUD, 2007:85).

Nesse sistema, a única e, verdadeira, intenção do Estado é a sua autoproteção pouco importando as consequências de médio e longo prazo que ações auto protetivas podem causar aos interesses estatais de longo prazo. O Estado hobbesiano opera no sentido de reconhecer e eliminar oponentes e culturas que não sejam convergentes ao seu entendimento em dado momento histórico. Nas palavras de Alexander Wendt, “uma guerra de todos contra todos” (WENDT, 2014:321) em que os Estados são em verdade rivais.

Uma sociedade internacional hobbesiana é a mais distante do construtivismo, uma vez que seus fundamentos conflitam diretamente com os princípios de ideias compartilhadas, identidades e interesses que são formadores do construtivismo. Na sociedade hobbesiana, é a violência que rege as relações entre os Estados. Conforme exemplifica Wendt, as imagens de inimigo estão profundamente estruturadas na história. “Os gregos representam os persas como bárbaros; os cruzados perceberam os turcos como infiéis; europeus medievais temiam que a sua derrota em Liegnitz nas mãos dos mongóis anunciasse o fim do mundo; posteriormente os europeus trataram os povos das Américas como selvagens; conservadores pensaram que a civilização estava ameaçada pela Revolução Francesa. E em nosso século (XX), temos o genocídio armênio o Holocausto, o início da Guerra Fria, a Irlanda do Norte Pol Pot, os fundamentalistas palestinos e israelenses, a guerra civil na Bósnia, Hutus e tutsis – todos baseados em representações do *other* como possuindo a intenção de destruir ou escravizar o *self*” (WENDT, 2014:317).

O arquétipo hobbesiano encontra seus fundamentos na concepção realista de política internacional, em que as forças materiais são absolutamente predominantes e inafastáveis. Por meio dele, percebe-se o outro como potencial inimigo, não existindo espaço para análises sociais sobre as possibilidades de um relacionamento não beligerante.

Na América do Sul, desde o final da união ibérica (1580-1640), quando os reinos de Portugal e Espanha separaram suas coroas, tem início um processo de conflitos fronteiriços e disputas territoriais que reproduzem históricas rivalidades da Península Ibérica, desta vez nas colônias de ultramarinas da América do Sul, divididas pelas contestadas linhas do Tratado de Tordesilhas. A diplomacia funcionou, como elemento de pacificação, uma vez que por meio dos Tratados de Madri (1750) e, posteriormente, do Tratado de Santo Idelfonso (1777) as nações ibéricas conseguiram estabelecer suas fronteiras e evitar um conflito armado de grandes

proporções. Contudo, o ambiente de rivalidade entre Brasil, Argentina, Uruguai e, posteriormente, o Paraguai, sempre esteve presente tendo no conflito da Cisplatina entre 1825 e 1828, e além dele. Foi um período de grandes fricções entre os Estados envolvidos (RICUPERO, 2017:59 ;BANDEIRA, 2014: 206).

Andrés Malamud enfatiza que *“Las relaciones de Brasil con sus vecinos se caracterizaron por el conflicto y una identidad diferenciada, aunque la delimitación temprana de sus fronteras, a inicios del siglo XX, llevó a que las rivalidades no escalaran militarmente* (MALAMUD, 2007: 89).

Por mais de três séculos, os países do Cone Sul trabalharam suas relações exteriores sob perspectiva hobbesiana, em que todos eram inimigos de todos. Em razão do aprofundamento das relações diplomáticas, o ambiente de beligerância foi, aos poucos, sendo substituído por ambiente de rivalidades, sendo esta a característica central das Relações Internacionais do Cone Sul até o advento do Mercosul em 1991 (RICUPERO, 2017:175,566).

1.4.2 Arquétipo lockeano

No mirante teórico secundário da lógica lockeana, a anarquia entre os Estados assume contornos de rivalidade e, muito embora essa fase ainda encontre respostas para os problemas no uso da força, sendo objeto de rechaço por parte daqueles que sofrem suas ações (MALAMUD, 2007: 86), na cultura lockeana ela sempre estará limitada pelos Estados que permitem ao outro seu direito de existir apesar das diferenças. Nesta perspectiva, os Estados são competidores que podem, por vezes, rivalizar em limites extremos do espaço de luta da geopolítica e geoeconomia.

A lógica de Relações Internacionais, sob a perspectiva da cultura lockeana, é defendida desde a formulação do sistema de estado westfaliano, em que há respeito pela autodeterminação dos povos, independência, preservação da paz, defesa dos direitos humanos e do primado da não intervenção ressalvadas as hipóteses previstas pela Organização das Nações Unidas que autorizam a intervenção em legítima defesa do Estado e quando há risco iminente ao sistema internacional. A cultura lockeana “tem uma lógica diferente da hobbesiana, pois é baseada em uma estrutura de papel diferente, rivalidade em vez de inimizade” (WENDT, 2014:337).

A cultura lockeana é criticada pelos realistas que entendem ser impossível para os Estados prever as reais intenções uns dos outros. Isso porque na anarquia das Relações Internacionais “o custo de um erro pode ser fatal, os estados não têm escolha a não ser representar uns aos outros como inimigos” (WENDT, 2014:319). O entendimento sustentado pelo pensamento realista, é defensável em uma cultura hobbesiana e, mesmo que rivais também

possam cometer violências, é importante a diferença no comportamento quando comparado ao ambiente em que todos são inimigos entre si. Ocorre que a perspectiva hobbesiana pode ter sido vencida pela história na medida em que os Estados contemporâneos têm se orientado pelo reconhecimento dos valores consagrados pelo direito internacional como características dos estados westfalianos como a independência territorial, a autodeterminação e o direito à própria existência. A cultura lockeana é uma condição de possibilidade para a “verdade defendida pelo neorrealismo” (WENDT, 2014: 344).

Nesse sentido, Wendt afirma que “não é mais necessário para um Estado ser cristão ou monárquico, agora trata-se de ser um estado-nação, ter as instituições de um Estado Moderno, abster-se de praticar o genocídio, e, cada vez mais, ser um Estado capitalista e democrático. Em todos esses aspectos ser parte da cultura westfaliana não é apenas uma questão da individualidade física de um Estado, mas conformar-se com a estrutura interna dessa individualidade a normas externas sobre sua forma propriedade” (BARKIN and CRONIN, 1984, HALL, 199, MCNEEY 1995, MYER et all 1997 apud WENDT, 2014:352).

Nos Estados, cuja cultura nas Relações Internacionais é fundada na lógica lockeana, existe cooperação do tipo societária, ou seja, as relações são realizadas pautadas por um interesse que pode ser comercial ou de defesa militar. Uma “sociedade significa relações burocráticas anônimas, enquanto uma comunidade significa contato visual e cooperação”, (HAFFNER and BAUMAN, 2021:89). Dentro desse sistema a cooperação tem objetivos definidos e propósito específico. Não há nessa relação a formação de identidade coletiva que permita o aprofundamento de relações em busca de objetivos de longo prazo, como o enfrentamento da pobreza e o desenvolvimento econômico sustentando desafios comuns, por exemplo, aos países do Cone Sul.

Podemos afirmar, com algum grau de certeza, que desde o fim das hostilidades da Guerra do Paraguai até o advento do Mercosul em 1991, os países do Cone Sul estão comprometidos na manutenção de cultura das Relações Internacionais da região em uma perspectiva lockeana, em que a cooperação é do tipo societária, em que os parceiros buscaram eliminar históricas disputas fronteiriças (RICUPERO, 2017:31). Trabalhando no aprofundamento das relações comerciais, mas mantendo distanciamento cultural que, decorridos 30 anos da criação do bloco, tem impedido a formação de uma identidade coletiva regional baseada em interesses comuns.

1.4.3 A cultura kantiana

O terceiro é o arquétipo que se realiza por meio da mútua cooperação, como o reconhecimento das diversas identidades e culturas dentro de cada ator estatal regional. Por meio da lógica kantiana, ou teoria deontológica, aplicada às relações entre Estados independentes. Através dela, os Estados passam a cooperar com vistas à integração no que é possível tendo como fim último o desenvolvimento e o progresso. É quando atingem o arquétipo kantiano que os blocos de integração regional, como o Mercosul, encontram seu melhor momento para o desenvolvimento sustentado no tempo e o estabelecimento de relações comerciais equilibradas a partir de premissa equitativa que rompa com assimetrias regionais e que todos os atores do processo desenvolvam suas potencialidades “com a distribuição dos benefícios da integração” (SOLÁ et al., 2021:6).

Ao analisar as posições e identidades na modernidade, François de Singly assinala que não se pode mais falar em raízes identitárias, mas sim em âncoras. Nesse sentido, é sempre possível transitar de uma posição societária para outra comunitária (HAFFNER and BAUMAN, 2021:68). Como se sabe, a premissa lockeana é a que domina as Relações Internacionais desde o século XVIII. É certo afirmar que o hobbessianismo nas relações entre Estados nunca foi extinto, fazendo-se lembrar por diversos momentos na história dos últimos três séculos. O final da Segunda Guerra Mundial marcou o surgimento dos organismos internacionais de cooperação que, com o fim do bloco soviético em 1991, permitiu o surgimento do que Wendt chama de “causa estrutural idealista” (WENDT, 2014:357) traduzida por uma nova cultura de política internacional que teria emergido no ocidente pela qual a não violência e a cooperação passam a constituir imperativos. Trata-se da cultura kantiana baseada em atores internacionais, que atuam segundo a premissa da amizade em detrimento à rivalidade, da comunidade internacional como etapa seguinte e superior à sociedade de estados cujas características são notadamente lockeanas.

A cultura kantiana na política internacional é severamente criticada pelos realistas que vem na premissa da amizade, cooperação e comunidade internacional uma verdadeira utopia. Racionalistas, por seu turno, encontram grande dificuldade em colocar a premissa da amizade entre Estados como elemento otimizador do auto interesse próprio da política internacional. Em defesa da cultura kantiana, o construtivismo afirma que as relações baseadas em amizade são diferentes das alianças. Explica-se: a amizade, não definida em termos temporais, é, nesse sentido, ilimitada. Diferente é uma aliança dentre aliados que se engajam em direção um propósito comum, sem pretender que este relacionamento se prolongue indefinidamente.

Wendt define que “uma aliança é um arranjo temporário e mutualmente conveniente dentro de rivalidade, ou talvez da inimizade, e, assim, os aliados esperam que ela eventualmente seja revertida em uma condição na qual a guerra entre eles seja uma opção. Amizades podem, obviamente, sofrer uma ruptura, mas a expectativa para o futuro é de que a relação continuará a existir” (WENDT, 2014:358/359).

Na concepção construtivista defendida por Alexander Wendt, a cultura kantiana pode ser internalizada pelos Estados em três graus. No primeiro, os Estados são coagidos a observar normas mesmo que contra sua vontade, pois possuem interesse de violar regras e são revisionistas. No segundo grau, os Estados seguem normas por razões de auto interesse individual. Ambas as estruturas de cooperação têm, como característica, a instabilidade no longo prazo. No processo de internalização de terceiro grau, os Estados reconhecem legítimas as reivindicações que são feitas. Significa dizer que os Estados que “identificam-se uns com os outros percebendo a segurança de cada um não somente como algo instrumentalmente relacionado à sua própria segurança, mas como literalmente sendo sua própria segurança” (WENDT, 2014: 365). Na cultura kantiana ocorre o sentimento de comunidade que permite o surgimento de identidade coletiva. Nas palavras de Jorge Luis Salomoni, “*la integración solo podrá realizarse cuando se vaya conformando un sistema de valores comunes entre los actores del proceso, que incluye una visión del mundo em el que se vive y hacia el cual se preteder ir*” (SUNDFELD et al., 1999:127). Percorrendo esse caminho que, muito embora possa apresentar-se com características ideológicas, mas que encontra sólidas premissas fincadas na *realpolitik*, uma vez que considera elementos práticos como os mecanismos estruturais dados pela geografia, a cultura e a economia regional, parece que somente por esta via será possível o surgimento do sujeito internacional plural que fortalece sub-regiões como o Cone Sul em sua relação com outras regiões e *players* globais.

Importante repisar que, para Wendt, a história das sociedades sob o prisma construtivista é unidirecional, ou seja, parte de lógica aqui chamada de primária de menor cooperação representada pelo hobbesianismo, atravessa fase de amadurecimento em termos de cooperação representada pelo lockeanismo, e, por fim, chega a uma fase de evolução da cooperação para transformar sistemas de identidades egoístas em identidades coletivas em que a cooperação entre atores internacionais é ampla.

A teoria construtivista tem, como pressuposto, a base não usual que aceita não somente os Estados, mas também as pessoas e suas intersubjetividades como atores relevantes na construção das Relações Internacionais para o século XXI. Nesse sentido, a teoria redefine o conceito de anarquia para além das ciências políticas acreditando que os Estados, formados por

peças, podem evoluir de um paradigma altamente competitivo e belicoso para outro em que há cooperação em razão da presença de mecanismos estruturais e da existência de interesses comuns. “Os kantianos modernos dão prioridade esmagadora não aos direitos dos países, mas aos direitos dos indivíduos” (GOWAN, 2003:215).

O surgimento do Mercosul, enquanto iniciativa política regional no Cone Sul da América do Sul, ocorreu, justamente, entre a década de oitenta e noventa do século passado, momento em que o mundo vivenciava o fim do longo período da guerra fria. Enquanto a assinatura do Tratado de Assunção ocorreu em 26 de março de 1991, a guerra fria tem seu último momento com a dissolução da União Soviética em 26 de dezembro do mesmo ano de 1991, data em que a bandeira da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS foi arriada pela última vez no grande palácio do Kremlin, em Moscou. Assim, entendemos que os ensinamentos de Wendt quanto ao construtivismo podem e, devem, ser aplicados para a análise tanto de fenômenos geopolíticos globais como o fim da guerra fria, como para as relações regionais como aquela materializada pelo mecanismo de cooperação do Mercosul. O construtivismo deve ser entendido como ferramenta valiosa a explicar os desafios da integração regional, sobretudo, quando, na segunda década do século XXI, os países fundadores do bloco econômico regional enfrentam seu maior desafio que poderá resultar no seu esfacelamento em razão das forças políticas antagônicas no campo ideológico e com a presença de setores da direita neopatriótica que rejeitam o multilateralismo, como é o caso da presidência de Jair Bolsonaro no Brasil, país em que a formação de comunidade latino-americana de nações consta do seu texto constitucional ao lado de outros princípios formativos das relações internacionais como a independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político. Se é verdadeira a premissa lançada por Alexander Wendt, segundo a qual, a anarquia é o que os Estados fazem dela, é possível afirmar que, no caso brasileiro na quadra histórica do governo Bolsonaro, o país retornou ao estado hobbesiano de hostilidades e rupturas com parceiros históricos como a Argentina, rivalidades vencidas pelo tempo poderiam ter sido retomadas graças ao comportamento desarrazoado por parte de setores das elites regionais que tiveram Jair Bolsonaro como seu maior representante na atualidade.

Elwyn Brooks White nos ensina que a esperança é contagiante de modo que, enquanto houver homens e mulheres íntegros e compassivos, é possível acreditar em soluções que contribuam para a ordem e estabilidade sem a necessidade do conflito beligerante. Quando tudo parece sóbrio e desolador as nuvens se abrem e tudo pode mudar repentinamente. Do mesmo

modo que fazemos da nossa existência contemporânea um caos em que a ideia de todos contra todos parece cada vez mais viva, também temos em nós sementes do bem que esperam pelas condições adequadas para brotar. Se para Wendt o construtivismo é como as engrenagens de um relógio que precisam ser ajustadas de tempos em tempos, E. B. White entende que a ordem e a estabilidade são como um relógio antigo que necessita que se dê corda para seu correto funcionamento (USHER, 2015:24).

No próximo segmento será realizada análise histórica sobre os diversos conceitos possíveis para a ideia de identidades e interesses, tema que dá início à segunda parte da pesquisa. Serão questionados o sentido e a formação das elites políticas e sociais da América Latina e, em particular do Cone Sul, bem como de qual forma o apagamento histórico dos povos originários das américas e da marcante presença de contingentes populacionais africanos, forçadamente introduzidos na região, contribuíram para a formação de identidades e interesses entre os Estado do Cone Sul. O propósito é identificar as forças materiais, culturais, suas bases históricas e políticas que permitiram a formação do Mercosul como principal iniciativa com características próximas ao construtivismo na região do Cone Sul.

Parte II

2 Análise histórica sobre as identidades e o processo de integração entre os povos do Atlântico Sul Ibérico

“A América Latina é, para muitos, considerada como um todo indivisível. Uma massa de terra geograficamente situada entre o México e a Patagônia Argentina, possuindo área de 21.060,501 km² e população estimada em aproximadamente 586 milhões de habitantes” (MARTINS, 2021:143), enquanto o Atlântico Sul designa-se como “a área marítima que se estende desde a linha do Trópico de Câncer até a Antártida.

Nessa região “o comércio sempre foi intenso” (OLIC, 1995:44), seja ele de bens primários levados do continente, manufaturas introduzidas na região ou pelo comércio de seres humanos provenientes de verdadeira instituição colonial chamada escravização. “A visão eurocêntrica impõe a leitura de uma América Latina una, ou seja, formada por um povo com identidade unidimensional sob o signo latino. Ao contrário do equívoco histórico sobre o tema a América Latina não é um todo indivisível, mas sim uma amalgama de identidades” (ELIZALDE, 2007:1 apud MARTINS: 2021:143), construída segundo palavras de Raul Zaffaroni “da junção de culturas entre povos colonizados que desde muito antes de 1500 já habitavam o continente” (ZAFFARONI, 2020 apud MARTINS, 2021:143), bem como de povos escravizados e por essa razão, introduzidos no continente contra sua vontade e dos diversos extratos de colonizadores, excedentes populacionais europeus e de outras regiões do mundo que durante séculos ingressaram no continente.

O presente da América Latina é miríade construída a partir de diversas forças que estão em ação a pelo menos 500 anos. Trata-se de um fenômeno humano multifacetado em busca da sua identidade. Nesse sentido, o sul continental formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai compõe comunidade regional historicamente alinhadas por traços culturais e interesses econômicos que remontam ao período colonial e chegam aos nossos dias com a formação e desenvolvimento do Mercado Comum do Sul (MARTINS, 2021:143).

Nos parece insofismável que o processo histórico de integração regional dos Estados formados a partir das ocupações europeias da Bacia do Rio da Prata tem seu ponto de mais elevada relevância no Tratado de Assunção que, em 2021, completou trinta anos de existência e que, entre outras questões, tem como desafio responder se para o novo ciclo que se iniciou terá condições de converter erros em acertos proporcionando nova “oportunidade histórica de desenvolvimento” aos Estados do Cone Sul (GALEANO, 2010:114).

Como se sabe as nações ibéricas que integram o Atlântico Sul-americano são herdeiras de dois reinos europeus, que, em sua tradição histórica, registram momentos de aproximação formal e de ruptura total. Porém, “nunca houve entre Portugal e Espanha verdadeira vinculação em propósitos e ambições no sentido de uma integração peninsular. A disputa de espaço e poder entre a luso-américa a hispano-américa do sul continental infelizmente reproduziam muitas das rivalidades e conflitos do velho sistema europeu” (RICUPERO, 2017:570). É da superação das rivalidades entre os reinos ibéricos a partir de uma construção de interesses, que tratamos como elemento legítimo a formação da identidade latino-americana baseada em interesses comuns no contexto da integração do Cone Sul. Tomando por empréstimo o pensamento atribuído a Antônio Gramsci sobre o “período de interregno”, (HAFFNER and BAUMAN, 2021:87) a América do Sul vive entre o velho que já morreu, mas que insiste em projetar suas sombras para o presente, e o novo que luta para nascer.

A história é um conhecimento construído no tempo e, muitas vezes, refém dos valores cultivados pela sociedade. Em dado momento a experiência adquirida no tempo não pode ser jogada ao vento, “a história é relevante e importa” (WENDT, 2014:140-141). É certo que a América do Sul de hoje, em especial o sul continental, objeto central da pesquisa, é produto da dinâmica histórica que, tal como dito linhas acima, remonta aos reinos de Portugal e Espanha. Para a compreensão do contexto histórico no qual ocorreu o processo de integração formal do sul continental, faremos uso do paradigma arbóreo que, figurativamente, representa a construção de um pensamento a partir das suas raízes históricas, pois é a formulação imaginária que permite dar clareza e bem ilustrar o caminho percorrido pelos países do sul continental desde a sua formação até o marco temporal dos trinta anos da Cimeira de criação do Mercosul.

A metáfora da árvore encarna vivamente o processo histórico entre luso-américa e hispano-américa, suas raízes na tradição europeia medieval, seu tronco comum e vasos comunicantes nos séculos de colonização e, sobretudo, para os fins desta pesquisa a partir dos reflexos das invasões napoleônicas a Península Ibérica. Nesse sentido metafórico, a pesquisa se encaixa como as folhas que recobrem todos os galhos da grande árvore da América Latina e mesmo que essas folhas caiam ao solo depois de completar seu ciclo natural de vida, ainda podem servir como humos dando nutrientes ao solo. As identidades coletivas como elemento nuclear do processo de integração no contexto do Mercosul podem, *prima facie*, aparecer como elemento de pouca relevância. Contudo, quando observado de forma cuidadosa, é possível identificar que sem a proteção das pequenas folhas de uma árvore sua existência seria um eterno inverno.

2.1 Sobre as elites inacabadas e a formação da infraestrutura das sociedades do Cone Sul

Em uma sociedade organizada as elites são, por definição, o que há de melhor e se valoriza mais. Segundo definição do dicionário Houaiss da língua portuguesa, “o melhor ou mais valorizado num grupo social, uma minoria que domina m grupo” (HOUAISS, 2004). Isso posto, estes grupos minoritários, como regra, possuem significativa parcela de poder junto às sociedades que integram. América do Sul é senão o resultado das elites que nela encontraram abrigo desde o seu início até os dias atuais. No Cone Sul estas elites podem ser identificadas a partir de subdivisão ou seguimentos como elites intelectuais, econômicas, religiosas, militares, agrárias e políticas sendo certo que na história e no presente do Cone Sul a aproximação ou junção de forças entre setores das elites como regra ocorreu a bem do interesse comum, aqui compreendido como os interesses dos grupos hegemônicos dos quais não fazem partes os extratos subalternizados das sociedades sul-americanas. Esses grupos de poder formaram as bases infraestruturais da América Latina e, obviamente, do Cone Sul do continente americano, que encontrou no século XXI suas estruturas superiores baseadas no subdesenvolvimento e no atraso socioeconômico. Sem maior esforço retórico é possível concluir que os problemas do presente refletem, em larga medida, os erros do passado. Sobre a construção do paradigma culturalista que nos trouxeram ao século XXI Jesse de Souza registra:

Como é possível que alguns de nossos indivíduos mais inteligentes tenham construído concepções de mundo que nos humilham, nos rebaixam e nos animalizam? Isso tudo pensado como se fosse destino imutável? Que americanos e europeus se deixem colonizar por esse tipo de concepção de mundo que os dignifica é lamentável, mas compreensível. Afinal, conseguem vantagens bem concretas a partir desse fato. Que os latino-americanos em geral os brasileiros em particular tenham se deixado e ainda se deixem, até os dias de hoje, colonizar por uma concepção racista e arbitrária que os inferioriza e lhes retira a autoconfiança e a autoestima não é apenas lamentável. É uma catástrofe social de grandes proporções. Como as ideias são fundamentais para a ação prática, jamais seremos um povo ativo e autoconfiante enquanto permaneceremos vítimas indefesas desse preconceito absurdo, (SOUZA, 2019:24).

Vencidas as centúrias coloniais e consolidados os processos de independência formal em relação ao poder das metrópoles, coube aos novos estados sul-americanos demarcarem em seu espaço de poder para as Relações Internacionais dos séculos XIX e seguintes. Interessa saber se a influência das elites intelectuais que, egressas dos melhores bancos universitários Península Ibérica, França, do Reino Unido e da formação militar da prussiana permitiram influenciar os destinos dos países em que encontram pouso. De um mirante histórico, a primeira visão pode levar a acreditar que os caminhos percorridos por países como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai não foram influenciados senão pelas forças decorrentes das armas e do capital. Não sendo crível, *prima facie*, que a grandeza do conhecimento iluminista das universidades de Portugal e Espanha, da educação britânica, da cultura francesa e da formação

para as armas em sentido profissional e não político da Alemanha tenham conseguido penetrar no monólito pós-colonial. Isso porque tanto a luso-américa, aqui obviamente representada pelo Brasil, quanto os países que compõem o Cone Sul, todos pertencentes à hispano-américa, não lograram êxito na produção do saber libertador e no progresso científico e tecnológico como legado para gerações futuras que hoje encontram o século XXI com o abismo do subdesenvolvimento.

Para Ana Penido e Miguel Enrique Stédile, as elites inacabadas da América do Sul podem ser assim definidas como “a mentalidade colonizada, subordinada e obediente, é praticamente uma característica “genética” das elites latino-americanas, assim como um comportamento econômico parasitário. Em outras palavras, as classes dominantes latino-americanas rejeitam qualquer projeto de soberania nacional e autonomia econômica e contentam-se com o papel de mediadoras da exploração e da extração de riquezas da periferia para o centro, como sócias menores do imperialismo” (FERNANDES, 2000 Apud PENIDO and STÉDILE, 2021:88).

A América do Sul do século XXI é, pois, o resultado dos esforços ou ausência deles, das elites em formação de outrora em construir um espaço de prosperidade intergeracional. Uma região cujas identidades foram “violentadas e fragmentadas” (XAVIER and DÁVILA, 2019:488) constantemente desde sua emancipação política. Essas elites, que hoje consideramos inacabadas, nunca foram preparadas para o desenvolvimento comum e grandioso, mas sim para a manutenção de um regime patriarcal que confunde conceitos do conservadorismo com o mais puro atraso, apelo reacionário em uma relação neocolonial com a potência hegemônica desde a segunda metade do século XX. As mesmas elites que ocupam o espaço da infraestrutura e foram responsáveis pela formação dos Estados independentes do Cone Sul ainda se fazem representar no século XXI, “os processos de concentração estão nas mesmas mãos” (SAFATLE, 2022), nutrindo os mesmos valores do caudilhismo e do coronelismo do século XIX, sendo certo afirmar que as estruturas das sociedades que hoje compõem a estratégia de integração chamada Mercosul, em maior grau como o caso brasileiro, ou em menor grau, como pode ser o caso uruguaio, paraguaio e argentino, representam os valores das elites coloniais ou pós-coloniais que buscaram assumir o lugar dos impérios ibéricos.

Para que se compreenda os desafios ao processo de integração e a fragmentação das conquistas até aqui alcançadas pela iniciativa Mercosul, caso os esforços na direção da formação de comunidade baseada em interesses recíprocos e identidades comuns não sejam reafirmados pelas lideranças responsáveis pelas alianças geopolíticas dos próximos anos, é preciso compreender as infraestruturas construídas pelas elites inacabadas. Nesse sentido, é

indispensável um olhar atento ao período de formação dos Estados independentes do Cone Sul e é sobre esse assunto que dedicaremos o próximo seguimento da pesquisa.

2.2 A formação dos Estados independentes do Cone Sul

Das lições de Moniz Bandejas extraímos que Estados como Brasil e Argentina “possuem igualmente idiossincrasias. Daí por que o estudo das políticas exteriores da Argentina e do Brasil, forças motrizes do Mercosul, bem como de suas relações, não apenas entre si, mas também com seus sócios— Uruguai e Paraguai— e outros países da América do Sul, demanda um conhecimento das tendências que nelas historicamente se manifestaram” (BANDEIRA, 2014:56).

A invasão dos exércitos de Napoleão Bonaparte à Península Ibérica foi responsável por uma miríade de eventos nos territórios ocupados como colônia de exploração pelos reinos de Portugal e Espanha. O registro do modelo colonial da linha acima fez-se necessário em razão da necessidade da análise crítica em oposição à tradicional entre o desenvolvimento do tipo norte continental, cuja colonização foi majoritariamente de povoamento e de confissão protestante, em relação ao modelo empregado na Latino América marcado pelo pacto colonial de exploração de matéria prima e o exclusivo na compra de manufaturas e na tradição católica.

Daniel Reis Coronato defende que, na América Latina, as independências resultaram na formação de Estados que buscaram emular as instituições nacionais europeias e, ao mesmo tempo, integrar elementos e experiências significativamente singulares dos povos americanos:

Muitos Estados nesta região se caracterizaram como espaços ‘pré-nacionais’, em arranjos sociais distintos daqueles presentes na Europa. De maneira geral, pode-se notar uma ou mais dessas características: mecanismos de coerção não concentrados (apenas) no Estado; permanência de lógicas tribais e senhores da guerra; ausência de um sistema de financiamento fiscal ou estrutura tributária viável; descentralização administrativa e/ou controle absoluto do poder por um único grupo; fronteiras não determinadas ou controladas; modelos de interação internacionalizada que ultrapassam fronteiras; ausência de uma soberania viável ou soberanias distintas e/ou plurinacionais; internacionalização dos conflitos internos; dificuldade no estabelecimento de laços nacionais e alteridade; inexistência de um grupo que responda de maneira centralizada pela formulação e execução da política externa, abrindo espaço para exercícios diplomáticos paralelos com/entre grupos políticos não-estatais, (CORONATO, 2017:14-25 apud BABO; CORONATO, 2022:17).

No Brasil luso americano, foi somente em “1808 que se deu a transferência, não só da corte, mas também do quadro administrativo português, que será a semente do Estado que se torna independente em 1822” (SOUZA, 2009:106). “Uma separação pacífica” nas palavras de Eric J. Hobsbawm (HOBSBAWM, 1982:85). Na América castelhana, os ventos da independência sopravam forte como efeito das mudanças provocadas na península ibérica em decorrência das invasões napoleônicas. Dos países mais ao sul do continente, foi a Argentina

que, em 1810, deu início ao seu processo emancipatório cuja declaração de independência foi conhecida somente em 1816. Nesse mesmo período, o Brasil assinava tratados comerciais profundamente desiguais com o Reino Unido, fato histórico-político que marcou profundamente a história econômica do Brasil em significativa parte do século XIX.

O processo de independência do Uruguai foi marcado pelo estremecimento da complexa relação entre os impérios ibéricos, condição de constante atrito que remonta a formação dos Reinos de Portugal e Espanha e pode ser observada ainda hoje, na aurora do século XXI, com o isolamento insular do Brasil em relação aos seus vizinhos hispânicos, um comportamento preservado através dos séculos de “se ver como uma ilha no interior da América Latina, como se os processos latino americanos fossem completamente exteriores ou estranhos às dinâmicas no Brasil” (SAFATLE, 2022), condição existencial completamente equivocada, notadamente quando o pêndulo da história foi ao ponto mais agudo do atraso, que no Cone Sul corresponde ao conservadorismo protofascista, dando azo a toda sorte de dissonâncias entre o Brasil e seus parceiros do outrora rico em ambições sobre as possibilidades de verdadeira integração regional e hoje com riscos de diminuição da sua importância enquanto estratégia de integração regional.

Tão importante quanto o contexto histórico, está a geografia que, no caso do Cone Sul, terá implicações significativas para a geopolítica e geoeconomia regional. A importância da geografia se revela quando observamos a região estratégica do Rio da Prata entre Buenos Aires e Montevideo que, desde muito tempo, atraiu os olhares de cobiça das nações ibéricas e dos seus aliados estratégicos como o Reino Unido. “Para a Espanha a banda oriental cumpria o papel de proteção das principais vias fluviais internas no seu curso superior, era a barreira à constante pressão lusitana sobre o litoral platino. Na percepção portuguesa, a banda oriental tinha o atrativo de ser a continuação geográfica e lógica do seu território americano, além, é claro, dos interesses econômicos implícitos mencionados anteriormente” (PADROS, 1996:117).

Do conflito entre os impérios ibéricos sucedidos pelos nascentes Estados independentes da Argentina, ou da então Províncias Unidas do Rio da Prata e do Império do Brasil, surge em 1825, o Estado Independente do Uruguai, reconhecido pelo Tratado de Montevideo assinado pelos herdeiros dos impérios ibéricos no Cone Sul, em 1828, com a chancela dos ingleses.

De todos os Estados do sul continental é possível crer que foi o Paraguai aquele que buscou a verdadeira emancipação desde a sua independência, em 1811, e até sua destruição quando da enfadonha guerra contra seus vizinhos Brasil, Argentina e Uruguai (1864-1870). Desde sua independência, “o Paraguai buscou o isolamento em relação aos interesses britânicos da região de sorte que por não aceitar a condição de neocolônia britânica e na tentativa de ser

verdadeiramente independente, atraiu ônus que, entre o devaneio do ditador Solano Lopez e outros fatores, levou a marcante guerra entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai no século XIX” (BETHEL, 1995:276 ; LIMA, 2016:65, 79).

Em comum, os Estados do Atlântico Sul do continente americano, além da ancestralidade nos reinos ibéricos e da herança católica, encontram simetrias nos parceiros para assuntos militares e econômicos. De início e, sobretudo, o Reino Unido nas relações comerciais. Ao final do século XIX e início do século XX, a Alemanha nas relações militares. Estados Unidos como herdeiro colonial do império britânico reivindica o continente para si a partir do século XIX, obtendo êxito em suas intenções com a política do panamericanismo em que, por mais de um século, o Brasil tem sido seu principal aliado regional, tema que, por sua relevância, será tratado em capítulo próprio na terceira parte desta pesquisa. Conforme entende Nancy Elena Ferreira Gomes: *“After independence, the New Latin American states, including Brazil, defined closer relationship strategies, first to the British, the great maritime and commercial power in the world, and from the end of 19th century, to the United States of America”*, (GOMES, 2013:230).

A relação do Brasil com os ingleses remonta o período da chamada *Pax Britânica* e chega até a segunda grande guerra. A invasão da península ibérica por Napoleão Bonaparte impôs ao império português a necessidade de proteção pelo império britânico e, como consequência, uma relação que viria a ser desfavorável aos interesses do império português e do futuro Brasil independente (HOBSBAWM, 1982:31). Em 1810, são assinados tratados entre Portugal e Grã-Bretanha que consistiam em compromissos de proteção e comércio. Os termos acordados selam a subordinação de Portugal à tutela britânica, como virtual protetorado econômico, estabelecendo, entre outros pontos: reafirmação de Tratados anteriores, privilégios alfandegários para produtos britânicos, extraterritorialidade judicial para os súditos britânicos no Brasil sem reciprocidade, liberdade religiosa para os protestantes britânicos e proibição da implantação da inquisição no Brasil, além do “compromisso português de proceder a gradual abolição do tráfico de escravos e acesso irrestrito de navios de guerra britânicos aos portos portugueses e brasileiros” (GARCIA, 2018:32). Importa saber que de todos os pontos abordados no Tratado de 1810, dois deles seriam considerados máculas para o Brasil independente do século XIX. O primeiro diz respeito à manutenção da chaga da escravização de pessoas sequestradas em África e vendidas como mercadorias para as américas, tema que será enfrentado em capítulo específico quando trataremos das identidades coletivas sob o aspecto do “branqueamento” proposital promovido por governos do Cone Sul como fator a

fomentar identidade mais próxima ao modelo europeu e mais distante das identidades coletivas da América do Sul, uma manifestação clara do neocolonialismo.

O segundo elemento diz respeito à presença da marinha real britânica em águas brasileiras, muito longe de relações amistosas a presença de embarcações de fiscalização do tráfico de pessoas escravizadas acabou por representar um elemento que, aos olhos das elites, fragilizava a soberania nacional. Cumpre destacar o episódio do navio *HMS Cormorant* que operava na costa brasileira e por ordem do parlamento inglês fez cumprir a *bill aberdeen*, lei britânica que em linhas gerais autorizava o impedimento pelas armas do comércio de pessoas escravizadas. Em julho de 1850, o *HMS Cormorant* apreendeu embarcações brasileiras atracadas no porto de Paranaguá ao sul do Brasil e recebeu como resposta tiros de canhão que resultaram em severas avarias. Tal fato resultou na mudança de paradigma em relação à questão escravocrata com o fomento do ingresso de imigrantes europeus no Brasil não exclusivamente portugueses, bem como contribuiu para fragilização das relações entre o Brasil e a Reino Unido na segunda metade do século XIX.

Até a segunda parte do século XIX, o Brasil tinha seus interesses concentrados na Baía do Prata (BANDEIRA, 2009:80). O relacionamento estreito e secular com o Reino Unido, somente perde espaço quando do surgimento e fortalecimento na primeira década do século XX, da política relacionada ao panamericanismo e, mais além, com o alinhamento militar e ideológico de significativa parte das forças armadas brasileira com os interesses geopolíticos dos Estados Unidos da América, notadamente no contexto da Segunda Guerra Mundial. Para militares de alta patente como o general do exército brasileiro na primeira metade do século XX, Góes Monteiro, os defensores da manutenção das relações estratégicas com os britânicos “preferiam a escravidão britânica porque a consideravam mais consensual e estritamente econômica e já passaram por ela” (SMALLMAN apud LOCHERY, 2014:112).

Na formação dos Estados independentes do Cone Sul surge uma outra potência que, muito embora não tenha participado dos processos expansionistas do comércio colonial, reivindicou seu papel na história como potência tecnológica e militar em busca de protagonismo na geopolítica entre os séculos XIX e XX. Trata-se da Alemanha unificada. A presença da Alemanha no hemisfério sul parte de política exterior agressiva e expansionista com fundamento intelectual no conceito de *lebensraum* formulado por Friedrich Ratzel, que estabelece a ideia de espaço vital para os Estados (MAGNOLI, 2000:14). Em 1900, o exército argentino funda a escola superior de guerra e, a partir dessa época, “passa a contar com o auxílio e a instrução de diversos tenentes coronéis alemães, como Von Bellow e Von Thavenay em 1910, Von Goltz e Von Krestzchmer em 1911, e Schlegner em 1912. Segundo Armando Duval,

adido militar brasileiro na Argentina, os contratos dos professores alemães foram sempre feitos em Berlim pelo adido militar argentino” (BELLINTANI, 2014:45).

Tratar das instituições militares na América do Sul não é um recurso histórico, mas sim necessidade sociológica, o fetichismo dos coturnos tem, na região, vários seguidores adictos. Tal afirmação encontra lastro a partir da influência das instituições militares cujo caráter, essencialmente profissional, é diminuído na América do Sul dando espaço para atuação e influência cada vez mais crescente na política partidária das repúblicas do Cone Sul, muitas vezes em sobreposição às correntes de pensamento iluministas e verdadeiramente republicanas que buscaram exercer influência no momento pós colonial das repúblicas americanas, mas que, por inúmeras vezes, foram caladas pela força das armas.

A presença marcante de uma tradição militar fez com que o pensamento crítico, proveniente do iluminismo europeu que buscava assento junto ao debate da modernidade, não encontrasse porto seguro junto às elites inacabadas do momento pós-colonial no Cone Sul. Alberto Methol Ferré e Alves Metalli afirmam que a América Latina herdou o pensamento colonial segundo o qual “não conseguimos deixar de pensar em nós mesmos sem nos compararmos com o centro, mas não podemos sequer conquistar uma originalidade de pensamento sem sermos conscientes da nossa particular relação com ele” (METALLI and FERRÉ, 2006:31). Daí afirmar que quando se refere ao período entre o surgimento dos Estados independentes do Cone Sul no início do século XIX até o surgimento de práticas estratégicas de integração regional de características marcadamente construtivistas que resultaram no Mercosul em 1991, não se pode considerar como efetivamente emancipatórias as vivências da pós colonialidade em sua inteireza. Trata-se da persistência do pensamento colonial que somente perde espaço na segunda parte do século XX, com os estudos decoloniais tanto em África, como na América Latina.

Os países do Cone Sul adentram o século XX marcados pelo caudilhismo hispano americano e pelo coronelato e compadrio brasileiro. Naquele ponto, o pensamento republicano e emancipatório nos governos civis sofre com a vigilância constante pelos homens da caserna que “abandonando a profissionalização militar assumiram responsabilidade em assuntos de estado por acreditar que os civis eram incapazes para tal fim” (NUNN, 1975:232). Tal condição será marca na história republicana brasileira que, diferentemente dos seus vizinhos do Cone Sul, nunca conseguiu promover verdadeiro acerto de contas com os desmandos das forças armadas e acabou por ficar submetida de forma permanente à sua tutela até os dias atuais (SAFATLE, 2022).

Não se nega o fato de que os antigos reinos ibéricos, mesmo no século XX, também sofreram com as ondas do autoritarismo que, sob o pálio positivista da paz, da ordem e da estabilidade, invariavelmente, impunham às populações ibéricas toda sorte de sofrimento. Ocorre que, enquanto na Península Ibérica da segunda metade do século XX do sofrimento provocado pelos ditadores aflorou o sentimento democrático, com a presença das elites intelectuais tendo voz e vez no debate público. Na América do Sul, o dissabor provocado pela condição de pós colônia governada por elites inacabadas, não libertou do julgo de antigos impérios, bem como da sucessão de ditadores de ocasião e governos populistas de todos os aspectos políticos que invariavelmente provocam o desequilíbrio e o enfraquecimento do manto da democracia e da representação popular.

O positivismo científico, em convergência com outros elementos relacionados à tradição servil colonial em que o crescimento das economias não traduz desenvolvimento das sociedades, bem como a ausência das identidades coletivas verdadeiramente voltadas para os interesses do Cone Sul, provocou o alijamento da intelectualidade iluminista formada nos melhores centros de ensino em relação aos centros de poder político fortemente marcado pelo elemento militar e pelo conservadorismo da tradição católica.

No século XX, a busca pela integração do sul continental decorre do “ambiente da guerra fria surge como reação tímida à hegemonia dos Estados Unidos da América, esse movimento que daria origem ao Mercosul postulava a dissociação entre a América Latina e a América anglo-saxônica” (MAGNOLI, 2000:186). O surgimento do Mercosul pelo Tratado de Assunção teve, em sua essência, a ambição de romper com o passado em busca de um futuro que fosse comum aos povos da região. “A integração do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) com os países da Comunidade Andina (CAN), Chile e Venezuela, permitiria a formação de uma massa econômica que se pode calcular em mais de US\$ 3 trilhões, maior do que a da Alemanha, da ordem de US\$ 2,8 trilhões, em 2007, calculada com base na paridade do poder de compra” (BANDEIRA: 2009:51).

Na perspectiva de Malamud o Mercosul representou:

Para Brasil, constituye la principal herramienta para administrar sus relaciones con Argentina, amortiguando conflictos y apaciguando celos. Para Argentina, es un instrumento para sujetarse a Brasil y coparticipar de su protagonismo global. Para Paraguay resulta una fatalidad derivada de la historia y la geografía: los países mediterráneos no tienen alternativas a la cooperación con sus vecinos costeros. Para Uruguay, em cambio, fue una oportunidad que se transformó en carga, pero cuestiones ideológicas y de buena vecindad lo mantienen atado al bloque. Y para Venezuela, el Mercosur quizás constituya el último reaseguro contra la inestabilidad política y el colapso socioeconómico (MALAMUD, 2013:280-281).

Da divisão geográfica decorrente da independência dos países da América do Sul no século XIX, surgem Estados caudatários de um poder central que transita entre o Reino Unido e os Estados Unidos da América. Não há que se falar em verdadeira independência. Há, pois, manutenção do antigo pacto colonial em que os parceiros do Sul são tolhidos do desenvolvimento pelas potências ao norte. No mais das vezes, o que se percebe é um crescimento econômico episódico e estéril que logo cede lugar às crises próprias do subdesenvolvimento endêmico. Fosse verdadeira a premissa positivista sobre a independência dos novos Estados americanos, não teriam trajetórias tão errantes como as conhecidas por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O que se observa na América do Sul lusa e hispânica é, por certo, ausência do núcleo central do desenvolvimento, calcado na educação verdadeiramente libertadora, na liberdade e independência econômica e nos valores republicanos que somente conquistam as sociedades que evoluíram sem supressão de etapas necessárias ao seu fiel desenvolvimento.

Para América do Sul, a deriva continental assume outro sentido. Tal conceito geológico apresentado pela primeira vez pelo geólogo alemão Alfred Wegener (1880-1930) traduz a ideia do movimento de significativos blocos de terra que um dia já estiveram conectados em uma massa chamada Pangeia. Tomamos por empréstimo o conceito para ilustrar que a América do Sul vive a sombra do pensamento neocolonial o qual impõe a fragmentação geopolítica e torna possível a existência dos “Estados desunidos da América” (METALLI and FERRÉ, 2006:54), com permanente *déficit* democrático, ausência de lastro político e conexão entre os povos sul-americanos, notadamente quanto se tem em mira a luso-américa insulada em relação aos seus vizinhos da hispano-américa.

A próxima seção irá caminhar para o estudo dos conceitos sobre identidade e integração, esperando que seja possível, a partir do pensamento contemporâneo entre as diversas escolas das Relações Internacionais e das ciências humanas, estabelecer liame conceitual que permita o avanço na pesquisa em direção a conclusão teórica que contribua para o debate sobre o tema.

2.3 Identidades coletivas em formação de um povo que se nega

O mexicano Carlos Fuentes foi um dos primeiros a questionar quem somos nós latino-americanos. O livro *Terra Nostra* traz uma reflexão de “quem somos”. Quem é o indivíduo latino-americano a partir da visão literária. A busca por uma identidade latino-americana é percebida por todo o continente. No México, o livro questiona quem é e o que significa nascer nesse continente, o que significaram as guerras e os regimes ditatoriais e quem está escrevendo esta história. Tanto nas Américas como em África, o processo decolonial merece a mesma atenção quanto ao papel das elites inacabadas que se colocaram como herdeiras dos colonizadores europeus. Nesse sentido, o escritor angolano José Eduardo Agualusa enfrenta o processo decolonial em sua obra “O vendedor de Passados”, livro em que o personagem que vive em um ambiente pós-colonial, em Angola, vende passados ilustres idealizados para empresários e políticos e para a burguesia angolana que buscam prestígio em um passado colonial para sua projeção social no mundo pós-colonial. Há, na obra, uma forte crítica à persistência do colonialismo escravizador de corações e mentes.

No Cone Sul, a vida imita a arte fazendo com que o indivíduo latino-americano, em especial o homem médio do sul ibérico, não se identifique com as suas raízes, tentando, sempre que possível, construir um passado idealizado em oposição ao reconhecimento das diversas identidades coletivas formadoras dos povos do Atlântico Sul ibérico. Em 1984, obra de Eric Arthur Blair, que preferia ser chamado pelo pseudônimo de George Orwell, o partido possuía um lema que dizia que “quem controla o passado controla o futuro, quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 2003:40). Parece que, na América do Sul e no particular recorte do Cone Sul, as elites que se apresentam ao debate da modernidade e que hoje ganham relevância no espaço de luta da geopolítica regional buscam seguir pelos caminhos traçados pelo grande irmão pensado na obra ficcional de Orwell.

Retomar a leitura de Friedrich Ratzel deve fazer parte da presente pesquisa, não para afirmar as teorias sobre espaço vital e determinismo histórico e ambiental, cuja refutação histórica já foi apropriadamente realizada, mas sim para permitir reflexão dialética quanto aos conceitos temporais sobre integração regional, identidades coletivas na América do Sul e a importância da geografia em seu aspecto físico, político e cultural na formação de verdadeira integração. “Ratzel foi um produto da sua época, reproduzindo ideias sobre cultura e raça, visões políticas e valores da sociedade alemã, dentro do contexto e do cenário geopolítico da Europa do fim do século XIX” (SEEMANN and PEDROSA, 2020:140). É nesse contexto de preconceito prussiano balizado por uma protociência que tornava uma raça superior e outra inferior, foi que Ratzel manifestou sua admiração pela grandeza industrial dos Estados Unidos

da América ao mesmo tempo em que afirmou menosprezo à população da América Latina ao publicar suas experiências quando em sua passagem pelo México, entre os anos de 1873 e 1875. As reflexões de Ratzel permitem concluir que, para ele, “a era dos Estados nacionais industriais nos moldes da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Japão foi superada por um novo modelo emergente” (METALLI and FERRÉ, 2006:51,53). Para ele, o século XX abriu a “era dos Estados continentais industriais” (METALLI and FERRÉ, 2006:51,53).

Esse ambiente de euforia em relação ao processo industrial dos Estados Unidos da América e a hostilidade e o preconceito sobre os povos latinos que, repita-se, não formam massa unitária, mas sim são distintos entre si. Tal *geist* permitiu, ao longo do século XIX e XX, a difusão do sentimento sintetizado nas palavras do secretário de estado dos Estados Unidos da América, em 1820, John Quincy Adams, que declarava que “não há comunidade de interesses ou de princípios entre a América do Norte a do Sul” (LARS, 2000:17). Para quem “o povo da América Latina é o mais ignorante, o mais fanático e o mais supersticioso de todos os católicos romanos da cristandade” (LARS, 2000:21). A concepção dos povos originários das américas, como inferiores na visão eurocêntrica do projeto colonial, alimentaram de forma significativa as teorias raciais do século XIX e a própria formação dos estados nacionais (DUPRAT, 2022).

Paradoxalmente a todo preconceito historicamente construído, políticas impositivas e acordos desfavoráveis que marcaram a relação entre América do Sul e os Estados Unidos da América, é preciso dizer que, segundo dados da *census bureau USA* para o ano de 2020 referente ao ano de 2019, (CENSUS, 2020) da população total estimada em 328.239,523 habitantes, 60.481.746 se declararam hispânicos ou latinos:

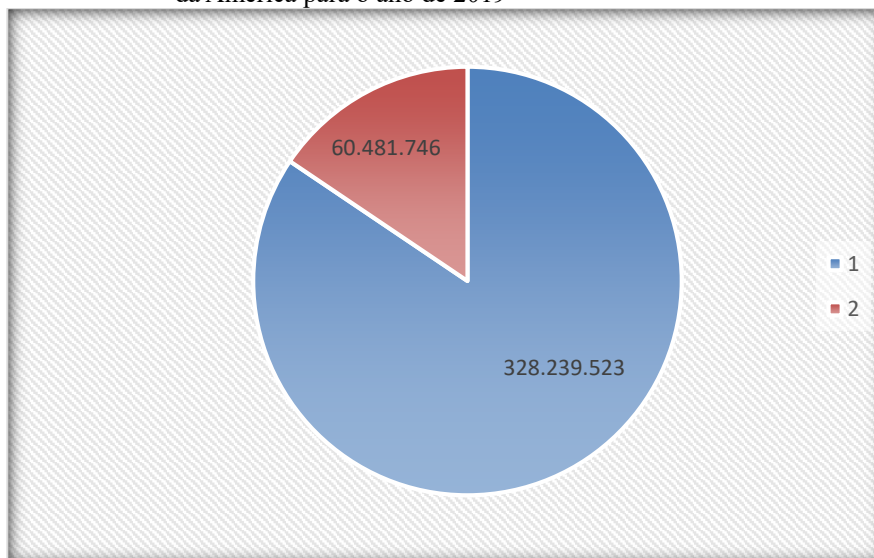
Figura nº 01 – censo populacional dos Estados Unidos da América em 2019



Estados Unidos		
Rótulo	Estimativa	Margem de erro
▼ Total:	328.239.523	*****
Não hispânico ou latino	267.757.777	± 11.342
► Hispânico ou Latino:	60.481.746	± 11.342

Fonte: CENSUS, b. Eight Hispanic Groups Each Had a Million or More Population in 2020. United States Census Bureau. 2020. Consultado em 26.11.2023

Figura nº 02 – Gráfico sobre a população autodeclarada de origem latina nos Estados Unidos da América para o ano de 2019



Fonte: gráfico elaborado com base nas informações divulgadas pelo governo Federal dos Estados Unidos da América tendo 2019 como ano referência. O material tem o propósito de auxiliar na compreensão sobre o paradoxal debate identitário nos EUA que de muitas formas é constituído por todas as gentes (MARTINS, 2021)

Considerando as informações extraídas da pesquisa e realizando análise empírica e exploratória sobre os dados, parece razoável afirmar que duas conclusões são possíveis. A primeira é que, significativa, parte da magnífica cultura estadunidense tem a contribuição dos descendentes ibéricos e dos povos ancestrais das américas. Em segundo lugar, parece correto afirmar, que tal presença numérica faz dos Estados Unidos da América, nação ao menos parcialmente latina. O tema é relevante e certamente tem merecido atenção de abalizados pesquisadores das Relações Internacionais, e de outros ramos do saber humano não sendo o objetivo deste trabalho discutir a presença e a formação da identidade latina ao norte do continente americano, razão pela qual seguimos para a próxima seção, momento em que se pretende tratar da construção das identidades coletivas e decoloniais no Cone Sul.

2.4 A construção das identidades coletivas e decoloniais

O debate indenitário tem ocupado grande espaço entre os atores políticos e sociais, sobretudo, com a reconfiguração decorrente da nova ordem mundial posterior a 1945, e no contexto dos “trinta gloriosos”, período em que diversos movimentos de afirmação nacional passaram a enfrentar a questão da permanência colonial em seus territórios, seja pela presença física ou pela continuidade do colonialismo por outros meios relacionados à geopolítica e à

geoeconomia. Movimentos que buscam o restabelecimento da verdade em relação ao genocídio dos povos africanos (GOMES, 2019: 117), que lutam pela igualdade entre sexos e contra toda forma de discriminação relacionada à orientação sexual, bem como que buscam a afirmação de identidade decolonial propriamente africana, latina ou asiática a depender do caso e respeitadas as complexidades de cada região dentro dos continentes.

Quando percorremos os diversos Estados que compõem a comunidade das nações, encontramos conflitos nacionalistas e identitários como o existente na Nova Zelândia em relação à cultura maori, muito próprias do processo decolonial na medida em que pretende afirmar a identidade de um uma cultura ancestral dos povos originários na Oceania. O conflito envolvendo a Ucrânia e Rússia, também, contém teor identitário uma vez que dos 50 milhões de habitantes do país, 25 milhões falam russo como primeiro idioma e mais de 10 milhões são originários da Rússia (MIELNICZUCK, 2006:225), o mesmo pode-se afirmar quanto ao que ocorre na Catalunha em relação à Espanha e o que ocorreu entre Argélia em relação à França nos termos do debate proposto por Franz Fanon.

Edgar Morin não nos deixa esquecer que, quando percorremos a história na humanidade, encontramos no antissemitismo uma forma de associação identitária negativa que acabou por franquear incontáveis atrocidades contra o povo judeu. Conforme Alexander Wendt, “o processo por meio do qual identidades e interesses se formam é chamado de “socialização” (WENDT, 2014:210). Quando o processo de socialização não ocorre como esperado seja em razão de forças que agem entre os polos envolvidos, seja em razão de elementos extrarregionais o que se vê é o conflito que impede a formação de identidades coletivas.

“Por se tratar de movimentos que tem como objetivo estabilizar relações historicamente desiguais muitas vezes ou quase sempre em defesa dos seus interesses acabam por fazê-lo por meio de visão de túnel de forma a impedir o diálogo com aqueles que supostamente os oprime não constroem pontes, mas sim muros. Trata-se de uma forma de individualismo identitário (MARTINS, 2022:157; ROMUALDO, 2021 apud LILLA, 2017:232) ou identitarismo tribal nas palavras de Wilson Gomes (GOMES, 2021). Para Mark Lilla, os discursos identitários têm provocado aprofundamento da polarização, condição que produz efeito contrário ao pretendido quando se busca a integração em seu sentido mais amplo compreendido de forma horizontal” (MARTINS, 2022:157).

No mesmo sentido, está o pensamento de Yascha Mounk que nomeia o fenômeno como síntese identitária, pela qual grupos progressistas identificados com a pauta da esquerda acabam por alienar o debate público efetivamente necessário sobre questões de gênero, igualdade de oportunidades em seu aspecto material e liberdades. Tudo em razão da defesa opaca sobre raça,

gênero e identidade que ao fim acabam por causar esgarçamento do debate público sobre o tema. (SANCHES, 2023).

É preciso salientar que tal forma de manifestação identitária hostil ao diálogo intergeracional e afeita à radicalização é fenômeno que se manifesta em maior proporção a partir dos efeitos geoeconômicos e geopolíticos da globalização. Não é possível identificar causa única para o fenômeno, contudo, é possível afirmar que os processos migratórios que existem desde que os primeiros homens abandonaram as planícies africanas e migraram para terras mais férteis marcando a raça humana como espécie em viagem, que tais processos associados à era dos extremos vivenciada a partir do advento tecnológico ou da pós-modernidade, as mudanças climáticas acabam por alterar as dinâmicas do planeta dando início ao antropoceno. Enfim, toda essa complexa miríade de eventos permitiu o agravamento dos nacionalismos surgidos segundo Benedict Anderson, ao final do Século XVIII, de um novo espaço de interações sociais estruturados em torno de comunidades imaginadas, construídas para “dar a noção de pertencimento para indivíduos que não poderiam fazê-lo de maneira concreta e que se mostraram necessárias como elemento discursivo e ideológico para estimular a criação de uma identidade que favorecesse a consolidação dos Estados centralizados”, (BABO and CORONATO apud ANDERSON, 2022:15) (ANDERSON, 2008:39 apud MARTINS, 2022:157).

Nacionalismos que passam a existir em sua forma mais extrema, podendo ser convertidos em racismo (MORIN, 2007:71), provocando toda sorte de desventuras para as sociedades contemporâneas que, uma vez conjugados com a externalidades negativas advindas do processo de evolução tecnológica e das mudanças climáticas decorrentes em grande parte do crescimento acelerado do capitalismo predatório nos últimos duzentos anos, tem por efeito a desestabilização das relações sociais fazendo com que os nacionalismos tribais ressurgam na aurora do século XXI. Alexander Wendt assim define que “também há os recursos geográficos e naturais. A distribuição de certos recursos em determinadas áreas, possibilita o desenvolvimento tecnológico das sociedades primitivas que lá habitam. Condições de vida inóspitas desestimulam o estabelecimento de uma comunidade no local. Padrões climáticos interferem na agricultura. A ação humana, por sua vez, pode ter consequências não premeditadas para o ambiente natural que alimenta a sociedade, com efeitos potencialmente devastadores – aquecimento global, redução da camada de ozônio e de recursos” (WENDT, 2014: 143-144).

O processo industrial acelerado e o capitalismo tardio associados ao surgimento das guerras em países do terceiro mundo, senhoras da fome e da destruição, impuseram a um contingente cada vez maior de pessoas a necessidade de deslocamento. Como toda ação tende a provocar uma reação, ressurgem na Europa e na América do Norte grupos identitários que buscam reafirmar ideais nacionalistas de forte carga xenófoba que alimentam ações com grande potencial desagregador e destrutivo.

Na América do Sul, aos herdeiros dos reinos ibéricos, foi dada a responsabilidade sobre o desenvolvimento de um projeto de integração que superasse as rugas dos seus antepassados

na busca do reconhecimento das diferentes organizações sociais coletivas que, ao fim, permitam o progresso dos povos formadores das suas diversas identidades. Muito se fala que o projeto de uma América do Sul forte falhou, há, porém, quem diga, que ele ainda está em seu início uma vez que, em termos históricos, o fim julgo colonial e o processo de formação de identidades e interesses de caráter intergeracional e emancipatório ainda são incipientes.

“O pensamento regionalista e a busca de integração regional através caminho das identidades dos povos do sul atlântico americano tem sido objeto de estudos como proposto pela obra *Identidade e diversidade cultural na América Latina*” (LIMA and WATSON, 2017:10, 111,119 apud MARTINS, 2022:156). O estudo enfrenta a questão identitária sob diversos sentidos, tais como as nações indígenas, gênero e sexualidade, imigrantes latinos, educação, entre outros aspectos, sendo certa a grande contribuição para a formatação do pensamento identitário na América do Sul.

Para Gardy Augusto Bolívar e Oscar Cuellar Saavedra, a América Latina padece com o que chamam de “*falta de claridad em lo que significa identidad latino-americana*”, (BOLIVAR and SAAVEDRA, 2007:15). A partir da análise histórica consideram que os primeiros construtores do conceito de “pátria grande” foram formados pelos ideais do iluminismo, assim, o cidadão latino-americano deve ser, em primeiro lugar, cidadão do mundo (BOLIVAR and SAAVEDRA, 2007:2-3).

Enquanto George Herbert Mead entende que “a identidade de um indivíduo é determinada por meios de interações com outros indivíduos” (HAFFNER and BAUMAN, 2021:65). Lene Hansen, da Universidade de Copenhagen, afirma que as identidades são, ao mesmo tempo, relacionais, discursivas, sociais e políticas podendo existir em certos aspectos a prevalência de um elemento sobre os demais. Segundo Hansen, as identidades são em primeiro plano relacionais porque são construídas a partir da relação com o outro que é diferente, nem por isso adversário ou inimigo. Trata-se da sobreposição de elementos que, ao fim, devem permitir a construção de uma relação entre pares dentro de uma mesma região, como é o caso da América Latina e do Cone Sul (SOUZA apud HANSEN, 2022:10).

Zygmunt Bauman parece concordar com Lene Hansen, quando afirma que “a identidade é uma questão de negociação. É realmente líquida. Não nascemos com uma identidade que nos é dada de uma vez por todas e não mudará. Além do mais, podemos ter várias identidades ao mesmo tempo. Numa conversa no *Facebook*, você pode escolher uma determinada identidade, e na próxima conversa pode escolher outra. Você pode mudar sua identidade a qualquer momento, e diferentes identidades entram e saem da moda” (HAFFNER and BAUMAN, 2021:66).

Sobre identidades e interesses coletivos, Alexander Wendt afirma que “ter uma identidade é ter certas ideias sobre quem você é em determinada situação, e, como tal, o conceito de identidade encaixa-se no lado da crença da equação desejo mais crença. Essas crenças, por sua vez, ajudam a constituir interesses” (WENDT, 2014:209). Wendt conclui que “no sentido filosófico, uma identidade é qualquer coisa que faz algo ser o que é. Isso é demasiado amplo para ser útil aqui, uma vez que mesmo *beagles* teriam identidades e por isso, vou tratá-las como uma propriedade de atores intencionais que gera disposições motivacionais e comportamentais” (WENDT, 2014: 272).

No Cone Sul, desde o século XIX, o processo de formação da identidade nacional e regional tem sido marcado por desafios na medida em que o Brasil foi notadamente uma ilha monárquica entre um mar de repúblicas nem sempre estáveis politicamente. Segundo lições de Benedict Anderson, nações que surgem e se definem de modo autoconsciente como repúblicas, “com a interessante exceção do Brasil” (ANDERSON, 2008:83).

Uma “América portuguesa, que não se desintegrou, que manteve sua unidade econômica, social e política, ao contrário da América espanhola, estilhaçada em mais de dez Estados” (BANDEIRA, 2014:49). Moniz Bandeira define o Império do Brasil como “a então única nação sul-americana com vontade e condições de projetar a vontade social de suas classes dominantes sobre os vizinhos, através da guerra vitoriosa, que, não raro, dispensava o combate. Lembra que o Império não procurara equilíbrio, mas impor sua hegemonia no Prata” (BANDEIRA, 2012: 199 apud MAESTRI, 2014:244).

Não somente de conflitos por limites de fronteiras e de algumas diferenças entre as línguas faladas entre brasileiros e demais povos do Cone Sul hispânico, estão nas bases do histórico distanciamento regional que, ainda em nossos dias é percebido quando dos esforços de integração regional pelo Mercosul, notadamente na quadra histórica que coincide com os trinta anos de fundação do bloco regional e com a tomada do poder no Brasil por governo de orientação de extrema-direita, cujo mote principal em suas Relações Internacionais é a crítica ao que chama de globalismo e a difusão de um modelo de atuação disruptiva na geopolítica regional.

Historicamente o Brasil buscou viabilizar uma identidade nacional que o distinguisse dos demais países da América do Sul. A história oficial desenvolveu o mito da monarquia constitucional brasileira estável e próspera em oposição às repúblicas latino-americanas marcadas por instabilidade crônica, ausência de liberdade e guerras civis. Em “1854 o diplomata Martin Maillefer, ministro plenipotenciário da França em Montevidéu, chamou o Brasil de Rússia tropical, que tinha a vantagem da organização e perseverança em meio dos

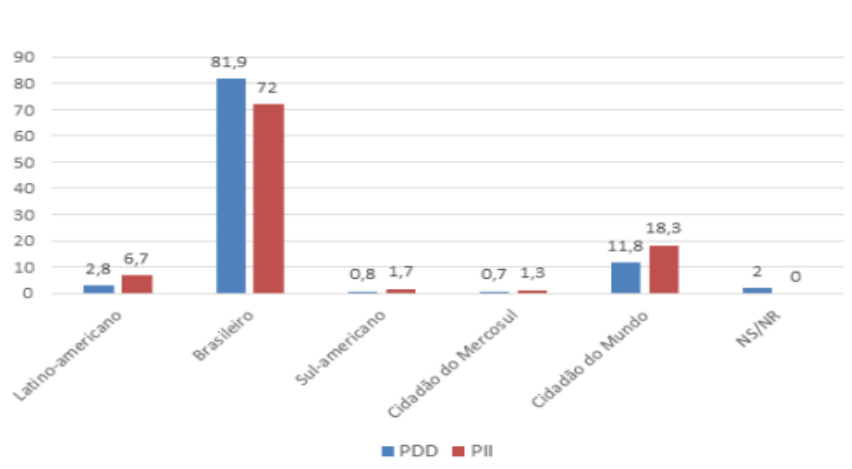
Estados turbulentos e mal constituídos da América do Sul” (BANDEIRA, 2009:79). “Para fora o Brasil buscava firma-se como a única nação civilizada das Américas. Para dentro, porém, era preciso resolver o problema de ser uma monarquia que manteve a dinastia de Bragança numa América inteiramente republicana” (SCHWARCZ and STARLING, 2015:284). No Brasil, o debate tem sido impulsionado no meio acadêmico por pesquisadores como Sandro Aparecido Mazzio, vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP, que enfrentou o debate sob a perspectiva histórica com o trabalho, “As Múltiplas Narrativas da Constituição da Identidade Latino-americana” (MAZZIO, 2015:29). Uma importante contribuição para o debate científico que conseguiu romper as fronteiras da academia e ganhar espaço na mídia quando da sua divulgação em 2015, foi o trabalho coordenado pelo Centro de Investigação e Docência em Economia, com sede na cidade do México, com investigadores distribuídos por diversos países da América do Sul. No Brasil, o trabalho foi desenvolvido pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, sob o título “Brasil, As Américas e o Mundo – opinião pública em política 2010-2014” (ALMEIDA et al., 2015:8). O estudo aplicou 1.881 questionários em que os entrevistados deveriam apontar as opções com as quais se identificavam. No Brasil, apenas 4% reconheceram ter identidade “latina”. Os resultados em outros Estados da América hispânica e para os fins dessa pesquisa, notadamente nos países do Atlântico Sul, obtiveram resultados opostos indicando que uma média de 43% dos entrevistados identificou-se como latino-americanos.

Como fundamento metodológico, a pesquisa dividiu o público-alvo em duas categorias. A primeira corresponde ao público desinteressado e desinformado, sendo a segunda categoria identificada como público interessado sobre assuntos internacionais (ALMEIDA et al., 2015:11). Importa saber que a pesquisa retrata o momento em que o Brasil iniciava um processo de degradação institucional que, ao fim, resultou na destituição de uma Presidente da República democraticamente escolhida pelo voto popular, sua substituição por usurpadores do poder que, ao fim, entregaram o país nas mãos da extrema-direita neopatriótica internacionalmente conhecida como negacionista ambiental e alinhada com a vanguarda do atraso.

A pertinência da divisão metodológica em público desinteressado e desinformado pode auxiliar na compreensão dos resultados obtidos, bem como de outros dados de pesquisa quantitativa que será apresentada na quarta parte deste trabalho. “Em que pese, a retórica e a prática dos governos, que no passado valorizaram o pertencimento e a inserção regional do Brasil ao Mercosul e a América Latina, chama a atenção a quase ausência de identidade regional, seja ela latino-americana, sul-americana ou do Mercosul. Ainda, uma parcela que não chega a 20% pelos que se consideram cidadãos do mundo” (ALMEIDA, 2015:19).

Como se poderia esperar as respostas de ambos públicos entrevistados consolidaram o entendimento quanto ao sentimento nacional para a resposta “brasileiro”. Contudo, a pesquisa chama atenção para o fato do mesmo público amostral indicar seu baixo comprometimento com a ideia de “latino-americano”. Os dados, quando comparados com outros países pesquisados, indicam que a distância entre as respostas indicativas do sentimento de pertencimento à nacionalidade em relação ao sentimento de pertencimento à região ou a um povo compreendido como latino-americano é sensivelmente menor no Brasil:

Figura nº 03 – quadro comparativo da identidade latino-americana – ano de referência: 2019



Fonte: Centro de Investigação e Docência em Economia, com sede no México (ALMEIDA, M.H.T, ONUKI, J, CARNEIRO, L.P. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. 2019).

Analisando os resultados da pesquisa e a aparente ausência de identificação entre brasileiros com os latino-americanos, mesmo sendo o Brasil um país da América Latina, podemos utilizar a perspectiva do construtivismo a partir do entendimento de Alexander Wendt. Para ele, as identidades podem ser formadas a partir da configuração social “onde os atores são capazes de múltiplas identificações de grupo de uma só vez” (WENDT, 2014:367). Assim, os norte-americanos podem identificar-se inicialmente com os Estados Unidos da América, mas também, podem se identificar com seu estado de nascimento ou onde passaram a maior parte das suas vidas. Podem ainda se identificar com o Canadá caso vivam na região da fronteira ou com o ocidente e em alguns casos até mesmo com humanidade de forma geral (WENDT, 2014:367). Ele segue afirmando que “não há nenhuma razão para pensar que o mesmo não seria verdadeiro para os Estados, que podem formar uma identidade coletiva quando se trata de segurança física, ainda que sendo extremamente individualista ou ciumento da sua soberania quando se trata de divisão de encargos, crescimento econômico, autonomia cultural ou qualquer

outro assunto” (WENDT, 2014:367).

O Brasil, que chega aos trinta anos do Tratado de Assunção, ocupa um entre lugar, dado que culturalmente mantém-se distante da região, mas nos campos da geopolítica e geoeconomia desponta como o principal ator regional, notadamente quando observamos as modificações do ambiente político na última década com o sísmico ressurgimento da extrema direita na região do Cone Sul, com retórica tendente a uma cópia farsesca dos imperialismos. O contraste é evidente entre os países que deveriam aproximar-se cada vez mais em razão das estratégias comuns provenientes do bloco regional de integração. Um movimento crescente que não pode ser ignorado nas Relações Internacionais e no Direito Internacional. Há no Mercosul um alinhamento entre atores estatais ou, como preferimos para esta pesquisa, relações verticais que formalmente buscam a integração regional, mas que não consideram fatores identitários horizontais no que a teoria construtivista das Relações Internacionais identifica pelo arquétipo kantiano de cooperação como precedentes e fundamentais a qualquer debate sério sobre o tema do crescimento aliado ao desenvolvimento dos povos ibéricos do Atlântico Sul.

Existem diversas percepções sobre a questão identitária na América Latina. Nesse sentido, Ricardo Salas Astrain da Universidade de Lovaina orienta sua pesquisa para uma visão que contemple um *“tratamiento plural de las identidades que se reconstruyen permanentemente através de la búsqueda de una auténtica identidad arraigada en contextos”* (SALAS, 2007:4). Salas propõe o debate acerca da identidade latino-americana a partir da quebra do paradigma existente partindo do que intitula nexos entre a identidade em seus contextos sociais, políticos, jurídicos e econômicos.

Patrícia Helena dos Santos Carneiro defendeu tese no ano de 2006, junto à Universidade de Santiago de Compostela, sob o título “Uma Avaliação Crítica do Processo de Integração do Mercosul, à luz dos seus antecedentes, instrumentos e relações externas, em especial com a União Europeia”. A referida tese tem sua relevância na medida em que aprofundou estudos no campo das relações verticais ou entre Estados-parte, no contexto de integração regional e inter-regional. Contudo, não aborda aspecto que nos parece relevante e que ocupa o centro das preocupações desta pesquisa o qual busca compreender os mecanismos de integração no contexto dos países criadores do Mercosul trinta anos após sua fundação (CARNEIRO, 2006).

Dentre as instituições que se dedicam aos estudos aplicados sobre América Latina a SLAS - *Society for Latin America Studies*, propõe importante debate que busca o aprofundamento teórico em uma das premissas é *deconstructing identity in Latin America*. A partir de uma perspectiva histórica e sociológica nos parece que a ideia de desconstrução de identidade não é de todo acertada na medida em que o processo de construção nunca foi

efetivamente levado a termo. Nunca houve uma tomada de identidade latina ou das identidades coletivas em uma perspectiva construtivista em sua totalidade, considerando as diversas possibilidades epistemológicas que somente o tempo e os processos decoloniais devem permitir. No meio social, as identidades são construídas ou podem evoluir de um arquétipo beligerante ou competitivo para um modelo de cooperação através da seleção cultural (WENDT, 2014:394). É dizer que, enquanto a natureza trabalha com a seleção natural, a sociedade pode construir seu caminho por meio de mecanismos culturais muito mais poderosos e que devem permitir a consolidação dos fundamentos defendidos pela teoria liberal das Relações Internacionais e permitir o avanço e direção ao construtivismo cooperativo.

O debate conceitual sobre identidades não se esgota no estudo do passado e no enfrentamento do presente. Para Mariano Aguirre, o tema representa um dos grandes desafios para o futuro das Relações Internacionais ocupando o debate sobre a identidade espaço entre os grandes temas como a soberania, a hierarquia de poder, as guerras, a governança global, o meio ambiente, a economia e a política, tecnologias, as armas nucleares, o descumprimento ao direito internacional (AGUIRRE, 2023:244). Contudo, é preciso avançar a um tema que complementa a crítica à formação das identidades e interesses capazes de forjar amálgama da integração regional para o século XXI. Nesse sentido, no próximo seguimento procuraremos enfrentar a questão sobre as identidades e interesses a partir da perspectiva da formação dos povos do Cone Sul e do aparente proposital apagamento da herança cultural decorrente da diáspora africana com destino ao continente americano entre os séculos XVI e XIX.

2.5 América Latina e África - um entre lugar

No século XXI, a aceleração do pensamento decolonial, notadamente nos países da África francófona e na América do Sul, proporcionou ambiente cultural em que o debate sobre direitos sociais, identidades, e interesses geoeconômicos e geopolíticos tem ganhado cada vez mais relevância. “No campo dos direitos sociais e das identidades a América do Sul e no particular recorte desta pesquisa o Brasil e os países do Cone Sul trilharam caminhos bastante distintos em seus processos de emancipação política em relação aos antigos reinos ibéricos. Entre os séculos XVI e XIX o Brasil foi a principal porta de entrada na América do Sul para o comércio de pessoas escravizadas que transitou de legal para tolerado e de forma muito tardia tornou-se efetivamente ilegal, não pelas mãos dos caudilhos das novas repúblicas sul-americanas, dos coronéis ou do último imperador das américas, mas sim pela força da esquadra britânica e por movimentos emancipacionistas e matiz iluminista” (MARTINS, 2022:145).

No Cone Sul da América Latina, os processos emancipatórios foram realizados de

modos distintos, enquanto no Paraguai, a guerra da tríplice aliança, ocorrida entre 1864 e 1870, foi preponderante para o debate racial daquele país, “no Uruguai, a abolição da escravização de seres humanos ocorreu em 1842, sendo o contingente populacional afrodescendente identificado pelos censos populacionais como aproximadamente 10% da população do país na atualidade. Nos casos do Brasil e da Argentina a distância histórica nos permite acreditar em um proposital apagamento histórico, que teve por objetivo formar nos trópicos uma sociedade branca e simétrica ao colonizador” (MARTINS, 2022: 145).

O objetivo da pesquisa nesta seção, tem como fim analisar as relações de poder nos últimos dois séculos, que por razões distintas influenciaram o que se pode chamar de apagamento de identidades na América do Sul, bem como o possível retardo no processo de conscientização decolonial. “Trata-se de analisar o prolongamento do pensamento colonial dentro do processo de descolonização. Foi empregada aqui uma variação de palavras como “colonização”, “descolonização” e, por fim, o processo “decolonial” por um motivo bastante relevante, mais do que proximidade fonética, as palavras carregam elevada carga axiológica necessária ao estudo dos direitos sociais, das identidades e do processo emancipatório dos povos latino americanos no Cone Sul dentro do século XXI, localizando historicamente o Cone Sul e a África subsaariana como um entre lugar ainda por ser identificado e apropriadamente reconhecido por todos atores sociais relevantes no debate contemporâneo sobre políticas públicas, racismo e direitos sociais no Atlântico Sul ibérico” (MARTINS, 2022: 145).

2.5.1 A diáspora africana e seus reflexos no Brasil

A sociedade latino-americana foi construída a partir das bases positivistas e da tradição cultural ibérica, bem como sofreu influência de elementos culturais nativos do continente americano e da diáspora africana. A esse caldo cultural, a doutrina do século XX chamou de iberismo que também pode ser compreendido na seguinte perspectiva.

“É certo que as condições estruturais em que esses processos ocorreram dentro da complexa teia da descolonização das américas, deram-se em um ambiente marcado pelo preconceito racial, arraigado nos séculos de exploração e escravização forçada dos povos nativos e sobretudo africanos introduzidos forçadamente no território americano, bem como em verdadeira instituição ou seguimento comercial de destacada importância para a economia colonial. Ainda, em uma equivocada concepção científica eugênica que estabeleceu um marcador racial como definidor na sociedade sul-americana e sob influência dos extratos sociais que muito influenciaram as elites inacabadas latino americanas entre os séculos XIX e XX” (METALLI and FERRÉ, 2006:31; MARTINS, 2022: 146).

No Brasil, “graças à conjugação de diversos fatores é que chegamos ao século XXI discutindo a efetividade dos direitos sociais e o papel na formação das identidades e interesses

coletivos no Cone Sul da introdução forçada de século XVI de significativo contingente populacional oriundo do continente africano em decorrência dos séculos de comércio de seres humanos escravizados em razão da cor da sua pele, ou simplesmente da diáspora africana” (MARTINS, 2022:146).

Classificado como um movimento político e cultural, o iberismo busca explicar as relações sociais nas complexas sociais na América Latina. Para esse fim, conjuga elementos históricos culturais vinculados à presença dos reinos de Espanha e Portugal como principais potências coloniais, mas também à presença do Reino Unido, da França e, mais tardiamente, dos Estados Unidos da América. “Na perspectiva de Lélia Gonzalez, o iberismo significa a herança cultural recebida por hispano americanos e luso americanos das metrópoles europeias, que, por muito tempo, foi a fonte primeira a auxiliar pesquisadores tradicionais sobre o tema e que hoje queda-se superado” (MARTINS, 2022: 145 ;THOBIAS, 2021:12-13).

A perspectiva eurocêntrica, pela qual o iberismo é resultante, nega a presença das culturas árabes, judaicas e africanas e das populações ameríndias que não são próprias ou puramente europeias. Cosmovisão que decorre da divisão social entre grupos dominantes e grupos subalternos, sobretudo, de origem indígena e africana que levaram os primeiros a temerem com mais força uma sublevação interna do que uma invasão externa (MALAMUD, 2007:88). Trata-se, no entendimento de Ciani Sueli das Neves, de “uma perspectiva hegemônica europeia dotada de caráter ideológico que resulta em silenciar e apagar experiências de outros povos no protagonismo de diversas lutas históricas como a Revolução Haitiana a Revolta dos Males e o quilombismo no Brasil” (NEVES, 2020:129).

Do mesmo modo em que durante os séculos XX buscou silenciar o debate público quanto à persistência da negação aos povos pretos da América do Sul, da extensão de direitos civis, políticos, econômicos e sociais provenientes das conquistas das independências republicanas nas americanas no contexto histórico da Revolução Francesa” (MARTINS, 2022: 145).

Segundo pesquisas sob a ótica de Sueli Carneiro, tanto no Brasil quanto na América hispânica, “a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana” (CARNEIRO, 2019:1). “Laurentino Gomes pesquisou, em profundidade, o processo de introdução de povos escravizados nas américas e em particular no Brasil com informações atualizadas a partir do banco de dados da *The Transatlantic Slave Trade Database*. Gomes conclui que, entre 1500 até 1850, o Brasil, sozinho, recebeu 4,9 milhões de seres humanos

escravizados procedentes de África, equivalente a 47% do total desembarcado em todo o continente americano. Como parâmetro comparativo cabe registrar que, para o mesmo período, o número de europeus brancos que ingressaram no Brasil foi estimado em 750 mil imigrantes portugueses. É dizer que a cada cem pessoas chegadas ao Brasil oitenta e seis eram africanas escravizadas” (GOMES, 2019:255-256 apud MARTINS, 2022: 145). De “Em Brasil: uma biografia”, Lilian Schwarcz e Heloisa Starling, extraímos que “entre os anos de 1841 e 1850 o destino de 83% do total de africanos transportados para a América era o Brasil, 12% rumavam para Cuba, e o restante dividia-se entre Porto Rico e Estados Unidos” (SCHWARCZ and STARLING, 2015:274).

É possível crer que em razão da indeclinável condição do Brasil como principal porta de entrada de pessoas escravizadas em África, no continente americano por mais de três séculos, que os governantes e governados dos países vizinhos, notadamente do Paraguai e da Argentina, passaram a nomear, de forma pejorativa, e à luz da moral média do nosso tempo de forma preconceituosa o imperador do Brasil como o “Rei dos Macacos”, (LIMA, 2016:48). Essa construção discursiva de identidade racial produziu uma “memória coletiva”(WENDT, 2014:203), com efeitos de longo prazo que ainda hoje são percebidos e representam um obstáculo no processo de integração horizontal entre os povos do Cone Sul verdadeiramente inclusiva com a formatação de um nível de consciência a respeito da dívida social e a adoção de políticas públicas eficazes para eliminar a indigência, reduzir a pobreza, diminuir a desigualdade, bem como reconhecer e “promover com ações afirmativas e corretivas os direitos de negros e indígenas em toda a região” (RICUPERO, 2017:69 apud MARTINS, 2022: 14).

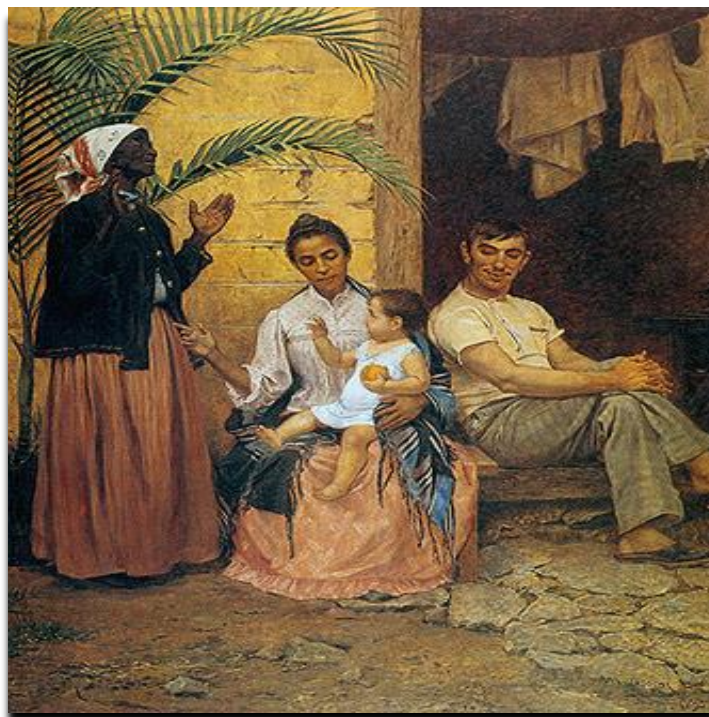
Atualmente questões relacionadas ao passado escravocrata brasileiro ainda causam grande debate social, sobretudo, quando se propõe a superação de uma visão pós-colonial pela ideia da identidades e interesses de uma cultura regional que tem como fundamento central o resgate dos elementos constitutivos da cultura brasileira centrados no tripé branco europeu, povos ancestrais ameríndios e diáspora africana.

Na segunda metade do século XIX, ocorre o processo de substituição da mão de obra escravizada pelos excedentes europeus expulsos pelo aceleramento do processo industrial. “Nas regiões de concentração maciça de imigrantes como no sul do Brasil houve uma forte alteração na dinâmica social de algumas regiões como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o mesmo ocorreu com Argentina e Uruguai cuja presença de imigrantes europeus foi significativa entre os séculos XIX e XX (RICUPERO, 2017:242-243-324). No caso brasileiro, o iberismo difundido na obra de Gilberto Freyre” (MARTINS, 2022: 148) e a subalternização do homem não branco estabeleceu verdadeiro marcador racial entre a nação dos trópicos e os outros povos do norte global. A percepção de um Brasil a partir do resultado de três matrizes sendo africana, europeia e dos povos ancestrais da América do Sul, nunca foram aceitas pelas elites locais, notadamente no Brasil, país em que a questão racial sempre foi mais latente o paradigma racial pretendido pelas elites inacabadas sempre foram favoráveis ao projeto de país que considerasse

a construção de uma identidade nacional amparada no paradigma europeu até o século XIX, bem como centrado no modelo norte americano das primeiras décadas do século XX até nossos dias.

Conforme lições de Jesse Souza, a construção de uma identidade nacional que se nega enquanto resultado da diáspora africana decorrente do processo de captura e venda de seres humanos, foi reforçada pelo trabalho intelectual de dois pensadores brasileiros do século XX. Sérgio Buarque de Holanda, que atribuiu o atraso em termos sociais e culturais a uma suposta herança maldita vinda de Portugal, e Raymundo Faoro que, ao atribuir a formação cultural brasileira aos elementos exclusivamente ibéricos, acabou por negar a existência da escravização de pessoas como verdadeira instituição que ocupou lugar central na sociedade brasileira por mais de três séculos (SOUZA, 2022). A formação da identidade brasileira a partir de uma visão opaca sobre suas raízes culturais associa-se, ainda, “ao projeto de um novo Brasil gestado desde a segunda metade do século XIX por Dom Pedro II, último monarca do Brasil, que financiou o ingresso de imigrantes europeus excedentes das Revoluções Industriais considerando um duplo benefício, sendo o primeiro a substituição da mão de obra escravizada que há muito vinha causando embaraço com os ingleses, potência hegemônica à época. O segundo benefício seria o branqueamento da população, defendido pelas teorias científicas” (MARTINS, 2022: 148) do século XIX que militavam pela supremacia racial branca em relação aos outros povos. Merece atenção o fato de que naquele momento histórico existia um grande temor da repetição em outras regiões escravagistas a Revolução Haitiana (1791-1804), dado que como se sabe o Brasil foi um país de maioria populacional escravizada e nos dias atuais é formado por um povo marcadamente mestiço (SCHWARCZ and STARLING, 2015:276).

Figura nº 04 – "A redenção de Cam" - Modesto Brocos



Fonte: Brocos, M. (1895). *A Redenção de Cam* [Óleo sobre tela]. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>. Acesso em 8 de abril de 2025.

Na obra “A Redenção de Cam”, do pintor espanhol Modesto Brocos, em que é possível ver a manifestação em cores do projeto de nação pensado para o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, é possível identificar como a orientação iberista-eurocêntrica foi adotada pela nova república dos trópicos, mostrando que o caminho para o progresso naquele momento passava pelo rompimento com o passado racial salientando que, significativa parte da elite pós-colonial, do final das centúrias de XIX e início do XX, representava o atraso (MARTINS, 2022: 149).

Causa tristeza constatar que decorridos mais de 126 anos da apresentação da obra a mensagem nela contida continua atual no que diz respeito ao preconceito racial e à negação por parte significativa das sociedades que compõem o Cone Sul em discutir as identidades coletivas na América Latina a partir de um marco temporal anterior à presença dos contingentes migratórios europeus, considerando a presença dos povos originários chamados de indígenas e os milhões de africanos introduzidos em terras americanas forçadamente. Essa busca pela formação de uma identidade racial que refletisse o fenótipo branco europeu manteve-se como uma necessidade das elites dos Estados que viriam a formar o Mercosul. Não somente pela imigração, mas também por meio de políticas educacionais e da linguagem tentaram criar comunidades idealizadas de pessoas que compartilham atributos e objetivos comuns, como resultado, passam a se ver como iguais e tratando de diferentes aqueles que não são sua imagem e semelhança (MARTINS, 2022: 145; ANDERSON, 1983 Apud WENDT, 2014:425).

Em 1889, o Brasil torna-se república pela mão dos militares e pela influência positivista. Naquele momento, fortes fluxos migratórios são percebidos.

Sobre este período e no particular aspecto da imigração portuguesa para o Brasil a pesquisa desenvolvida por Eulália Lobo permite a compreensão dos diversos aspectos envolvidos. Uma primeira fase entre o “final dos anos 1880 ao início da quarta década do século XX. Durante este período diversos fatores contribuíram para expulsão e atração dos portugueses ao Brasil. “De um lado a crise social ocasionada por más colheitas e pela concentração fundiária em Portugal, acrescida pelo desejo de fugir do serviço militar. De outro lado o deslanche do desenvolvimento essencialmente capitalista da economia brasileira depois da abolição da escravatura”, (SZMRECSÁNYI, 2003:313). Em um segundo momento ocorre o declínio da imigração para o Brasil notadamente entre os anos 1930 e 1950. Tal fato se deu em decorrência da crise econômica mundial seguida pela Segunda Guerra Mundial. Cumpre observar que o Brasil continuou sendo destino notadamente de “intelectuais portugueses fugitivos do salazarismo”, (SZMRECSÁNYI, 2003:315). A pesquisadora apresenta ainda um terceiro momento cronologicamente marcado pelo final da Segunda Guerra Mundial até o ingresso de Portugal na comunidade europeia. Deste então os fluxos migratórios se inverteram dado que já não eram os trabalhadores portugueses que buscavam o Brasil, mas sim os brasileiros descobrindo Portugal. (MARTINS, 2022: 149).

No Brasil, uma complexa associação de fatores permitiu a formatação de uma visão opaca sobre a realidade racial e social, a percepção idealizada pelas elites inacabadas quanto às origens e identidades do povo brasileiro, bem como o iberismo e o mito da democracia racial validado internacionalmente pela obra de Gilberto Freyre (FREYRE, 2003:12) foram impulsionadores de uma escola de pensamento capturada pelo neocolonialismo que acreditava na existência das chamadas “raças inferiores”, cujo destino seria a integração ao novo Brasil pela miscigenação (LOPES, 2020:96). Importa saber que, no contexto brasileiro, a busca pela formação de uma sociedade cujas identidades raciais refletissem o modelo europeu em nítida negação à realidade regional e latino-americana fez-se presente na Constituição Federal de 1934, em que o conceito protocientífico da eugenia ganhou assento no artigo 138, alínea “b” do texto legal determinando que ao poder público caberia o estímulo de uma “educação eugênica” (GODOY, 2017: 204).

Ao estudar os aspectos históricos das relações entre a luso-américa e África, Irene Vida Gala defende o que chama de “olhares” diferentes sobre o mesmo tema. Segundo a pesquisadora, “haveriam os olhares negros, que reconhecem o papel do africano e de seus descendentes, protagonistas de uma história tão antiga e prodiga quanto o continente de que são oriundos, os olhares brancos que perpetuam os registros de uma história repetida desde os tempos do colonizador europeu, perfeitamente condizente com interesses e perspectivas eurocêntricas e caucasianas presentes nas narrativas tradicionais da historiografia”, (GOMES, 2019: p. 38). Porém, haveria a necessidade de um terceiro olhar, que segundo a diplomata, corresponderia aos “olhares atentos” e contemporâneos que assimilam a complexidade das visões dicotômicas dos direitos sociais e das relações internacionais entre o Brasil imperial e o continente *mater* (GOMES, 2019:38 apud MARTINS, 2022:150).

O Brasil, entre as nações do Cone Sul, é o país com maior contingente de descendentes dos africanos introduzidos forçadamente em seu território (MARTINS, 2022:150). “Contudo, conforme veremos na próximo seguimento da pesquisa, a luso-américa não foi a única em que a questão racial representa um entre lugar, uma verdadeira fronteira identitária (XAVIER and

DÁVILA, 2019:474) entre um passado idealizado como pertencente aos povos brancos da Europa e a negação e subalternização da herança africana e de uma identidade nacional brasileira e ao mesmo tempo latino-americana” (MARTINS, 2022:150). Observamos nos países do Cone Sul que o apagamento no debate identitário dos povos ancestrais e da presença de pessoas escravizadas em África foi efetivamente um processo conduzido a partir das elites que comandavam o aparato estatal entre os séculos XIX e XX.

2.5.2 O apagamento racial argentino e uruguaio

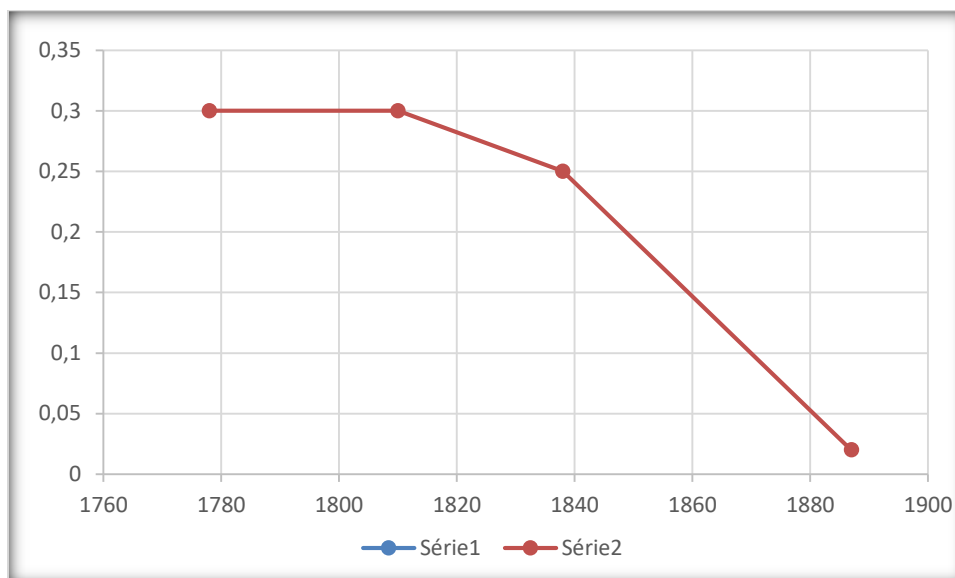
Na Argentina, o processo proposital de branqueamento ocorreu na segunda metade do século XIX. Certo dizer que não por acaso que isso aconteceu no mesmo período em que o Brasil iniciava seu processo de substituição da mão de obra escravizada pelos excedentes europeus atingidos pelos processos ditos industriais (MARTINS, 2022: 152). “Durante o governo de Juan Manuel Rosas (1835-1852) ocorre uma relação de tolerância e aproximação com as populações indígenas e negras, sendo atribuído ao governo Rosas políticas de tolerância que permitiam práticas de usos e costumes culturais, bem como a destinação de fundos para organização de associações comunitárias” (FÉLIX, 2004:66-67). Ao contrário do que se possa imaginar, a tolerância com a cultura e religião de matriz africana não se traduzem como um governo libertador das tiranias vinculadas à escravização de pessoas e toda relação econômica das oligarquias latifundiárias que sustentavam a manutenção dos sistema escravocrata (LYNCH, 2014:186; MARTINS, 2022:152). Porém, o governo de Rosas apresentou-se para a história como o mais tolerante à convivência do que ao processo que se instalaria sob influência de Faustino Sarmiento.

Em 1845, Domingo Faustino Sarmiento publicou “Facundo: Civilização e Barbárie”, obra que mostrou seu ataque aos problemas da Argentina. Dentre eles, a questão populacional que deveria ser resolvida pela imigração europeia. “Depois da derrota imposta pelas tropas do general Urquiza a Rosas a batalha de Caseros (1852), iniciou-se a implementação do projeto da elite liberal do exílio antirrosista, cuja relação com os universos ameríndio e afro-atlântico combinariam a rasura, a invisibilização e o extermínio” (AVELAR, 2021 apud MARTINS, 2022: 152).

Na Argentina independente e republicana do século XIX, ocorreu verdadeira política racial provocada e mantida pelo Estado para “apagar a presença de ameríndios e negros, reivindicando uma filiação exclusiva com o branco europeu”, (AVELAR, 2021 and SANTOS, 2018:4). Segundo dados disponíveis nos censos populacionais e organizados por Nestor Ortiz Oderigo em *Aspectos de la Cultura de la Plata*, 1778 a população negra na cidade de Buenos Aires representava 30% da população. O mesmo ocorreu para o censo de 1810. Já no levantamento populacional de 1838 os afro-argentinos eram 13.967 e representavam um quarto da população do município. No levantamento

populacional de 1887 a cidade de Buenos Aires contava com 433.375 habitantes dos quais cerca de apenas 2% eram negros ou negras. (AVELAR, 2021 apud MARTINS, 2022: 152)

Figura nº 05 – Declínio da presença de autodeclarados pretos na Argentina



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir de dados disponíveis nos censos populacionais e organizados por Nestor Ortiz Oderigo em *Aspectos de la Cultura de la Plata*. (AVELAR, 2021).

Pertinente registrar que a escravização de seres humanos “na Argentina foi abolida pela constituição de 1853 e que durante a guerra da tríplice aliança entre o Paraguai contra Brasil, Argentina e Uruguai (1864-1870), muitos batalhões argentinos foram compostos majoritariamente por “negros libertos” (LIMA, 2016:255), bem como oportuno observar que a historiografia argentina atribui a ocorrência de epidemia de febre amarela, ocorrida em 1871, como causa da diminuição dos contingentes populacionais não brancos no país, isso porque a epidemia atingiu com maior intensidade as populações “mais pobres da sociedade” (LIMA, 2016:255 apud MARTINS, 2022:152).

Em aproximadamente um século a presença das descendências africanas na Argentina foram apagadas e com ela buscou-se apagar as identidades coletivas formadoras de um país mestiço para um país essencialmente branco de cultura europeia nos trópicos. Não se nega a presença marcante dos imigrantes que durante os séculos XIX e XX chegaram aos milhões em território argentino e uruguaio, o que nos parece incontestável é a busca no Cone Sul do continente americano em replicar o modelo do iberismo cultural europeu em detrimento à construção de uma identidade própria. Uma vez mais não se pode falar em pós colonialidade porque não se está a chamar atenção para “vozes marginalizadas do Sul Global, bem como para as intersecções de raça, classe e gênero na construção de assimetrias de poder”, (BARASUOL apud CHOWDRY; et al., 2022:7), mas sim em neocolonialismo feito por elites inacabadas. Uma vez mais é preciso refletir sobre o atraso a que foram submetidos os povos da América Latina, em particular do Cone Sul em razão dos propósitos deste estudo. Nossa história na busca de direitos sociais enquanto região que visa a integração horizontal inicia-se muitas décadas depois dos processos de independência formal (MARTINS, 2022: 153).

Na primeira parte do século XX, a Argentina teve forte ascensão da classe média o que fez com que seus jovens garantissem acesso à educação. Em virtude desse momento de estabilidade, a chegada de novos contingentes de imigrantes vindos da Europa consolidou nesse país um imaginário mítico de nação europeia nos trópicos (GASTON, 1988:8-24). A partir desta percepção, a de uma identidade europeia, em 2021, o Presidente Alberto Fernandez ao declarar em evento público quando recebia empresários estrangeiros e o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sanchez na Casa Rosada, residência oficial da presidência da república que “os mexicanos vieram dos indígenas, os brasileiros, da selva e nós – os argentinos, chegamos em barcos da Europa”. “A frase pertence a uma música de título “*Llegamos de Los Barcos*”, do cantor argentino Litto Nebbia, e que se tornou um pensamento ou uma percepção de si, corrente em todo o país. Ou seja, “a imagem de um país tipicamente europeu, pois possuía uma população quase exclusivamente branca em relação às nações vizinhas de caráter marcadamente mestiço. Em função disso, passou-se a acreditar que a Argentina seria o único país latino- americano em condições de ser um interlocutor junto à Europa, função semelhante àquela desempenhada pelos Estados Unidos na parte setentrional do continente Americano” (OLIC, 1995:37 ;MARTINS, 2022: 154).

Alexander Wendt mostra que “crenças de grupo são frequentemente marcadas em memória coletiva, os mitos, narrativas e tradições que constituem quem um grupo é e como ele se relaciona com os demais. É em virtude de tais memoriais que grupos adquirem continuidade e identidade ao longo do tempo” (WENDT, 2014: 202).

É óbvio dizer que a declaração de Alberto Fernandez causou muito desconforto entre seus apoiadores, além de servir ao propósito nada nobre de emular os sentimentos dos seus detratores. A fala do Presidente Fernandez precisa ser estudada à luz da história e considerar condições discursivas e a identidade formada da nação argentina pelos séculos. Cabe aqui a palavra do Papa Francisco que, como se sabe era argentino, em entrevista cedida à televisão mexicana em 2016, perguntou à sua entrevistadora: “Você sabe como um Argentino se suicida? Não, disse a incauta entrevistadora!” Ao que o Papa Francisco, com a alegria e descontração que lhe eram peculiares, respondeu: “Ele sobe em cima do seu ego e se joga lá de cima” (SMINK, 2015 apud MARTINS, 2022:154).

“Para Mário Margulis a persistência de setores da sociedade argentina em se identificar como europeus ao invés de latinos encontra resposta na própria história da formação étnica e cultural. Entre 1868 até 1874 o país registrava baixa densidade demográfica com aproximadamente um milhão e meio de habitantes. “O ingresso estimado de seis milhões de

imigrantes ocorrido entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, notadamente italianos e espanhóis, árabes e judeus fez com que uma moldura de país fosse realizada a partir de um fenótipo branco e europeu com discurso marcadamente racista embebido na protociência da eugenia muito viva naquele momento histórico acabou por povoar corações e mentes dos argentinos” (MARGULIS apud CARMO, 2021 ;MARTINS, 2022: 154).

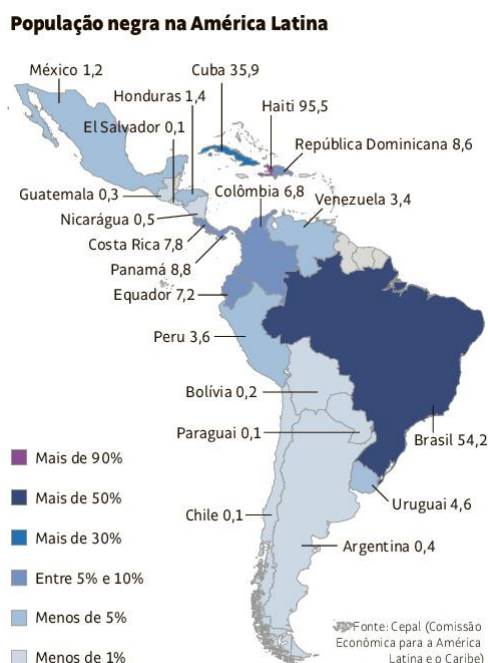
Já no Uruguai, a abolição, por assim dizer oficial da escravização de pessoas ocorreu em 1842. O que credencia a afirmar que a partir da segunda metade do século XIX, o país viveria um significativo momento de estabilidade e prosperidade por meio da economia agroexportadora de produtos temperados, o que fez o país ser reconhecido como “a Suíça da América do Sul” (OLIC, 1995:32) pela pujança econômica e também pela branquitude do seu povo conquistada em razão do apagamento social dos descendentes da diáspora africana e, ainda, do avivamento na sociedade dos imigrantes europeus.

“O século XX foi marcado pelo processo descolonial que em muito fez replicar o comportamento dos seus antecessores em razão da presença de uma elite inacabada que em verdade afirmava-se no iberismo. Nas pesquisas de George Reid Andrews, que estudou a história do país, encontramos referências que dão conta da existência de um tipo racial predominante. “O tipo nacional é ativo, nobre, franco, hospitaleiro, inteligente, forte e valente e é de raça branca em sua quase totalidade, o que significa a grande superioridade de nosso país sobre outros da América em que a maioria da população é composta por índios, mestiços, negros e multados”(CARMO, 2021 apud VILLAGRAN, 1929; MARTINS, 2022:155).

No século XXI, os afro-uruguaios que representavam aproximadamente 10% da população do país buscaram dentro de um processo decolonial resgatar suas identidades e, também, contribuir para a revisão da história oficial neocolonial que teve como centro afirmar o iberismo a partir da formação de uma sociedade nos trópicos aos moldes daquelas já vistas no velho continente (CARMO, 2021).

A partir de dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, atualmente o Brasil é o país da América do Sul com mais expressiva presença de pessoas autodeclaradas pretas e pardas. Necessário salientar que, no recorte temático dos demais países do Cone Sul, a presença de pessoas autodeclaradas pretas e pardas é inferior quando comparada ao Brasil. Como percebe-se, os processos históricos de exploração da mão de obra de pessoas sequestradas no continente africano e introduzidas e escravizadas em todo território sul-americano, não efetivou quaisquer distinções geográficas, o que leva a acreditar que o antigo Vice-Reino, do Rio da Prata, também recebeu grandes quantidades de pessoas escravizadas (MARTINS, 2022: 155).

Mapa nº 01 – População negra na América Latina no século XXI. Dados levantados a partir de censos populacionais.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo. (ALONSO, 2021) Consultado em 19.12.2021

Retomamos o pensamento de Lélia Gonzalez para afirmar “a existência de uma América Latina construída culturalmente a partir das matrizes africanas, europeia e dos povos pré-colombianos que habitam as terras americanas desde muito antes da chegada dos primeiros homens brancos europeus. A América Latina proposta por Lélia Gonzalez traz ao debate o que estava encoberto na cultura colonial, rompe com a hegemonia do pensar que colonizou corações e mentes, e enfrenta a necropolítica que tem imposto pesado fardo aos pobres, quase sempre pretos e pardos, mas também muitos brancos sem qualificação ou semiquualificados tanto no Brasil, quanto na hispano América. A América Latina reivindica lugar de destaque no debate dos direitos sociais e identitários do Sul Atlântico” (MARTINS, 2022:156).

Na presente seção, buscamos “apresentar de forma problematizada que o nosso presente está cheio do nosso passado, que a história da América Latina não pode ser construída a partir de uma visão descolonial que mantenha vínculos com valores que não integram as identidades e interesses verdadeiramente latino-americanos” (MARTINS, 2022:157). Nesse sentido concordamos com o pensamento de Jacqueline Braveboy-Wagner, para quem é preciso “partir do entendimento do papel histórico que a África, a Ásia, o Oriente Médio, a América Latina e o Caribe nas relações internacionais” (KALIL, 2022:2).

A construção da geopolítica e dos direitos sociais para a modernidade devem ser pensadas a partir de uma visão decolonial que considere a matriz africana e dos povos originários das américas, que reconhece a existência de um proposital processo de apagamento histórico da ancestralidade decorrente da diáspora africana e que considere pensar as políticas públicas e os direitos sociais a partir de bases epistemológicas que reconheçam “uma enorme dívida social com grande parte de nossos povos, que continuam padecendo de situações escandalosas de desigualdade e pobreza”, (SOLÁ et al., 2021:9). A dívida histórica deixada pelos períodos coloniais e no processo descolonial que replicou o modelo do iberismo de matriz europeia. Enfim, que as relações geopolíticas, geoeconômicas e os direitos sociais delas decorrentes na região sejam pensados a partir de uma premissa decolonial assumidamente latino-americana permitindo assim dar um futuro ao nosso passado, (MARTINS, 2022: 157).

No próximo seguimento da pesquisa será analisado de que maneira o processo de integração regional se realiza no Cone Sul. Propomos um modelo em que a integração pode ocorrer a partir do paradigma lockeano estabelecido por Alexander Wendt, que aqui será chamado de relações verticais de poder, em combinação com o paradigma kantiano que deverá corresponder as relações horizontais de poder (WENDT, 2014:302). Espera-se que a metodologia auxilie na compreensão do fenômeno pesquisado ao permitir uma elaboração mental das correntes de pensamento que sustentam as configurações societárias e comunitárias no âmbito da geopolítica regional.

2.6 Integração regional. Formação de sociedades e comunidades de interesses comuns

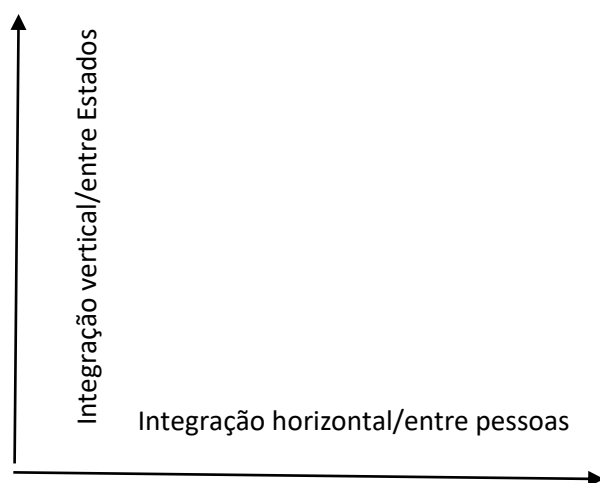
Na linha do tempo da história a questão que surge é saber se após as centúrias da colonização, dos processos de independência dos países da bacia do Prata e da busca pela afirmação das identidades entre os séculos XIX, XX e na aurora do XXI, é possível se falar na formação de uma comunidade latino-americana no Cone Sul da América do Sul. Social e economicamente integrada, com respeito as singularidades decorrentes do processo pós-colonial e pela herança cultural ibérica, ou se, o que existe em verdade, é uma sociedade de nações latino-americanas no Atlântico Sul ibérico, marcadas pelos interesses comerciais em comum, porém, distantes entre si pela fratura histórica e abissal entre luso-américa e hispano américa e pelas dinâmicas de rivalidade e competitividade que marcam as relações regionais nos últimos três séculos.

São duas as linhas de pesquisa que devem ser consideradas para o debate sobre a integração ou desintegração regional após trinta anos do Tratado de Assunção em 1991. Tais vias para a compreensão do tema são apresentadas por meio de uma representação gráfica em dois eixos, sendo o primeiro vertical e o segundo horizontal. No eixo vertical, estão os tratados celebrados pelos Estados-parte no âmbito do Mercosul. No plano horizontal, estão as percepções dos indivíduos da luso-américa e hispano-américa quanto a sua real condição de

latino-americano, os interesses e identidades coletivas que antecedem aos elementos materiais e econômicos que dominam a política internacional e que “constituem combustível para a integração regional” (MALAMUD, 2013: 280). Enquanto os tratados representam o direito e as relações internacionais e estabelecem relações contratuais pautadas pelos interesses recíprocos e marcados no tempo, as relações entre indivíduos é do tipo comunitária e de pertencimento a uma nacionalidade ou sub nacionalidade.

Pretendemos investigar se a integração sempre mencionada nos textos convencionais do Mercosul pode ser obtida por meio dos tratados amparados pelo direito internacional sem o fomento por parte dos Estados e comunidades envolvidas. Também cumpre questionar se o que efetivamente observamos na região é uma estratégia comercial que busca o crescimento econômico dos Estados envolvidos, contudo apartado do desenvolvido socioeconômico como um todo.

Figura nº 06 – Os eixos teóricos da integração no Mercosul



Fonte: Arcos teóricos realizados com fundamento nas teorias Ferdinand Tonnies e Benedict Andersen sobre a formação das sociedades e comunidades (MARTINS, 2022).

Para Zygmunt Bauman, a partir do pensamento de Benedict Anderson sobre o conceito de comunidades imaginárias, a realidade primitiva de convivência a partir da experiência corporal deu lugar a uma abstração que remanesce apenas nas mentes das pessoas quanto ao sentido de pertencimento à determinada comunidade. Muito embora as pessoas sejam estranhas umas para as outras o sentimento de comunidade ainda existe abstratamente dentro delas a partir de interesses e identidades comuns mesmo que a transição de uma comunidade para uma sociedade na prática já tenha ocorrido (HAFFNER and BAUMAN, 2021:91).

É possível abordagem a partir do pensamento de Hegel para quem o Estado é um todo ético organizado de “forma racional que possibilita a liberdade dos cidadãos” (SEGRILLO, 2019:45) . Na concepção hegeliana, o Estado é um mediador social que vislumbra interesses para além daqueles meramente privados. Assim, a integração realizada a partir dos entes estatais seria suficiente para formar comunidades de interesses e no caso em debate uma futura “merco-identidade”.

Em sentido oposto encontra-se o pensamento de Karl Marx. Ele considera a visão de Hegel de que o Estado é superior e domina a sociedade civil por representar a universalidade, a vontade geral. Enquanto que sociedade civil é formada pelas particularidades egoístas, é equivocadas (SEGRILLO, 2019:59). Na perspectiva de Marx, o pensamento de Hegel estava superado porque tinha como ponto de partida uma filosofia da estabilidade enquanto as relações sociais se operam em constante mudança. Marx entendia que é a sociedade civil que é o pré-requisito para o Estado e não vice-versa. “O fato é que o Estado emana da massa de pessoas que são membros das famílias e da sociedade civil, mas a filosofia especulativa expressa o fato

como uma realização da ideia (...) A família e a sociedade civil constituem ela mesmas o Estado. Elas são a força motriz” (MEGA2, I/2, p. 8-9; MECW, v3, p.8-9 apud SEGRILLO, 2019).

Assim, uma integração sob o mirante epistemológico marxista se estabelece a partir de bases horizontais e comunitárias em que a sociedade civil logra êxito em superar as diversas camadas de barreiras (históricas, políticas, culturais, econômicas) para, enfim construir uma relação baseada em identidades e interesses, constituição que no Cone Sul corresponde à “merco identidade”.

Andres Malamud contribui para o debate sobre as diversas acepções da integração regional nos seguintes termos:

En términos estrictos, la integración regional consiste en el proceso por el cual los estados nacionales ‘se mezclan, confunden y fusionan con sus vecinos de modo tal que pierden ciertos atributos fácticos de la soberanía, a la vez que adquieren nuevas técnicas para resolver sus conflictos mutuos (Haas, 1971: 6). A esta definición clásica de Ernst Haas sólo nos resta añadir que lo hacen creando instituciones comunes permanentes, capaces de tomar decisiones vinculantes para todos los miembros. Otros elementos – el mayor flujo comercial, el fomento del contacto entre las elites, la facilitación de los encuentros o comunicaciones de las personas a través de las fronteras nacionales, la invención de símbolos que representan una identidad común– pueden tornar más probable la integración, pero no la reemplazan” (Malamud y Schmitter, 2006: 17 apud Malamud, 2007: 98)

Ao enfrentar o tema, Valério Mazzuoli busca na doutrina clássica de Ferdinand Tönnies a compreensão sobre o sentido de comunidade que a partir de uma abordagem epistemológica da sociologia representa “uma união baseada no afeto e na emoção do seus membros, capaz de criar um vínculo natural e espontâneo entre eles” (MAZZUOLI, 2019:58). A sociedade, por sua vez, corresponderia ao produto da vontade racional dos Estados, o que Kenneth Waltz considera existir no sistema internacional (WENDT, 2014:134-135). Assim, “enquanto na comunidade não se permite aos membros decidirem entre pertencer-lhe ou não, na sociedade essa escolha é livre e não depende senão da vontade das partes. Para Odete Maria de Oliveira, os vínculos que unem os indivíduos numa sociedade ou numa comunidade são, no todo, diversos. Enquanto nesta última, os que ali estão pertencem a ela, naquela outra os que dela fazem parte apenas participam dela. E mais, “enquanto a comunidade transmite a ideia de convergência e de coesão moral entre os seus membros (com nítidos valores éticos comuns), a sociedade demonstra a ideia de divergência entre eles, fazendo primar – nesse último caso – a normatização (legislação, tratados etc.) reguladora de conflitos” (MAZZUOLI: 2019:58-59).

Significativa parte da doutrina especializada tem a questão como superada na medida que nas Relações Internacionais e no direito dos tratados é pacífico entendimento quanto à natureza societária das relações entre Estados, que quando aderem a um compromisso internacional assim o fazem mais pelo acordo de vontades e pelos interesses de natureza

contratual do que em razão de afinidades ou alinhamentos de ordem identitária como se extrair de um contexto comunitário. Conforme Wendt aborda, “há pouca razão teórica para pensar que uma convergência de identidades corporativas e mesmo de tipo societário gerará, por si mesma, políticas de segurança pró-sociais e, assim, uma identidade coletiva. E existem muitas evidências em sentido contrário” (WENDT, 2014:427).

Para o enfrentamento do tema acerca da validade do argumento quanto à existência de uma sociedade internacional ou de uma comunidade internacional, e no caso do Brasil, uma comunidade regional, cumpre incluir no debate elemento central que diz respeito aos domínios da geopolítica que segundo definição primeira de Rudolph Kjellen traduz “o estudo do Estado considerado como um organismo geográfico, ou, ainda, como um fenómeno espacial, isto é, como uma terra, um território, um espaço, ou melhor ainda, um país” (TOME, 2010:49). Trata-se da influência do território na política e da política na geografia, sendo por definição espaço e poder” (TOME, 2019). Isso porque enquanto um tratado envolvendo partes que estão geograficamente distantes pode ser naturalmente concretizado pelo plano societário, o mesmo não pode ser dito sobre aqueles tratados que estabelecem obrigações entre países que buscam a integração de Estados que estão sob condições geográficas favoráveis ou fronteiriços como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Assim, quando a geografia e a cultura dos povos estão alinhadas é possível se falar em uma integração comunitária de caráter horizontal.

O tema também pode ser enfrentado sob o mirante epistemológico do regionalismo no Cone Sul. Por este caminho é possível afirmar que a cooperação regional e a integração são distintos uma vez que enquanto a cooperação regional trabalha com ações e instituições intergovernamentais, a integração envolve processo mais avançado que compreende uma relação mais próxima não somente dos atores interestatais (FORTI NETO, 2019 apud MALAMUD, 2013: 49 ; BORZEL,2016). Para Karina Mariano, a integração regional envolve, ainda, a cooperação entre Estados, que, por motivações ou, mesmo, iniciativas próprias entre atores sub estatais podem gerar transformações institucionais entre os mesmos sendo assim a integração mais ampla e profunda do que a cooperação regional (MARIANO, 2015: 21).

A integração da América do Sul, no recorte temático da presente pesquisa quanto ao Cone Sul, implica reconhecer que os Estados nacionais agroexportadores e fornecedores de *commodities* vegetais e minerais não terão espaço no debate do século XXI, enquanto não superarem a condição de Estados desunidos do sul (METALLI and FERRÉ, 2006: 54). Questão essa que se pretende enfrentar na quarta parte do estudo quando por meio de pesquisa qualitativa exploratória buscaremos identificar qual a percepção do público amostral sobre o futuro da extrataria de integração Mercosul.

Nas próximas décadas, a humanidade enfrentará grandes desafios relacionados à segurança alimentar e, tanto o Brasil como a Argentina, estão entre as áreas mais importantes do mundo para alimentação, sendo o peso do Paraguai e do Uruguai diminuído em razão das respectivas dimensões territoriais inferiores quando comparado aos dois principais atores do Mercosul. Nos parece que cabe aqui a parábola do feixe de lenha de Esopo da Grécia antiga, nela um velho ancião cansado das desavenças dos seus três filhos, que viviam em constante desentendimento, propôs um desafio que garantiria ao vencedor a totalidade das riquezas da família. Para tanto, propôs aos filhos que de forma individual e com as forças das suas mãos quebrassem ao meio um simples feixe de gravetos. Qual foi a surpresa dos filhos quando após empreender todo esforço físico não lograram êxito na missão? Em seguida o ancião desfez o feixe e demonstrou como era fácil quebrar o graveto separado. Não é diferente o desafio entre os países irmãos do sul-atlântico e da América Latina como um todo. Com os nacionalismos exacerbados e sem a busca de uma unidade comunitária, mesmo o maior dos países é fraco como um graveto. Todavia, unidos e verdadeiramente integrados em um sentido comunitário, “com algum consenso sobre valores e instituições” (WENDT, 2014:427), tornam-se fortes e preparados para os desafios da geopolítica do século XXI e superam até mesmo os paradigmas teóricos da integração vertical e horizontal em direção à construção de um modelo de integração produtiva que contemple todas as possibilidades relacionadas à geoeconomia e à geopolítica regional.

Para compreender o caminho que trouxe a Cone Sul até nossos dias, identificando o estado de coisas em termos geopolíticos e geoeconômicos que contribuíram para o estágio de integração ou da ausência dela observado quando decorridos trinta anos do Mercosul, é preciso buscar algum nível de entendimento sobre as diversas realidades socialmente construídas e os elementos históricos de cada país, é o que se propõe para o seguimento da pesquisa.

2.6.1 O processo de integração pelas práticas estratégicas que levaram ao Mercosul

Concordamos com o entendimento de Alexander Wendt para quem a história tem papel fundamental nas análises de política internacional. Nesse sentido, o estudo dos processos históricos ou mecanismos estruturais e sistemáticos que levaram a formação das identidades coletivas do Cone Sul é função primordial e caminho necessário a toda pesquisa que tenha ambição de percorrer o labirinto representado pelo espaço territorial dividido, e por vezes disputado, entre os herdeiros de Portugal e Espanha nas baixas latitudes do Atlântico Sul. Ir ao passado e voltar ao presente partindo das necessidades atuais de integração regional deve ser nossa bússola.

Na América Latina, a primeira república independente foi o Equador em 1809, depois a Colômbia e o Chile conquistam sua independência em 1810. Em seguida o Paraguai torna-se independente ainda que a formalização tenha ocorrido somente décadas depois. Argentina, em 1816 e a República Dominicana, em 1821, bem como o Peru e as repúblicas da América Central. Em 1822, foi a vez do Brasil e México e logo em seguida, em 1823, foi a vez de El Salvador conquistar sua independência formal. Finalmente em 1825, Uruguai e Bolívia, muito embora o reconhecimento internacional da República Oriental do Uruguai tenha ocorrido somente após o fim da Guerra da Cisplatina em 1828, período em que Brasil e Argentina, duas potências regionais lutaram pela supremacia e anexação do território uruguaio aos seus domínios.

Estava feita a independência latino-americana, pelo menos sob o aspecto formal uma vez que materialmente ainda havia um longo caminho a ser percorrido em direção à efetiva libertação do jugo colonial que se apropriou não somente das riquezas das terras, mas também dos corações e mentes dos povos latino-americanos que através dos séculos XIX, XX e na aurora do XXI ainda sofrem com a impregnação de um pensar neocolonial e pela renitente presença de elites inacabadas. Enquanto o século XIX foi marcado pelos processos de independência e o surgimento de estados nacionais o século XX, ao menos em sua primeira metade foi marcado pela consolidação da ideia de Estado Nação. Os Estados desunidos da América estavam formados. Contudo, ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava sob novos ventos com a criação de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas o horizonte se abriria para a integração regional ou para os estados continentais em uma leitura mais atenta de Friedrich Ratzel. Ressurge no horizonte a ideia de uma América Latina integrada (METALLI and FERRÉ, 2006: 52), herdeira daquela idealizada por Simon Bolívar e Manuel Ugarte e construída a partir de sólidas bases econômicas e interesses comuns no desenvolvimento social sustentando no tempo. A iniciativa estratégica de cooperação regional materializada no Mercosul, nasceria da necessidade de introduzir os países pertencentes ao Cone Sul já conhecido pela geopolítica mundial no cenário geoeconômico como um bloco forte e unido pela história, identidades, interesses e aspirações para o futuro.

Para Moniz Bandeira, “O processo de integração entre o Brasil e a Argentina, iniciado em 1985- 1987 pelos presidentes Raúl Alfonsín (1983-1989) e José Sarney (1985- 1990), não visava apenas à formação de simples união aduaneira. Tinha também objetivo político e estratégico. A perspectiva era a de que a Argentina e o Brasil constituíssem um polo de gravitação na América do Sul, núcleo de um futuro mercado comum, fundamento para a

formação de um Estado supranacional, algo similar à União Europeia” (BANDEIRA, 2009:103).

Dando sequência da pesquisa realizaremos análise sobre a construção histórica dos membros da estratégia de integração Mercosul para depois buscar compreender a partir da perspectiva analítica construtivista de que forma as identidades de papel dos Estados membros podem avançar para a construção de uma identidade coletiva (WENDT, 2014: 278) do Mercosul, ou como tem sido nominado pelos atores regionais no marco temporal dos trinta anos de assinatura do Tratado de Assunção, uma merco-identidade.

2.6.1.1 O papel da Argentina no contexto regional de integração

Dentre os herdeiros do Vice-Reino do Rio da Prata, foi Argentina que, historicamente, reuniu melhores condições econômicas e políticas para garantir a independência efetiva em relação às potências europeias ou escolher qual seria seu novo suserano. Em 1824, o império britânico por meio de George Canning, então secretário para assuntos estrangeiros escreveu aos seus superiores quanto à condição das novas repúblicas. “A coisa está feita; o prego está pregado, a América Espanhola é livre, e se não negligenciarmos tristemente os nossos assuntos, é inglesa!” (KAUFMANN, 1963 apud GALEANO, 2010:166). Mesmo antes da efetiva constituição de Estados independentes do Atlântico Sul, as Relações Internacionais dos herdeiros ibéricos das terras americanas foram marcadas por constante tensão entrecortada por décadas de guerras. A Argentina sub-rogou-se na condição de potência regional hispano-américa e com este pensamento líderes como Juan Manuel de Rosas perseguiram com afinco o propósito de absorver tantas terras quanto possível para o restabelecimento da grandeza do Vice-Reino do Rio da Prata. Nesse sentido, nunca abandonaram a ideia de “absorção do Paraguai – que via quase como uma mera província rebelde” (LIMA, 2016:32) e do Uruguai, seu vizinho no delta do rio da prata. Para Ricupero os conflitos podem ser identificados desde a fundação da nova colônia do santíssimo Sacramento (1680) até o final da guerra da tríplice aliança contra o Paraguai (1870). “Depois dessa data, registram-se ainda episódios agudos de hostilidade e divergência, sem jamais redundar em choques militares, até que a redemocratização de meados da década de 1980 permitisse a superação do antagonismo herdado com a criação de ambiente oportuno para a integração do bloco regional com a criação do Mercosul” (RICUPERO, 2017:172).

No contexto do processo de independência das províncias unidas do Rio da Prata, pode-se afirmar que eram ainda pouco mais que uma federação instável de mini estados com grande

autonomia provincial, sem equivalência naquele momento com um Estado nacional argentino. A independência do país foi duramente contestada levando os exércitos argentinos ao enfrentamento das forças espanholas em várias frentes simultâneas (GARCIA, 2018: 35). Os processos de emancipação política dos Estados que hoje integram o sul ibérico foi a Argentina a grande nação que toma para si a condição de herdeira da metrópole europeia. Busca submeter o Paraguai sendo derrotada em 1822, bem como nas disputas com o Brasil sobre o território que hoje é o Uruguai sofre derrotas que acabam por findar suas ambições sobre aquelas terras (RICUPERO, 2017:139).

Moniz Bandeira afirma que “após a Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai, que comprometeu gravemente as finanças do Brasil, a Argentina consolidou-se como Estado nacional e, embora as economias dos dois países não competissem e até mesmo se complementassem, suas relações caracterizaram-se cada vez mais por forte rivalidade, gerando tensões e graves crises, entremeadas com esforços de entendimento e de cooperação, ao longo de toda a primeira metade do século XX” (BANDEIRA, 2009:81).

A Argentina, entretanto, fortaleceu-se, econômica e politicamente, durante o conflito com o Paraguai, apesar das lutas civis, que a convulsionaram, naquele período, e que a afligiram ainda por muito tempo. Como as batalhas se travavam na mesopotâmia do Rio da Prata, sem afetar-lhe as atividades de comércio e de produção, ela se convertera na principal fonte de suprimentos dos Exércitos aliados. E as “enormes somas de dinheiro”, despendidas pelo Brasil em Buenos Aires e em outras províncias da Confederação Argentina, “com mais prodigalidade do que discrição”, possibilitaram aos seus habitantes a acumulação de grandes fortunas (BANDEIRA, 2014:69).

Para Rubens Ricupero “a Argentina experimentou o milagre argentino, período que coincide com a década de declínio do império brasileiro e com o início da República conservadora (oligárquica para os detratores), a era de ouro do seu rápido avanço econômico, demográfico e cultural. O ano de 1880 é o marco de acontecimentos transformadores: o último choque armado da guerra civil, a solução do problema do porto mediante a “federalização” de Buenos Aires e o início do primeiro período presidencial do general Júlio Argentino Roca” (RICUPERO, 2017:139).

A figura de Roca dominara dois terços dos 36 anos dessa fase, 12 diretamente como Presidente e dois períodos não consecutivos e 12 adicionais por meio do controle do partido majoritário. Com o final da guerra da tríplice aliança contra o Paraguai em 1870 tem início um período de grande prosperidade. Para Luiz Octavio de Lima “a guerra foi positiva para os produtores de gado e de cereal e para os comerciantes que abasteceram as tropas imperiais no período” (LIMA, 2016:372). Veio em seguida a geração dos fundadores liberais Mitre e Sarmiento, a geração de 1880 sendo o governo de Sarmiento marcado como “o início da

Argentina moderna, um vetor do desenvolvimento regional” (SILVA, 2020:14). Nesse período ocorre a ampliação do sistema ferroviário, a organização do exército, a difusão do ensino em todos os níveis, o melhoramento dos serviços postais e de telégrafo, a organização da suprema corte de justiça, o saneamento da moeda, a regularização da dívida pública, a fundação de um sistema de crédito público (LIMA, 2016:372). Nesse período, ainda, estão incluídos presidentes como Carlos Pellegrini, Roque Saenz Pena, Manuel Quintana e Figueroa Alcorta, entre outros. O período encerra-se em 1916, com a eleição de Hipólito Yrigoyen, líder da união cívica radical, o partido das classes médias em ascensão e dos filhos de imigrantes (RICUPERO, 2017:241).

País de abundantes terras férteis, sem gente nem capital, a Argentina pacífica vai converter-se no perfeito complemento para a Europa urbanizada da revolução industrial, importadora de alimentos, com excesso de população pronta a emigrar e excedentária de capitais em busca de aplicações rentáveis. Os financiamentos e investimentos britânicos construirão a infraestrutura de ferrovias, portos, frigoríficos e navios refrigerados para o transporte de carne. Os imigrantes, em maioria italianos, mas também espanhóis e judeus da Europa Oriental e Central, forneceram a mão de obra. Em poucos anos consolida-se uma próspera economia agroexportadora periférica ao império Britânico, na base de exportação, primeiro de lã, seguidas, na década de 1890, pelas carnes congeladas e resfriadas e, crescentemente pelo trigo, milho e linho (RICUPERO, 2017:241).

Favorecida pelas condições ecológicas temperadas e a fertilidade do solo, a Argentina deixou longe o resto da América Latina na capacidade de aproveitar a era dourada das vacas e do trigo. A taxa de aumento das suas exportações ao longo do período foi de 6,1% contra, 3,7% para o Brasil. Também na diversificação das exportações, os argentinos distinguiram-se ao adicionar novos produtos sem reduzir a importância dos anteriores. As vendas externas concentravam-se em trigo, milho, linho, centeio, cevada, carne bovina resfriada e congelada, carne de cordeiro, lã e couros. Representavam 30% das exportações do continente, apesar de a população do país corresponder a 9,5% do total, sendo renda per capita do argentino superior em cinco vezes aos do brasileiro para época (RICUPERO, 2017: 242).

O governo de Marcelo Torcuato de Alvear, entre 1922 e 1928, foi marcado por grande prosperidade. Nesse período, a economia Argentina consegue superar Canadá, Itália e Austrália sendo considerada a sexta economia do mundo (PABLO and LLACH, 2009: 399-400). Na primeira metade do século XX, a Argentina promoveu ascensão da classe média e garantiu educação aos seus jovens. Em razão do ambiente de estabilidade o constante fluxo de imigrantes europeus que ao fim reforçaria no imaginário argentino uma autopercepção de um povo europeu

vivendo no Atlântico Sul, fato constitutivo da identidade nacional que tem em sua base o apagamento das heranças culturais dos povos originários da região e da diáspora africana.

Nas décadas seguintes a Argentina sofre com os efeitos da crise de 1929 e com os golpes militares a partir de “uma espécie de tradição de suas forças armadas em interferir no processo político do país” (OLIC, 1995: 35), e não conseguindo repetir os bons resultados econômicos que permitiram a prosperidade vivida anteriormente. A instabilidade política e a debilidade na condução de temas geopolíticos como a opção pela neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial, mas com apoio e guarida a muitos empresários e membros do partido nazista fez com que o país fosse visto como uma nação simpática à Alemanha nazista durante o período da Segunda Guerra Mundial. O período em que Juan Domingo esteve no poder, entre 1946 e 1955, foi marcado por fortes avanços em direitos sociais e crescente industrialização do país (PABLO and LLACH, 2009:408-415). Nas décadas seguintes, a Argentina seria governada majoritariamente por militares na política. A instalação do regime ditatorial teve seu momento de maior debilidade dos direitos civis no governo de Jorge Rafael Videla, entre 1976 e 1981. Durante esse período estabelece-se uma aliança militar para repressão de todas as vozes dissonantes aos regimes totalitários no Cone Sul. A Argentina em cooperação e união de esforços une-se ao Brasil, Uruguai e Paraguai, bem como a ditaduras parceiras como Chile e Bolívia. Durante esse período, o desaparecimento de estudantes, empresários e políticos dissidentes foi sistematicamente realizado a partir do aparelho estatal em parceria com os Estados Unidos da América que ao mesmo tempo tinham Henry Kissinger na liderança da política externa estadunidense, sendo profundamente envolvido em todas as ações realizadas pela Operação Condor (MCSHERRY, 2012:122).

A República Argentina somente reencontra-se com a democracia em 1983 após o fracasso da insana aventura do General Leopoldo Galtieri, na Guerra das Malvinas (Ilhas *Falkland*). Desde então, governos democratas têm se sucedido no poder na tentativa de restabelecer níveis de prosperidade econômica compatíveis com as aspirações do povo argentino, sendo o ingresso no Mercosul em 1991 uma iniciativa voltada a fazer com que o segundo maior país da América do Sul em extensão territorial e populacional, bem como em importância econômica encerrasse antigas rivalidades com o Brasil quanto ao papel de liderança regional.

A Argentina no limiar do século XXI tem buscado os caminhos que levam ao crescimento sustentado no tempo, a industrialização do país com diversificação da economia e consequente eliminação da dependência econômica dos setores primários de produção que tantos danos têm causado à economia do país nas últimas décadas, provocando sucessivas crises

econômicas. Trata-se de buscar o desenvolvimento econômico e social que distribua os resultados do progresso entre todos os extratos daquela sociedade.

2.6.1.2 Da Província Cisplatina à República Oriental do Uruguai

Foi no contexto do processo de independência das colônias de Espanha e Portugal desencadeada pela invasão de Napoleão Bonaparte à Península Ibérica que surgem os primeiros movimentos identitários, do que em 1828, viria a ser a República Oriental do Uruguai, nome dado “por estar a leste do rio que margeava seu território” (LIMA, 2016:99). Em maio de 1810 A Bacia do Rio da Prata debatia-se em convulsão social que marcou o fim do poder colonial na em parte da região, tendo em vista que o Brasil permaneceria sob o pálio da dinastia de Orleans Bragança com a presença do último rei das américas até 15 de novembro de 1889.

Geograficamente a banda oriental como era denominada ao tempo da Revolução de Maio encontrava-se entre duas potências coloniais fazendo fronteira ao leste com o Império Português, cuja sede havia sido transferida para a cidade do Rio de Janeiro e na sua fronteira oeste com as províncias unidas do Rio da Prata lideradas pela Argentina. Nas terras entre o Uruguai e as províncias argentinas de Santa Fé, Corrientes, entre Rios, Misiones e Córdoba Jose Artigas tentou, sem sucesso, liderar as massas entre 1811 e 1820 no que seria em bases históricas e econômicas na Pátria Grande (GALEANO, 2010:177). Jose Artigas (1764-1850) “arauto da independência e fundador do Uruguai” (SILVA, 2020:10), lutou contra espanhóis e portugueses e foi derrotado pelo jogo de interesses arquitetado pelo império britânico (GALEANO, 2010:115). Em 1811 diante da revolução liderada por Jose Artigas o Império Português, temeroso que o sentimento iluminista dos republicanos contaminasse as elites burguesas brasileiras decidiu pelo caminho das armas. A campanha militar não contava com o apoio dos ingleses, principal aliado do império português, mas também aliado de Espanha contra Napoleão Bonaparte.

Em 1821 já em cenário político diverso nova campanha militar logrou êxito em incorporar o território do Uruguai ao império português, sendo denominada de Província Cisplatina. Contudo, em 1825 o Uruguai declara sua independência em relação ao Brasil e se alinha as províncias unidas do Rio da Prata. Importa saber que na Província Cisplatina a língua corrente sempre foi o espanhol, a identidade cultural e o sentimento de pertencimento regional nunca foi português. Assim, ocorre a aproximação dos uruguaios com os argentinos no contexto da guerra da Cisplatina entre 1825 e 1828, momento em que o Brasil formalmente independente de Portugal buscou retomar as terras que entendia como suas pela força das armas que

impuseram a dominação, bem como pela própria geografia que permitia concluir pela existência de uma fronteira natural (GARCIA, 2018:37-41-42-44) representada pela Rio da Prata.

O conflito não foi resolvido pelas armas, mas sim pela casa diplomática inglesa. A Grã-Bretanha desempenhou o papel de fiel da balança por meio da bem-sucedida mediação de John Ponsonby, cujos esforços em convencer os ingleses que o Uruguai deveria ser um Estado independente em razão do anseio daquele povo e do próprio interesse britânico em criar um Estado entre Estados como quem coloca algodão entre cristais. A estabilização das relações regionais por meio da criação de um “Estado-tampão” (OLIC, 1995:32). Trata-se de estratégia geopolítica que tinha como fundamento estabelecer um espaço territorial independente entre duas forças ibero americanas e que mantinham laços comerciais relevantes com o império britânico. Mais que dialogar com as partes envolvidas, Lord Ponsonby exerceu verdadeira pressão junto com o Banco de La Província de Buenos Aires controlado por capitais ingleses, exigindo a paz com o Brasil sob o risco de intervenção militar patrocinada pelos britânicos (ORSI, 1991:446).

Em agosto de 1828 foi oficializada a independência da República Oriental do Uruguai por meio de acordo entre Brasil e Argentina, sem a participação de qualquer representante do novo estado nascente (NAHUM,1994). O Novo país enfrentaria ainda as ambições de Juan Manuel de Rosas que sempre demonstrou interesse de “incorporar o Paraguai e o Uruguai à província autônoma de Buenos Aires com o intento de recriar o antigo Vice-Reino do Rio da Prata” (LIMA, 2016:21). A partir da segunda metade do século XIX o Uruguai encaminhava-se para reproduzir em menor escala o modelo argentino de estabilidade e riqueza por meio da economia agroexportadora de produtos temperados. “O país viveu uma grande prosperidade econômica durante as primeiras décadas do século XX. Nesse período, as exportações de carne e lã sustentaram o desenvolvimento do Uruguai que conforme já mencionado ficou conhecido pela alcunha de Suíça dos trópicos. Aproximava-se o período dourado do domínio do Presidente Luis Battle Berres (1947-1951), da construção do estado do bem-estar, da imagem da Suíça sul-americana. Cessavam por completo as condições de turbulência e desassossego que por décadas haviam alimentado a política brasileira de intervenção do Rio da Prata (RICUPERO, 2017: 241).

Na segunda metade do século XX, o país sofreu com a mudança das dinâmicas econômicas mundiais tendo sua economia profundamente afetada pela crise de 1929. O fluxo migratório se inverte e agora são os filhos e netos dos imigrantes que deixam o país em busca de oportunidades nos países vizinhos, nos Estados Unidos e na Europa. Esta segunda fase da

história uruguaia foi marcada por um longo período em que o país sofreu em razão do *déficit* democrático, bem como com problemas demográficos.

Muito embora os produtos primários tradicionais, como carnes e derivados, ainda sejam importantes na balança comercial exportadora, há o aparecimento do turismo enquanto importante fonte de receitas para a economia uruguaia. Além da memória histórica não se pode esquecer que, tal como ocorreu com os governos do Brasil, Argentina e do Paraguai, naquele período histórico, mais precisamente entre os anos de 1973 e 1985, o país foi dominado por uma ditadura cívico-militar causadora da ruptura do tecido democrático e responsável por profundas feridas naquela sociedade. No período, também, atuaram no Uruguai “grupos de esquerda chamados tupamaros que tentavam derrubar, através da luta armada, o governo militar que havia se instalado no poder. No entanto, a guerrilha foi dizimada e a ditadura militar se institucionalizou” (OLIC, 1995:33).

O Uruguai que chega ao final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, é um país que se destaca por pertencer há décadas à vanguarda de transformações sociais relevantes para o debate regional da América do Sul reconhecendo o direito ao voto às mulheres e o divórcio muito antes de outros países da região, sendo ainda o primeiro país da América do Sul a legalizar a união civil entre pessoas do mesmo sexo (BBC, 2013).

2.6.1.3 República do Paraguai

De todos os Estados do Cone Sul é possível crer que foi o Paraguai aquele que buscou a verdadeira emancipação desde a sua independência em 1811 e até sua destruição quando da guerra (1864-1870) contra seus vizinhos Brasil, Argentina e Uruguai. Desde sua independência, o Paraguai buscou o isolamento em relação aos interesses britânicos da região de sorte que por “não aceitar a condição de neocolônia britânica e na tentativa de ser verdadeiramente independente, atraiu ônus que, entre outros fatores levou à marcante guerra entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai no século XIX” (BETHEL, 1995:270). O Paraguai, no Governo de José Gaspar Rodríguez Francia, “adotou uma política isolacionista radical, proibiu qualquer comércio com os luso brasileiros e, em uma medida extrema, fechou as fronteiras do território castigando com fuzilamento todo aquele que atravessasse seus limites” (LIMA, 2016:28).

Tanto o Uruguai como o Paraguai foram ameaçados pelas ambições expansionistas da Argentina no contexto da hispano-américa, herdeira do Vice-Reino do Rio da Prata. Com o adequado distanciamento histórico é possível afirmar que a busca pela autopreservação foi um dos fatores que levaram o país a se manter propositadamente à margem não somente da

diplomacia como do convívio normal com o restante da região e do mundo de modo geral (RICUPERO, 2017: 197).

O Paraguai dos primórdios era um Estado *sui generis*, de singularidade irreduzível no seu feroz isolamento no coração das terras da América do Sul “descrito pelo escritor paraguaio Augusto Roa Bastos como sendo uma ilha rodeada de terra” (SOLÁ et al., 2021:26). “Uma espécie de Coréia do Norte no despotismo do governo vitalício de Gaspar Rodriguez de Francia, Carlos Antonio Lopez e seu filho Solano Lopez, com o controle espartano da população, na redução ao mínimo indispensável dos contatos com o mundo exterior. Fez opção defensiva pela solidão, não revelou maior interesse pelo reconhecimento formal da independência que de fato foi em 1810, mas com a declaração oficial ocorrida somente em 1842” (RICUPERO, 2017: 198).

Por muito tempo o Paraguai sofreu com o isolamento provocado por Brasil e Argentina, vizinhos poderosos que provocaram o bloqueio naval e restrições econômicas de toda ordem impondo tributações arbitrárias para dificultar e impedir o trânsito de mercadorias (GALEANO, 2010:183 and CAVAZZANI, 2013:36). Já com mais de meio século de independência, o Paraguai começou a ensaiar uma progressiva abertura ao mundo, tanto em termos de comércio, importação de armamentos e atração de técnicos militares estrangeiros quanto na pretensão de afirmar presença e prestígio no seu entorno geográfico, a bacia platina (RICUPERO, 2017:202). “Com a Inglaterra, mantinham-se vantajosas trocas comerciais, intensa compra de armas e equipamentos militares, além de transferência tecnológica por meio de visitas frequentes de engenheiros e cientistas daquele país” (LIMA, 2016:95).

Até sua destruição pela guerra da tríplice aliança, o Paraguai destacava-se como uma exceção na América do Sul, a única nação que o capital estrangeiro não havia deformado (GALEANO, 2010:181). Desde 1828, “tornou obrigatória a educação básica de todos os cidadãos, o que faria o Paraguai o primeiro país no continente a erradicar o analfabetismo” (LIMA, 2016:30). No século XIX, o Paraguai conviveu com três ditadores que de algum modo construíram um país sem grandes fortunas privadas, mas com mercado interno consolidado e desenvolvimento econômico autônomo e sustentado. Um país que não tinha mendigos, famélicos e criança que não soubesse ler e escrever (GALEANO, 2010:182).

O Paraguai que chega ao século XX, e nos primeiros anos do século XXI, ainda reflete os acontecimentos posteriores ao processo de independência e a traumática guerra da tríplice fronteira. Tem como marca da sua tradição emancipacionista a presença da língua guarani como elemento nativista e aspecto singular e diferenciador em relação aos demais países da região que adotam a língua do colonizador, no caso brasileiro tal fato ocorreu por força das ordens do

Marques de Pombal que em 1758 proibiu o uso e ensino da língua tupi, fazendo com que o Brasil adotasse o português como única língua.

Não somente os deletérios efeitos do *déficit* democrático, decorrente da presença constante de governos tiranos sobre pilares cívico-militares, exprimem o subdesenvolvimento econômico e social do qual decorre assimetria em relação aos seus vizinhos do Cone Sul, notadamente em relação ao Brasil cujo protagonismo para muitos considerado sub imperialista exige, em alguma medida, não somente o reconhecimento de tal condição, bem como uma abordagem diferenciada em relação aos temas de integração efetiva e aprofundada com vistas ao desenvolvimento regional e a fundação em termos geopolíticos e geoeconômicos de uma estrutura cooperativa que poderemos chamar de estados unidos do Cone Sul.

A próxima parte será dedicada à tentativa de explicar a influência do Brasil no contexto regional, seu processo de independência e formação identitária a partir de uma matriz europeia que por muito tempo buscou afastar as identidades coletivas que efetivamente foram definidoras da plêiade social brasileira.

2.6.1.4 O papel do Brasil

Na inglória tentativa de explicar América do Sul em um evento *online* durante a pandemia de Covid-19 em 2020, Sérgio Etchegoyen afirmou que “se América do Sul fosse um edifício com diversos andares o Brasil seria a cobertura” (ETCHEGOYEN, 2020). A frase parece comunicar bem o papel do Brasil no contexto dos países ibéricos do Atlântico Sul, um *hub* logístico com mercado consumidor absolutamente relevante e decisivo ao crescimento econômico e desenvolvimento social da região.

Se é verdade que para se falar da identidade latina é preciso um olhar atento (GOMES, 2019:38) no sentido de reconhecer as diversas possibilidades epistemológicas na formação da identidade regional dentro dos estudos decoloniais, é preciso reconhecer a importância da tradição portuguesa com sua presença por mais de três séculos no continente americano. Explicar o Brasil pode auxiliar na elucidação do sul ibérico. Da história ocidental extrai-se que Portugal, a “Roma no Atlântico”, (PAGE, 2008: 44) foi a primeira nação soberana que, de forma organizada e com propósitos previamente definidos, exerceu o controle das rotas de navegação pelos mares do Atlântico Sul. A vitória contra o bojador de Gil Eanes em 1434 e a conquista do Cabo da Boa Esperança, por Bartolomeu Dias, em 1488, foram etapas históricas da grande conquista dos mares por Portugal que ao final do século XV contava com enorme contingente de pessoas provenientes tanto de África como de outras partes do mundo.

O Brasil foi Portugal por mais de três séculos e mesmo após a ruptura formal ocorrida em 1822, foi a luso América governada por um monarca herdeiro da casa de Bragança e toda aristocracia herdeira da tradição ibérica lusitana. Até o tardio final da monarquia, ocorrido em 1889, o Brasil foi administrado por uma burocracia formada nas melhores universidades de Portugal. Para José Murilo de Carvalho, “o peso do diploma conimbricense para a formação das elites políticas do Brasil sente-se até meados do século XIX, muito além da realização da utopia imperial em 1822” (POMBO, 2015:18).

Boris Fausto, também, socorre-se do pensamento de José Murilo de Carvalho que propõe em sua obra “A Construção da Ordem”, uma explicação que dá peso maior à natureza da elite política brasileira no período que antecede a primeira república, mas que atravessou a história do Brasil chegando aos nossos dias. Para ele as elites brasileiras eram marcadas por uma homogeneidade resultante da educação e das profissões comuns. A maioria dos membros da elite era formada por gente que tinha educação de nível superior. Esse fato constituía um elemento poderoso de unificação ideológica por três razões.

Em primeiro lugar, como muito poucas pessoas tinham instrução a elite era uma ilha de letrados em um mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava nos estudos jurídicos e fornecia assim um núcleo homogêneo de conhecimentos habilidades. Em terceiro lugar, porque as faculdades de direito resumiam-se, até a independência, aos cursos da Universidade de Coimbra e, depois, as faculdades de São Paulo e Olinda/Recife. A concentração geográfica e a identidade de formação intelectual promoviam contatos pessoais entre estudantes de várias capitanias e provinciais. Inculcia neles uma ideologia comum, dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil (FAUSTO, 1996:184).

Naquele Brasil, entre os séculos XVII e XIX, majoritariamente formado por comerciantes, fazendeiros, bacharéis e militares dedicados aos assuntos de Estado, era razoável acreditar em uma uniformidade quanto à visão do mundo. “A elite que assumiu o poder e foi, ao mesmo tempo, construindo-se no Brasil pós-independência, possuía características básicas de unidade ideológica e de treinamento que não estavam presentes nas elites de outros países”, (FAUSTO, 1996: p. 184). Para Boris Fausto, apesar das elites formadoras do Brasil não serem representativas do conjunto da população naquele momento histórico, tiveram as condições materiais e intelectuais de realizar uma “política de construção de um estado centralizado e conservador, que acabou por assegurar a unidade do país” (FAUSTO, 1996:184).

Na arquitetura das suas identidades, o Brasil foi primeiro uma colônia de Portugal, depois o último império das Américas, bem como o último a abolir a chaga da escravização de seres humanos. Quando da implantação da sua primeira república, foi marcadamente positivista e cívico-militar, tendo continuado com a mesma fórmula durante décadas e diferentes processos

constitucionais até atingir a sexta república iniciada em 1988 com claras inclinações republicanas, democráticas ao estilo ocidental e civilizatórias.

Sobre o Cone Sul, esse tem em suas origens o caudilhismo herdado do Vice-Reino do Rio da Prata, de resto distinguindo-se do Brasil pela própria diferença linguística e cizânias do passado entre Portugal e Espanha. O Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai se separavam pela cultura, pelos governos e pela imagem que cada um tinha do outro. O Brasil imperial colocava-se em patamar superior e sobre si defendia ser um império estável em meio a diversas repúblicas instáveis. Uma monarquia constitucional esclarecida e, em certo grau, influenciada pelos ventos que levaram à terceira república francesa em 1870. O Brasil seria o exemplo de civilização por meio de um monarca esclarecido mantendo boas relações com Europa e norte-americanos, enquanto as repúblicas eram vistas como exemplos de expansionismo e barbáries, terra sem ordem governadas por caudilhos de ocasião (SCHWARCZ and STARLING, 2015: 293).

Para Teresa Maria Malatian, “a definição de identidade nacional constituiu um dos pontos centrais da produção cultural no Brasil entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX” (MALATIAN, 2017: 327). No século XX, o tardio processo de industrialização e crescimento econômico ocorreu de forma diferente daquele conhecido nos Estados Unidos da América e Europa. Enquanto no ocidente, já industrializado, o processo ocorreu ao decorrer de várias décadas à luz de conquistas sociais das classes trabalhadores, condição que denota desenvolvimento social que se estrutura e projeta-se no tempo, no caso brasileiro a industrialização “foi um fenômeno rápido e intenso, que se sobrepôs à estrutura econômica-social preexistente sem modificá-la por inteiro, dando origem às profundas diferenças setoriais regionais que caracterizam a sociedade brasileira” (GALEANO, 2010:200).

José Murilo de Carvalho socorre-se da “pirâmide de Marshall” para explicar os tortuosos caminhos percorridos nas relações entre estado e sociedade brasileira quanto aos direitos sociais, civis e políticos. Thomas Humphey Marshall desenvolveu a distinção entre as várias dimensões da cidadania surgindo na Inglaterra com os direitos civis no século XVIII. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX. Segundo ele, não se trata de sequência apenas cronológica, ela é também lógica (CARVALHO, 2002:10). Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do partido trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais (CARVALHO, 2002:11).

É correto afirmar que o modelo inglês, representado pela pirâmide de Marshall, traduz um ideal a ser perseguido e conquistado na medida da realidade que se apresenta. Diferente da Inglaterra, a formação da sociedade brasileira não foi linear, aqui os direitos sociais não foram conquistados, forjados pelo sacrifício da sociedade, o modelo brasileiro é antropofágico aos modos do que foi sugerido pelo escritor Oswald de Andrade e os modernistas da semana de 1922, ou seja, apropriou-se das realizações e conquistas sociais europeias permitindo que, no Brasil, os direitos sociais fossem concedidos como favor do estado e não como conquista civilizatória propriamente dita.

Segundo Carvalho, “o ponto de chegada, o ideal da cidadania plena, pode ser semelhante, pelo menos na tradição ocidental dentro da qual nos movemos. Mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver, também, desvios e retrocessos, não previstos por Marshall. O percurso inglês foi apenas um entre outros. A França, Alemanha e os Estados Unidos, cada país seguiu seu próprio caminho. O Brasil não é exceção. Aqui não se aplica o modelo inglês” (CARVALHO, 2002,11).

No Brasil, o legado histórico entre período colonial, transição entre as monarquias até a primeira república dos marechais em 1889 foram mais de trezentos anos de dominação por forças que não valoravam adequadamente o conceito de liberdade de opinião, pluralidade, democracia tendo havido severa repressão a todas as tentativas que buscaram a liberação do país do domínio do seu conquistador. Tais experiências tiveram consequências diretas na formação dos direitos sociais até o encontro do Brasil com a democracia no século XX e XXI. Enquanto a Inglaterra experimentou a revolução gloriosa em 1688, os colonos americanos sua independência em 1776 e, a França a revolução francesa de 1789, o Brasil nutria a experiência colonial. A monarquia, que embora tenha na figura de Pedro II um monarca considerado esclarecido, não trouxe a necessária luz aos fundamentos da futura República (GOMES, 2013:101-102).

Mesmo com o primeiro golpe militar dos marechais que permitiu o surgimento da primeira república em 1889, direitos sociais não foram contemplados, dado que o Brasil saiu de uma monarquia esclarecida para as mãos de militares que com mãos de ferro e chicotes em punho fizeram da primeira república um mero simulacro de liberdade (GOMES, 2013:24). Conforme registra Laurentino Gomes mesmo com os governos das oligarquias civis que se sucederam no poder não teve o bravo povo brasileiro acesso ao grau de civilidade e amadurecimento democrático necessário para garantir-lhe gerações futuras livres de ditadores e populistas.

A transição entre a monarquia e a república impõe a construção de uma nova identidade nacional que, segundo José Murilo de Carvalho, em sua obra “A Formação das Almas”, ocorre com a criação de heróis nacionais como um certo alferes conhecido na historiografia brasileira como Tiradentes, uma nova bandeira que mantém as cores das casas reais de Bragança (verde) e Habsburgo (amarelo), um hino nacional identificador da nacionalidade republicana nascente ao final do século XIX e a influência do positivismo, das sociedades secretas, notadamente a maçonaria e o cristianismo de inclinação majoritariamente católica naquele momento histórico, conjunto de elementos que contribuíram na formação da nova identidade brasileira que até nossos dias é observada em significativa parte das elites inacabadas (CARVALHO, 2000: 55).

Da complexa relação entre a formação de uma identidade nacional a partir de um mirante epistemológico que colocava o Brasil em patamar de superioridade em relação às demais nações latino-americanas, a longevidade da última monarquia das américas e da necessidade da construção de uma identidade nacional que foi idealizada como elemento catalizador das bases da nascente república brasileira, bem como da existência de outros elementos de ordem econômica e social decorreu um processo tardio de crescimento, com baixa penetração em direitos a partir das bases sociais sólidas. Tal processo teve como indesejável consequência a reafirmação de estruturas de poder neocoloniais, caudatárias de doutrinas vencidas pela história como o embranquecimento racial, que teve voz no pensamento de Friedrich Ratzel em relação ao preconceito lançado sobre os povos latinos quando da sua passagem pelos Estados Unidos e México entre 1873 e 1875.

O estudo da história dos países componentes do Mercosul, dos aspectos culturais e identitários certamente são indispensáveis para a melhor compreensão da integração regional no século XXI. Contudo, tal abordagem é insuficiente quando feita sem observar a influência da geopolítica e geoeconomia e a presença e influência de atores extrarregionais. É este o desafio que se pretende enfrentar no próximo capítulo.

Parte III

3. Os atores extrarregionais no Cone Sul – Geopolítica e Geoeconomia do século XXI

No ano de 1993, Samuel P. Huntington apresentou ao mundo “Choque de Civilizações”, obra que o tornaria conhecido mundialmente, nem por isso admirado. Trata-se de teoria em que o mundo, pós-guerra fria, estaria dividido não mais por ideologias políticas e concepções econômicas, porém em razão de aspectos culturais e religiosos. Huntington estabelece as civilizações ocidentais, sino-confucianas, islâmica, eslavo ortodoxa, africana, japonesa, hindu, budista, insular e latino-americana dizendo que os latino-americanos pertencem a uma subdivisão da civilização ocidental que não é considerada autonomamente.

Já manifestamos nosso entendimento sobre o tema em artigos acadêmicos que afirmamos:

Seus defensores militam pela tese da importância do elemento civilizacional ou cultural na obra de Huntington enquanto vetor estrutural de longo curso na organização social e mundial (BRIGOLA and ALBUQUERQUE, 2010:5). De outro turno, seus críticos procuram demonstrar que o paradigma de Huntington deve ser analisado na perspectiva do realismo político por representar uma estratégia de enfrentamento como aquela de contenção comunista formulada por George Kennan durante a Guerra Fria, dado que seu fundamento estaria na posição defensiva em relação aos avanços de inimigos reais ou potenciais em nome da proteção do interesse nacional (BRIGOLA and ALBUQUERQUE, 2010:6). Seja qual for a corrente adotada nos parece relevante saber que para Huntington a América Latina não é considerada de forma autônoma, mas sim como subcategoria vinculada ao verdadeiro ocidente representado pelo norte do continente americano. Em verdade a percepção do autor não inova quanto ao tema América Latina sob a histórica perspectiva eurocêntrica, ela soma-se a toda construção histórica do pensamento colonial que meramente fez substituir a metrópole europeia pela influência geopolítica e geoeconômica exercida pelos Estados Unidos desde o século XIX (MARTINS, 2022:283).

Mesmo que as teorias de Huntington sejam contestadas, o que nos parece razoável, não se pode negar a importância geopolítica dos Estados Unidos da América para todo o continente americano. Ocorre que no século XXI a China emerge como grande ator geopolítico apresentando credenciais para a disputa de mercados importantes tanto como consumidora de *commodities* minerais e vegetais como na condição de fornecedora de produtos de valor agregado.

Pode-se afirmar que durante todo o século XX o principal Estado estrangeiro a exercer influência sobre a América Latina foram os Estados Unidos da América, ora patrocinando golpes contra a autodeterminação dos povos americanos, ora operando diretamente por meio de guerras por procuração em que esteve associado a forças cívico-militares que impuseram o pesado fardo das ditaduras aos povos latino-americanos. No sul atlântico ibérico não foi diferente. O Cone Sul sofreu com a influência da potência hegemônica, sobretudo, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao final do século XX e na aurora do novo milênio outras forças buscaram disputar influência no complexo jogo geoeconômico e geopolítico do Cone Sul dentre elas a República Popular da China, cujas estratégias geopolíticas passaram a incluir um papel

de influenciador econômico na América do Sul. No particular aspecto da China é preciso considerar que desde 2009 é o maior comprador de *commodities* do Brasil, sendo um forte parceiro da Argentina e dos outros países da região no sempre próspero setor agroindustrial, tendo contado com *superávits* comerciais na última década neste setor (MARTINS, 2022:283).

Para Malamud a presença da China na região é definida nos seguintes termos “*la declinante presencia de los Estados Unidos está siendo substituida por China, que se ha constituido en un polo de atracción extrarregional. El eje de America Latina, alrededor del cual los países de la región giran como rayos de una bicicleta, se fue transfiriendo de Miami a Shanghai*” (MALAMUD, 2013:279-280).

Acontece que a presença da China, uma vez tida como potência emergente na América do Sul, tem sido contestada pelos Estados Unidos, expressivamente além de ter menor apreço pelas tradições da boa diplomacia, sobretudo, após o período em que Donald Trump e Jair Bolsonaro assumiram o poder em seus respectivos países. “Ao travar uma guerra imaginária contra as forças do que ambos chefes de Estado nominam de globalismo, o governo de ultradireita do Brasil provocou efeitos negativos reais em termos de imagem do Brasil no contexto geopolítico e geoeconômico, expondo de forma negativa e desnecessária o setor produtivo agroindustrial nacional, bem como, reposicionou o país que até a última década figurava entre o respeitável grupo dos BRICS, acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países emergentes acessíveis ao investimento externo e ao multilateralismo” (MARTINS, 2022:284), passando a ser observado com ressalvas pela sociedade internacional na medida em que passou de uma posição pragmática para o alinhamento total com a política externa dos Estados Unidos e demais governos da extrema direita mundial como a Hungria, de Victor Orban e a Polônia, de Andrzej Duda. Governos que, como o brasileiro estabelecido em 2018, representam o fruto amargo da crise econômica global de 2008, que segundo entendimento de analistas da economia global como Eatwell, Goodwin, Bolle e Zetterlmeyer contribuiu para o surgimento de uma forma de nacionalismo populista avessa ao multilateralismo (BOLLE and ZETTEIMEYER, 2019:2).

Há no *establishment* americano um consenso bipartidário sobre os riscos geopolíticos e geoeconômicos representados pela ascensão da China enquanto força geopolítica e geoeconômica. Um contexto representado por Graham T. Allison como Armadilha de Tucídes. Os Estados Unidos da América podem permitir-se ao confronto sem temer pela sua economia, “continuam a ser a única superpotência com primazia em praticamente todos os domínios de *hard power* e de *soft power* e é muito provável que se mantenham isolados no topo da hierarquia das potências nos próximos anos” (TOME, 2019).

Isso não se pode pensar sobre o Brasil onde a economia está centrada na comercialização de *commodities*.

Nos jogos de poder das Relações Internacionais no contexto da segunda década do século XXI o Brasil apresenta-se como *player* de importância reduzida, talvez um peão no tabuleiro de xadrez da geopolítica da sociedade de nações. Por esta razão, a postura pragmática em relação à política internacional é de todo recomendada, sobretudo, quando o tema envolve setores sensíveis da economia nacional como o agronegócio, tal posição deveria ser a regra na condução dos assuntos de relevância geopolítica e geoeconômica. O alinhamento automático do Brasil governado por Jair Bolsonaro aos ditames e interesses da política externa dos Estados Unidos, além de contrariar regra fundamental do direito internacional moderno que diz respeito ao entendimento de que as relações diplomáticas devem “constituir uma política de Estado, não de governo, dado seu impacto intergeracional” (LEWANDOSKI, 2021) deixou de considerar interesses maiores do Brasil no complexo espaço de luta que é a geopolítica internacional e regional (MARTINS, 2022:284).

O Brasil foi por muito tempo um ator que buscava se fazer respeitável com a participação em foros internacionais, inclusive com incremento da atuação em missões de humanitárias e de manutenção da paz e ordem sob a insígnia das Nações Unidas (ANDRADE, 2019:21), e com uma sólida estratégia de elevação da importância geopolítica com a política de diálogo e fomento sul-sul, notadamente em relação ao continente africano. Na quadra histórica em que esta pesquisa foi realizada, o Brasil foi um país onde o governo, de forma solidária, submeteu-se a interesses em política externa absolutamente contrários aos interesses maiores de política interna relacionados ao complexo agroindustrial. O comportamento subserviente do governo Bolsonaro em relação ao governo de Donald Trump, impôs aos interesses comerciais do Brasil riscos indesejáveis. O real interesse nacional representado pelo esforço coletivo da diplomacia brasileira em aproximar e estabelecer relação comerciais de confiança com países a Ásia, Europa e América Latina foi posto de lado em razão da adoção de posição estatal que visa combater o globalismo, ideologia segundo a qual os interesses nacionais seriam colocados em primeiro plano face aos interesses regionais e globais (RAMIREZ, 2019:156). Contudo, no Brasil os interesses nacionais foram deixados de lado prevalecendo os interesses históricos dos Estados Unidos da América em uma clara demonstração da persistência do neocolonialismo na região do Atlântico Sul ibérico, notadamente em relação às elites inacabadas que se vinculam a uma forma de perceber a geopolítica que tem por efeito alienar as relações regionais e com outros atores extrarregionais em favor de uma política de alinhamento com Estados Unidos da América como se ainda vivêssemos no século XIX.

Nas linhas abaixo será dado início à terceira parte da presente pesquisa, momento em que se pretende analisar os desafios para a integração regional no Cone Sul, notadamente a partir da crise econômica de 2008 até a chegada ao poder do governo de Jair Bolsonaro no ano

de 2019. Buscaremos um aprofundamento junto à análise no que tange os aspectos mais relevantes sobre as diretrizes de integração regional a partir da estratégia de cooperação representada pelo Mercosul e o papel do Brasil como principal economia do bloco e responsável por políticas regionais que podem resultar no aprimoramento da integração regional ou no esvaziamento do Mercosul com o sucessivo processo de desconstrução das conquistas já materializadas durante os trinta anos de sua fundação.

3.1 O Mercado Comum do Cone Sul em suas origens

“Eis que surge na linha do tempo o século XXI para América do Sul, antes disso um século na busca da autoafirmação. Uma busca pelo processo de efetiva decolonização, seja dos antigos impérios europeus ou dos seus herdeiros de fato ao norte continental como já foi feita referência em capítulos anteriores. O final do século XX e a primeira quadra do século XXI pode ser considerado sob o prisma do construtivismo o momento de transformação em que a ideologia dominante encontra-se desgastada, incapaz de cimentar a sociedade em torno dos valores cruciais” (MAGNOLI, 2000:186; MARTINS, 2022:285). Contudo, a questão nodal para análise das origens de um mercado comum como mecanismo de atuação dos Estados do Cone Sul por meio de uma estratégia de integração regional, deve considerar as transformações do mundo no século XX a partir das duas guerras mundiais, ou talvez, uma grande guerra que transcorreu nos campos de batalha, mas também no campo da geopolítica e geoeconomia entre 1914 até 1945.

Fato é que “ao final da Segunda Guerra Mundial consolida-se a hegemonia continental dos Estados Unidos da América. O que era antes um projeto do Presidente americano James Monroe em relação” (MARTINS, 2022:285), à extensão do espaço territorial para além dos limites fronteiriços, torna-se uma realidade. Primeiro em relação às américas e depois em relação ao mundo. “América Latina é o espaço vital dos Estados Unidos no contexto da guerra fria aos moldes do pensamento de George Kennan. Para Peter Gowan, os Estados Unidos obtém enorme vantagem por ser o país militar e politicamente dominante, bem como por ser capaz de dominar os mecanismos da administração econômica internacional (GOWAN, 2003:60). Assim, é certo que sua influência sobre a vida política e econômica seria percebida por todas os Estados formalmente independentes, mas fortemente subjugados pelos interesses americanos. A *Pax* britânica agora estava nas mãos dos seus herdeiros naturais, os americanos do Norte” (MARTINS, 2022:285).

Alianças militares como a “Operação Condor” (CAVALCANTI and KRISCHKE, 2020:135-160) em que Relações Internacionais dos países da América do Sul estavam centradas

no controle das instituições e das liberdades individuais permitiram a consolidação do atraso e a garantia da permanência da América do Sul à sombra do século XIX, tal como estava quando das primeiras décadas da sua emancipação política em relação aos reinos ibéricos.

Parece pertinente o pensamento de Ulrich Beck que sintetiza o entendimento deste estudo sobre o momento em que a integração regional ganhou força, segundo ele “existem épocas em que se faz política menor, uma política que obedece a regras, e existe um tempo para a política maior, uma política que modifica as regras” (BECK, 2015:39). Talvez seja esse o caso dos processos de redemocratização no sul continental ao final da segunda metade do século XX.

É correto afirmar que o caráter nacional desenvolvimentista do período da ditadura militar brasileira permitiu um alargamento da relação vertical entre os Estados do Cone Sul com a realização de obras de engenharia como a construção de uma ponte sobre o rio Paraná no ano de 1965, e a construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, inaugurada em 1984. Foram obras que reaproximaram o Brasil do Paraguai depois de muitas décadas de desconfiança em razão dos horrores da guerra da tríplice aliança entre 1864 e 1870 (LIMA, 2016:308). O Brasil e a Argentina, que em suas relações bilaterais, historicamente, enfrentaram momentos de tensão e ruptura próprios do arquétipo robbesiano das Relações Internacionais, também, lograram êxito em resolver questões relacionadas à própria construção de Itaipu e sobre a corrida nuclear na região que teve seu fim em acordo selado em 1985 (GORCZESKI, 2015: 31). Contudo, a relação estava baseada em termos societários e não comunitários, tendo como elementos centrais mecanismos estruturais como a geografia e mecanismos sistemáticos como a preocupação político-econômica.

Assim, ao final do século XX, o Cone Sul havia superado os governos civil militares, restabelecido direitos e liberdades individuais dos cidadãos e, como resultado de anos de negociações entre os Estados-parte do Cone Sul no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, bem como influenciados pela formação do bloco regional europeu, buscou o fortalecimento das relações regionais através de alianças econômicas na formação de um mercado comum que se inicia no Cone Sul, mas que em poucos anos congregou outras nações da região. Nas lições Andrés Malamud o processo de integração assim de desenvolveu:

El primer impulso “científico” a la integración latinoamericana provino de la Comisión Económica para América Latina (Cepal), fundada por las Naciones Unidas en 1948 y presidida inicialmente por el argentino Raúl Prebisch. La Cepal postulaba la ampliación de los mercados nacionales mediante la creación de un mercado regional que generara economías de escala propicias para el desarrollo industrial. Bajo su influencia se creó la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (Alalc) en

1960, que sería reemplazada veinte años más tarde en Montevideo por la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi). Con trece miembros actuales, esta organización fue apenas más exitosa que su antecesora (MALAMUD,2007:275).

Surge o elemento central das Relações Internacionais entre a luso-américa e a hispano-américa na aurora do século XXI, o Mercado Comum do Cone Sul que passaria a responder pelo acrônimo Mercosul.

Felipe Solá, chanceler argentino do governo de Alberto Fernandez, explica a origem da formação do Mercosul mencionando que “o Tratado de Assunção foi negociado com base em um esquema fortemente relacionado com o chamado “Consenso de Washington”, um modelo que confiava que os países da região se desenvolveriam a partir da realização de suas vantagens comparativas estáticas. Foi parte de um projeto de ancoragem de reformas econômicas neoliberais, que incluiu também a consolidação de compromissos de abertura tarifária de bens industriais e serviços na Rodada Uruguai e a aceitação de cláusulas de proteção de investimentos que limitariam seriamente as possibilidades de desenvolvimento da Argentina nos anos seguintes” (SOLÁ et al., 2021:5).

Para Francisco J. Pinon, Alberto Methol Ferre e Alver Metalli, a “integração é a única forma de participar da globalização fazendo parte realmente do concerto mundial das potências contemporâneas sem ser esmagado por elas” (METALLI and FERRÉ, 2006:103). Nesse sentido, “a construção do Mercosul deve ser considerada marco civilizacional para os países ibéricos do Atlântico Sul. Mais que uma cimeira em torno de questões econômicas, o Tratado de Assunção assinado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, em 1991, representou uma verdadeira oportunidade para a aproximação e alinhamento dos interesses das nações integrantes do Cone Sul. Não por acaso do próprio instrumento de formação consta que a integração entre as nações constitui elemento central do processo de desenvolvimento econômico e justiça social pretendido para os Estados integrantes do pacto regional”, (MARTINS, 2022:285). Desde a emancipação política dos Estados sul-americanos ocorrida com a cisma napoleônica, nunca houve verdadeira oportunidade para o progresso baseado na união no interesse comum de todos os Estados envolvidos no pacto do Cone Sul.

A consolidação de grandes espaços econômicos, em especial na Europa, fez com que os Estados buscassem basear suas Relações Internacionais em ajustes regionais, considerando como vitais para seu progresso dentro da nova arquitetura das Relações Internacionais no contexto do século XXI em que a ideia de um estado continente (METALLI and FERRÉ, 2006:120) é fator decisivo para o sucesso de uma geopolítica regional que dialogue com o desenvolvimento dos povos do Sul atlântico ibérico. A integração latino-americana há muito pretendida pelas elites verdadeiramente comprometidas com a causa da substantiva independência, que se faz não somente pelo prisma formal como aceita pela corrente tradicional, mas sim uma integração materializada e crítica, portanto, refratária às subserviências próprias das antigas

relações coloniais e atenda a realidade que é construída a partir de relações sociais, (MARTINS, 2022:285).

Assim, a busca pela integração do sul continental no contexto do Mercosul decorre, entre outros fatores, do ambiente da guerra fria e surge como reação natural à hegemonia dos Estados Unidos na região.

Com o necessário distanciamento histórico, é possível concluir que quando da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, que levou à criação do Mercosul, havia entre os Estados-parte verdadeira profusão de interesses e um espírito construtivista voltado a edificar as bases um novo futuro para a região. “Rudiger Dornbusch, do *Massachusetts Institute of Technology*, afirmou que o Brasil cresceria de qualquer maneira, não importando o que acontecesse, enquanto a Argentina estava encolhendo. Assim, a integração seria um bom negócio para o Brasil, que nada perderia. Mas seria um “negócio fantástico” para a Argentina” (BANDEIRA, 2014:728). Uma relação que, naquele momento, buscava superar o arquétipo lockeano da competitividade entre os Estados em direção da construção de um ambiente de verdadeira cooperação. Pode-se afirmar que as afinidades dos Estados envolvidos nestas dinâmicas geopolíticas no espaço regional do Mercosul eram, naquele momento e, ainda hoje são, “infinitamente superiores às diferenças, razão pela qual a nova pactuação permitiria verdadeiro avanço nas relações do sul continental com os demais blocos econômicos em formação, notadamente a União Europeia, os Estados Unidos e mais recentemente a República Popular da China, atores extrarregionais que não podem ser ignorados no contexto da integração e do desenvolvimento regional para o século XXI (MARTINS, 2022:286).

A materialização do Mercosul em um cenário de avanço do capitalismo tardio e pós-industrial possibilitou a aproximação dos Estados lindeiros ao sul continental. Nessa etapa histórica já não se percebia a influência das forças militares não profissionais, ao menos não como visto na segunda metade do século XX, em razão dos processos de redemocratização da América do Sul fortemente influenciado pela teoria liberal em que os modelos democráticos devem substituir as ditaduras sob pena de exclusão dos grandes fóruns internacionais. O destino dos lusos americanos do sul global e hispano americanos estava em suas próprias mãos. Uma visão de poder popular nunca vista considerando que a emancipação política decorrente da cisma napoleônico somente representou independência para as correntes tradicionais do positivismo, sendo possível afirmar que muitos dos laços do pensamento colonial sobreviveram ao tempo da descolonização e até mesmo apresentaram-se no debate político com novas faces neocoloniais. Alguns laços nunca foram rompidos, quando muito transferidos para novos senhores.

É fato que os países da Bacia do Prata têm marcada em sua história a luta pela defesa da democracia. Foram muitas as tentativas de submeter as repúblicas ao julgo dos diversos regimes militares e ditatoriais na região. A história do Brasil pós monárquico nos permite observar que dos trinta e oito presidentes eleitos ao cargo máximo do país, apenas cinco efetivamente concluíram seu mandato. As democracias lutam com todas as suas forças contra o que nomeamos em nossa pesquisa de elites inacabadas, cujo apelo ao argumento das armas está sempre a curta distância e serve de ameaça constante aos regimes democráticos da região.

Decorridos mais de 200 anos das declarações formais de independência dos países do Atlântico Sul ibérico, é possível afirmar que seu conteúdo material ainda não foi atingido. Não lograram êxito as hostes do positivismo em fazer as forças das armas e dos dogmas conduzirem as elites inacabadas da luso-américa e hispano-américa às conquistas da verdadeira liberdade, cuja delimitação de fronteiras é apenas uma parte. Alberto Methol Ferre e Alver Metalli defendem que a integração da América do Sul pode obedecer a três tipologias diferentes: a primeira consiste na ideia de ser um continente unificado a partir dos interesses dos Estados Unidos, condição que nos aproximamos na última quadra histórica com a erosão dos espaços de integração construídos pelo Mercosul e outras tratativas regionais com o mesmo propósito. Em segundo, uma integração a partir dos interesses sub imperiais (GALEANO, 2010:243) exercidos pelo Brasil, cujo distanciamento econômico em razão da sua inegável condição de país *hub* da geopolítica regional, associado ao histórico isolamento insular entre hispano-américa e luso-américa poderia permitir o exercício de um papel de liderança regional, condição não reconhecida pelos seus vizinhos sobretudo quando observado a captura do poder por frentes ultranacionalistas que buscam romper com a dialética do poder, degeneraram o processo de integração regional duramente construído através dos séculos. O papel do Brasil, enquanto liderança regional, deverá ser objeto de análise na quarta parte da pesquisa, momento em que se pretende realizar levantamento de caráter exploratório qualitativo sobre o entendimento de alguns extratos das sociedades que compõem o Cone Sul sobre a atuação esperada do Brasil na geopolítica regional e global. Uma terceira via para a integração, seria por meio de um equilíbrio entre as relações entre luso-américa e hispano américa, sendo certo que para tal fim, as assimetrias regionais entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai devem ser trabalhadas, considerando a necessidade de equalizar crescimento econômico e desenvolvimento social para a região a partir da ideia de mútua dependência entre os atores regionais (METALLI and FERRÉ, 2006:105-106). No mesmo sentido Andrés Salamud observa “*os esfuerzos para integrar países poco interdependientes deben comenzar por impulsar las interacciones a través*

del crecimiento económico y no mediante el fomento de una identidad común, la creación de instituciones supranacionales o la unión de las políticas exteriores” (MALAMUD, 2013:280)

Após trinta anos da sua criação, é chegado o momento em que o Mercosul, crítico da sua história, deve perguntar-se quem é ele? Por que é assim e como gostaria de ser para as próximas gerações? É nesse sentido que pretendemos conduzir a pesquisa a partir da próxima seção quando iniciará uma análise sobre o projeto de integração por meio da estratégia de cooperação consubstanciada no Mercosul. Será investigado se, após decorridos trinta anos da assinatura do Tratado de Assunção, é possível encontrar um ambiente de integração econômica e social ou a confirmação histórica sobre a permanência dos Estados desunidos do Cone Sul.

3.2 Trinta anos de Mercosul – Uma análise sobre o projeto de integração regional

O mar mediterrâneo para os romanos nunca representou uma fronteira entre dois mundos, bem como nunca foi a divisão entre eles e os demais povos em África ou para o oriente. “Consideravam que aquela gigantesca extensão marítima estava no meio deles e não deveria representar um divisor entre mundos (MARTINS, 2022:286).” Na atualidade em que a geopolítica e a geoeconomia ganham cada vez mais importância na arquitetura dos grandes Estados é preciso conceber uma nova maneira de se olhar as fronteiras da geografia tal como fez Rudolf Kjellen (1864-1922) ao buscar estabelecer uma relação entre o poder estatal e suas condicionantes geográficas (LEWANDOWSKI, 2021).

As fronteiras que separam Estados soberanos não devem impor as nações restrições em avançar em suas relações regionais no sentido de buscar afirmar suas equivalências e eliminar assimetrias no sentido do fortalecimento entre povos marcados pela geografia a conviver e dividir o espaço regional do sul ibérico” (MARTINS, 2022:286).

Propomos contribuir para o debate sobre as características do discurso de “integração entre os países fundadores do Mercosul no contexto dos trinta anos de fundação do bloco” (MARTINS, 2022:287). A intenção é buscar entender de que forma esse discurso dos chefes de Estado do Mercosul favorece a formação de uma identidade regional chamada aqui de “mercosuriano”, termo esse já aplicado pela diplomacia regional como será visto adiante. Do mesmo modo, será investigada de qual maneira Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai mobilizam-se em direção à construção de ambiente geopolítico favorável ao diálogo multilateral a despeito do pêndulo da política que por vezes movimentava-se para além da esquerda ou da direita, podendo romper com a dialética do poder chegando nos pontos da extrema direita ou da extrema esquerda.

“O estudo tem como base conceitual a análise sociológica do discurso aplicada ao debate da integração regional por meio da formação e fortalecimento do bloco econômico Mercosul. Considerando que “no mundo real, a maior parte da comunicação humana ocorre de modo discursivo. Uma vez que essa é uma das coisas mais importantes que nos diferencia dos outros animais” (WENDT, 2014: 416; MARTINS, 2022:287). Conforme leciona Ruth Wodak, a análise crítica do discurso é caracterizada pelos interesses comuns em desmistificar ideologias e poder através da investigação sistemática e reprodutível de dados semióticos sendo eles escritos, falados ou visuais. Dedicase, sobretudo, a análises que compreendem relações de dominação, poder e controle, no modo como elas externam-se através da linguagem (WADAK and MEYER, 2009:10). Assim, a linguagem é um instrumento de dominação social com a finalidade de legitimar relações de poder determinadas institucionalmente. “Poder não necessariamente deriva da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, para subvertê-lo, para alterar distribuições dele a curto e longo prazo” (WADAK and MEYER, 2009:10).

“Procura-se compreender de qual maneira o contexto geopolítico global e as posições políticas dos governos influencia a construção dos textos diplomáticos no âmbito regional. O tema será enfrentado de forma multidisciplinar com objetivo de contemplar as diferentes possibilidades epistemológicas para a compreensão do elemento identitário e integracionista em sua manifestação quanto ao discurso. A abordagem é realizada a partir das manifestações em encontros de cúpula que sintetizam as identidades coletivas do Mercosul ao final da sua terceira década de fundação” (MARTINS, 2022:287).

“Para atingir tal objetivo selecionamos dois encontros ocorridos entre 2020 e 2021. Trata-se da 56ª Cúpula do Mercosul ocorrida no início do mês de julho de 2020, e do encontro de Chefes de Estado realizado em março de 2021, alusivo aos trinta anos da assinatura do Tratado de Assunção. Ambos os encontros serão observados como livros em que seus autores registraram seus sentimentos e percepções sobre as estratégias de integração materializada pelo Mercosul, bem como quais os possíveis caminhos que devem ser percorridos para o futuro do bloco regional” (MARTINS, 2022:287).

3.2.1 O discurso, a integração de papel e a Merco-identidade

Conforme já enunciado nas linhas acima, a partir do interesse em permitir o encontro dos chefes de Estado representantes dos países que compõem o bloco econômico do mercado comum do Sul do continente americano, a organização regional criada em 1991, realiza

encontros com regularidade cujos objetivos estão correlacionados à promoção contínua da integração regional. Desse modo, em 02 de julho de 2020 aconteceu a 56ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul. Um “evento singular, não somente pelo seu ineditismo quanto ao modo, visto que realizado totalmente de forma não presencial com a utilização dos aparatos de comunicação *online*, decorrência lógica das regras de afastamento e distanciamento social impostas pela pandemia de Covid-19, mas também porque a 56ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul marcou o redirecionamento do Brasil em relação oposta ao caminho percorrido nos últimos trinta anos de existência do bloco econômico enquanto iniciativa política com pretensões que estão além das relações de troca comercial” (MARTINS, 2022:287).

Na conferência *online* foram ouvidos os Chefes de Estado associados, bem como convidados especiais representando a União Europeia e organizações não governamentais esportivas. O encontro tem sua relevância e pertinência para o presente estudo sobre a formação de uma comunidade integrada pelos mecanismos da geopolítica, geoeconomia, bem como pelas alianças geoculturais construídas pela história comum do sul continental. A partir dos pronunciamentos dos presidentes do Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai foi possível compreender “as condições discursivas” (WENDT, 2014:169) e a dimensão da fragmentação entre o pensamento luso americano representado pelo Presidente brasileiro Jair Bolsonaro em relação ao pensamento hispano-americano dos presidentes da Argentina, do Paraguai e Uruguai. Os respectivos discursos refletem em alguma medida as espirações e posições em política externa de cada Estado-parte após o bicentenário da independência do Atlântico Sul ibérico, bem como depois de decorridas três décadas do Tratado de Assunção de 1991 (MARTINS, 2022:288).

A análise sociológica do discurso ou simplesmente análise do discurso em sentido estrito pode ser considerada como abordagem não convencional do Direito Internacional, das Relações Internacionais e das ciências sociais de modo geral. Para Idelber Avelar, o estudo da linguagem e o estudo dos conflitos políticos são dois campos que não se comunicam com muita frequência. Segundo Avelar, “as ciências sociais tem uma tradição de não prestar muita atenção na linguagem porque trabalha em geral com a premissa tácita de que a linguagem é apenas um veículo de comunicação de natureza neutral, sendo mais relevante o conteúdo e as ações” (AVELAR, 2021).

Ao estudar os elementos epistemológicos e metodológicos da análise sociológica do discurso, Christiane Godoi, Ana Lucia Coelho e Araceli Serrano apresentam importante contribuição para o debate advertindo que “não há unidade sobre a compreensão do tema, podendo apresentar inúmeras variações a partir das experiências de cada pesquisador”, (GODOI et al., 2014:511). Contudo, dois elementos já observados pela doutrina de Fernando Conde, integram as diferentes linhas do estudo sobre análise sociológica do discurso que para os fins desse estudo serão aceitas na forma de um silogismo cuja primeira premissa é a “unidade de análise centrada no corpo do texto da investigação como um todo e não na segmentação. A

segunda premissa é a vinculação e a articulação entre as perspectivas internalistas e contextuais do discurso, salientando a importância do contexto sobre o texto. Trata-se pois, de uma análise pragmática do texto e da situação social” (CONDE, 2009 apud GODOI, 2014:511).

Destarte, esse discurso da integração regional dentro dos limites da 56ª Cúpula dos chefes de Estado do Mercosul em 2020 e no evento comemorativo aos 30 anos de sua criação em 2021, “considera não somente a manifestação de integração regional uniforme incorporada nos pronunciamentos dos chefes de Estado do Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil, mas sim as formações discursivas e o conjunto de todos eles em seu contexto geopolítico regional. Importa saber que todos os pronunciamentos foram disponibilizados pela direção do bloco (MERCOSUL, 2020:1) por meio das suas redes sociais, bem como trechos dos pronunciamentos pelos diversos veículos de imprensa que realizaram a cobertura do evento” (MARTINS, 2022:288). “Na qualidade de Presidente *pro-tempore* do bloco que até a realização da cúpula estava sob o comando do Paraguai, o Presidente Mario Abdo Benítez foi o primeiro a se pronunciar. Desde logo, reconheceu as assimetrias entre os Estados-parte razão pela qual firmava entendimento sobre a necessidade da utilização de mecanismos para superar as diferenças entre as economias” (MERCOSUL, 2020; MARTINS, 2022:288).

Para ele a “integração regional é a pedra angular da política exterior do Paraguai representando sua plataforma para inserção ao mundo. Segundo Benítez, o Paraguai busca uma integração que deve ter um caráter multidimensional, bem como conclama os Estados-parte para uma reflexão permanente sobre seu funcionamento para servir efetivamente seus propósitos e melhorar as condições de vidas dos cidadãos” (MERCOSUL, 2020; MARTINS, 2022:288).

“Em nome da Argentina falou o presidente, Alberto Fernandez, cujo processo de eleição em 2019, foi marcado por forte oposição do Presidente brasileiro que, entre tantas declarações públicas polêmicas afirmou que caso fosse eleito Alberto Fernandez transformaria a Argentina em uma Venezuela com êxodo de populações em direção ao sul do Brasil” (SIMÃO, 2019; MERCOSUL, 2020; MARTINS, 2022:289).

Conduzindo seu discurso em direção a uma integração de caráter aprofundado e comprometido com a identidade dos povos latinos do sul continental Alberto Fernandes afirmou que o Mercosul deve refletir “um destino comum à grande pátria que somos”, bem como que as ideologias dos governantes não podem e não vão conseguir impedir a “integração única” dos povos latinos do Atlântico Sul. “Chamou atenção para o fato de que os governantes são ocasionais como devem ser as diferenças” e que, mais do que governos vinculados “estão os povos latino-americanos vinculados. Segundo Fernandez Governos passam, o povo latino

fica, estando a latino américa condenada a ser única e absolutamente integrada” (MERCOSUL, 2020 ; MARTINS, 2022:289).

Alberto Fernandez em seu discurso mencionou vários vultos históricos tidos como ícones libertadores das américas como José Gervásio Artigas já mencionado nessa pesquisa e “conhecido pela luta para criação de um país com pretensões emancipatórias em relação ao domínio de potências coloniais do século XIX o que chamava de pátria grande tornando-se uma referência para líderes latino-americanos através do século XIX e XX” (MARTINS, 2022:289).

Intencionalmente o Presidente argentino menciona em seus discursos a expressão identitária “pátria grande”. Também cita vultos históricos como Bernardo O’ Higgs, Simon Bolívar e José de San Martin. Percebe-se que nunca um brasileiro esteve na lista dos grandes nomes indicados pelo Presidente argentino e tal fato é mais do que um mero detalhe histórico e sim um traço da diferença entre a identidade hispano-américa e luso-americana “dado que enquanto a hispano América buscava seu caminho pela independência apartada das monarquias europeias o Brasil optou por uma solução que preservou uma monarquia no coração da América Latina muito além das primeiras décadas de emancipação política entre colônias e metrópoles” (MARTINS, 2022:289).

“O Presidente do Brasil abordou questões de política interna como alterações legislativas sobre direitos sociais, bem como o acordo entre Mercosul e União Europeia resultado de décadas de negociação inter blocos regionais. Afirmou que o Brasil buscará desfazer opiniões da comunidade internacional que julga distorcidas sobre tema como floresta amazônica e indígenas, enfatizou os novos acordos com a Índia e o Canadá, além de mencionar a distensão diplomática com a Venezuela e o processo eleitoral da Bolívia, reiterando o compromisso com a democracia” (MARTINS, 2022:289).

Importa saber que quando o Presidente brasileiro fala em democracia refere-se àquele modelo trabalhado por Levitsky & Ziblatt na obra “Como morrem as democracias”² e não o modelo de democracia republicana estabelecido pelo marco liberal. O tema será elucidado no seguimento 3.5 do presente trabalho.

Em nome do Uruguai falou seu Presidente Luís Alberto Lacalle Pou. Lembrou que o bloco está às voltas com seus trinta anos de existência e utilizou a expressão “merco-identidade”, uma junção óbvia de Mercosul com identidade. O neologismo foi utilizado na

² O livro “como morrem as democracias” tem sido utilizado por vários autores contemporâneos para buscar entender e ao mesmo tempo explicar o momento histórico em que vivemos nas primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido o prefácio do livro “Cláusula democrática do Mercosul: Aspectos jurídicos do argumento diplomático assinado pelo Embaixador Gerson Fonseca Junior, fundador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

tentativa de sensibilizar os demais presidentes sobre a necessidade do avanço na direção de relações regionais mais profundas entre os Estados contratantes a partir de “uma percepção positiva dos vizinhos a ponto de poder se falar em uma cidadania do Mercosul”(SOLÁ et al., 2021:21 ; MARTINS, 2022:290).

Nesse sentido, Lacalle Pou entende que o Mercosul deveria direcionar sua atenção para aspectos relacionados à educação, saúde e conservação do meio ambiente na região. A contribuição de Lacalle Pou foi significativa e destacou-se dos demais quando o assunto envolve o espaço de luta representado pela geopolítica regional, global e a relação do Mercosul com atores extrarregionais como Estados Unidos e República Popular da China. Em seu entendimento o bloco não pode “cair em uma falsa dicotomia na escolha ideológica entre um ou outro, o Mercosul deve estar dos dois lados” (MERCOSUL, 2020 ;MARTINS, 2022:290).

Lacalle Pou alertou para o fato de o sul atlântico possuir vocação de grande produtor de alimentos e não somente de matéria prima. Isso se dá obviamente pela cadeia produtiva ligada ao agronegócio com aplicação de alta tecnologia não somente em equipamentos agroindustriais, mas também no desenvolvimento de organismos geneticamente modificados (OGM), cuja aplicação em larga escala permitiu a elevação dos níveis de produção fazendo com que o sul continental se tornasse competitivo nos seguimentos de proteína animal e vegetal (MARTINS, 2022:290).

O discurso do Presidente do Uruguai revelou sua preocupação com o que chamou de um “Mercosul real e não apenas de papel” (MERCOSUL, 2020). Nesse sentido o Presidente uruguaio propõe reflexão alinhada com as bases desta investigação. Isso porque, conforme já registrado em linhas anteriores, entende-se que o processo de integração dos Estados ibéricos do Atlântico Sul não conseguiu vencer as formalidades convencionais sendo, como sugere o Presidente Lacalle Pou, uma integração de papel (MARTINS, 2022:290).

O Mercosul deve terminar o que começou no sentido de permitir que os processos de integração sejam realizados na direção do bem comum das populações envolvidas não somente buscando o crescimento econômico que por vezes é episódico, mas sim, e sobretudo, enfrentando a questão do subdesenvolvimento em todas as suas manifestações. Trata-se de buscar pela via das estratégias de integração regional o desenvolvimento socioeconômico nele compreendido o socioambiental (MARTINS, 2022:290).

A análise sociológica do discurso de Lacalle Pou permite uma abordagem interdisciplinar em que a história do direito constitucional serve como suporte para o que é proposto aqui como linha de argumentação. Trata-se de trazer ao debate os pensamentos de Carl Schmitt, Ferdinand de Lassalle e Konrad Hesse sobre a constituição escrita (de papel) e

aquele entendido como real. Para Carl Schmitt, uma constituição era o reflexo da decisão política fundamental dos grupos hegemônicos de poder enquanto Ferdinand de Lassalle atribui a força da constituição aos elementos reais de poder distribuídos entre as forças econômicas, religiosas, militares e políticas, sendo o texto constitucional escrito uma mera folha de papel quando não observados os “fatores reais do poder” (VIEIRA, 1998:75). Por fim, temos Konrad Hesse que entendia a constituição como a base das relações sociais porque balizadas na espinha dorsal representada pela lei maior de um Estado, mas também como resultante social das legítimas aspirações de um povo. Hesse não descarta os elementos da realidade acolhendo assim o pensamento de Lassalle, todavia, atribui a força normativa da constituição como primeira e fundamental ao equilíbrio dos estados constitucionais modernos. Hans Kelsen, pensador das Relações Internacionais que emprestou seu saber à ciência do Direito consegue ir além. Em sua teoria normativa da constituição ao adicionar o elemento axiológico que nesse trabalho é tratado como identidades e interesses de um povo como central ao sucesso e estabilidade de uma constituição.

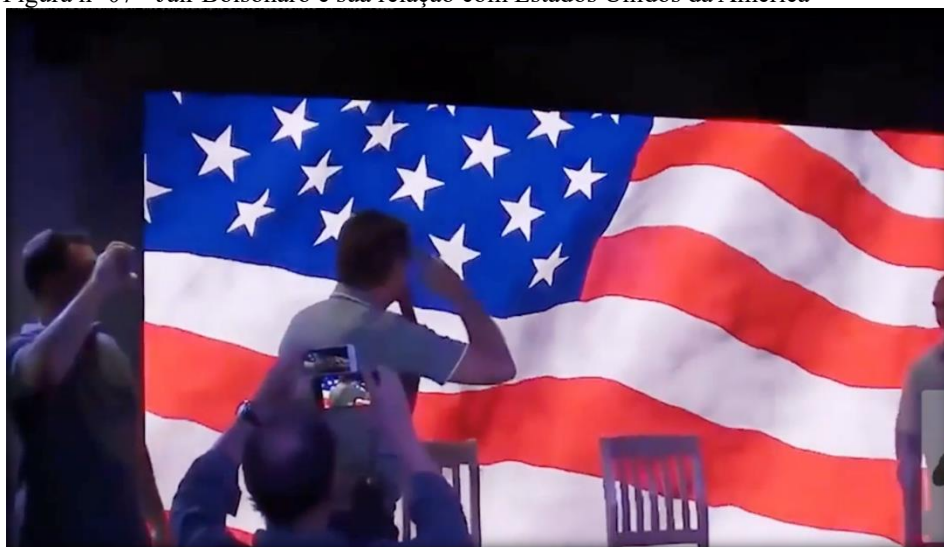
Findamos este pequeno ensaio sobre a História da construção do direito constitucional contemporâneo aplicado à geopolítica regional do Cone Sul e retomamos no próximo bloco as reflexões sobre as condições discursivas da integração regional na segunda década do século XXI.

3.2.1.1 O contexto é a moldura do texto

Necessário registrar nesse capítulo algumas efemérides visto a necessidade de compreender quais condições discursivas estão nas raízes das manifestações dos chefes de Estado, principalmente do Brasil que na perspectiva geoeconômica é incontestavelmente a potência regional que deve ser observada. “A Cúpula do Mercosul foi realizada no dia 02 de julho de 2020. Em 04 de julho, comemora-se a independência dos Estados Unidos, data mundialmente conhecida em razão da inegável relevância geopolítica e geoeconômica do país para a economia global, bem como considerando a sempre necessária reflexão sobre os valores democráticos que a declaração de independência dos Estados Unidos da América remete (BOAVENTURA, 2011:62 ; MARTINS, 2022:290), bem como das contribuições ao republicanismo provenientes dos países fundadores do federalismo moderno (WEFFORT, 2001:188).

Naquela data, em 2020, o Presidente brasileiro Jair Bolsonaro, cujo alinhamento com a política internacional do governo Donald Trump é reconhecido até mesmo pelo Congresso Americano (MEYER,2022:2), compareceu em almoço organizado pelo embaixador americano em Brasília Todd Chapman. Não se tratou de um evento para chefes de Estado com cerimonial e formalidades de praxe, mas sim um almoço em que apenas o Presidente do Brasil e *staff* participaram por meio de um convite realizado pelo embaixador americano, que sabedor da peculiar admiração do Presidente brasileiro pela cultura estadunidense e que este exótico líder de um país continental gostaria de comemorar a data cívica da independência dos Estados Unidos tal qual faria um cidadão nativo daquele país. Assim, Todd Chapman fez acontecer aquele almoço cuja divulgação pôde ser vista nos diversos veículos de imprensa do Brasil e no mundo (COLETTA, 2020 ; MARTINS, 2022:291).

Figura nº 07 - Jair Bolsonaro e sua relação com Estados Unidos da América



Fonte: (fotografia, 2019) Presidente da República Federativa do Brasil presta continência à bandeira dos Estados Unidos da América em evento realizado em 2019, na cidade de Dallas-US. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/11/11/amadorismo-e-delirios-conspiratorios-marcam-primeiros-passos-da-politica-externa-de-bolsonaro/> . Consultado em 08.04.2025.

Para além de uma quebra nas tradições diplomáticas brasileiras no que tange os chefes de Estado não realizarem visitas em embaixadas na capital federal e da primorosa demonstração de identificação com a cultura dos Estados Unidos, e mesmo que fosse possível desconsiderar como relevante o fato de naquela data o Brasil registrava mais de 64.265 mortos em razão da pandemia da Covid-19 dos mais de 700 mil que registraria ao final da pandemia, bem como toda miríade de eventos relacionados à pandemia com a judicialização da relação entre o governo federal e as demais esferas de governo (municipal e estadual), da qual resultou a manifestação do Supremo Tribunal Federal – STF, por meio da ação declaratório de descumprimento de preceito fundamental nº 672, que confirmou autoridades dos estados e municípios da federação na adoção de medidas de salvaguarda da vida como restrições a circulação de pessoas e outras medidas de distanciamento social, bem como “o fechamento das fronteiras terrestres entre os países do arco sul (Argentina, Uruguai, Paraguai), que assombrados com a multiplicação de casos no Brasil e descontentes com a postura negacionista do Presidente

brasileiro resolveram impedir o trânsito de pessoas entre os países do Mercosul, mesmo que de tão severa decisão resultassem significativos prejuízos às economias de fronteira. Não há espaço nesse estudo para debater a catastrófica postura do Presidente brasileiro em relação à pandemia da Covid-19, verdadeira necropolítica promovida pela extrema direita neopatriótica que demonstrou absoluto menoscabo à vida de milhares de brasileiros e brasileiras atingidos direta e indiretamente pela chaga da pandemia da Covid-19, não é este o propósito da investigação, sendo necessário momento mais apropriado para tal” (MARTINS, 2022:291).

“Fato é que naquela data e considerando as circunstâncias já mencionadas como a proximidade da Cúpula do Mercosul realizada apenas dois dias antes, bem como todos os riscos relacionados à pandemia da Covid-19 o tema de maior relevância para análise dos signos ou da análise sociológica do discurso está materializado no elemento central segundo o qual aos olhos do governo brasileiro na quadra histórica de 2018/2022 a integração do sul continental é uma mera formalidade, uma integração de papel como bem disse o Presidente uruguaio Lacalle Pou” (MARTINS, 2022:291).

“A integração defendida pelo Brasil às vésperas da emblemática data de 30 anos da assinatura do Tratado de Assunção está apenas nos palácios e tem a pretensão de existir em sentido vertical, a partir de leis e novos Tratados que não se revestem da condição primordial de políticas públicas que poderiam produzir efeitos para além do crescimento econômico episódico, mas sim em direção ao desenvolvimento social regional.

A integração efetiva, horizontal entre povos destinados pela geografia e pela origem cultural a compartilhar de um destino comum aos moldes propostos pelos chefes de Estado do Uruguai, Argentina e Paraguai” (MARTINS, 2022:291) somente poderá ocorrer com a participação efetiva do Brasil na singular condição de maior economia da região que já em 1976 era reconhecido por Kissinger como potência econômica:

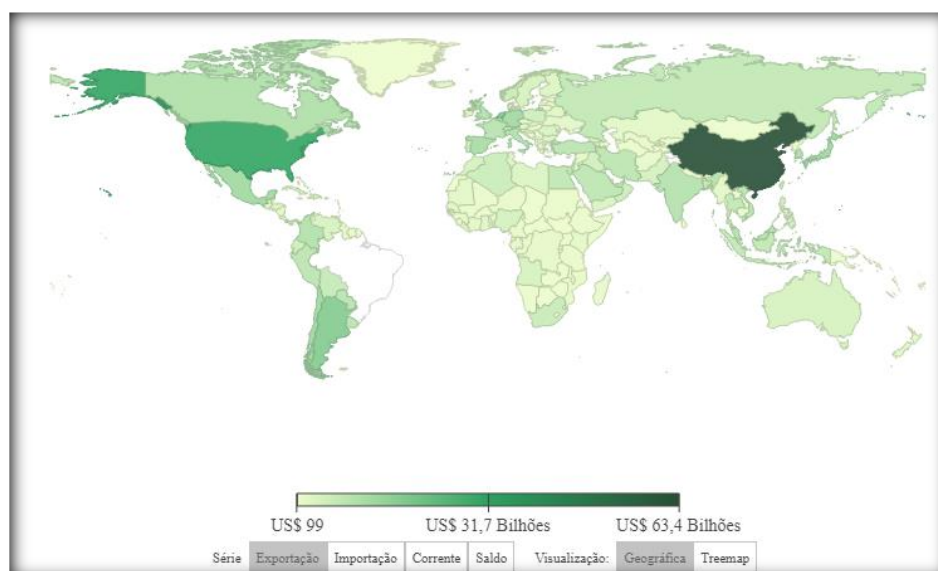
Ao ser interpelado no “House Foreign Affairs Committee, se os Estados Unidos haviam elevado o Brasil ao status de potência mundial, por terem os dois países assinado um acordo de consulta, Henry Kissinger, então secretário de Estado na administração do presidente Gerald Ford (1974-1977), replicou: “(...) This agreement does not make Brazil a world power. Brazil has a population of 100 million, vast economic resources, a very rapid rate of economic development. Brazil is becoming a world power, and it does not need our approval to become one, and it is our obligation in the conduct of foreign policy to deal with the realities that exist”(BANDEIRA, 2009:79).

Sendo o Brasil país *hub* deve exercer o papel fomentador do progresso regional sob o risco da estratégia Mercosul tomar o sentido do esvaziamento de conquistas que obviamente é a direção oposta àquela idealizadas pelos países fundadores do mecanismo de integração regional.

No mesmo período, os então presidentes da Argentina, do Paraguai e do Uruguai não tiveram uma agenda oficial e dedicaram-se à agenda privada de cada um o que coube assuntos domésticos o que permite dizer que não houve assim qualquer manifestação pública, tampouco mais ufanista sobre a passagem do 04 de julho.

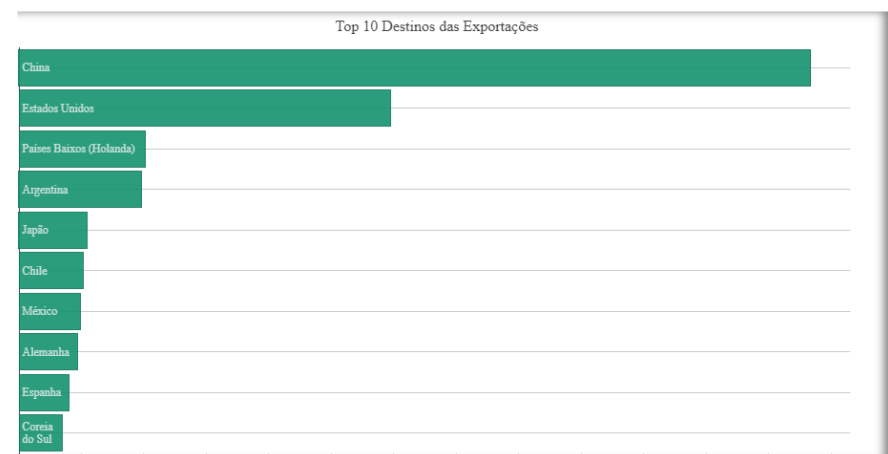
“Na primeira quinzena de julho de 2020, repleta de efemérides pertinentes ao debate da integração regional no contexto do trigésimo aniversário do Mercosul, cumpre ainda registrar que em 09 de julho comemorou-se a Independência da Argentina” (MARTINS, 2022:292). “Não se esperava do Presidente brasileiro qualquer ação como aquela demonstração apaixonada e cívica feita para os Estados Unidos em sua data de independência. Contudo, tendo em vista a importância da Argentina para a economia brasileira que segundo dados oficiais disponibilizados pelo Ministério da Economia é um importante parceiro comercial do Brasil, figurando entre os quatro maiores parceiros do comércio exterior no ano de 2019, mesmo no contexto de crise econômica e instabilidade política” (MARTINS, 2022:292).

Figura nº 08 – Balança comercial entre Brasil, China, Argentina e Estados Unidos da América



Fonte: dados disponíveis no Ministério da Economia do Brasil (https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/nota.html) . Consultado em 08.04.2025.

Figura nº 09 – Principais destinos das exportações brasileiras em 2020

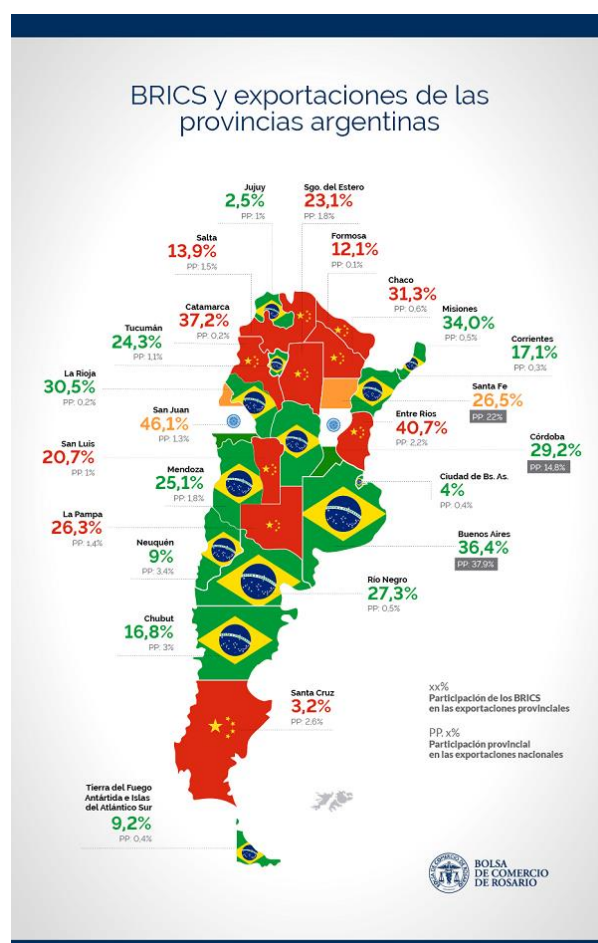


Fonte: dados disponíveis no Ministério da Economia do Brasil
(https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/nota.html)
Consultado em 08.04.2025

Os gráficos indicam que o Brasil mantém importante relação comercial com a China, os Estados Unidos, e no contexto regional, com a Argentina. Em uma análise geoeconômica dos dados disponíveis seria de todo recomendável que o Brasil mantivesse boas relações com todos os seus parceiros comerciais.

Na Argentina, Guido D'Angelo e Emilce Terré (D'ANGELO and TERRÉ, 2023) organizaram dados sobre a balança comercial do país em relação aos países pertencentes aos BRICS. O estudo considerou a balança comercial de todas as províncias do país e identificou que a relevância de Brasil e China é incontestável:

Mapa nº 02 – Mapa dos principais parceiros comerciais da Argentina até 2023



Fonte: Informativo da Bolsa de Comércio de Rosário. Consultado em 23.11.2023
D'ANGELO, G., TERRÉ, E., Argentina en el bloque BRICS ¿Cómo es la relación comercial con estos países

Necessário concordar com o embaixador Rubens Ricupero, para quem “nem a vassalagem política, nem a vantagem americana no saldo comercial pouparam o Brasil do protecionismo do governo Trump. Depois de amigos como esse, é difícil imaginar que o Governo de Biden possa ser pior” (RICUPERO,2021). Todavia, considerando que o Brasil almeja exercer o papel de liderança regional e os propósitos de integração do Mercosul seria de bom tom que houvesse ao menos a publicação de nota pela passagem de importante data para parceiro comercial e associado regional de longa data. Nenhuma manifestação se fez ver ou ouvir do Itamaraty ou do Palácio do Planalto.

3.2.2 Trinta anos do Mercosul – Entre o corset de Lacalle Pou, o “sentimento mercosuriano” e o processo de desconstrução

Em março de 2021, foi realizado evento comemorativo aos 30 anos do Mercosul enquanto iniciativa voltada ao desenvolvimento regional com vistas aos desafios do século XXI. “O encontro foi marcado pelas tensões entre os países fundadores do bloco regional e deixou claras as distensões e fissuras que efetivamente marcam o Mercosul em seu trigésimo aniversário. Ao invés de integração regional o que se viu foi uma versão atualizada dos Estados desunidos do sul do continente americano. O evento foi realizado na modalidade *online* em razão da pandemia de Covid-19 e teve como anfitrião e ocupando a presidência *pro tempore*, o Presidente da Argentina, Alberto Fernandez. Em sua participação defendeu o pragmatismo e o que chamou de “vontade de querer a integração regional solidária”, mesmo quando as diferenças políticas e ideológicas estejam presentes. Afirmou que “não vivemos um tempo de individualidade, mas sim um tempo de unidade” (MERCOSUR, 2021; MARTINS, 2022:293).

Após abertura dos trabalhos “o Presidente do Brasil Jair Bolsonaro foi o segundo a falar. Para análise do discurso é importante destacar que Jair Bolsonaro realizou saudações diferenciadas a cada chefe de Estado presente. Enquanto ao Presidente da Argentina o cumprimento foi protocolar e ao Presidente do Paraguai foi reservada uma distinção militar. Mario Abdo Benitez é chamado de “amigo paraquedista pelo Presidente brasileiro que emprega em seu governo mais de 6.157 militares” (MARTINS, 2022:293), em atividades tipicamente civis como pode ser atestado no levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU (SEABA and GARCIA, 2021).

Trata-se de evidente referência à predileção militar em detrimento ao governo civil defendido pelo Presidente brasileiro. Nesse ponto é preciso dizer que o governo brasileiro, sob a presidência de Jair Bolsonaro, promoveu verdadeira militarização em todos os setores da administração pública direta e indireta. Necessário lembrar que em fevereiro de 2019, logo no início de sua gestão em encontro entre os chefes de Estado de Brasil e do Paraguai, o Presidente brasileiro fez rasgados elogios ao ditador Alfredo Stroessner, que entre 1954 e 1989 comandou o Paraguai. Conforme registros de Roa Bastos Stroessner colocava-se como “ditador perpétuo e supremo mandatário do país, empreendendo uma política coercitiva no plano institucional e uma tutela militar no poder político prendeu, deportou e assassinou opositores, cerceou de forma totalitária as liberdades e exilou um sem número de intelectuais, artistas e escritores”, (BASTOS, 1976 apud VEIGA, 2021; MARTINS, 2022:285).

Ao cumprimentar o Presidente do Uruguai, Luis Alberto La Calle Pou, o Presidente brasileiro agradeceu por recente visita realizada ao Brasil. Ao Presidente da Bolívia, Luiz Arce, Bolsonaro reservou apenas um cumprimento protocolar enquanto ao Presidente do Chile, Sebastian Pinera, referiu-se como “velho companheiro” (MERCOSUR, 2021). Não há palavras deslocadas ou ausência de propósitos na manifestação do Presidente brasileiro. Há, pois,

elevada carga valorativa direcionada a cada um dos chefes de Estado ali presentes. Enquanto Alberto Fernandes (Argentina), Luiz Arce (Bolívia) são considerados representantes da esquerda latino-americana, Mario Abdo Benítez (Paraguai), Luiz Alberto Lacalle Pou (Uruguai) e Sebastian Pinêra (Chile) são representantes da direita e por tal razão aos olhos do Presidente brasileiro atores regionais que merecem tratamento diferenciado.

Em sua participação que durou não mais que sete minutos o Presidente brasileiro falou ainda sobre os desafios da Covid-19 e da manutenção dos propósitos de integração regional. Ao realizar um balanço sobre os últimos 30 anos de união entre os países fundadores do Mercosul Bolsonaro enfatizou que há muito ainda por fazer, defendeu a modernização do bloco e a atualização da tarifa interna comum, pauta compartilhada por Paraguai e Argentina. Sobre a integração regional Bolsonaro afirmou que em seu entendimento há espaço para ampliação das relações intrabloco e extrabloco.

O Presidente brasileiro reiterou que as diferenças de natureza política ou econômica não devem afetar o processo de integração, desde que respeitados os princípios que balizam o bloco. Nesse ponto falou sobre a regra do consenso a qual tem sido objeto de divergência entre os membros fundadores do Mercosul, isso porque enquanto o Brasil, Uruguai e Paraguai buscam a possibilidade de negociar separadamente acordos comerciais extrabloco, posição não defendida pela Argentina que tem como premissa a necessidade da negociação que atenda o bem comum da comunidade regional a partir da aplicação das regras convencionais.

Em seguida falou o Presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez. Em sua intervenção Benítez lembrou que todo esforço de integração teve seu nascimento na cidade de Assunção, por tal razão recebendo o Tratado o nome da capital do Paraguai. Para ele o Mercosul é visto como uma ferramenta a serviço da democracia. Afirmou que em seu processo de amadurecimento dentro das três décadas de existência o bloco transformou-se em ferramenta de integração em que os próprios cidadãos puderam canalizar suas esperanças e frustrações já que o processo integrador não se limitou às questões econômicas e comerciais, mas permeou o campo cultural, social, educativo, de segurança e dos direitos humanos. Lembrou da existência do estatuto de cidadania do Mercosul, documento que afirma os direitos e garantias de todos os cidadãos da região integrada pelo mercado comum do sul.

Benítez afirmou que o grande desafio para os próximos anos será consolidar um sentimento “mercosuriano” em nossas sociedades e uma convicção de destino comum que nos permita superar um enfoque meramente intergovernamental. O Presidente paraguaio manifestou entendimento segundo o qual os países membros devem buscar relações comerciais

com outras nações com vistas ao desenvolvimento de cada membro e que o Mercosul não pode representar um obstáculo ao crescimento individual dos países.

Em nome da República Oriental do Uruguai, falou o Presidente Luiz Alberto Lacalle Pou. Sem dúvidas foi a intervenção mais polêmica de todo o evento e que teve o poder de sintetizar os sentimentos de parte dos membros em relação ao processo de integração ou desintegração dos Estados do sul atlântico americano. Para o Presidente Luis Lacalle Pou o Mercosul, que completou seu trigésimo aniversário, pode ser comparado a um “*corset*” que por muito tempo tem apertado o Uruguai impedindo-o de respirar e movimentar-se em relação ao comércio aberto com atores extrabloco. Na cúpula Lacalle Pou falou sobre os aspectos de integração comercial e sobre avançar nas negociações com outros blocos. Afirmou que o acordo com a União Europeia está parado. Bem como com as relações com a Ásia. Declarou que o momento atual é para avançar juntos, mas que o Mercosul não pode ser um “lastro” que o bloco não poder ser um *corset* de modo a prender e impedir que os países do Mercosul realizem negociações sem a participação dos demais membros. Defende a flexibilização em nome do avanço das negociações com outros países. Lacalle Pou chamou atenção para a urgência de reformas que permitam a flexibilização do Mercosul no sentido de permitir negociações que não exijam a presença do Mercosul, mas sim dos países membros de forma independente.

Ao encerrar o evento o Presidente da Argentina Alberto Fernandez retomou a palavra e não deixou de comentar sobre as manifestações dos seus homônimos do Brasil, Paraguai e principalmente do Uruguai sobre a qual fez comentários com o claro objetivo de fazer frente às críticas de Lacalle Pou quanto ao Mercosul na atualidade representar um “lastro” ao desenvolvimento do Uruguai e dos demais países do bloco. Alberto Fernandez afirmou que lamenta o entendimento segundo o qual o Mercosul é uma “carga” ao desenvolvimento. O Presidente argentino rejeitou peremptoriamente a condição de “lastro” atribuída ao Mercosul por Lacalle Pou dizendo que “não queremos ser um lastro de nada, mas se somos um lastro que tomem outro barco”. Alberto Fernandez encerrou o evento registrando que tem a mesma esperança de que tiveram os fundadores do Mercosul no trabalho conjunto para enfrentar as circunstâncias difíceis que marcam o mundo por ocasião da comemoração dos trinta anos do bloco regional.

O evento deixou evidente as distensões existentes entre os membros do Mercosul. A presença cada vez mais forte de atores extrarregionais e o processo de fragmentação do bloco regional a partir de duas linhas de pensamento que se demonstraram muito claras e antagônicas no atual momento histórico de transformações globais e após três décadas da oficialização do Mercosul enquanto estratégia de integração dos países do Cone Sul. De um lado Brasil e Uruguai e em menor proporção o Paraguai e de outro lado estava a Argentina que considera a manutenção do Mercosul enquanto bloco importante nas negociações comerciais uma vez que a possibilidade de um mercado consumidor maior

permite posição de partida mais vantajosa dentro de um ambiente de negócios, notadamente quando se tem como negociadores a União Europeia, China e Estados Unidos. Tal posição não é defendida pelo Brasil sob administração de Bolsonaro e pelo Uruguai sob o comando de Lacalle Pou. Ambos entendem que a liberdade de negociação com outros países sem a participação do Mercosul e com a mitigação dos mecanismos de tarifa externa comum são imprescindíveis para enfrentar os desafios do século XXI. Nesse sentido, a tarifa externa comum tem sido um grande entrave para a continuidade do Mercosul enquanto bloco comercial. Trata-se de mecanismo que impõe aos países membros a negociação em conjunto com respeito à mencionada tarifa. Uma vez que um membro deixe de utilizar os mecanismos de equilíbrio e controle o próprio bloco econômico perde seu sentido existencial tornando-se um corpo sem alma (MARTINS, 2022:295).

Parece pertinente e de todo recomendável trazer ao debate a pesquisa realizada por Tiago Santos Salgado, que tomou como base de pesquisa os documentos divulgados pela *Wikileaks*. As informações divulgadas na *internet* tiveram a condição de ao mesmo tempo serem cruéis e libertadoras. Isso porque se de um lado repreensíveis quanto ao método e os riscos que trouxeram a segurança interna dos Estados Unidos, de outro vértice permitiram a toda sociedade internacional conhecer com maior profundidade as estratégias de vigilância das grandes potências e confirmar a fragilidade da privacidade de dados digitais nesses novos tempos da idade média. A pesquisa relevou uma verdade inconveniente quanto aos propósitos dos Estados Unidos sobre a integração da América do Sul. Uma verdadeira conspiração internacional contra o desenvolvimento e a soberania da América Latina (REAL, 2006: p. 251), sendo certo afirmar que os planos que vieram ao grande público pelas vias tortas da *wikileaks* permitem concluir que as estratégias geopolíticas e geoeconômicas dos Estados Unidos da América resultam na imposição de limites para as ambições emancipatórias dos países da América do Sul, implica reconhecer, que segundo a perspectiva estadunidense, quando muito, a liderança regional deve ser delegada e tutelada, seja de forma direta ou por meio de procuração através de atores sub imperialistas como o Brasil. Nesse sentido Malamud leciona “*El principio de igualdad jurídica entre los Estados se encuentra hoy en vigencia y no hay visos de que vaya a cambiar próximamente. La realidad de los hechos, sin embargo, suele contradecir la normatividad del derecho. En la práctica, los Estados no son políticamente iguales: los hay más poderosos y más débiles, desarrollados y subdesarrollados, democráticos y despóticos*” (MALAMUD, 2007: 96)

Os documentos emitidos pelo congresso americano deixam claro que o fortalecimento do Mercosul é desfavorável ao interesse dos Estados Unidos na região. Isso porque o Mercosul estaria em condições de competição com o projeto de integração da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), integração que em última análise seria excelente para as indústrias americanas, mas que aprofundaria a dependência do sul atlântico em relação ao centro

hegemônico. Os documentos demonstram que o fortalecimento do Mercosul com ingresso de membros associados como Venezuela e Bolívia sempre foram motivo de preocupação para o governo americano a tal ponto de existir iniciativas para a realização de acordos bilaterais entre os Estados Unidos e países da região no sentido de enfraquecer o Mercosul como bloco coeso (SANTOS, 2021).

Atento aos movimentos da geopolítica na segunda parte do século XX Moniz Bandeira registra a posição de Henry Kissinger sobre o propósito emancipatório dos países do Cone Sul americano:

Henry Kissinger, em *Does America Need a Diplomacy?*, referiu-se à contradição entre o NAFTA e o Mercosul e assinalou o perigo que representava a tendência da América Latina para integrar-se de modo autônomo e, talvez, hostil a uma ampla estrutura hemisférica.³² Isto seria não um simples “*setback*” para as perspectivas econômicas dos Estados Unidos de integrar um mercado de 400 milhões de pessoas, o qual representava 25% do seu comércio ultramarino, mas também para a sua esperança de uma nova ordem, “*based on growing community of democracies in the Americas and Europe*” (BANDEIRA, 2009:56)

Iniciativas de integração como o banco do Mercosul ou uma empresa petrolífera de titularidade dos países produtores de petróleo da América do Sul foram sumariamente rechaçadas pelo governo americano que via tais iniciativas como riscos aos interesses de empresas americanas na região (SANTOS, 2021).

Das declarações do governo brasileiro, que ao tempo da Cimeira que marcou a passagem dos trinta anos do bloco regional tinha como chanceler Ernesto Araújo, diplomata com fortes ligações com a extrema direita e declaradamente favorável aos valores defendidos pelo governo de Donald Trump, sendo refratário aos entendimentos hoje majoritários quanto ao aquecimento global e a comunidade internacional de nações representadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Considerando os valores defendidos pelo governo brasileiro naquela etapa histórica é possível registrar que há coincidência de desígnios entre a pesquisa de Santos Salgado sobre os documentos do governo americano revelados pela *wikileaks* e a estratégia do governo brasileiro para o Mercosul. Dito de outra forma e espera-se em melhor redação, é possível identificar que o governo brasileiro aceitou com tranquilidade a ideia de fragmentação do Mercosul com a redução da sua importância política enquanto bloco econômico e passou a aceitar ideia dos Estados Unidos quanto ao enfraquecimento do bloco por meio de negociações paralelas e dissociadas do interesse comunitário.

De uma atenta análise dos últimos trinta anos da estratégia Mercosul restou clara a preponderância da integração vertical sobre o processo horizontal de integração. Nesse sentido o estatuto da cidadania do Mercosul foi apresentado como ferramenta que deveria permitir o

aprofundamento das relações inter-regionais horizontalizadas entre os cidadãos do Mercosul e não apenas entre instituições dos Estados. Necessário observar que o governo brasileiro da quadra histórica 2018/2022 alimentou retórica divisiva da sociedade entre espectros políticos de esquerda e direita que ao fim resultaram em retrocesso aos avanços conquistados nos últimos cinquenta anos quando a região passou de uma fase em que os atores da geopolítica regional realizam uma política lockeana, baseada na competição, para uma política regional kantiana cujos fundamentos centrais estão na cooperação para o progresso recíproco.

Segundo lições de Jacques Delors, que presidiu a comissão da União Europeia entre 1985 e 1995, a construção de uma união que busque “somente colocar uma cortina cultural sobre um fundo econômico como quem agrega açúcar para dissimular um amargura de uma porção, ou como uma cereja sobre uma torta opulenta” (SUNDFELD et al., 1999:127) não se sustenta no tempo se as partes não se propuserem a transpor uma estratégia de união estritamente econômica para um verdadeiro projeto político e cultural, quanto mais quando se observa que os marcos teóricos de integração regional amparados pelas experiência europeia apresentam-se como “inadequados para analisar e dar respostas às realidades da integração de um continente com realidades geográficas, históricas, políticas, econômicas e sociais muito diferentes das europeias” (SOLÁ et al., 2021: 8) como pode ser visto no Cone Sul.

“No momento histórico em que esteve no poder o representante da extrema-direita neopatriótica, o Brasil rompeu tradições próprias da cultura kantiana entre o Brasil e Argentina dado que até a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, a primeira visita internacional realizada pelo chefe de Estado brasileiro deveria ser para a Argentina. Assim fez Mauricio Macri cuja eleição deu-se pelas forças políticas da direita Argentina, mas que uma vez eleito veio ao Brasil em visita oficial à Presidente Dilma Rousseff. Bolsonaro teve como primeiro país a ser visitado o Chile por ser país governado por uma frente de direita, ocasião em que causou constrangimento entre as nações amigas ao elogiar os feitos do ditador Augusto Pinochet” (MARTINS, 2022:296).

Daniel Cardoso menciona que “a orientação ideológica do governo de Bolsonaro tem também perigado as relações com os seus vizinhos, principalmente a Argentina e a Venezuela. Relativamente à Argentina, um dos principais parceiros comerciais do Brasil e aliado na construção de processos de integração na América do Sul desde os anos 90, as críticas surgiram a partir do momento em que o candidato de esquerda, Alberto Fernández, ganhou as eleições presidenciais em 2019. O ex-Chanceler Ernesto Araújo afirmou na altura que as forças do mal estão celebrando e Bolsonaro recusou-se a ir à cerimônia de posse do novo presidente” (CARDOSO, 2021).

O que se observou no Brasil entre 2018 e 2022 foi um governo que buscou reproduzir no sul continental o mesmo discurso feito pelo ex-Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump em relação aos mexicanos, criando inimigos imaginários e reforçando estereótipos, notadamente aqueles relacionados ao espectro político dos partidos progressistas chamados indiscriminadamente pelo Presidente brasileiro de “comunistas”.

O governo argentino, por seu turno, movimentou-se no tabuleiro geopolítico e geoeconômico em direção a uma aproximação estratégica com a China, grande *player* internacional e Estado soberano hostilizado por setores do governo brasileiro ao mesmo tempo em que é considerado parceiro econômico de primeira hora pelo importante setor da produção de *commodities* agrícolas, tanto do Brasil como da Argentina.

Segundo dados publicados pela Câmara Argentino China a partir de dados disponibilizados pela *Dirección Nacional de Estadísticas del Sector Externo* – INDEC, em 2019, a Argentina apresentou significativo *superávit* comercial com a China, ultrapassando o Brasil na condição de primeiro parceiro comercial. A condição favorável voltou a ocorrer em 2020 durante a pandemia da Covid-19 (CARMO, 2023) repetindo-se em 2021 e 2022. No período, uma confluência de fatores contribuiu para os resultados positivos da balança comercial Argentina com o ator externo do Mercosul.

Não somente de “Un Cuento Chino” - filme dirigido por Sebastián Borensztein e protagonizado por Ricardo Darin, que retrata a relação entre um chinês errante e um cidadão argentino - que é feita a relação entre argentinos e chineses. Para Marcia Carmo, o principal elemento que contribuiu para o incremento de negócios entre Argentina e China foi a paralização dos trabalhos no setor automotivo em razão da pandemia de Covid-19. Todavia, o processo de aproximação entre os dois países já é uma realidade com projetos que vão além da exportação de *commodities*. Atualmente, a China busca diversificar as parcerias na América Latina (CARMO, 2023) tendo em vista os riscos representados pelo alinhamento quase subserviente do governo brasileiro entre 2018 e 2022 para com os interesses de Washington D.C.

É de Bertold Brecht o pensamento que em livre tradução afirma que “do rio que tudo arrasta se diz violento, mas ninguém fala sobre as margens que o oprimem”. Às vésperas do trigésimo aniversário do Mercosul não poderia ser pior o quadro de desintegração regional. São muitos os fatores que levam ao momento de instabilidade das relações entre os países do sul ibérico sendo insofismável que o processo de deterioração política e econômica sofrida por Brasil e Argentina, principais atores do bloco regional, devem ter sua responsabilidade

compartilhada entre todos os governos e elites que no percurso do tempo contribuíram para a deterioração do espaço democrático no Atlântico Sul ibérico e erosão da integração regional.

É doutrinariamente conhecida a classificação dos blocos econômicos segundo tipos e graus de integração que a depender da configuração podem culminar em uma forte integração como é o caso da União Europeia. Os blocos econômicos podem ser reconhecidos como (a) zonas de livre comércio: nelas ocorrem a diminuição ou até mesmo a eliminação completa de restrições aduaneiras e comerciais para produtos originários dos países da região contratante; (b) união aduaneira: a adoção de uma legislação comum e como consequência o tratamento igualitário para os bens e serviços provenientes dos países envolvidos no bloco regional; (c) mercado comum: trata-se da liberalização entre os países membros de todos os fatores que envolvem a produção e o comércio, havendo a livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas dentro do bloco econômico; (d) união econômica que se forma no avanço do mercado comum para a coordenação de políticas econômicas entre os países membros com o estabelecimento de um sistema multilateral. É razoável acreditar que nessa etapa ocorra ainda a união monetária que implicaria alargamento da política econômica para a emissão de uma moeda por meio da criação de um banco central comum como é o caso do euro na União Europeia; (e) união política: nessa etapa os Estados contratantes estariam em elevado estágio de integração e por tal razão buscariam estabelecer um sistema de poderes e de direito comum com adoção de uma carta constitucional entre os países membros.

O Mercosul pode ser considerado uma união aduaneira imperfeita uma vez que não atingiu todas as etapas necessárias à adoção da tarifa externa comum, que é motivo de grande controvérsia entre os países membros conforme verificou-se nos encontros de cúpula que marcaram o trigésimo aniversário de fundação do bloco regional nos termos do que foi visto nas linhas acima.

Silvio Miyazaki e Antônio Alves dos Santos apresentaram estudo sobre a integração econômica regional por eles definida em quatro fases. A primeira iniciou-se um pouco antes da integração definitiva e estendeu-se até 1997, sendo marcada por um período de intenso crescimento nas relações comerciais dos países membros, principalmente no âmbito regional (SOLÁ et al., 2021:39). Sobre este período Malamud afirma *“el Mercosur alcanzó notables progresos en términos de comercio intrarregional e inversiones durante sus primeros siete años de vida, aunque posteriormente una sucesión de crisis domésticas y un inadecuado nivel de institucionalización mellaron su desempeño y le fueron restando relevância”* (MALAMUD, 2007: 99).

Isso ocorreu em razão de um forte dinamismo nas taxas de crescimento anual do comércio existente entre os quatro países fundadores do Mercosul podendo ser atribuída, entre outras razões, pela liberalização do comércio preferencial entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai por meio da implementação do programa de liberação comercial (SOLÁ et al., 2021:39)

A segunda fase, entre 1997 e 2002, constituiu um período de retração nas relações do bloco econômico, devido principalmente a fatores conjunturais como as crises asiática, cambial e argentina. Conforme leciona Peter Gowan nos primeiros anos de sua formação, o Mercosul enfrentou as investidas do governo de Bill Clinton que se volta para a região em uma perspectiva de uma “doutrina Monroe econômica para tomar a América Latina e enfraquecer o Mercosul” (GOWAN, 2003:136). Moniz Bandeira afirma que “as negociações para a implantação da ALCA, cujo objetivo era aplicar efetivamente a Doutrina Monroe à economia e ao comércio da região, não alcançaram, de fato, nenhum resultado, devido à oposição do Mercosul. O Brasil e a Argentina, à frente, rechaçaram, inter alia, as pretensões dos Estados Unidos, com respeito aos investimentos e serviços e outras regras relativas a patentes, reforçando as já existentes na Organização Mundial do Comércio (BANDEIRA, 2009: 55).

Para o Chanceler Filipe Solá, “as limitações do Tratado de Assunção ficaram claras logo após as crises que sacudiram a região e que afetaram fortemente o Mercosul entre 1999 e 2002. Os governos dos Estados-parte buscaram soluções em uma nova agenda, que compensasse a marcada orientação neoliberal do Tratado de Assunção com uma maior ênfase na integração produtiva e no tratamento das assimetrias. Buscava-se, de certa forma, redefinir uma distribuição dos benefícios da integração e dotar o Mercosul de instrumentos para fortalecer o desenvolvimento industrial e gerar cadeias de valor regionais” (SOLÁ et al., 2021: 6).

A terceira fase, entre 2002 e 2008, é caracterizada por uma grande retomada no crescimento comercial, tanto no âmbito regional como internacional em muito relacionada a valorização das *commodities*. Durante esse período ocorreu uma recuperação nas economias que se viu refletida nas cifras de comércio intrabloco e extrabloco. “Tal recuperação foi acompanhada do relançamento da agenda interna, onde não só se buscou avançar no aperfeiçoamento da zona de livre comércio, mas também fortalecer outros aspectos da integração regional” (SOLÁ et al., 2021:39).

A quarta fase estende-se da crise financeira mundial, em 2008, e vem até os dias de hoje (MIYAZAKI and ALVES apud FONTES and STELLA, 2019:4). É justamente nesta quarta fase da integração regional que se insere o debate atual, isso porque o sul atlântico poderá enfrentar um processo de desintegração em termos econômicos o que afetará por arrastamento

o desenvolvimento social da região. Entende-se ser necessário o aprofundamento do debate sobre o tema razão pela qual o estudo caminha dando seguimento da pesquisa com uma breve análise sobre o fenômeno da desconstrução que pode ocorrer no contexto do Mercosul.

3.2.2.1 Desafios ao processo de integração

O processo de desconstrução ou esvaziamento de blocos regionais é utilizado nas Relações Internacionais e no Direito Internacional para explicar fenômeno social em que comunidades de países acabam por sofrer processo de fragmentação das conquistas políticas, econômicas ou sociais. Para Malamud *“El Estado contemporáneo está sujeto a dos tipos de tensiones: las hay de fragmentación y de integración. Las tensiones de fragmentación tienen causas fundamentalmente políticas y se relacionan con el resurgir de los nacionalismos subestatales; las de integración reconocen motivaciones principalmente económicas vinculadas con el proceso de globalización”* (MALAMUD, 2007: 97).

Considera-se aqui a desconstrução como argumento central na tentativa de explicar o processo que tem seu momento de maior expressão Cone Sul com a ascensão ao poder da extrema direita no Brasil, entre 2018 e 2022.

Em 28 de outubro de 2018, Paulo Guedes que foi o Ministro da economia do governo brasileiro para o referido período declarou à imprensa e ao mundo que “o Mercosul não será uma prioridade no próximo governo” (RUIC, 2018). Ao ser perguntado por uma jornalista argentina, ele afirmou que o novo governo brasileiro não estaria preocupado em agradar. Naquele momento a declaração causou constrangimentos ao Brasil que ainda iniciava sua marcha em direção do processo de afastamento gradual do projeto de integração regional do Cone Sul e aproximação dos Estados Unidos por meio da política que foi batizada pelas próprias hostes bolsonaristas de alinhamento total em detrimento a postura histórica de pragmatismo em suas relações internacionais. Tema que será enfrentado no seguimento 3.6.1 deste trabalho.

É verdadeira a premissa segundo a qual uma relação regional que pode seguir as diádes societária ou comunitária, de competitividade ou de cooperação ou ainda baseada nos arquétipos lockeano ou na kantiano não se submete nem se abala ao arroubo retórico de um só homem, mesmo que ele seja uma peça de grande importância no tabuleiro das relações políticas entre os países que compõem o Mercosul. Contudo, é possível afirmar a partir da teoria construtivista, que as ações da *realpolitik* sempre têm seu início no mundo das ideologias. Assim, quando o Presidente brasileiro, entre 2018 e 2022, e seu ministro da economia realizam seguidas declarações de hostilidade aos valores da integração regional defendidos desde 1991, resta claro ao mundo dos sentidos que alguma coisa está fora da ordem e que está em curso um

lento e gradativo processo de desintegração das relações regionais duramente construídas ao longo das décadas de formação da estratégia Mercosul.

Em 17 de março de 2019, o Presidente brasileiro em encontro com membros da extrema direita promovido pela embaixada do Brasil em Washington (USA) , declarou que “seu governo terá a missão de desconstruir” (MARIN, 2019). Foi com esse espírito que o Brasil, governado por Jair Bolsonaro, deu início ao processo de esvaziamento dos mecanismos de integração do Cone Sul. “Ao assumir o governo federal em 2019, Jair Bolsonaro estabeleceu como uma das suas metas para os cem primeiros dias de governo a modificação do passaporte brasileiro para que nele não constasse em sua capa a inscrição Mercosul. Desde 2015, o Brasil adotava o modelo de passaporte em que na sua capa havia a indicação ostensiva da palavra Mercosul. Obviamente tal indicativo foi realizado no sentido de promover uma identidade regional e dar ao documento papel simbólico com vistas à integração efetiva pretendida pelos fundadores do bloco regional e ainda hoje defendida por muitos” (MARTINS, 2022:297).

Figura nº 10 – identificação do passaporte brasileiro na transição de governos entre 2015 e 2018



Fonte: Imagem elaborada pelo autor a partir de fotos dos modelos de passaporte brasileiro disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MATINS, 2022)

“Ocorre que desde a alteração ocorrida em 2015, o novo passaporte brasileiro enfrentava resistência por setores da sociedade brasileira que não se sentem representados pelo Mercosul, bem como não estão integrados no contexto regional latino-americano. Trata-se de manifestação viva da luso-américa insulada, de frente para o oceano atlântico, com os olhos no norte global e de costas para a América do Sul” (MARTINS, 2022:298). Outrossim, observamos aqui a manifestação viva de um fenômeno do aumento da heterogeneidade na América do Sul como um todo nas primeiras décadas do século XXI, que passou da convivência pacífica entre vizinhos como Venezuela e Colômbia, Equador e Colômbia, Bolívia e Chile e até mesmo Uruguai e Argentina para um ambiente de tensões e fricções que em alguns momentos quase ultrapassaram o concerto do razoável estabelecido pelas casas diplomáticas contemporâneas. Muito desse movimento ocorreu em razão da apropriação por personalidades autoritárias como Hugo Chávez de bandeiras identitárias decoloniais. Na prática a busca pela “Refundación” (RICUPERO, 2017: 616) latino-americana adotou um identitativismo tribal que em nada contribuiu para o processo de integração regional. Sobre esse processo histórico que levou o pêndulo do poder na América do Sul ao seu ângulo mais elevado, Ricupero afirma que “em contrastes com a convergência de valores e tipos de organização que permitiram a expansão da União Europeia até abarcar os antigos comunistas, na América Latina, o aumento da divergência de valores e de opções político-econômicas inviabilizou o avanço da integração e até a densificação da cooperação” (RICUPERO, 2017:618).

Na direção da política externa brasileira, Ernesto Araújo foi arauto do processo de desconstrução promovendo as modificações que buscaram o alinhamento com os Estados

Unidos em claro rompimento com a integração regional e abandono ao histórico de pragmatismo construído por décadas por diplomatas com Oswaldo Aranha, Carlos Martins, Rubens Ricupero, Celso Amorim e por ícones históricos como Rui Barbosa e José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. Na gestão do Itamaraty, Ernesto Araújo determinou a modificação curricular na formação dos novos diplomatas para que dela houvesse importante redução nos estudos sobre a história dos países da América Latina (SARAIVA and SILVA, 2020:120). Com aspirações neocoloniais e pan-americanistas sob a estrutura de um nacionalismo atrasado, para estes setores representantes das elites inacabadas do Brasil o pragmatismo nas relações internacionais, notadamente como países vizinhos cujo destino comum em termos geopolíticos e geoeconômicos é algo inimaginável sob o prisma neocolonial da direita neopatriótica que conquistou o poder com Jair Bolsonaro, para eles a desintegração regional é uma urgência.

Muito embora o esgarçamento do tecido da integração regional tenha atingido seu momento de maior relevância no Cone Sul no período histórico em que o Brasil foi governado pela extrema-direita, necessário observar que a desintegração regional ocorre com um processo que, nas palavras de Camilo Pereira Carneiro e Milene Meneghetti Bruhn, enfrentam numerosos obstáculos há muito tempo. Para os pesquisadores do processo de integração do Brasil e os demais países da América do Sul, as medidas protecionistas implantadas por alguns países da região associadas à presença estadunidense por meio de acordo bilaterais têm contribuído para a fragilização do processo de integração na região, sendo possível perceber no Mercosul as deficiências do processo de integração que originalmente tinha como objetivo a construção de uma zona de livre de circulação de bens e serviços em que houvesse coordenação de tarifas e políticas comerciais, mas que na atualidade é doutrinariamente conceituado como uma união aduaneira imperfeita (BRUHN and CARNEIRO, 2018:72). Os obstáculos a serem vencidos para a continuidade do processo comunitário de integração regional é que assunto do próximo seguimento da pesquisa.

3.2.3 Desafios para o projeto de integração no Mercosul – as quatro ilhas

Como se sabe no ano de 2021 o Mercosul chegou ao seu trigésimo aniversário. Na perspectiva geoeconômica durante estas três décadas de existência, o bloco comercial conquistou a quinta posição entre as economias mundiais, com quase 300 milhões de cidadãos quando considerados todos os Estados-parte (SOLÁ et al., 2021:38). Em razão das divergências e do aparente processo de desintegração regional, na atualidade o que se observa na estratégia de integração regional é a formação metafórica de verdadeiro arquipélago formado por quatro ilhas no Cone Sul.

“Como é comum e ordinário nas Relações Internacionais e no direito dos tratados, toda reunião de cúpula tem como resultado a elaboração de documentos que buscam sintetizar as posições defendidas pela organização da qual decorrem, cujo elemento intrínseco é a política regional sempre presente nos blocos comerciais” (MARTINS, 2022:298). Da 56ª Cúpula do Mercosul resultou a elaboração do “Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados-parte do Mercosul”. O documento feito a partir de um conjunto de esforços pela diplomacia dos Estados fundadores do Mercosul, busca conciliar os pronunciamentos e todos os respectivos chefes de Estado em uma única manifestação oficial. Elementos de ordem formal sempre presentes podem uma vez mais ser notados no comunicado tais como o compromisso com os fundamentos da democracia, direitos humanos e desenvolvimento social e econômico. A integração regional é mencionada 11 vezes no comunicado, sendo tratada sob diferentes aspectos e circunstâncias. Por vezes trata de uma “integração produtiva” (MERCOSUL, 2020: p.1) cujo elemento central está na relação contratual entre os Estados-parte.

A integração também aparece como elemento de coesão com o fim de diminuir o quanto possível as assimetrias entre os Estados-parte e o desafio face às diversas etapas que devem ser superadas para a realização dos objetivos traçados desde o Tratado de Assunção de 1991, cujos pilares foram a economia e o comércio, a construção de um ambiente jurídico e institucional adequado, o relacionamento geopolítico a partir de estratégia Mercosul, ou seja, a presença internacional do bloco e, por fim, conforme já mencionada, a eliminação o quanto possível das assimetrias.

Para os fins dessa pesquisa merece nota em separado capítulo cujo tema é “Cidadania”. “Reafirmaram os princípios fundacionais do Tratado de Assunção e a vontade de promover uma união cada vez mais estreita entre seus povos, e coincidiram em que o bem-estar cidadão deve ser uma preocupação primordial do processo de integração. Nesse sentido, recomendaram dar prioridade aos trabalhos tendentes à plena implementação do plano de ação para a

conformação progressiva de um estatuto da cidadania, no trigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Assunção” (MERCOSUL, 2020:4).

Trata o item da busca de uma integração efetiva em caráter verdadeiramente horizontal pela implementação de política pública sob a perspectiva construtivista que permita a união entre os povos do sul continental e não das instituições comerciais e dos Estados-parte. É o único momento em que o documento enfrenta o assunto sob o prisma comunitário e não contratual ou de uma sociedade regional com interesses comuns. Em todas as demais referências do documento a busca da integração regional trata o tema sob aspecto formal e, portanto, contratual. Uma integração de papel.

Para Jorge Luis Salomani, “*todo processo de integración regional constituye, fundamentalmente, um processo cultural*” (SUNDFELD et al., 1999), e nesse sentido por se tratar da maior economia da região, o Brasil desempenha o papel de *hub* logístico, econômico e industrial do Mercosul. Sua liderança seria natural quando considerados os aspectos econômicos associados aos elementos geográficos dada as dimensões continentais do país. Trata-se da expressão máxima da geopolítica no século XXI. Contudo, falta para a luso-américa no Atlântico Sul, na atual etapa histórica, atenção aos elementos da realidade que fermentam a integração com parceiros regionais tal como o fortalecimento de laços culturais com os povos de cultura latina ao invés de investir em um devaneio personalista como aquele observado entre Jair Bolsonaro e Donald Trump ou qualquer integrante do partido republicano dos Estados Unidos da América. A dimensão das Relações Internacionais que está atenta ao processo de integração regional é muito mais vinculada a *realpolitik* (RATHBUN, 2018) e por certo muito mais benéfica aos Estados no longo prazo. Mesmo antes da pandemia da Covid-19, o Brasil sob comando da extrema direita, já estava focado em suas relações internacionais no estreitamento das relações com o personalismo do governo republicano de Donald Trump, tal condição inabilitou-o para exercer qualquer tipo de liderança ou diálogo integracional e influência regional (MEYER, 2022:2).³

“Em 1919, John Maynard Keynes após participar das tratativas de resultaram na série de compromissos gravosos assumidos pela Alemanha ao final da grande guerra, publicou “*The*

³ In international affairs, the Bolsonaro administration initially moved away from Brazil’s traditional commitment to autonomy and toward closer alignment with the United States. Bolsonaro coordinated closely with the Trump Administration on regional challenges, such as the crisis in Venezuela, and frequently supported the Trump Administration within multilateral organizations. The Trump Administration welcomed Bolsonaro’s rapprochement and designated Brazil as a major nonNATO ally. The United States and Brazil also forged agreements on several trade and investment matters, including a Protocol on Trade Rules and Transparency, concluded in October 2020, intended to foster cooperation on trade facilitation and customs administration, good regulatory practices, and anti-corruption measures.

Economic Consequences of the Peace”. Na obra, Keynes procurou relatar como as decisões tomadas pelos países vencedores implicariam no fracasso da construção de uma paz duradoura entre os países da Europa (MACMILLAN, 2018). Entende-se que o estudo desenvolvido por Keynes traz lições que podem ser empregadas na geopolítica regional e global para o século XXI. Isso porque o enfraquecimento dos propósitos fundamentais de integração regional com a presença de atores extrarregionais cujo protagonismo pode representar em um futuro próximo” (MARTINS, 2022:299), a fragmentação regional, pondo em risco o planejamento realizado a partir da estratégia de integração representada pelo Mercosul, cujo início deu-se em meio ao sentimento democrático alimentado por diversos setores das comunidades de nações ibéricas plantadas no Cone Sul do continente americano, por meio dos esforços de governos e atores da sociedade civil que naquele momento histórico decidiram deixar para trás “visões geopolíticas que selaram a história da região durante boa parte do século XX” (SOLÁ et al., 2021:4).

Ao encontrar a integração regional enfraquecida no Cone Sul, atores extrarregionais podem, mesmo que de forma não intencional, algo que se considera somente em razão do benefício da dúvida, fortalecer-se a partir das fraquezas da cooperação regional. Assim, o ambiente possível é de uma desconstrução das conquistas tem em seu espírito “a persistência do neocolonialismo desagregador. É dizer que o desalinhamento do Brasil em relação aos interesses regionais poderá representar significativo atraso nos processos históricos de integração regional com consequências negativas ao desenvolvimento da comunidade latina do sul atlântico, cujo estágio de desenvolvimento social oscila entre o subdesenvolvimento e o crescimento econômico ou estagnação econômica” (MARTINS, 2022:299). O Atlântico Sul-americano tal como toda América Latina deve reivindicar seu direito de ser multilateral (GRYNSPAN, 2020), o pragmatismo deve assumir o lugar da subserviência neocolonial que em nada contribui para o futuro, progresso e estabilidade das próximas gerações.

Para Ernesto Samper, ex-Presidente da Colômbia e secretário da União das Nações sul-americanas - UNASUL, o Atlântico Sul ibérico passa por um momento de grande desafio sendo necessário recuperar o conceito de integração. “Nunca foi tão necessária a integração como nestas épocas de dificuldades e nunca estivemos tão desintegrados”, (SAMPER, 2020). Samper avalia que enquanto a União Europeia busca mecanismos para refinar suas pequenas indústrias e agricultores a resolver seus problemas no contexto pós-pandemia Covid-19, a América Latina não tem qualquer solução cooperativa. “Temos de fazer uma reflexão profunda porque a salvação destes pós-pandemia não vai vir a nós. Não podemos contar com Estados Unidos que têm seus próprios problemas. Tampouco podemos crer que a China nos salve a vida” (SAMPER, 2020 apud MARTINS, 2022:299).

Na busca por pela melhor definição sobre integração regional nos socorremos do pensamento de Andrés Malamud que a partir dos seus estudos sobre o tema entende existir no

culto a soberania estatal um obstáculo para a integração. Para Malamud integração significa *“resignar la capacidad de actuar solo. Esto enfrenta numerosas resistencias, ya que en todos los países la opinión pública y las elites políticas priorizan la autonomía nacional, y la mayoría de los empresarios prefieren el proteccionismo a la apertura a la competencia internacional* (Kaltenthaler y Mora, 2002 apud MALAMUD, 2013:279).

Parece “fato incontestado que América Latina e em particular o Cone Sul atravessam uma etapa histórica com dificuldades para a concertação e integração da região. Nos últimos vinte anos ocorreu o crescimento de movimentos políticos identificados com correntes progressistas que uma vez no poder em alguns países da região tenderam a usurpá-lo. Como resposta e alinhado com *zeitgeist* da segunda década do século XXI, movimentos de ultradireita neopatriótica utilizam dos erros relacionados à política interna de cada país para desacreditar todas as políticas progressistas que podem efetivamente resultar em desenvolvimento social” (MARTINS, 2022:299).

Para Alicia Barcena, a região tem cinco desafios políticos para o futuro. O primeiro é lidar com os efeitos duradouros da pandemia de Covid-19 nas sociedades latino-americanas que antes da pandemia já vinham debilitadas em termos de desenvolvimento social e econômico sustentado no tempo.

Em segundo lugar, está o fortalecimento do papel do Estado que, durante a última década, vem sofrendo forte ataque das forças de mercado predatórias que buscam a desregulação para o saque das riquezas nacionais e rapina das populações no mais das vezes indefesas nas relações de consumo assimétricas entre grandes corporações de mídia e mega data e o cidadão comum.

O terceiro desafio político, segundo Alicia Barcena, está situado no processo de desgaste em relação ao desempenho das forças políticas durante a pandemia. A incompetência pode ser percebida como fraqueza abrindo espaço para forças totalitárias sempre de plantão na América Latina.

O quarto desafio, e talvez o mais importante, está relacionado aos pactos políticos e social com vistas a ampliar o manto de proteção social. Trata-se de reorientar o desenvolvimento em firmes bases de igualdade e solidariedade intergeracional com políticas públicas fiscais, industriais e de sustentabilidade entrelaçadas pelos fundamentos dos direitos humanos.

O quinto desafio proposto por Alicia Barcena, é talvez, o que guarda mais estreita relação com a pesquisa ora desenvolvida sobre a integração e identidade na América Latina, em especial no Cone Sul. Trata-se da “solidariedade regional”. Significa dizer que para diminuir

as assimetrias entre estados de uma mesma região ou até mesmo em continentes diferentes é necessário buscar uma voz única, não no sentido literal obviamente uma vez que no espaço de luta que é o jogo democrático a alternância no poder entre correntes políticas identificadas com os signos da esquerda ou da direita deve ser absolutamente normal e até mesmo aconselhável, entendimento compartilhado pela economista e professora luso brasileira Maria da Conceição Tavares para quem a América Latina é um pêndulo. Trata-se de uma voz única no sentido de entender que as demandas sociais, ambientais e econômicas da região são as mesmas razões pela qual a desintegração política não pode acontecer (BARCENA, 2020).

Para que seja possível vencer o processo de desintegração regional acelerado pelos nacionalismos é de todo recomendável rediscutir em profundidade os sistemas ideológicos com “forte carga romântica” (BENTURA, 2019:4) em que de um vértice estão as forças anticapitalistas que tem como norte ideológico uma visão mítica em que as questões sociais são transformadas e superadas pela ação decidida de um indivíduo disposto a tomar em suas mãos o destino da nação. De outro lado, são muitas vezes heróis criados pela propaganda institucional caudatária do positivismo que acaba por perpetuar entre gerações a ideia romântica do mito fundador ou salvador ou grande líder latino.

Ao analisar a história política e econômica da Argentina no século XX, Juan José Real reconhece que faltam na forja dos homens públicos do seu país e por extensão dos demais países da região que se identificam com a descrição de um neocolonialismo a partir da visão das identidades e dos interesses das classes dominantes que nesta pesquisa prefere-se nomear de elites inacabadas. Para Juan Jose Real, grande parte da nossa formação cultural foi, por assim dizer, importada, por essa razão possui alguns traços muito particulares. Assim, é comum julgar-se um homem economista, um técnico, um escritor ou um artista pelo que ele sabe sobre as correntes de pensamento francesa, inglesa ou norte americana. Se estudou muitos anos na França e declara-se um pintor, então está consagrado. Se conhece muito de Keynes, afirma-se que é um economista e quando não sabe nada de economia, literatura e artes, consagra-se um indivíduo afirmando que sabe falar outras línguas que não a sua nativa. São raras as vezes que um homem público alcança o prestígio por meio dos seus conhecimentos do país em que vive, da história e da sua estrutura social, e sobretudo, da realidade e particularidades da geopolítica e geoeconomia regional (REAL, 2006: 232).

A 56ª Cúpula demonstrou que “ao completar três décadas de existência formal o Mercosul deverá enfrentar o seu mais difícil oponente consubstanciado na fragmentação do processo de integração entre o Brasil, principal economia do Atlântico Sul continental e os demais países fundadores do bloco econômico. É verdade insofismável que os governos passam

e os Estados e seus interesses continuam seu curso histórico, é dizer que ao completar 30 anos em 2021, o Mercosul deverá seguir suportando toda sorte de pressões dos atores extrabloco que, mais que nunca, atuam por procuração dentro no Cone Sul buscando satisfazer seus próprios interesses. A integração das economias e dos povos do sul continental no sentido de buscar o pleno desenvolvimento das sociedades que, uma vez ligadas pelos laços”, (MARTINS, 2022:300). Identitários buscam a formação de uma comunidade de nações latinas, tal processo deverá resistir às provas do tempo em busca de condições melhores para seguir seu projeto.

O Mercosul ainda não completou seu papel histórico e, portanto, deve ser aprimorado para seguir adiante pelas próximas décadas. Será preciso reforçar a integração regional e o multilateralismo que contemple atores regionais em condições que não imponham aos povos da região continuidade do pacto colonial, permitindo o desenvolvimento social com defesa dos valores fundamentais dos direitos humanos, do meio ambiente aqui compreendido não somente em sua manifestação natural, mas sim o meio ambiente cultural, artificial consubstanciado no artefato social que são as cidades e o meio ambiente do trabalho. Conter o processo de fragmentação regional e buscar o realinhamento pragmático entre luso americanos e hispano americanos no sul continental é desafio de primeira hora para o Mercosul. A integração regional à cadeia global de valor é outro desafio que poderá permitir o desenvolvimento a longo prazo e não apenas episódico como aqueles que nos habituamos a ver no sul continental. É preciso que para além da produção exportadora de *commodities* minerais e vegetais, o sul continental esteja incluído na cadeia global de maneira mais efetiva e integrada. Segundo propõe Jurgen Habermas a “modernidade é um projeto inacabado” (BALLESTRIN, 2013:104) e como tal, os debates decoloniais em que se inserem a integração regional no Atlântico Sul ibérico.

O realismo fantástico é um gênero artístico e literário em que os elementos da realidade e da fantasia se associam em favor de uma narrativa que permita uma história que propicie ao leitor experiência incomum em sua relação com a obra. Gabriel Garcia Marques sem dúvidas foi um grande expoente do gênero que permitiu ao mundo conhecer a maravilhosa terra de Macondo em sua obra “Cem anos de Solidão”. Os estados desunidos da América e em particular o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai tem em muito da sua história e no seu horizonte traços de realismo fantástico. Isso porque se ao mesmo tempo todos os elementos para o desenvolvimento sustentado estão presentes como riquezas de toda ordem em suas terras e um patrimônio humano inestimável representado pela pluralidade de povos que formaram a nação continental, também tem desde sempre em sua história a marca da colonialidade que em seus estágios iniciais foi predatória a bem dos interesses das metrópoles europeias. Todavia, após os processos de independência, ocorreu entre os povos do sul atlântico ibérico verdadeiro processo

autofágico que resultou no presente o sentimento de subalternidade em relação às nações hegemônicas do centro.

Dado o realismo fantástico do século XXI, possível perceber na perspectiva da prevalência de valores, que no aspecto brasileiro buscam negar suas raízes africanas e indígenas de boa parte do seu povo, a fim de que em seu lugar seja plantada a equivocada identificação etnocêntrica que julga outros povos a partir da sua própria cultura (MENESES, 2020: 03). “Uma visão eurocêntrica e mais recentemente pan-americanista, esta última aqui compreendida como a ligação entre o Brasil enquanto subpotência regional e os Estados Unidos da América enquanto potência hegemônica global”(MARTINS, 2022:300) .

“No século XXI outro aspecto do realismo fantástico da América do Sul manifesta-se para a política e para o pêndulo entre o que se convencionou chamar de esquerda e direita” (MARTINS, 2022:301). É uma discussão sobre a dialética do poder que será apresentada na próxima parte da pesquisa.

3.3 O pêndulo e a ferradura da política na América do Sul. Dialética do poder e a guinada à direita no Brasil

Quando propomos uma análise sobre o pêndulo da política no Cone Sul americano e os mecanismos que podem levar aparente aproximação de espectros opostos no espaço de luta da política, aplicando para a análise a figura da ferradura como símbolo deste fenômeno, nos parece necessário o aprofundamento conceitual sobre a ideia de política dentro das democracias ocidentais.

Na evolução histórica das democracias os partidos políticos aparecem como consequência não planejada da “massificação das sociedades e da expansão territorial dos Estados, cujas dinâmicas vão dar lugar a um novo fenômeno denominado política representativa decorrente do incremento da participação política que se verificou fundamentalmente a partir do aprofundamento dos processos de urbanização entre os séculos XVIII e XIX” (MALAMUD, 2003:321-322).

Pode-se tomar como ato de nascimento formal dos partidos políticos “*Reform Act*” ocorrido na Inglaterra em 1832. Todas as associações políticas anteriores a essa data podem ser considerados antecessores dos partidos modernos (MALAMUD, 2003: 323). A doutrina clássica da Ciência Política defende possível a classificação de um partido político por meio de três elementos centrais. O Primeiro se vincula a base social, o segundo a sua orientação ideológica e o terceiro é analisado a partir da sua estrutura organizativa. A combinação dos três elementos da origem ao partido político moderno (MALAMUD, 2003: 324).

A classificação mais habitual dos partidos políticos em relação a sua base social se divide entre obreiros e burgueses e partidos populistas para aqueles que congregam ampla massa de interesses de múltiplas classes. Parte da doutrina admite outras distinções entre partidos políticos considerando-os como de representação individual e partidos de representação das massas (WEBER,1922; DUVERGER,1951; OPPO, 1976; PANEBIANCO, 1982 apud MALAMUD, 2003:326). Os partidos de base social formados primeiramente por trabalhadores foram percebidos na Europa ocidental enquanto os partidos burgueses predominaram nas nações em vias de desenvolvimento. (MALAMUD, 2003: 325).

Para as duas grandes correntes de pensamento ou espectros políticos a Ciência Política convencionou chamar de direita e esquerda. Ambas são diferentes e adaptáveis a realidade social em que estiverem inseridas. É dizer que o pensamento de direita na Europa não é o mesmo visto no Brasil ou nos Estados Unidos da América. O mesmo vale para o pensamento da esquerda. As ideias da direita são comumente associadas a John Locke e Adam Smith e tem como postulados a ordem, tradição, liberdade de mercado, liberdade econômica. No pensamento político de direita a propriedade privada é valorizada acima do bem coletivo. A esquerda como regra tem seu discurso voltado a justiça social, direitos civis, políticos e sociais. O respeito as diferenças de gênero, as questões ambientais e aos Direitos Humanos também integram o discurso da esquerda. É preciso dizer que na América do Sul e particularmente nos países do Mercosul o pensamento de esquerda é comumente associado ao ideal de comunismo defendido por Karl Marx no século XIX. A bem do melhor debate necessário registrar que comunismo nunca saiu do campo teórico, ou seja, nunca foi aplicado na prática em nenhum Estado.

Os conceitos de esquerda e direita que historicamente remetem ao período da Revolução Francesa, mas que durante o século XX, e a depender das características e configurações políticas de cada Estado e região, podem assumir características muito particulares na dialética do poder. Tanto a esquerda quanto a direita podem se degenerar para o totalitarismo das ditaduras. Tanto a esquerda quanto a direita podem realizar governos norteados pelo efetivo desenvolvimento lastreado em crescimento sustentado no tempo. A América Latina e em nosso caso o Cone Sul tem em sua história experiências que envolvem regimes ditatoriais dos espectros vinculados ao que se convencionou chamar de direita com os militares e seus seguidos golpes, bem como forças alinhadas a esquerda como o emblemático caso de Cuba e Venezuela.

Sobre os fundamentos ou definições para esquerda e direita Andrés Malamud leciona:

por un lado, las fuerzas de izquierda tienden generalmente a cambiar el estado de cosas de la sociedad, preferentemente en favor de los sectores más bajos de la población, mientras que las de derecha pretenden mantener la situación social dentro de los

límites estructurales en que se encuentra; y por otro, la izquierda propone una mayor intervención del estado en la economía y las políticas sociales –acentuando el valor igualdad—, al tiempo que la derecha contemporánea suele sostener la conveniencia de la no ingerencia estatal y la primacía del mercado para la más eficaz asignación de recursos entre los hombres – recalcando el valor libertad (BOBBIO 1995 Apud MALAMUD: 325).

O que há de certo é que quando tais espectros degeneram para os pontos mais longitudinais das extremas direita ou esquerda, a figura representativa que surge não é de um pêndulo, mas sim de uma ferradura em que as extremidades se aproximam. Será apresentada a seguir análise mais detida aos movimentos pendulares da política no Cone Sul e à presença do fenómeno da ferradura, ou seja, da existência de correntes extremistas que tornam o debate político maniqueísta e opaco na região em que a estratégia de integração Mercosul tem buscado nos últimos trinta anos a construção do diálogo.

3.3.1 O giro à esquerda de países Latino-Americanos

Na transição entre o século XX e XXI, a América do Sul conheceu um novo experimento político ao qual será denominado como giro ou virada à esquerda (FIORI, 2006 apud NEVES, 2022:222). Trata-se da reorientação de significativa parte dos países da região ao espectro político de esquerda também conhecido pela definição de progressista, algo antes nunca visto no Atlântico Sul-americano e em especial no Cone Sul. Isso porque a história do século XX ensina que seguidas ditaduras cívico-militares impuseram o fechamento e o silêncio aos movimentos progressistas alinhados com o que será chamado de esquerda latino-americana.

Durante a guerra fria encerrada para alguns em 9 de novembro de 1989 com a queda do muro de Berlim, e para outros somente em 26 de dezembro de 1991, quando a bandeira da União Soviética foi definitivamente baixada no Kremlin, consolidou-se uma crença compartilhada entre Estados Unidos e União Soviética de que eles eram inimigos, condição “que ajudou a construir suas identidades e interesses (WENDT,2014:228). Nesse sentido, a esquerda latino-americana foi associada aos atrasos políticos e sociais da extinta União Soviética. No continente americano, o governo de Fidel Castro que assumiu o poder da ilha de Cuba em 1959, país que seria considerado o protótipo dos vícios e das virtudes do socialismo.

O espectro político da direita seguiu associado ao modo de vida dos Estados Unidos da América e do Chile de Augusto Pinochet considerando todos os benefícios proporcionados pelo capitalismo, sem, contudo, observar as externalidades negativas decorrentes do neoliberalismo e seus reflexos para economia de desperdício, na qual todas as coisas devem ser devoradas e abandonadas quase tão rapidamente quanto surgem no mundo (ARENDT, 2007:98), dentro do

“amplo quadro de transformações conhecidas pelo nome de globalização” (ZYGMUNT, 1999: 124).

No campo econômico o neoliberalismo apregoava como cânones de uma nova religião que primeiro seria preciso o crescimento da economia para que, somente depois, seus benefícios fossem distribuídos à grande massa de vencidos do terceiro mundo. Ocorre que, ao final do século XX e início do XXI, diversas forças da sociedade uma vez desvencilhadas da chaga das ditaduras que assombraram Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai finalmente puderam fazer valer pelos mecanismos democráticos sua compreensão quanto ao modelo de estado que desejavam. Isso porque a promessa das forças alinhadas à orientação até então majoritária na política regional quanto à necessidade de primeiro fazer crescer a massa econômica para somente depois dividir entre as mais necessidades não se cumpriu. O resultado do crescimento econômico continuou sendo dividido apenas entre as mesmas castas que outrora respondiam como elites coloniais e hoje respondem como elites inacabadas do Cone Sul.

Na busca da integração regional e como forma de fazer frente a desafios comuns aos diversos países da América do Sul diante do “nova desordem mundial” (ZYGMUNT, 1999: 64) decorrente dos processos de globalização, as forças progressistas da região buscaram a organização por meio de coletivos nacionais e associações regionais como o Foro de São Paulo criado em 1990, entidade transnacional de características horizontais que não raro tem sido criminalizada por parte da extrema direita regional. Dela fazem parte diferentes líderes progressistas de diversos países da América Latina. Igualmente verdadeira é a afirmação que o Foro de São Paulo se organizou como reação à perpetuação do poder nas mãos das mesmas oligarquias que há séculos dominam o poder na América do Sul, e no recorte que pretendemos nos países do Cone Sul.

No contexto Sul-americano ao final da guerra fria onde a teoria liberal das Relações Internacionais e o construtivismo apareciam como possíveis fundamentos para a configuração da sociedade internacional no século XXI, foi a Venezuela que primeiro escolheu a orientação política das esquerdas com a eleição de Hugo Chaves, em 1999. Naquele momento, Chaves definia-se como social-democrata e de fato em seus primeiros anos de governo promoveu reformas que resultaram na melhoria significativa da qualidade de vida do povo venezuelano. Ocorre que o governo social-democrata rapidamente degenerou para uma ditadura amparada nas forças armadas e com forte retrocesso político, social, econômico e democrático, com violação de direitos humanos do qual decorreu isolamento internacional e até mesmo dificuldades dentro da região com a suspensão do Mercosul em 2016 em razão da ruptura da

ordem democrática. Hugo Chávez morre em 5 de março de 2013, mas o chavismo vive personificado na figura do seu sucessor Nicolas Maduro.

Na América Central em 2006, chega ao poder Manuel Zelaya em Honduras. Seu governo é marcado por um governante que ascende ao poder pelas mãos da direita e estabelece-se como um reformista de esquerda. Sua permanência no poder foi contestada em 2009, quando foi destituído do poder por forças militares do seu país. Na Bolívia, Evo Morales assume o poder em 2006 e permanece até 2019, quando depois de desrespeitar a constituição do país na nefasta tentativa de se perpetuar no poder sofre um golpe de estado arquitetado e posto em campo pelas forças da extrema direita neopatriótica do país com a chancela de lideranças políticas regionais como o então Presidente brasileiro Jair Bolsonaro.

O Equador foi governado por Rafael Correa entre 2007 e 2017. Correa implementou reformas substanciais que permitiram o crescimento econômico, a diminuição da pobreza e a melhora nos índices sociais do país. Teve como grande aliado e base de apoio em suas políticas regionais, bem como na relação com grandes potências como Estados Unidos e União Europeia a polêmica figura do Presidente venezuelano Hugo Chávez.

Na Costa Rica, Oscar Arias governou entre 2006-2010, em El Salvador, Mauricio Funes entre 2009 e 2014, na Guatemala, Álvaro Colom entre 2008 e 2012. Daniel Ortega assume o poder em 2007 e se perpetua como ditador do país. No Peru, foi Presidente entre 2006 e 2011 Alan Garcia e Ollanta Humala entre 2011 e 2016 e no Chile, Ricardo Lagos assume em 2000 e permanece até 2006 sendo sucedido por Michelle Bachelet que governou entre 2006 até 2010 e posteriormente entre 2014 até 2018.

Como se observa nas últimas décadas, a América do Sul foi governada pela esquerda em diversos países. Contudo, o propósito nesta pesquisa é analisar o pêndulo do poder na região do Cone Sul, razão pela qual passaremos em seguida ao estudo de como foram os processos de sucessão no poder desde o início do século XXI.

3.3.2 Giro à esquerda no Cone Sul entre 2000 e 2022

Nas primeiras décadas do século XXI, a região do Cone Sul observou o surgimento de governos identificados com o espectro político das esquerdas. Em menor ou maior grau estes governos estabeleceram-se e conseguiram desenvolver políticas públicas que lograram êxito em alterar indicadores sociais promovendo melhoria significativa e substancial na vida das populações. O propósito aqui não está em qualificar os governos de espectro político progressista comumente identificados com a esquerda. Parece que a historiografia como a mais antiga das ciências humanas tem feito seu papel ao registrar em pedra os erros e acertos dos governos da região no período estudado. Assim, o propósito deste estudo é apenas apresentar os governos em ordem cronológica sem ingressar no debate qualitativo quanto ao desempenho dos respectivos governos na região.

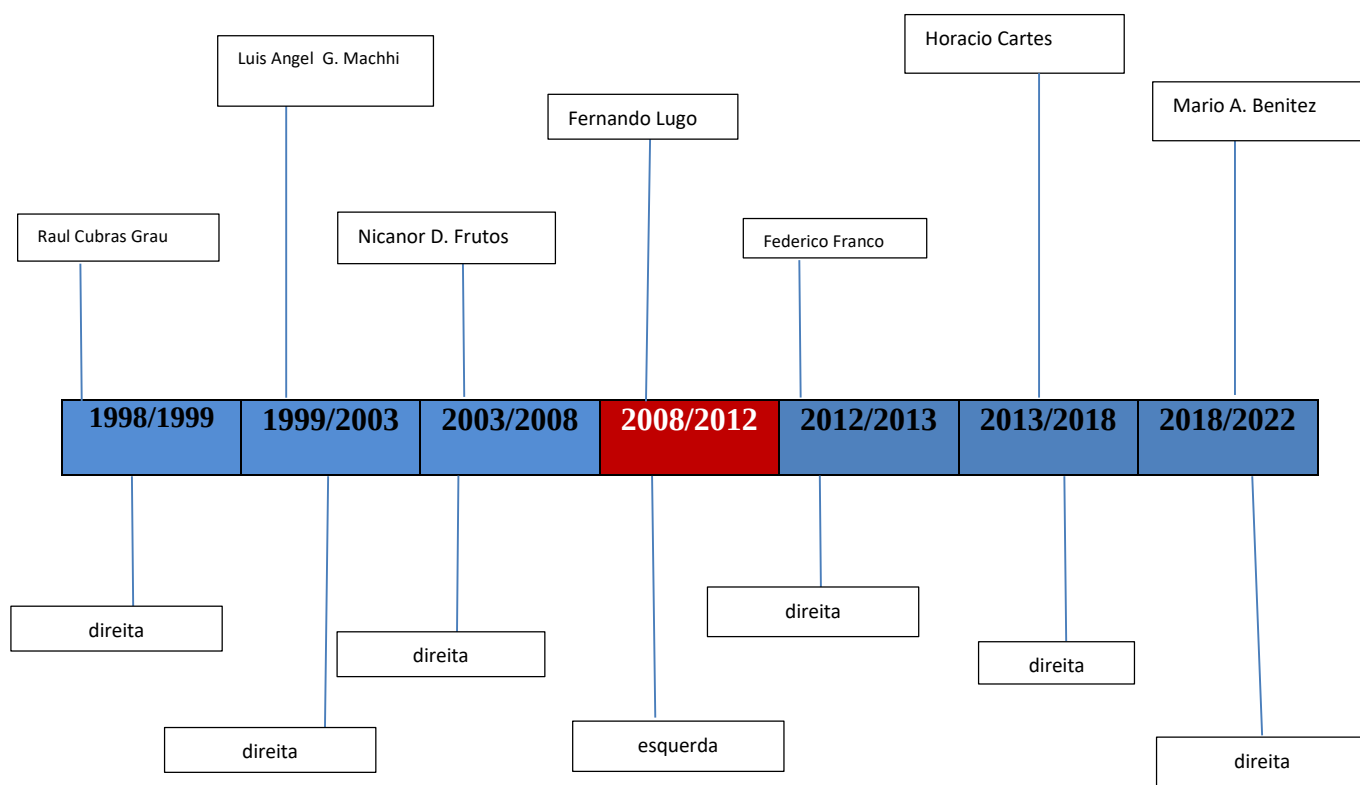
3.3.2.1 Paraguai

No Paraguai, teve o governo de Fernando Lugo que foi eleito Presidente em 2006 “por uma coalizão que incluía de movimentos populares, à esquerda, ao tradicional Partido Liberal, à direita interrompendo o domínio do Partido Colorado, iniciado em 1947” (PENIDO; STÉDILE, 2021:102) . O governo de Lugo foi marcado pelas dificuldades em lidar com as forças políticas paraguaias, muito em razão da sua posição alinhada com governos progressistas da região, elemento que desafiava o poder das elites inacabadas do Paraguai. “Acostumada aos privilégios, a elite paraguaia jamais tolerou sequer a mais básica política de cunho social. Atrasada e truculenta, usava o medo do chavismo como justificativa para a histeria – com apoio de um considerável setor da imprensa, liderado pelo reacionário, controverso e mirabolante jornal ABC Color, testemunhava um jornalista brasileiro, que registrou ainda que, entre as 24 tentativas de aprovar o pedido de juízo político contra Lugo, constavam justificativas como a existência de um filho não reconhecido”, (CASSOL, 2012 apud PENIDO;STÉDILE, 2021:103).

Ana Penido e Miguel Enrique Stédile socorrem-se das publicações do *wikileaks* para afirmar que a embaixada dos Estados Unidos no Paraguai tinha pleno conhecimento sobre as movimentações em torno de um golpe que ao fim derrubou um Presidente legitimamente eleito e vinculado à corrente política progressista. Assim, parece que não se pode falar em dialética do poder ou alternância das forças políticas no Paraguai que em sua história foi majoritariamente governado por alianças conservadoras herdeiras do pensamento das elites coloniais que ainda nos dias de hoje dominam os setores mais representativos da política, da economia e das forças de segurança daquele país. A eleição de Fernando Lugo representou um

ponto fora da curva que foi rápido e prontamente corrigido pelas forças hegemônicas que dominam o país. O mapa abaixo busca representar a sucessão no poder entre 1989 até 2022, bem como a posição no espectro político em que cada governante do país estava identificado:

Mapa nº 03: Mapa da distribuição dos espectros políticos no Paraguai no séc. XXI:



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados públicos disponibilizados na rede mundial de computadores (MARTINS, 2023).

É preciso registrar que da destituição do Presidente Fernando Lugo resultou a violação da cláusula de democracia constituída no âmbito do Mercosul justamente para evitar a repetição dos erros do passado em que a região sofreu com o *déficit* democrático. “O compromisso com a democracia, ou seja, a chamada “cláusula democrática” do Mercosul, estava implícito no Tratado de Assunção, tanto que Brasil e Argentina, desde a Declaração de Iguaçu, em novembro de 1985, nunca cessaram de reiterar a adesão aos princípios democráticos, como fundamento da cooperação e da integração, não apenas em termos bilaterais, mas também com respeito aos demais países da América do Sul” (BANDEIRA, 2009:87).

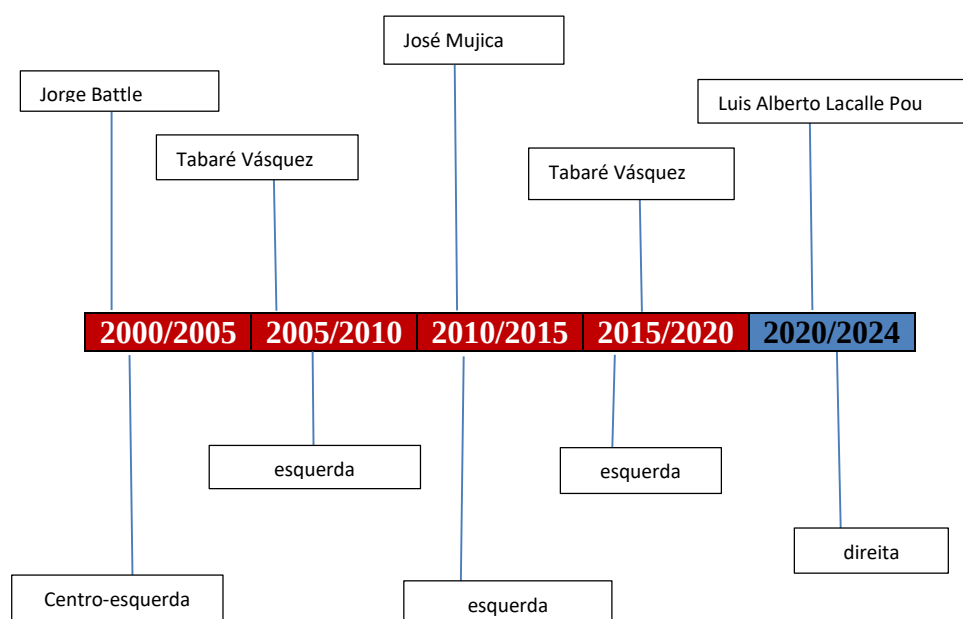
A punição prevista é a suspensão do país violador das regras cogentes de respeito à democracia na perspectiva do paradigma da teoria liberal das relações internacionais. O

Paraguai foi o primeiro país a sofrer a reprimenda em 2012 que durou até as eleições presidenciais em 2013, sendo a cláusula uma vez mais acionada em 2016 para a suspensão por tempo indeterminado da Venezuela chavista. Na ocasião em que o Paraguai foi penalizado, vozes do passado ressoaram na sociedade paraguaia rememorando a guerra da tríplice aliança em que o Paraguai foi vencido por forças imperiais do Brasil auxiliadas pela Argentina e em menor número pelo Uruguai. Demonstrando que o antigo conflito nas relações regionais ainda não foram totalmente superados, “a medida foi qualificada pelo novo governo como uma reedição da tríplice infâmia” (LIMA, 2016:377). No mesmo sentido, descreve Otávio Cançado Trindade, que “a opinião pública paraguaia foi insuflada pela imprensa contra o Brasil. Uma faixa foi estendida nas proximidades da embaixada em Assunção com os dizeres *Triple Alianza nunca más*” (TRINDADE, 2021:100).

3.3.2.2 Uruguai

A República Oriental do Uruguai é o país mais progressista do Cone Sul e possivelmente da América Latina. O país foi governado por Tabaré Vasquez entre 2005 e 2010. Em 2010, assume o poder um grande nome da história uruguaia, trata-se de José Mujica (Pepe Mujica) que permaneceu no poder até 2015 quando novamente Tabaré Vasquez assume a presidência e permanece até 2020 quando cede lugar para Luis Alberto Lacalle Pou:

Mapa nº 04: Mapa da distribuição dos espectros políticos no Uruguai no séc. XXI:

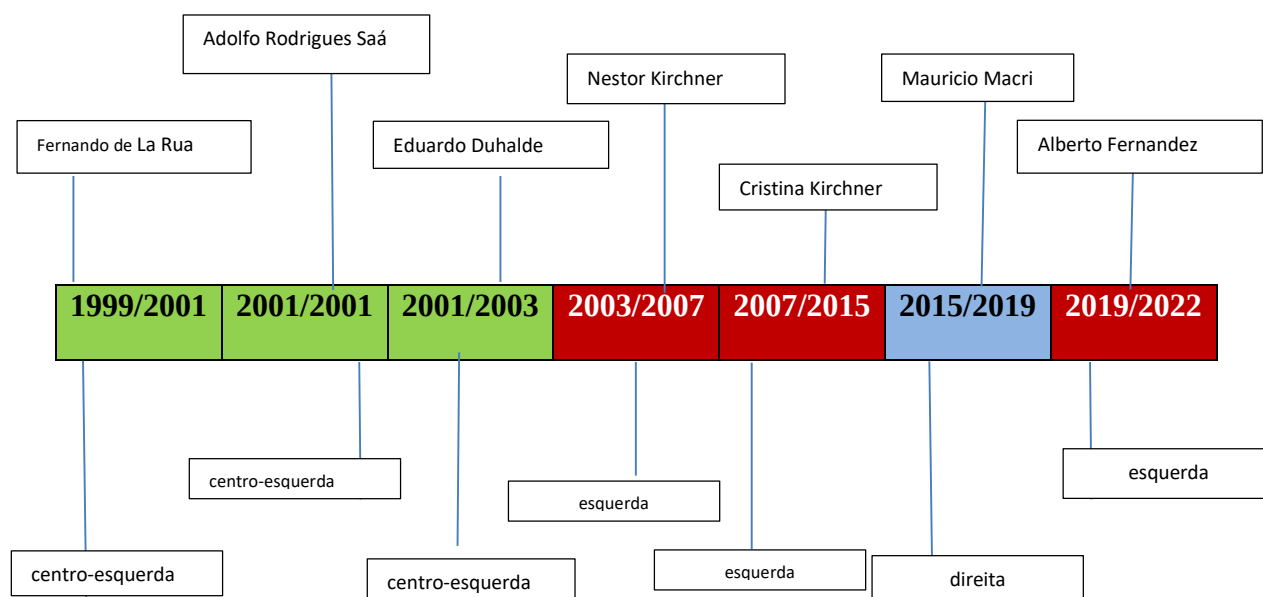


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados públicos disponibilizados pela rede mundial de computadores (MARTINS, 2023).

3.3.2.3 Argentina

Argentina inicia o novo século governada por nomes alinhados a centro-esquerda com características conservadoras como Fernando de La Rúa, que esteve à frente da Casa Rosada entre 1999 até 20 de dezembro de 2001, quando apresentou sua renúncia ao cargo de Presidente da república em razão das pressões populares decorrentes de um frustrado plano econômico que colocou a classe média argentina de joelhos. Por breve período, no ano de 2001, esteve na presidência Adolfo Rodríguez Saá e Eduardo Duhalde, entre 2001 e 2003. Posteriormente o país foi administrado por governos de convicção à esquerda como Néstor Kirchner entre 2003 até 2007, e por sua esposa Cristina Fernández de Kirchner, entre 2007 até 2015. Após o governo de orientação de direita de Mauricio Macri entre 2015 e 2019, o país retorna para um governo de orientação de esquerda por meio da eleição de Alberto Fernández em 2019. É preciso registrar que o país sofre com problemas de ordem econômica há algumas décadas. Uma sucessão de crises financeiras tem exposto as populações mais vulneráveis e a classe média argentina a uma série de provações que em última análise causam instabilidade política e administrativa. Muito embora o governo dos Kirchner tenha implementado políticas públicas afirmativas e o país tenha experimentado um período de relativo alívio econômico, tal fato se deu em razão do chamado *boom* das *commodities* que ajudou não somente a economia da Argentina, mas também de outros países da região, uma vez que grandes quantidades de recursos financeiros foram introduzidos na economia por meio do agronegócio exportador e da arrecadação de impostos diretos e indiretos relacionados aos setores envolvidos. Superado o período de crescimento acelerado alavancado no setor exportador, a República Argentina padeceu com os efeitos tardios da crise econômica de 2008, efeitos estes que ainda hoje são percebidos naquela sociedade.

Mapa nº 05: Mapa da distribuição dos espectros políticos na Argentina no séc. XXI:



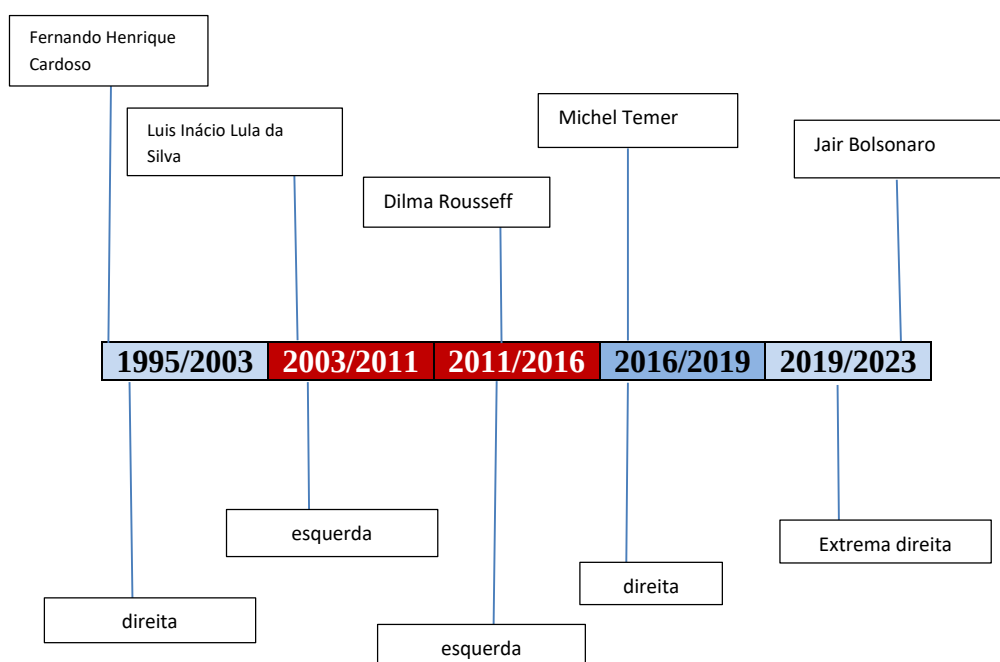
Elaborado pelo autor com base em informações públicas disponibilizadas na rede mundial de computadores (MARTINS, 2023).

Máxima vênua ao entendimento contrário, mas para as gerações atuais falarem em Argentina é pensar em um constante estado de crise financeira. Nos últimos quarenta anos a República Argentina atravessou nove períodos de grandes crises que representam um forte sismo econômico em média a cada 4,4 anos. Durante todo este período, o crescimento registrado pelos índices oficiais do país foi em média de apenas 1% ao ano, sendo certo afirmar que entre o século XX e XXI os constantes *déficits* fiscais auxiliaram no empobrecimento do país que gasta mais do que arrecada com impostos.

3.3.2.4 Brasil

Depois de quase uma década de governos de centro direita o Brasil foi governado por Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2010, e por Dilma Rousseff entre 2011 até 2016, quando o mandato popular foi interrompido por meio de um golpe constitucional perpetrado pelas forças conservadoras clássicas e neoconservadoras que resurgiram como resultado de um conjunto de fatores de ordem interna e internacional, bem como da desastrosa política econômica do governo de Dilma Rousseff nos anos anteriores.

Mapa nº 06: Mapa da distribuição dos espectros políticos no Brasil no séc. XXI:



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados públicos disponíveis na rede mundial de computadores (MARTINS, 2023).

Nos últimos anos, o pêndulo da política movimentou-se da esquerda para a direita na América Latina e de igual forma no Cone-Sul. O processo foi mais traumático e com marcas distintivas de autoritarismo no Brasil, tema que será enfrentado com maior aprofundamento nas próximas seções.

3.4 Brasil: Ascensão, apogeu e queda do sonho progressista

Quando se conhece com alguma profundidade a história e os fenômenos sociais da América do Sul é possível concordar com a premissa de que os processos que ocorrem nos países da região são de alguma forma simétricos ou muito próximos disso. O progressismo na América do Sul teve várias faces com resultados distintos em diversos países. Enquanto a Venezuela afundou-se em uma espiral de crise decorrente do populismo e da tomada da democracia por uma espécie de autocracia chauvinista de Hugo Chaves e Nicolas Maduro, no Brasil o processo foi outro em que as instituições de estado foram preservadas, sendo o processo democrático gradativo desde a redemocratização do país iniciada ao final da ditadura militar.

No Brasil, a experiência no poder do Partido dos Trabalhadores (PT) pode ser definida tal como se definem os grandes impérios com seus momentos de ascensão, apogeu e queda. Surge como resultado das lutas sindicais do período final da Ditadura Militar brasileira entre os anos de 1978 e 1979, no estado de São Paulo. O partido foi fundado por trabalhadores, sindicalistas e intelectuais de matiz socialdemocrata e teve como norte desde sua fundação, a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e o propósito de tomada do poder por forças políticas conectadas com as bases populares do país. A ascensão ocorre após diversos anos de tentativas em processos eleitorais presidenciais em que o partido encarnado na figura singular de Luis Inácio Lula da Silva amargou sucessivas derrotas. Em 2002, o partido finalmente alcança o poder graças à conjunção de fatores como o desgaste natural da política empreendida pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994, em razão do sucesso do chamado Plano Real, que permitiu a estabilização econômica e marcou o início de um período em que a social democracia esteve no poder, sempre acompanhada com muita proximidade pelas forças do capital financeiro que, no final do século XX, representavam o paradigma neoliberal que respondia pelo nome de consenso de Washington. Em 1998, Fernando Henrique Cardoso logra êxito em sua reeleição para a presidência da república sendo derrotado em 2002, quando sua imagem e os feitos do seu governo já sofriam forte desgaste em razão da debilidade da economia naquele momento, tendo sido fortemente influenciado pelo negativo cenário econômico internacional dos anos anteriores decorrente da crise financeira asiática iniciada em 1997.

Condição relevante para que o Partido dos Trabalhadores fosse aceito pela classe média das elites inacabadas. Foi sua reorientação programática, partindo de um discurso historicamente engajado no progressismo socializante cronologicamente contido no século XIX, vencido pela realidade histórica no século XX, sobretudo após o fim da guerra fria com a vitória do ocidente capitalista, e que certamente não resistiria aos novos ventos que sopravam

e levaram ao século XXI. Foi nesse *zeitgeist* e na tentativa de um diálogo com o centro político representado por setores industriais, financeiros e por óbvio a classe média, que em 22 de junho de 2002, o candidato à presidência Lula da Silva divulga o que ficou conhecida como “carta ao povo brasileiro”, peça política cuidadosamente elaborada por pensadores de matizes políticas diversas àquelas em que o Partido dos Trabalhadores estava acostumado a caminhar, documento seminal no processo de ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder. Foi por meio da “carta ao povo brasileiro” que Luis Inácio Lula da Silva assume compromissos com a continuidade das políticas econômicas que lograram êxito em trazer estabilidade ao Brasil ao final do século XX, mas também afastou a sombra que pairava sobre o Partido dos Trabalhadores quanto à realização das utopias revolucionárias e nesse sentido assumiu compromisso expresso pelo respeito aos contratos e obrigações e com o desenvolvimento econômico sustentado no tempo a partir do controle de contas públicas e do crescimento da produtividade, tendo uma política externa voltada a eliminar barreiras impostas pelos países desenvolvidos contra aqueles em estágio de desenvolvimento como o Brasil, bem como assumiu compromissos com reformas substanciais no sistema tributário, previdenciário e trabalhista (SILVA, 2002). Importa saber que as últimas duas reformas previstas na “carta ao povo brasileiro” de 2002 foram efetivamente realizadas somente entre os anos de 2017 e 2019, quando no poder os governos alinhados com a direita conservadora e sucessivamente a extremismo de direita neopatriótica de Jair Bolsonaro.

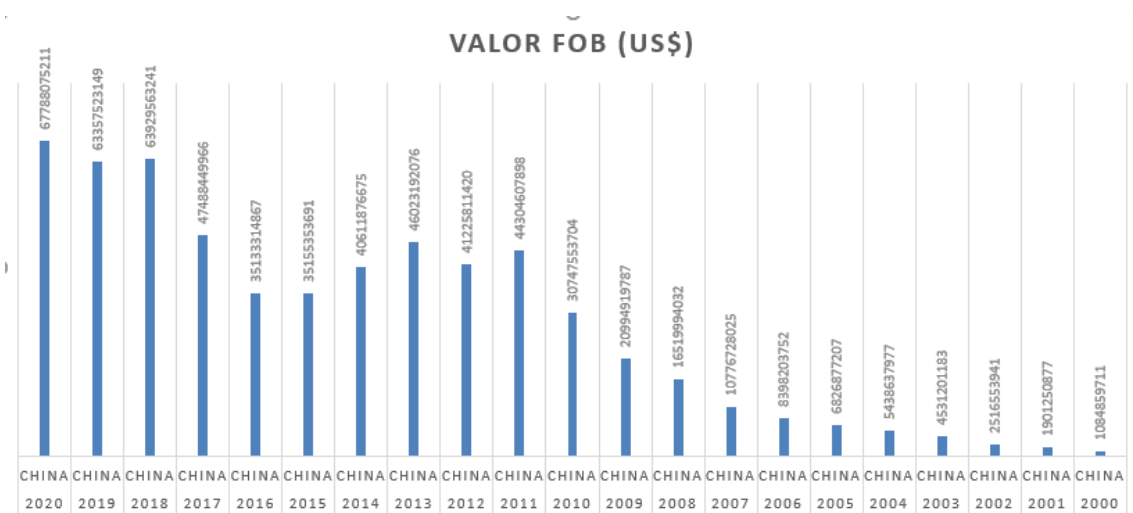
No plano regional, o Brasil governado pela coalisão liderada pelo Partido dos Trabalhadores buscou orientar sua política externa pelo farol da Constituição Federal, que no Parágrafo Único do artigo 4º, estabelece como princípio nodal das relações internacionais a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Latina, sendo este o objetivo que o Estado brasileiro deve seguir seja qual for o governo que ocupe o Palácio do Planalto (LEWANDOWSKI, 2021). É certo que a construção de uma agenda regional não deve ser refém das convergências ideológicas dos governos dos Estados-parte conforme bem observa o Chanceler argentino Felipe Solá. “Embora o processo de integração tenha se beneficiado, por vezes, de contar com governos ideologicamente afins, a realidade demonstrou que em regimes democráticos, onde a alternância é o normal, uma agenda de construção regional não pode se apoiar exclusivamente nessa afinidade” (SOLÁ et al., 2021:9).

O apogeu dos governos progressistas ocorre em decorrência de um ciclo virtuoso nos negócios de exportação de *commodities* e do complexo agroindustrial que permitiram ao Brasil um fluxo de caixa positivo. O desempenho econômico razoável do governo Lula foi da boa reação do Brasil ao *boom* do mercado internacional de *commodities*, puxado principalmente

pelo crescimento excepcional da China. A espetacular recuperação da dinâmica externa da economia brasileira, que fez duplicar as exportações anualizadas de US\$ 62 bilhões em janeiro de 2003 para US\$ 129 bilhões em dezembro de 2006 (DUPAS, 2007:14). Andres Malamud assina-la que “*Durante 2009, los brasileños se cansaron de ver a su país y su presidente aparecer en las tapas de prestigiosas publicaciones mundiales: The Economist, Newsweek y The Wall Street Journal, entre otras, destacaron en diversas oportunidades y con letras de molde el nuevo milagro brasileño*” (MALAMUD, 2010:176).

Dados disponibilizados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do governo federal brasileiro indicam que a relação com a China durante o período do governo Lula foi absolutamente favorável ao Brasil. As exportações para a China, que em 2006 estava na casa de US\$ 8.398.203.752, e em 2010, último ano do Governo Lula, foram para a base de US\$ 30.747.553.704:

Figura nº 11 – Comércio bilateral entre Brasil e República Popular da China entre 2000 e 2020



Fonte: Gráficos disponibilizados pelo Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços do Brasil. Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-da-china>. Consultado em 08.04.2025

Ao analisar os resultados do governo progressista do Brasil, o embaixador Rubens Ricupero afirmou que “com a única exceção de alguns impactos em 2009 da crise financeira mundial do ano anterior, os resultados melhoraram continuamente nos dois mandatos. No último ano do primeiro governo (2006), a inflação tinha encolhido para 3,1 e a taxa de expansão do PIB alcançara quase 4,3, em média, nos três anos de 2004 a 2006. Nos anos subsequentes, a inflação permaneceria moderada, de 4,5% (2007), 5,9% (2008), 4,5% (2009) e 5,9% (2010). Enquanto isso, o crescimento parecia ter se estabilizado numa velocidade de cruzeiro: 61,%

(2007), 5,2% (2008), mergulhando bruscamente por efeito da crise mundial a -0,3% (2009), para logo saltar a 7,6% (2010)” (RICUPERO, 2017:641).

Com o dinheiro entrando a partir do ano de 2004, o governo federal colocou em prática políticas públicas afirmativas de inclusão social no plano interno, no plano regional promoveu uma aproximação com os países de todas as suas fronteiras, notadamente os países do Cone Sul, a Bolívia e a Venezuela, sendo Argentina, Paraguai e Uruguai países que em razão da relação comercial e do plano estratégico consubstanciado no Mercosul receberam atenção diferenciada por parte do governo de orientação progressista. Quanto à Bolívia e Venezuela, para além do alinhamento no campo da política progressista sabidamente existente entre Lula, o Presidente da Venezuela Hugo Chávez e o Presidente da Bolívia Evo Morales, havia também a questão energética de vital importância para a manutenção do crescimento brasileiro. Naquele momento o Brasil experimentava um crescimento anual vigoroso, mas apresentava problemas relacionados ao parque energético instalado e ao fornecimento de petróleo para fazer frente à possível demanda pelo crescimento. A união entre Brasil, Venezuela e Bolívia foi antes de tudo estratégica e mutualmente benéfica. Uma abordagem na geoeconomia regional de índole realista dado que considerou fatores materiais relevantes como os recursos naturais, a geografia e as forças de produção, mas também voltado ao construtivismo na medida em que pavimentava caminho para a formação de identidades e interesses comuns aos povos sul-americanos.

Os oito anos do governo Lula foram sob o ponto de vista da política, interna, regional e internacional o momento mais virtuoso do Brasil desde a redemocratização, e talvez, desde a primeira virada do pan-americanismo entre Brasil e Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, quando o Brasil despontava como uma possível potência regional no Atlântico Sul. Após a crise econômica de 2008, a China estimulou uma recuperação econômica mundial quando dedicou 7% de seu produto interno bruto para a aquisição de petróleo, madeira e minerais, beneficiando de modo direto os países latino- americanos vendedores de *commodities* (PENIDO; STÉDILE, 2021:85).

O terceiro momento e aqui pode-se tratar da queda dos governos do Partido dos Trabalhadores com uma inicial guinada à direita, que posteriormente se converteria em um avanço que testaria os limites das instituições e da própria democracia republicana brasileira, rumando em direção à extrema direita neopatriótica de Jair Bolsonaro. É nesse momento histórico cronologicamente marcado na segunda década do século XXI que ocorre o colapso da esquerda brasileira como decorrência não somente das suas virtudes contra as elites, mas também como resultado das circunstâncias e contradições internas na condução da política econômica e nas relações de poder com as diferentes forças políticas que sustentavam aquele

governo (SAFATLE, 2022). Isso tem início no primeiro governo de Dilma Rousseff quando os indicadores econômicos passaram a demonstrar forte desaceleração econômica, medidas de contenção ineficazes produziram um efeito contrário ao pretendido agravando o processo de deterioração econômica. Em 2013, os primeiros sinais de uma crise de grandes proporções surgiram com as marchas populares, inicialmente realizadas por estudantes nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro para em um segundo momento contaminar outras capitais e cidades de grande e médio porte do país. A duras penas, o Partido dos Trabalhadores saiu vitorioso da eleição presidencial de 2014, mas o resultado é contestado por setores reacionários do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, liderado naquele momento pelo candidato derrotado ao pleito presidencial, Aécio Neves. Com o necessário distanciamento do fato histórico consubstanciado na contestação do resultados das urnas junto ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, é possível afirmar que naquele momento foi plantada a semente do golpismo no Brasil, e o fruto da árvore envenenada seria respectivamente (a) o golpe de estado por meio da utilização de mecanismos constitucionais formais; (b) a utilização dos mecanismos judiciais para aniquilar Luis Inácio Lula da Silva, um candidato potencialmente vitorioso às eleições de 2018 e (c) a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república em 2018.

No plano internacional, o governo Dilma Rousseff foi marcado pela revelação da sistemática espionagem do seu governo por agências ligadas ao governo dos Estados Unidos da América. As revelações foram feitas pelo *wikileaks* causando estremecimento das relações entre Brasil e Estados Unidos naquele momento ao ponto de cancelar encontro bilateral previsto para o segundo semestre de 2013. Se com os Estados Unidos o governo de Dilma Rousseff pode ser considerado vítima das ações de caráter hostil o mesmo não pode ser dito em relação à questão diplomática envolvendo o governo do Estado de Israel. Isso porque em 2014, a então Presidente Dilma Rousseff rejeitou a nomeação de Dani Dayan para a embaixada de Israel no Brasil. O provável motivo foi a participação do diplomata em atividades políticas contra os interesses da Palestina. Entre 2007 e 2013, Dayan liderou o conselho Yesha, que representava os colonos israelenses em território disputado com os palestinos. Sendo o governo Dilma Rousseff e os governos progressistas da América do Sul da última década ligados a nobre e necessária causa palestina, defendendo a solução de dois Estados, a participação de Dayan possivelmente levou à recusa do governo Dilma Rousseff no aceite da indicação do Estado de Israel para o posto no Brasil. Importa saber que com ascensão ao poder de Jair Bolsonaro, a relação entre Brasil e o estado de Israel foi elevada a novos patamares de cooperação e amizade. Tal fato deve-se ao personalismo do Presidente brasileiro e do senso de oportunidade do Primeiro Ministro de Israel, Benjamim Netanyahu que identificando uma oportunidade de

aproximação com um governo populista de direita permitiu a realização de ações políticas que acabaram por beneficiar ambos governantes em sua política interna. Por parte do Brasil a relação foi nutrida em razão de uma Israel imaginária e idealizada por setores do neoconservadorismo brasileiro que desconhecem os conflitos internos do país, a presença e partidos de esquerda e da diversidade cultura e pluralidade judaica (GHERMAN, 2022).

A partir do processo eleitoral de 2014, em que Dilma Rousseff foi reeleita, uma série de eventos políticos alteram a vida social do Brasil, sendo certo que o primeiro e mais significativo deles foi o rompimento com a tradição democrática realizado pelo candidato derrotado nas urnas Aécio Neves, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB que não só deixou de reconhecer a derrota nas urnas como também iniciou processo de desgaste e de cooptação de meios de comunicação que por fim culminariam no golpe constitucional que destituiu Dilma Rousseff do poder dois anos mais tarde.

É preciso dizer que forças políticas das elites inacabadas estavam presentes nos setores econômicos mais importantes como no agronegócio e no mercado financeiro. Tais forças tinham seus representantes no poder judiciário brasileiro e foi a partir deles que a queda do Partido dos Trabalhadores fez-se notar para toda a sociedade por meio de um farsesco processo chamado Operação Lava Jato. Farsesco não porque desbaratou e responsabilizou cível e criminalmente uma série de pessoas e partidos políticos dentre os quais o Partido dos Trabalhadores que estavam envolvidos em fraudes de toda ordem em licitações e contratações públicas, farsesco porque foi usado como instrumento ou *longa manus* para atingir Luís Inácio Lula da Silva que, entre os anos de 2017 e 2018, despontava como sendo da preferência de significativa parte da população mesmo em face da campanha diária promovida por veículos de imprensa que fizeram de um partido político único o culpado pela corrupção endêmica e pelos desmandos na sexta república brasileira.

É preciso dizer que nesse momento de crise os preços internacionais das *commodities* já não estavam nos patamares anteriores à crise econômica de 2008 e que o desequilíbrio das contas públicas contribuiu para a erosão do terreno político em que se sustentavam as políticas sociais e afirmativas promovidas pelo governo de Dilma Rousseff. Em 2015, o governo de Dilma Rousseff tenta realizar um freio de arrumação com a nomeação de nomes chancelados pelas forças econômicas representantes das classes médias inacabadas. A nomeação dos egressos da escola econômica de Chicago, Joaquim Levy e Nelson Barbosa, para as pastas da Fazenda e do Banco Central respectivamente, foram a última tentativa de reverter o jogo da política interna que naquele momento já estava irreparavelmente comprometida com a corrosão promovida pelos grupos políticos que almejavam o poder.

3.5 A guinada para a direita

Sobre as escolhas políticas das massas populares, Peter Haffner conta a partir do romance de 2008, “Diário de um Ano Ruim”, do escritor sul-africano J.M. Coetzee que “a escolha tradicional entre a plácida servidão de um lado e revolta contra a servidão do outro foi descartada em favor de uma atitude escolhida por milhares e milhões que ele chama de quietismo, isto é, passividade total, obscurantismo voluntário e emigração interior” (J.M. COETZEE, 2008:12 apud Haffner and BAUMAN, 2021:87). Haffner assevera que “os discursos da política do Estado, por um lado, e da política das pessoas comuns, por outro, correm paralelos e entram em contato apenas por instantes fugazes. Nesses pontos, a raiva e a amargura explodem, e a faísca de um engajamento político extinto se acende por um momento” (HAFFNER and BAUMAN, 2021:87). Na América do Sul, em um contexto de instabilidade econômica, as burguesias locais são como regra as primeiras a aderir aos golpes e a negar os interesses nacionais de longo prazo baseados nas garantias da estabilidade democrática próprios do modelo liberal. No Brasil não foi diferente. No espaço de luta da política brasileira surge como protagonista o deputado federal Eduardo Cunha, vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido político que naquele momento pertencia à base de apoio do governo democraticamente eleito de Dilma Rousseff.

Em 01 de fevereiro de 2015, Eduardo Cunha foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados, cargo que o colocava como força política de absoluta relevância no sistema brasileiro que em termos práticos muito se aproxima de um sem presidencialismo em razão da força política do poder legislativo brasileiro. Naquele ano, multiplicaram-se no Brasil as manifestações de rua contra a Presidente Dilma Rousseff, que a essa altura já sofria um processo de derretimento da sua popularidade e de erosão da sua sustentação política. Michel Temer, então vice-Presidente da República assume o papel de interlocutor político entre a presidência e o Congresso Nacional. Estava dado o beijo de Judas, tinha início a dança de Salomé. Em meio ao pedido formal de *impeachment* apresentado por membros dos setores reacionários da sociedade sob o frágil fundamento de irregularidades com gastos em programas sociais mantidos pelo governo federal e tendo feito diversas concessões à sua base de apoio, em especial ao partido político MDB do vice-Presidente que, em 29 de outubro de 2015, divulga um programa de reformas sob o título “Uma ponte para o Futuro” (CAVALCANTI; VENERIO, 2017), documento programático assinado pela Fundação Ulysses Guimarães, *think tank* brasileiro vinculado aos interesses do mercado e base de apoio do vice-presidente. Dilma Rousseff se vê em meio a uma espiral deletéria que a levou ao encerramento precoce do seu mandato.

Em dezembro de 2015, Michel Temer declara seu rompimento definitivo com o governo por meio de uma patética carta à imprensa em que afirma ter sido desprezado pela presidência de Dilma Rousseff. Temer abandona a presidência tal como Francesco Schettino abandonou o navio Costa Concordia em janeiro de 2012, nas águas da Toscana. Os meses seguintes foram de grande pressão popular, tendo em vista os acontecimentos relacionados aos diversos processos judiciais deflagrados contra a corrupção entre grandes empreiteiras brasileiras como Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, UTC Engenharia, Engevix, Mendes Júnior e Galvão Engenharia, e a participação de empresas vinculadas ao governo direta ou indiretamente como a Petrobras, BR Distribuidora, Transpetro, Eletrobrás e Eletronuclear. Pelas mãos do juiz federal Sérgio Fernando Moro, de uma vara criminal na cidade de Curitiba, PR, o Brasil passou a conhecer o significado da expressão da língua inglesa *lawfare*. Importa saber que o conjunto de ações judiciais denominados de Operação Lava-jato apurou a existência de diversos crimes com envolvimento de políticos de 33 legendas, sendo membros dos partidos PP, PT, MDB, PTB e SD aqueles com maior envolvimento. Todavia, pelas práticas do *lawfare* associadas aos interesses da direita neoconservadora, a criminalização se deu sobre o Partido dos Trabalhadores, agremiação política que foi fundada em 1979 e que disputou oito eleições para a presidência da república, sendo vitoriosa em quatro delas, justamente o partido da Presidente da República e do então pré-candidato e líder das intenções de voto segundo pesquisas para as eleições de 2018, falamos de Luís Inácio Lula da Silva.

Esse conjunto de fatores consolidou a falta de apoio popular que, em última análise, resultou na aprovação em 17 de abril de 2016 do afastamento pela Câmara dos Deputados de uma Presidente legitimamente eleita pelo voto popular. Em 31 de agosto daquele ano o senado da república confirmaria o afastamento definitivo da Presidente da República. Estava consolidado o golpe constitucional que colocou a democracia brasileira de joelhos.

Para Noam Chomsky, o Brasil foi vítima de um *soft coup* sendo a Presidente Dilma Rousseff “destruída por uma gangue de ladrões” (CHOMSKY, 2016). Segundo Steven Levitsky & Daniel Ziblatt, na modernidade são muitas as formas possíveis em que se observa a morte de uma democracia. Uma delas é por meio da utilização dos aparatos estatais como o sistema jurídico e a própria constituição dando forma legal para situação que materialmente não se sustentam. Na América do Sul, Hugo Chávez fez uso do mesmo tipo de expediente para se perpetuar no poder. Na Bolívia, Evo Morales tentou estratégias semelhantes, mas acabou por ser derrubado em um golpe de estado perpetrado pelas forças da direita neoconservadora resultantes da guinada à direita observada no mundo após a primavera árabe.

Com o golpe de 2016, o novo governo brasileiro assume posições que sob o ponto de vista econômico estavam identificadas com o capitalismo tardio e o neoliberalismo mais arraigado. Com forte apoio no Congresso Nacional promoveu a reforma na legislação trabalhista que para muitos resultou na fragilização das relações entre capital e trabalho, retrocessos em políticas de saúde conceituadas por Bravo, Pelaez e Pinheiro como uma contrarreforma ou desmonte do Estado brasileiro (BRAVO et al., 2018:12), reformas na legislação sobre educação que fortaleceram as posições privatistas e afastaram ainda mais o Brasil do setor estratégico para o futuro do país (MELO; SOUSA, 2017), desdobramentos ainda nas políticas públicas de habitação popular (SOUZA and HOFF, 2019:11), na política agrária e forte desregulamentação nos mecanismos de proteção ao meio ambiente. Ao final, o governo de Michel Temer foi marcado por diversas denúncias de corrupção e uma tentativa frustrada de *impeachment* que somente não foi exitosa em razão do controle das casas legislativas por partidos políticos pretensamente fisiocráticos e praticamente corruptos.

A eleição de 2018, marcou um momento de virada para a já combalida democracia brasileira. Uma conjunção de fatores como o apoio majoritário da mídia, setores agroindustriais exportadores de *commodities*, setores religiosos ligados a seguimentos católicos e evangélicos embebidos na manipulação de processo judicial que envolvia o candidato Luís Inácio Lula da Silva levaram à eleição de Jair Bolsonaro, em 28 de outubro de 2018. O fenômeno eleitoral ocorrido no Brasil foi também observado em outras regiões do mundo como Rússia, Hungria, Polônia, Ucrânia, Índia e Estados Unidos, países em que forças neoconservadoras assumiram o poder por meio de processos formalmente democráticos, mas que em essência sinalizavam a serena morte das democracias. Para os professores Steven Levitsky & Daniel Ziblatt, as democracias ocidentais enquadradas no paradigma teórico da teoria liberal das relações internacionais podem ser consideradas em risco quando observados existentes indicadores de comportamento autoritários por parte das elites inacabadas a saber:

1º - Rejeição das regras democráticas do jogo ou compromisso débil com elas

O primeiro indicador, segundo a doutrina de Levitsky & Ziblatt, pode ser identificado nos estados em que os candidatos em um processo eleitoral rejeitam a constituição do país ou expressam disposição de violar seus preceitos, podendo inclusive endossar a utilização de instrumentos jurídicos anticonstitucionais para garantir a realização das suas vontades. Podem ser identificados indícios de comportamentos autoritários próprios deste primeiro indicador quando atores relevantes do debate político sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas como o cancelamento de eleições, a suspensão das regras constitucionais sobre direitos políticos

e civis e a proibição ou o contundente ataque no sentido de negar a existência de organizações da sociedade (LEVITSKY and ZIBLATT, 2018:35).

No caso brasileiro a tentativa da criminalização do Movimento dos Sem Terra (MST), bem como do Partido dos Trabalhadores (PT), nesses casos possivelmente se está diante de um comportamento autoritário que em algum momento colocará a democracia em risco. Para Levitsky & Zilblatt, o comportamento autoritário que pode colocar em risco as democracias liberais pode também ser identificado quando em um processo eleitoral os vencidos buscam minar a legitimidade das eleições questionando a legalidade dos resultados eleitorais, bem como das próprias instituições de estado responsáveis pela apuração e divulgação dos resultados (LEVITSKY and ZIBLATT, 2018:36). Convém observar que no caso brasileiro houve por parte do candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014 um comportamento que se amolda hermeticamente àquele narrado em “Como Morrem as Democracias”, isso porque o candidato derrotado não aceitou o resultado das eleições alegando suposta fraude no sistema de votação por urnas eletrônicas. O processo tramitou junto ao Superior Tribunal Eleitoral que ao final de 2015 julgou improcedentes os pedidos de auditoria por não haver qualquer indicação de fraude no sistema de votação.

Do mesmo modo, atuou Donald Trump ao final das eleições Americanas em 2020 da qual saiu derrotado para o candidato do Partido Democrata, Joe Biden. Trump incitou setores conservadores e extremistas da população americana alegando, sem fundamentação plausível a existência de fraude no histórico e complexo sistema de votação americano. Como nefasto resultado houve em 6 de janeiro de 2021 a invasão do Capitólio, sede do Congresso dos Estados Unidos da América, por uma turba de apoiadores de Trump que inflamados pelo discurso autoritário e por teorias conspiratórias como difundidas por simpatizantes do movimento da extrema direita denominado *Qanon* e sob influência de uma antiga elite chamada de W.A.S.P. sigla designativa para *White, Anglo-saxon and Protestant* (BANDEIRA, 2009: 79), provocando destruição e vergonha a mais antigas das democracias contemporâneas, além da lamentável morte de seis pessoas inocentes.

Esse comportamento também foi observado por parte do Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que em ações com o nítido propósito de emular aquele observado por Donald Trump, passou a desacreditar o resultado das eleições de 2018 quando sagrou-se vencedor, bem como passou a atacar o sistema de votação e apuração sob responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral. Os ataques ao pleito de 2018 ocorreram sob alegação de que a diferença de votos do primeiro colocado para o segundo deveria ser superior àquela apresentada pela apuração final da eleição. Quanto ao processo eleitoral de 2022, Bolsonaro passou a divulgar

em suas redes sociais que somente aceitaria os resultados se a eleição ocorresse por meio de voto impresso, fato que não aconteceu, pois tanto a eleição ocorreu pelo sistema das urnas eletrônicas como ao fim e mediante à incontestável derrota, Bolsonaro acabou por reconhecer a vitória de Lula da Silva ainda que de forma tácita.

2º - Negação da legitimidade dos oponentes políticos

O segundo aspecto que denota o comportamento autoritário que pode representar risco às democracias em que se baseia a teoria liberal das Relações Internacionais diz respeito à negação da legitimidade dos oponentes políticos. Nesse cenário, as elites inacabadas que patrocinam a desintegração das democracias descrevem seus rivais como subversivos à ordem legal vigente. Atribuem aos rivais características que ameaçam a coletividade como o cometimento de crimes “cuja suposta violação da lei ou potencial de fazê-lo desqualificaria sua participação plena na arena política” (LEVITSKY and ZIBLATT, 2018:36). Novamente acreditamos que os fatos ocorridos no processo eleitoral de 2018 no Brasil, amoldam-se hermeticamente ao que defende a doutrina Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Isso porque o então candidato à presidência da república Luís Inácio Lula da Silva, que em 2018 liderava as pesquisas eleitorais em todos os cenários previstos pelos institutos de pesquisa, passou a ser acusado de participação em um complexo esquema de corrupção que acabou por gerar diversos processos judiciais abrigados sob o manto da chamada Operação Lava-jato. Em 7 de abril de 2018, Lula foi preso e consequentemente excluído do processo eleitoral. Importa ao debate registrar que o candidato excluído do pleito eleitoral ficou 580 dias preso em regime fechado, enquanto o juiz responsável pela sua prisão foi convidado pelo candidato vitorioso Jair Bolsonaro a integrar seu governo na importante pasta de Ministro da Justiça cujo cargo aceitou. Ao final da longa travessia Lula logrou êxito em comprovar sua inocência em não menos que 26 processos judiciais.

3º - Tolerância ou encorajamento à violência

Nas estruturas no totalitarismo que leva ao padecimento das democracias no sentido defendido pela teoria liberal das relações internacionais encontramos a tolerância ou encorajamento à violência. Por essa estratégia as elites inacabadas que patrocinam o totalitarismo vinculam-se a grupos armados e forças paramilitares como milícias e forças policiais em todos os seus níveis. Há crescente desestímulo à solução pacífica de conflitos e incremento do discurso armamentista. Ocorre a glamorização da violência e o incentivo à formação de coletivos privados armados (LEVITSKY and ZIBLATT, 2018: 36).

Tanto nos Estados Unidos como no Brasil o processo de tolerância ou encorajamento à violência ganhou corpo e força na última década. Por aqui, após o golpe constitucional que

retirou do poder uma Presidente democraticamente eleita, forças neoconservadoras ganharam as ruas. Representantes da antiga tradição intervencionista das forças armadas e forças de segurança abandonaram os quartéis e delegacias e passaram a praticar o pior da política. O incentivo armamentista fez surgir no Brasil um número indizível de atiradores privados, dito de outro modo, a flexibilização da legislação em relação à compra, posse e porte de armas de fogo e munição, inclusive aquelas de uso restrito, pois destinadas ao combate em grande escala como os fuzis, todo esse armamento foi para as mãos de civis denominados pela legislação como caçadores, atiradores e colecionadores (CAC). Segundo dados divulgados pelo anuário brasileiro da segurança pública em 2020, no primeiro ano do governo Bolsonaro houve um incremento de 120% no número de armas de fogo registradas no Brasil (NINNO, 2021).

4º - Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia

Para esse quarto e último cenário, as democracias sofrem com governos que buscam formas de restringir liberdades civis e políticas duramente conquistadas nos últimos séculos. Setores da sociedade formados pelas elites inacabadas que dão suporte ao golpismo passam a apoiar leis ou políticas que efetivamente representam retrocessos, bem como a tomar medidas autoritárias contra entidades do terceiro setor e aos veículos de imprensa que não sejam considerados alinhados como o governo central. Para justificar suas ações em âmbito doméstico passam a apoiar registros totalitários em outros países cuja ideologia assemelha-se àquela defendida pelas formas autoritárias (LEVITSKY and ZIBLATT, 2018: 36).

No Brasil, esse ambiente tóxico contra a imprensa e setores organizados da sociedade civil tem sido observado a partir da tomada do poder pela extrema direita neoconservadora. É clara a tentativa de calar a imprensa livre e da promoção de linchamento de personalidades que ousam manifestar opinião contrária ao governo de Jair Bolsonaro. Os protestos quando realizados por forças antagônicas ao governo são rapidamente classificados como desordeiros e perigosos à segurança institucional. Há, também, evidente apreço por lideranças autoritárias do passado e do presente como foram os casos dos elogios feitos pelo Presidente brasileiro Jair Bolsonaro em favor do ditador chileno, Augusto Pinochet (DN, 2019), ao ditador paraguaio Alfredo Stroessner (CARNERI, 2019), assim como as constantes exaltações à ditadura militar brasileira (FREITAS, 2021). O elogio a “medidas repressivas tomadas por outros governos, tanto no passado quando em outros lugares do mundo” (LEVITSKY and ZIBLATT, 2018: 80) também foi prática comum para o governo de Jair Bolsonaro que comandou o Brasil por meio de procuração passada pelas massas desiludidas, propositalmente desinformadas e pelas elites inacabadas do Brasil.

É preciso registrar que o fenômeno social que inclinou o pêndulo da política na sociedade brasileira em direção ao vértice oposto àquele em que se encontrava quando governado pelos governos do Partido dos Trabalhadores, vem como resultado não das virtudes do pensamento liberal conservador manipulado pelas elites inacabadas da luso-américa, mas sim em razão das distorções e da aparente falência do modelo econômico proposto pelos governos de índole progressista. O que não se desejava era que ao final do processo eleitoral de 2018, o governo do Brasil seria entregue às hostes da extrema direita latino-americana.

Na continuação da pesquisa será estudado o que ocorre na geopolítica e geoeconomia do maior país do Cone Sul das américas quando no comando das decisões do Estado estão as elites inacabadas, defensoras de um modelo neocolonial dotadas de um conjunto de valores ainda presos no século XIX e na cultura de subordinação do sul global em relação ao norte.

3.6 Geopolítica de integração ou continuísmo neocolonial?

Para responder à pergunta de partida na presente seção que pretende apresentar uma visão histórica acerca do processo de integração norte-sul do continente americano entre os dois últimos séculos. O propósito nesse momento é, antes de tudo, fomentar subsídios para um amplo debate acerca das configurações da geopolítica e geoeconomia entre os Estados Unidos da América e os países integrantes do Atlântico Sul ibérico que se encontram reunidos no bloco econômico Mercosul a partir de 1991. Nesse capítulo, será possível entender o fenômeno do pan-americanismo que ocorre no processo de integração regional, com atenção especial aos países do Mercosul.

Partimos da hipótese inicial que considera a remodelação de metrópole colonial antes exercida pelos impérios europeus entre os séculos XVI e XIX, sendo posteriormente sucedidos pelos Estados Unidos da América. Uma vez mais o estudo considera a presença na região de outros atores da geopolítica mundial como China e Estados Unidos da América, ambos relevantes para o equilíbrio de forças na região conforme estabelecem os primados da teoria realista das relações internacionais, tendo como base conceitual a história do pan-americanismo. O propósito por fim é compreender de que maneira esse trajeto das relações entre norte e sul contribuiu para o desenvolvimento do continente americano.

Necessário registrar que o capítulo dedicado as relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos não tem o propósito de esgotar o tema, sendo a abordagem exploratória de caráter auxiliar para a compreensão quanto aos diferentes momentos históricos que construíram a relação do pan-americanismo na perspectiva do Brasil até o marco temporal da pesquisa.

3.6.1 O Pan-americanismo

Sabe-se que os registros iniciais da presença de norte-americanos na América do Sul não decorrem dos processos migratórios coloniais nem da política de espaço vital provenientes das guerras napoleônicas que deram início às independências dos países americanos. “Os primeiros registros remontam há aproximadamente 2,6 milhões de anos quando os primeiros norte-americanos invadiram a América do Sul (CARRILLO et al., 2020:26282). A história geológica do nosso planeta indica que o movimento de placas tectônicas resultou no surgimento do istmo do Panamá. Com esta ponte terrestre ocorreu a migração de mamíferos da América do Norte, bem como o trânsito de animais do Sul para o norte. Trata-se do grande intercâmbio americano (CARRILLO et al., 2020:26282). Foi a primeira invasão predatória de norte-americanos, que melhor equipados evolutivamente, acabaram por subjugar as espécies ancestrais da América do Sul” (MARTINS, 2021:123).

Milhares de anos mais tarde a presença na América do Sul de norte-americanos, em particular dos Estados Unidos da América seria igualmente significativa visto que a interferência em assuntos da América Latina tornou-se habitual e compreendida como direito com vistas à sobrevivência em relação às potenciais colônias europeias e posteriormente em relação a outros atores da geopolítica do século XX como Alemanha, o bloco comunista e mais recentemente a forte presença da China.

De modo irônico, Eduardo Galeano expressa em “Veias Abertas da América Latina” que “há anjos que ainda acreditam que todos os países terminam na linha das suas fronteiras. São aqueles que afirmam que os Estados Unidos pouco ou nada tem a ver com a integração latino-americana, uma vez que não fazem parte da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) nem do Mercado Comum Centro-Americano” (GALEANO, 2010: 239).

Em convergência com Galeano Moniz Bandeira observa:

A declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso de que o “Mercosul é mais que um mercado, o Mercosul é, para o Brasil, um destino”, enquanto a ALCA era “uma opção”, repercutiu nos Estados Unidos, e Kissinger advertiu que o Mercosul estava propenso a apresentar as mesmas tendências manifestadas na União Europeia, que buscava definir uma identidade política europeia não apenas distinta dos Estados Unidos, mas em manifesta oposição aos Estados Unidos. Ele acentuou que a afirmação dessa “identidade própria, diferenciada da América do Norte, estava a criar uma potencial contenda entre Brasil e Estados Unidos sobre o futuro do Cone Sul”. (BANDEIRA, 2009: 56,57)

Propomos trazer ao presente estudo dados levantados por Barbara Torreon e Sofia Plagakis, do serviço de pesquisas do Congresso dos Estados Unidos, que entre 1798 até 2020, “foram realizadas 218 intervenções diretas ou indiretas em outros Estados soberanos. As intervenções diretas são aquelas em que há presença militar e as consideradas indiretas são

todas aquelas ocasiões em que houve suporte logístico ou de inteligência do governo americano (TORREON and PLAGAKIS, 2020). Ao longo da história continental há registro de 88 operações em territórios da América Latina (Torreon & Plagakis, 2020). Muitas das intervenções ocorreram na América Central, região entendida na concepção geopolítica estadunidense como um apêndice virtual do seu território (GALEANO, 2010:135 ;MARTINS, 2021:125).

Sem dúvida a independência americana em 1776 somada ao processo constitucional advindo com a consolidação da democracia, fez dos Estados Unidos um farol alerta no novo mundo a todos que ansiavam pela liberdade ora instigada pelos iluministas e pela burguesia da primeira república francesa. “A condição de exemplo regional era reconhecida por todos aqueles que buscavam realizar “um levante nativista” (GARCIA, 2018:27) contra os impérios coloniais da América Latina. Pela via direta ou indireta, seja pelos princípios cardeais da democracia ou pela intervenção pura e simples para atender interesses próprios apartados de uma integração pan-americana, a influência dos Estados Unidos é percebida no Cone Sul desde os tempos coloniais”(MARTINS, 2021:125).

Em defesa da América para os americanos, o Presidente dos Estados Unidos, James Monroe estabeleceu em 1823, a política regional que buscava a defesa dos interesses das nações recém independentes em relação às potências coloniais reunidas em torno da Santa Aliança. O Brasil, que buscava a consolidação da sua independência em relação ao Reino de Portugal foi a primeira nação a reconhecer a doutrina Monroe, fato histórico que marca o início da relação de proximidade entre duas nações independentes no continente americano, aliança que poderia representar o controle da geopolítica e do jogo geoeconômico para os próximos séculos nos hemisférios norte e sul do continente americano. Contudo, no contexto geopolítico do século XIX, a política intentada pelos Estados Unidos foi bem-sucedida em relação à América Central, mas não para a porção sul continental. Isso porque para a Grã-Bretanha a independência formal dos novos Estados e sua relação comercial favorável deveria ser mantida sem a interferência de qualquer outro ator regional. No século XX, o contexto das grandes nações e após as tratativas de Versalles que deram fim a Grande Guerra, o Brasil buscou espaço como líder regional da América do Sul. Entretanto, sempre sofreu com a sombra do poder americano (MARTINS. 2021:125).

No Brasil do começo do século XX, surgia um forte sentimento pró-britânico que considerava o Brasil, e não os Estados Unidos, os herdeiros da Grã-Bretanha nas Américas. “A alta sociedade que governava o país verde e amarelo preferia a ordem calma dos britânicos ao ruído e à impetuosidade dos norte-americanos e estavam preocupadas com a possibilidade de a crescente influência vir a alterar o modo de vida dos brasileiros” (LOCHERY, 2014:112). Já na primeira metade do século XX, quando os Estados Unidos ainda não tinham se firmado como potência hegemônica global, essa mesma alta classe pensante do Brasil “sentia-se desconfortável com os efeitos do envolvimento norte americano na América Latina, e receava

que o seu país viesse a transformar-se em pouco mais do que um satélite dos Estados Unidos”, (LOCHERY, 2014:137).

A história, este saber construído no tempo, veio posteriormente confirmar que na política externa brasileira havia espaço para fantoches egressos de uma elite inacabada e neocolonial. Com a queda da última monarquia das américas, o Brasil e sua nascente república se viu às voltas com o “americanismo”, base conceitual para o futuro panamericanismo chamado pelos positivistas de “fraternidade das pátrias americanas”, (RICUPERO, 2017:260). Quando da primeira conferência da União Panamericana (1889-1890), hoje Organização dos Estados Americanos (OEA), enquanto o Brasil preparava-se para aceitar a nascente política de alinhamento com os Estados Unidos, atores importantes no equilíbrio regional como Argentina e Chile destacavam-se no sentido oposto ao brasileiro, isto é, refratários ao alinhamento com os Estados Unidos a partir das premissas desenhadas unilateralmente pelos americanos do Norte. Para Saenz Pena, representante argentino, a formulação monroísta América para os americanos poderia ser facilmente substituída por outra de sua autoria, “a América para a humanidade” (RICUPERO, 2017:261; MARTINS. 2021:126).

Há de se concordar com Ana Penido e Miguel Enrique Estédile que consideram que “ainda que a América Latina seja um conceito bastante amplo para abarcar a diversidade social, cultural e política de uma região que se estende do México à Patagônia, há um elemento político que parece comum a toda essa área. Aqui a identidade de interesses entre os Estados Unidos e as classes dominantes locais é um elemento estrutural, construído em mais de um século de subordinação, cujas raízes mais remetem ao período da formação dos Estados nacionais e à própria gênese dessas formações sociais” (PENIDO *and* STÉDILE, 2021:87 apud MARTINS, 2021:127) .

Estabeleceu-se assim um padrão das relações entre Brasil e Estados Unidos no começo do século XX, é assim a política do pan-americanismo pela qual o Brasil alia-se a uma aliança não escrita à doutrina Monroe. Teresa Maria Malatian, entre 1902 e 1912, relata que o Brasil resistiu à grande polêmica em suas relações exteriores em relação à política ligada ao Estados Unidos defendida pelo então chanceler Barão do Rio Branco. Esse debate acerca do pan-americanismo tem relações indispensáveis para a “construção de uma imagem do Brasil, da política exterior brasileira e da mitificação e personalismo do próprio chanceler, impondo as vozes dissonantes como a do diplomata Oliveira Lima que entendia a política externa brasileira de acordo com a “definição de uma identidade nacional dividida entre a solidariedade latino-americana e o alinhamento com monroísmo” (MALATIAN, 2017:329; MARTINS, 2021:127).

Nos primeiros momentos do século XX, o Presidente Theodore Roosevelt ratificou suas teses apresentadas em 1823 pela doutrina Monroe que deram norte à política externa norte americana por várias e longas décadas, sendo ao fim seguidas e interpretadas do início ao final do século XIX e início do XX, para quem “a doutrina Monroe estabeleceu a regra de que o hemisfério ocidental não pode ser tratado como sujeito à colonização e ocupação por potências

do velho mundo. Não é direito internacional, mas um princípio cardeal na política americana”(DANESE, 1999:157 apud MARTINS, 2021:127). “A fala de Roosevelt estabelecia a legitimidade da influência moral norte americana sobre uma vasta zona do continente. Tanto que a doutrina exerceu impacto em todo o continente Americano e explicou sua face imperialista na expressão consagrada na política do *big stick* em relação à América Latina - *speak softly and carry a big stick; you will go far* – Roosevelt, 1901, discurso anterior à chegada à presidência” (FERRELL apud DANESE, 1999:145 ; MARTINS, 2021:127).

Necessário falar que nesse momento, “Brasil, Argentina e Chile eram considerados exceções quanto à necessidade de intervenção em razão do seu grau de estabilidade política e avanço econômico” (MALATIAN, 2017:330 apud MARTINS, 2021:128). No entanto, “a história da segunda metade do século XX ainda estava por ser escrita de tal sorte que o arquipélago de estabilidade fora convertido em palco para a instalação de regimes ditatoriais com significativa influência do governo americano em sua política externa para América Latina. Na política do pan-americanismo, o Brasil passou a apoiar a hegemonia hemisférica dos Estados Unidos. O alinhamento entre Brasil e Estados Unidos no contexto do pan-americanismo iniciado por Rio Branco estabelecia uma ideia de três Américas sendo Estados Unidos, hispano-américa e Brasil “de modo que este se colocasse como elo entre as duas primeiras” (MALATIAN, 2017:335;MARTINS, 2021:128).

Rubens Ricupero defende que esse alinhamento do Brasil em sua política externa com os Estados Unidos estava relacionado a influência geoeconômica, isso porque “a decisão de intensificar a relação com os Estados Unidos refletia igualmente a transformação que se realizava no relacionamento econômico. O deslocamento do eixo diplomático acompanhava o da economia, que derivava cada vez mais da Europa em direção à América do Norte”, (RICUPERO, 2017,311 apud MARTINS, 2021:128).

O pan-americanismo, que para muitos poderia ser visto como instrumento de aproximação entre as três Américas, aqui compreendidas como América anglo saxônica, América hispânica e luso-américa, sendo o Brasil verdadeira ponte entre os falantes do idioma inglês e toda hispano América em razão da iberofonia ou do pan-iberismo que em poucas palavras refere-se à questão linguística que permitiu vinculação mais rápida e estreita porque o português e o espanhol são mutuamente compreensíveis. Ocorre que o mecanismo de ligação em verdade naufragou quando da Conferência de Paz da Haia de 1907. Naquela ocasião foi possível perceber que não haveria alinhamento automático e de nenhuma forma vontade política por parte dos norte-americanos em construir uma pan-americanismo como via de mão dupla, dado que como se percebeu na Haia estavam mais interessados em reafirmar suas posições e manter-se alinhados aos interesses das grandes e tradicionais potências europeias. (MARTINS, 2021:128).

O Brasil passou a ter posição contrária aos Estados Unidos em três dos quatro grandes temas tratados durante a conferência, fato esse que demonstrou a inexistência de alinhamento

automático entre as nações americanas. “As divergências tiveram origem na aspiração brasileira pelo reconhecimento de uma posição internacional de destaque negada pelos critérios de classificação de potências da época” (RICUPERO, 2017:315 apud MARTINS, 2021:128). A sede pelo tratamento jurídico igual entre os Estados foi o ponto discordante, sendo então o Brasil, na opinião do jurista e homem de estado Rui Barbosa, o grande líder das nações não alinhadas com o centro do poder. Essa procura e desejo de alcançar a isonomia formal entre as nações foi determinada pelo representante brasileiro na conferência da Haia. “Os países da América Latina foram tratados [...] com evidente injustiça. É possível que, renunciando à igualdade de tratamento [...] alguns se resignem a assinar convenções em que sejam declarados e se confessem nações de terceira, quarta ou quinta ordem. O Brasil não pode ser desse número [...] agora que não mais podemos ocultar a nossa divergência, cumpre-nos tomar ai francamente a defesa do nosso direito e das demais nações americanas” (RICUPERO, 2017:315 apud MARTINS, 2021:129).

Foi no período em que a Europa enfrentava ascensão do totalitarismo personificado nas figuras de Adolf Hitler, Benito Mussolini e Franco foi que a relação entre o Brasil e os Estados Unidos teve maior aproximação o que contribuiu para um desequilíbrio em favor da futura potência hegemônica. Geopoliticamente falando pode-se atestar que a escolha do Brasil pela aliança militar e econômica com as nações aliadas, mais precisamente os Estados Unidos da América, refletiu em um momento de aproximação até então não conhecido.

A teoria do *lebensraum* ou “política de espaço vital da Alemanha iniciada décadas antes por influência da doutrina de Friedrich Ratzel (1844-1904) fez com que o Brasil, notadamente sua porção sul em que o processo migratório fez-se sentir com maior força, bem como Argentina e em menor grau o Uruguai, todas estas regiões sofressem forte influência da cultura germânica, e, em dado momento, da presença de atores políticos do governo nazista. As forças armadas do Brasil, em especial o exército brasileiro tinha em seus quadros oficiais formados segundo a tradição militar da escola germânica”(MARTINS, 2021:129) bem como fortes inclinações pessoais por parte de pessoas em diferentes hierarquias das forças de segurança do país.

Para Moniz Bandeira do terceiro Reich com os países da América do Sul e em especial o Brasil pode ser assim explicada:

Evidentemente, poderosos interesses econômicos fomentavam a corrida armamentista, não só na Argentina e no Chile como também no Brasil, onde também os militares tendiam a favorecer a Alemanha, em detrimento da França. Assim como na Argentina, os militares no Brasil também faziam treinamento na Alemanha, com a qual tinham vínculos tradicionais, e mantinham boas relações com a Krupp, cuja representação comercial, a cargo da empresa Haupt & Cia., possuía no Exército

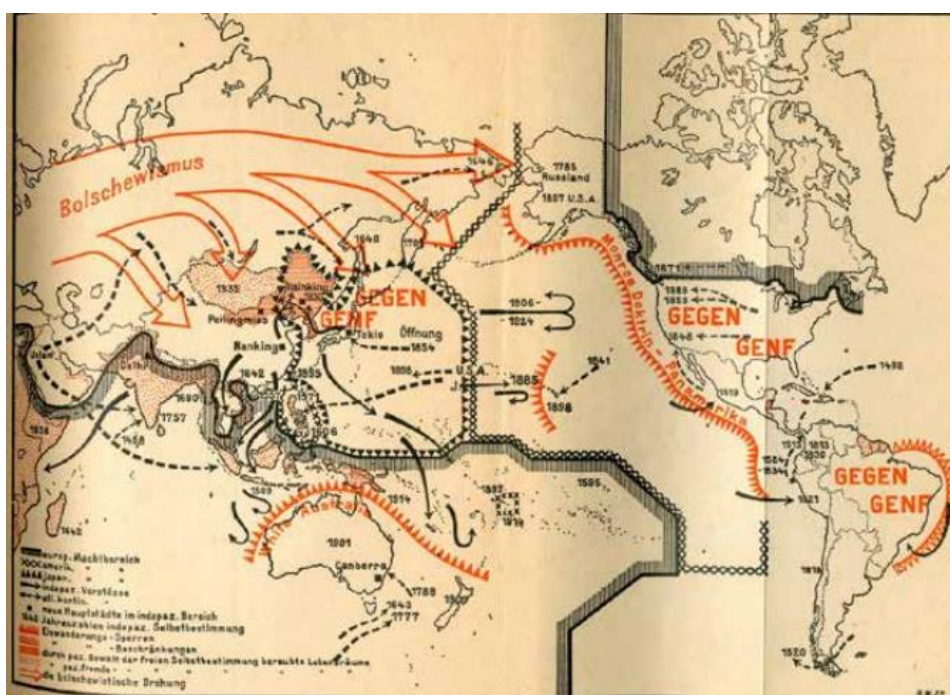
“nombreuses et solides amitiés”. A poderosa influência comercial da Alemanha no Brasil contava, naturalmente, com o respaldo moral e político do governo do Reich, tanto assim que o Imperador Wilhelm II enviou carta ao ministro da Marinha solicitando que os interesses alemães não fossem negligenciados na execução do programa naval, e convidou o marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, para presenciar as manobras militares de outono, na Alsácia-Lorena, o que significava, em outras palavras, assistir à propaganda do material bélico da Krupp. (BANDEIRA, 2014: 165,166)

A persuasão da Alemanha no Atlântico Sul logo percebida com a evolução do nazismo como força política e militar expressiva no tema da geopolítica do século XX, bem como da presença do germanicismo cultural e racial designado por *kulturkampf*. “A Alemanha iniciou uma política de influência ideológica e de competição com seus rivais na América Latina” (FAUSTO, 1996:379). A administração Roosevelt há muito tempo monitorava o teatro geopolítico na América do Sul e considerava a presença de simpatizantes na Alemanha nazista um grande problema. Em sua mensagem de 1941, sobre o Estado da União, ele avisara que “a primeira fase da invasão deste hemisfério não seria o desembarque de tropas regulares. Os pontos estratégicos necessários seriam ocupados por agentes secretos e seus inocentes úteis – e grande número deles já estão aqui, e na América Latina” (LARS, 2000:342 ; MARTINS, 2021:129). O imaginário nazista se enraíza nos países do Cone Sul e quando aliado com outras forças como o integralismo e o militarismo exacerbado seria o adubo perfeito para a formação de forças ultraconservadoras que colocariam as conquistas das democracias em prova nas primeiras décadas do século XXI. “Necessário registrar que no campo geoeconômico no período entre 1934 e 1940, a balança comercial entre o Brasil e Alemanha nazista foi positiva na compra de produtos como o algodão e o café brasileiros. Do mesmo modo, a entrada de produtos manufaturados de origem germânica foi incrementado significativamente ao ponto de 1938 os alemães superarem os americanos com participação de 25% das importações contra 24,2% dos Estados Unidos (FAUSTO, 1996: 380 ;MARTINS, 2021:130).

Em 1941 e antes do ataque à base militar de Pearl Harbor, os Estados Unidos colocaram em ação política de aproximação ou política de boa vizinhança, cujo principal objetivo era afastar Brasil e Argentina da área de influência da Alemanha e ao mesmo tempo aproximar as duas nações sul-americanas do campo de atuação dos países aliados. Para Neil Lochery, estava evidente que “os Estados Unidos tinham muito a ganhar com o desenvolvimento de novos laços com o Brasil e o estreitamento dos já existentes”, (LOCHERY, 2014:169-170). O mesmo não poderia ser dito em relação à Argentina considerada indeclinavelmente pró-eixo. Sendo o Brasil uma potência regional, ao menos do ponto de vista geográfico e estratégico tendo em vista a extensão do seu litoral, a posição geográfica favorável em relação ao teatro de guerra do norte da África e a possibilidade de farto suprimento de matéria prima variável e notadamente a borracha que viria a ser considerada como primordial quando os Estados Unidos efetivamente estivessem envolvidos nas operações bélicas em território europeu e no Pacífico (MARTINS, 2021:130).

Eduardo Borian, no “*The Graphic Representation of political space. How cartography shapes our world views and why geopolitics should care about it*”, diz ser possível identificar por meio de mapa político assinado por Giselher Wirsing de 1938, a influência dos espaços de poder na política sob os auspícios do pensamento de Karl Haushofer, professor da Universidade de Munique que desempenhou o papel de geopolítico-ideólogo durante a vigência no nazi-fascismo (COSTA, 2005 apud LOSANO, 2006:4), bem pelo tradicional pensamento de Friedrich Ratzel a América Latina estava sob o foco das ambições da Alemanha nazista (BORIA, 2021:144 apud MARTINS, 2021:131).

Mapa nº 07 – Mapa da América do Sul por Giselher Wirsing de 1938



Fonte: Eduardo Boria – Observare - BORIA, E., The graphic representation of Political Space. How cartography shapes our world views and why Geopolitics should care about it. 2021. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa. Consultado em 05.04.2025

No contexto da Segunda Guerra Mundial “os Estados Unidos da América temiam que as forças da Alemanha, a partir da costa do Senegal, avançassem em direção das Américas, atravessando o estreito Natal-Dakar, ocupassem o arquipélago de Fernando de Noronha, e terminassem por conquistar o Saliente Nordeste, que abrangia o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas (BANDEIRA, 2009: 49).

Nesta linha, a administração de Frank Delano Rossevelt passou a ampliar as relações com os militares latino-americanos. Essas relações mal existiam fora das nações ora ocupadas do Caribe. Em 1939, vários grupos de conselheiros militares dos Estados Unidos estabeleceram-se na América Latina e assim as escolas militares começaram a aceitar

estudantes vindos de países diversos entre eles Brasil, Argentina e Uruguai (LARS, 2000:342). Esses esforços a fim de aproximar os países envolveram o envio de personalidades do mundo cultural e político americano, entre eles Nelson Rockefeller (1908-1979), Orson Welles (1915-1985) e até mesmo Walt Disney (1901-1966). De mesma forma, a diplomacia do *Soft Power* tornou-se perceptível a partir da presença da cultura brasileira naquele território americano em destaque no cinema com a atriz luso brasileira Carmen Miranda (1909-1955) que brilhava em produções que enalteciam e, de certa forma, reforçavam estereótipos sobre o sujeito latino-americano.

Tal como os acordos de 1810, como o Império Britânico não foi favorável ao Reino de Portugal, os acordos de Washington impuseram ao Brasil condição que mais aproximavam-se a de colônia em termos econômicos. Tratava-se da imposição de barreiras à comercialização de produtos brasileiros considerados essenciais aos esforços de guerra com outros parceiros econômicos regionais, bem como a criação da malfadada lista proclamada em que mais de 265 empresas brasileiras foram incluídas como simpáticas ao eixo em razão de ter em suas origens sócios fundadores de origem italiana, germânica ou japonesa. Sendo o Brasil país que recebeu fluxos migratórios de diversos países a partir do século XIX e considerando o perfil empreendedor de muitos italianos, alemães, austríacos, sírio-libaneses e japoneses que pelas terras da luso-américa aportaram, natural que as empresas familiares tivessem sucesso em seus seguimentos. A imposição de barreiras e até mesmo a perseguição de pessoas consideradas simpáticas ao eixo fez com que o Brasil, notadamente pela figura do embaixador Oswaldo Aranha marcasse posição contrária àquela política, (MARTINS, 2021:132).

Os acordos militares fortalecidos durante o período da Segunda Guerra Mundial “facilitaram a transmissão de valores anticomunistas para os militares latino-americanos, substituindo instrumentos de política externa menos sutis como o corolário Roosevelt e a emenda Platt” (LARS, 2000:343 apud MARTINS, 2021:132) que manteve Cuba como protetorado estadunidense até o alcance do poder de Fulgêncio Batista, em 1933. Assim no governo de Getúlio Vargas ocorria o alinhamento com os interesses dos Estados Unidos atendendo “o fundamento do pragmatismo considerando os legítimos interesses nacionais na modernização do seu parque industrial e das forças armadas, objetivos parcialmente cumpridos durante o período em que durou a Segunda Guerra Mundial, não se pode afirmar o mesmo quanto ao governo de Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1946, como sucessor de Vargas e encarregado de trazer a democracia ao estilo liberal segundo novo paradigma instituído pelos países ocidentais, notadamente a potência hegemônica que surge com a vitória da guerra na Europa e no Pacífico” (MARTINS, 2021:132).

Tanto o Presidente Dutra como muitos outros tinham a convicta certeza de que a “participação brasileira na II Guerra Mundial com a cessão de base militar de suma importância para a estratégia aliada de abrir uma frente de combate no Norte da África, e ainda a importante participação logística no fornecimento de borracha e produtos diversos para alimentação das

tropas em campo aliado ao envio da força expedicionária brasileira aos campos da Itália, que esse conjunto de ações poderia render benefícios para além daqueles conhecidos durante os anos em que o conflito estendeu-se. Em seu processo de alinhamento como a política externa estadunidense buscava investimentos como aqueles resultantes do plano Marshall para as nações europeias e para o Japão” (MARTINS, 2021:133).

O governo Dutra acreditava em uma “relação especial” (RICUPERO, 2017: 374) entre Brasil e Estados Unidos, crença até certo ponto justificada pela relação mutuamente proveitosa nos anos de guerra e considerando o novo contexto mundial de guerra fria com interesse recíproco em conter os avanços no tabuleiro geopolítico da influência da União Soviética nos domínios latino americanos. Nas palavras de Rubens Ricupero “a percepção de uma comunhão básica de interesses e valores com os Estados Unidos na contenção do comunismo internacional tornava o alinhamento com Washington na diplomacia multilateral algo natural para os dirigentes brasileiros” (RICUPERO, 2017:173 apud MARTINS, 2021:133).

“Uma vez mais a via que em 1941 era de mão dupla, ou seja, com interesses recíprocos atendidos, a partir de 1946 estavam limitadas ao campo do combate ideológico o qual se manifestava nos fóruns internacionais como nas votações na Organização dos Estados Americanos e na Organização das Nações Unidas. O Brasil foi preterido em sua intenção de angariar benefícios de ordem econômica, política e militar para além dos anos de guerra. Continuava importante para o equilíbrio regional” (MARTINS,2021:133), sendo declaradamente antissoviético e edificando pela criação da escola superior de guerra em 1949 as bases de uma doutrina de segurança nacional que nasce para a segunda metade do século XX com pretensões de autonomia e liderança regional, mas que logo seria atrelada aos interesses da política de segurança dirigida por Washington conforme verificou-se no período de ditadura militar entre 1964 e 1985 (LEWANDOWSKI, 2021), decorrência do confronto entre as duas grandes potências mundiais protagonistas da guerra fria.

Durante este período o Brasil, como outros países da sociedade internacional, sofre consequências humanas, econômicas, políticas e culturais em decorrência do silenciamento proposital dos movimentos que combatiam as novas formas de colonialismo representadas pela guerra fria que impunha a escolha de um lado do maniqueísmo bipolar daqueles tempos (AGUIRRE, 2023: p. 94). Contudo, o Brasil encerra a segunda fase do pan-americanismo Brasil-EUA sem receber “os benefícios que acreditava ter direito em razão da já mencionada suposta relação especial” (MARTINS, 2021:133).

Em 1952, o acordo militar com os Estados Unidos proibiu o Brasil de comercializar matérias primas de valor estratégico para os países socialistas, entre eles o ferro. Isso contribuiu

para a trágica queda do Presidente Getúlio Vargas, que por sua vez não acatou essa imposição e de 1953 a 1954, comercializou ferro para países como a Polônia e a Tchecoslováquia a preços significativamente mais altos do que aquele que era pago então pelos Estados Unidos (GALEANO, 2010:148). Desse modo, no meio do século XX, o Brasil ressurgia da Segunda Guerra Mundial e do seu rescaldo imediato como a força dominante na América do Sul. Dispensável dizer que a rivalidade do país com a Argentina seguiu adiante, porém a profissionalização das forças armadas do Brasil durante esse período permitiria ao país manter-se sereno no plano da questão de segurança nacional (LOCHERY, 2014: 25-26).

A partir daí até o fim da Segunda Guerra Mundial, essa relação próxima entre as forças armadas brasileira e o governo americano foram intensificadas. “Grande parte da instabilidade política que caracterizou a política brasileira do pós guerra deveu-se à influência das Forças Armadas” (LOCHERY, 2014:349-362). Em 1961, o Presidente Jânio Quadros assinou uma resolução que anulava as ilegais autorizações estendidas a favor da empresa de capital Americano *Hanna Mining Company* e acabou por restituir as jazidas de ferro de Minas Gerais às reservas nacionais. “Quatro dias depois, os ministros militares obrigaram Quadros a renunciar – ‘forças terríveis se levantaram contra mim’ - ” (GALEANO, 2010:149).

Em abril de 1964, o Presidente João Goulart ainda não havia renunciado nem tampouco deixado o Brasil quando Lyndon Johnson sem poder conter-se enviou seu célebre telegrama ao Presidente do congresso brasileiro, que havia assumido provisoriamente a presidência do país. “O povo norte americano acompanhou com ansiedade as dificuldades políticas e econômicas pelas quais tem atravessado sua grande nação, e admirou a resoluta vontade da comunidade brasileira de solucionar as dificuldades no marco da democracia constitucional sem guerra civil” (GALEANO, 2010:149).

A década foi marcada por acontecimento central, a ditadura militar brasileira, que interrompeu a experiência política terceiro-mundista de João Goulart e impôs o mais rigoroso alinhamento com os Estados Unidos. “O Brasil industrializou-se à sombra dos Estados Unidos enquanto a Argentina não pôde fazê-lo, nem com Peron, nem com Frondizi, e menos ainda com os governos militares, que levaram ao cume a política de desindustrialização atuada por Martinez Hoz” (METALLI and FERRÉ, 2006:108).

Extraí-se dos estudos de Nelson Werneck em “História Militar do Brasil”, mencionado por Eduardo Galeano, em *Veias Abertas da América Latina*, que em junho de 1964 quando já triunfante o golpe de estado que levou o general Castelo Branco ao poder, Thomas Mann, subsecretário de Estado para assuntos interamericanos e braço direito do Presidente Johnson declarou quando ouvido por uma das subcomissões da câmara dos representantes do congresso dos americanos que “os Estados Unidos distribuíram entre os governadores eficientes de certos estados brasileiros a ajuda que era destinada ao governo de Goulart, no entendimento de que assim financiavam a democracia.

Washington não deu dinheiro algum para a balança de pagamentos ou para o orçamento federal, porque isso haveria de beneficiar diretamente o governo central” (GALEANO, 2010:219; MARTINS, 2021:135).

No âmbito dos governos que se seguiram pós golpe de estado de 1964, viu-se firmar uma tendência que atribui ao Brasil uma função “sub imperialista” exercida sobre os vizinhos. Um elenco militar de forte influência considerava o país o grande administrador dos interesses norte-americanos na região e convocava o Brasil ao exercício, no sul, de uma hegemonia semelhante àquela que, em relação aos Estados Unidos, o Brasil padece (GALEANO, 2010:243). “De tal condição decorre a participação hoje incontroversa de oficiais das forças armadas brasileiras nos atos de inteligência que levaram ao golpe militar do Chile de 1973 que derrubou o Presidente legitimamente eleito Carlos Allende, bem como a Operação Condor que em 1975 congregou governos ditatoriais da América do Sul em razão do propósito comum de perseguir opositores aos regimes” (MARTINS, 2021:135).

Na mesma linha de Galeano está Moniz Bandeira que assiná-la:

O entendimento do Brasil era de que havia duas Américas, distintas não tanto por suas origens étnicas ou mesmo diferença de idiomas, mas, principalmente, pela geografia, com as implicações geopolíticas, e esse foi o parâmetro pelo qual se orientou a política exterior do Brasil. Henry Kissinger percebeu claramente está diretriz e, em *Does America Need a Foreign Policy?*, comentou que o Brasil via seu relacionamento com os Estados Unidos como similar a dois pilares gêmeos (*twin pillars*), cabendo-lhe organizar a América Latina, enquanto cabia aos Estados Unidos a mesma tarefa, na América do Norte, duas empresas trabalhando em harmonia, através de frequente intercâmbio, e articulando seus propósitos comuns. (BANDEIRA, 2009: 111,112)

“No governo do general Humberto de Alencar Castelo Branco “a Guerra Fria volta a ocupar o lugar central da explicação do mundo e a subordinar as decisões do Brasil, nação que não tinha razões para sentir-se na primeira linha da disputa estratégico-política entre Estados Unidos e União Soviética” (RICUPERO, 2017:483). Uma vez mais pelas mãos dos militares na política o Brasil ingressa em processo de alinhamento cujo único beneficiário seria a potência hegemônica que efetivamente travava uma batalha em diversas frentes contra a influência geopolítica da União Soviética” (MARTINS, 2021:135).

Por sua vez “no governo de Castelo Branco o Brasil adotou entendimento contrário ao recomendado pragmatismo em suas relações exteriores, assumindo assim todo ônus decorrente de tal posição isolacionista. No âmbito das Nações Unidas, o Brasil votou contra resoluções condenatórias ao governo ditatorial de Portugal e do governo segregacionista da África do Sul. Não aderiu às primeiras negociações para a construção de um tratado de banimento de armas nucleares na América Latina. No âmbito dos direitos humanos, o Brasil sob o comando do general Castelo Branco (1964-1967), deixou de pactuar com diversos instrumentos internacionais voltados à proteção da dignidade humana” (MARTINS, 2021:136). Em 1966, o

país não aderiu aos tratados sobre direitos civis e políticos e dos direitos econômicos, sociais e culturais. No contexto regional, o Brasil era tratado como pária internacional tendo relações congeladas com Venezuela e México em razão do *déficit* democrático na luso-américa.

Foi desse período a declaração do embaixador em Washington, Juracy Magalhães, que afirmava que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (RICUPERO, 2017:486). “É preciso dizer que durante esse período o Brasil estava a beneficiar-se de recursos vultosos concedidos por meio de agências de fomento que sofriam influência estadunidense. “A Usaid, agência oficial de ajuda dos Estados Unidos, concedeu no intervalo de 1964 a 1967, empréstimos que fizeram do Brasil o quarto maior receptor em termos líquidos do auxílio americano atrás somente da Índia, Paquistão e Vietnã do Sul” (RICUPERO, 2017:486 apud MARTINS, 2021:136).

O general e Presidente “Castelo Branco é sucedido pelo general Artur Costa e Silva o qual continua o processo de degradação institucional promovido pela presença de militares na política e o recrudescimento da repressão contra as vozes dissonantes ao regime. Contudo, ao contrário do seu antecessor no governo de Costa e Silva, o Brasil tem sua relação com os Estados Unidos estremecida, condição que levou ao distanciamento gradual conforme registrado por Ricupero. “Aos poucos, as dúvidas convertem-se em desapontamento, e este conduz ao desengajamento gradual em relação ao regime que haviam contribuído para criar” (MARTINS, 2021:136). As últimas ilusões desaparecem com o fortalecimento da linha dura e a escolha de Costa e Silva. O ato institucional nº 5 apenas confirmou publicamente a ruptura, por meio da condenação do Departamento de Estado e o anúncio da suspensão da ajuda americana” (RICUPERO, 2017: 491).

A presença dos “Estados Unidos da América como fomentador das ditaduras militares do Brasil e dos demais países no Atlântico Sul representam uma mácula não somente para a América Latina, mas também para os Estados Unidos da América. As consequências naquele período ainda hoje são sentidas nas sociedades diretamente atingidas. No Brasil, governado por Jair Bolsonaro, que será visto no próximo capítulo, a retórica reacionária que enxerga nas forças militares a salvação para todos os males do subdesenvolvimento revigora-se e encontra espaço em setores das elites inacabadas com penetração em setores” (MARTINS, 2021:137). importantes da imprensa, organismos de estado como poder judiciário e atividades industriais e agropecuárias.

“A integração da América do Sul e a busca pela autonomia não somente nos aspectos formais em relação aos organismos internacionais e ao Direito Internacional, mas sim, e sobretudo, sob o viés de uma autonomia construtivista e verdadeira e material, tal sentido de

integração sempre foi visto como ameaça aos interesses da potência regional hegemônica. Nos estudos de Alberto Methol Ferré e Alver Metalli sobre A América Latina do Século XXI, é possível encontrar conclusão semelhante, para os pesquisadores “uma comunidade sul-americana que busque um desenvolvimento próprio e proponha-se a integrar o concerto dos estados continentais modernos protagonistas do século XXI pode ser vista como uma ameaça” (METALLI and FERRÉ, 2006:51-69 ;MARTINS, 2021:137).

Em 2021, o Mercosul completou trinta anos de existência enquanto iniciativa política voltada a integração regional do Cone Sul. Durante as últimas três décadas foram muitas as dificuldades com a mudança de governos e alternância de linhas de governo tanto no Brasil e países da região alinhados pela geografia, economia e cultura ibero-americana. Contudo, mesmo sem o distanciamento histórico necessário parece acertado concluir que nunca na história do panamericanismo e da integração regional do Cone Sul houve período de tamanha incerteza como a quadra histórica em que o Brasil teve em sua administração atores políticos que rejeitaram a ciência e buscaram de forma vigorosa o revisionismo histórico. Sobre eles será abordado no próximo capítulo.

3.7 Jair Bolsonaro, o barqueiro de Hades e seus esforços para submeter a democracia brasileira – Sejam os pária internacionais!

Até aqui entendemos ter realizado breve análise dos elementos históricos que contribuem para o estudo das relações geopolíticas e geoeconômicas entre Brasil e Estados Unidos da América. Conhecer o passado permite compreender o presente e realizar a necessária análise prospectiva do futuro. “As relações exteriores fazem parte das temáticas que traduzem as preocupações de um país, suas pautas internas e externas” (MALATIAN, 2017:327). As relações internacionais entre o Brasil e Estados Unidos da América envolvem a dimensão política e suas variadas e complexas concepções que podem ser ora cooperativas, ora conflituosas” (BORIA, 2021:29; MARTINS, 2021:138).

Entre 2018 e 2020, o governo brasileiro apresentou ao mundo sua estratégia nas relações internacionais denominada como alinhamento automático com os Estados Unidos da América. O Presidente brasileiro eleito em 2018, Jair Bolsonaro, publicamente declarado admirador de diversos aspectos da cultura americana, do Partido Republicano e, sobretudo, de Donald Trump, para quem rendeu ostensivas homenagens sempre que teve oportunidade.

Conforme já foi dito no presente estudo, a política de “alinhamento automático não ocorreu em relação ao governo americano, mas sim e, sobretudo, sobre a liderança de Donald Trump que àquela altura era a representação máxima de uma corrente de pensamento por uns denominada de extrema direita e para outros direita neopatriótica” (MARTINS, 2021:139). Para Anne Nelson, historiadora e cientista política da Universidade de Columbia, Donald Trump foi representante do *Council for National Policy*, organização de extrema direita fundada há mais de 40 anos, cuja estratégia principal é garantir que uma minoria conservadora e religiosa controle mecanismos eleitorais para capturar o poder (NELSON apud GUIMARÃES, 2021).

A plataforma de alinhamento automático do governo de Jair Bolsonaro foi muito além das linhas traçadas pela política internacional brasileira através dos quase dois séculos de relações entre as duas grandes nações do continente americano, aqui o aspecto de grandeza está relacionado obviamente ao elemento geopolítico de espaço e poder e não à dimensão humana dos povos, dado que as diversas nações que constituem os povos americanos são de infindável e ancestral cultura. O alinhamento automático do governo brasileiro a partir da presidência de Jair Bolsonaro impôs ao Brasil compromissos gravosos como deixar a vantajosa posição de país em desenvolvimento junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), para garantir ao governo de Donald Trump apoio no projeto de ingresso como membro efetivo na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), decisão equivocada na medida em que as concessões unilaterais do Brasil não garantiram o ingresso na OCDE como propagandeado pelo governo brasileiro (MARTINS, 2021:139).

Até porque o ingresso do Brasil ao clube de nações ricas ou em estágio de desenvolvimento diferenciado é objetivo perseguido pela política externa do Brasil desde os

governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

A decisão do governo brasileiro teve como bússola o pensamento neocolonial das elites inacabadas, que seja pela via direta ou por meios indiretos estão no comando das estruturas de poder no Brasil. Tal corrente de pensamento tem como representante o ex-chanceler brasileiro que ao tempo dos fatos estava à frente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Trata-se Ernesto Araújo que ocupava o posto que já pertenceu a José Maria da Silva Paranhos Junior – Barão do Rio Branco, durante o primeiro período de alinhamento entre Brasil e Estados Unidos no início do século XX, Oswaldo Aranha, chanceler brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial e Celso Amorim, destacado chanceler brasileiro entre 2003 e 2010, todos com relevantes serviços prestados ao Estado brasileiro. O então desconhecido diplomata foi alçado ao posto mais alto da carreira sem ter formação teórica necessária tampouco, experiência em assuntos de grande relevância para as relações geoestratégicas do Brasil. Para Daniel Cardoso, “um diplomata de segunda linha, com pouca experiência enquanto embaixador” (CARDOSO, 2021:32).

Ernesto Araújo também foi considerado militante das causas contrárias à integração regional e internacional do Brasil. Em sua curta passagem pelo Itamaraty colecionou inimigos e problemas para a diplomacia brasileira. Foi escolhido para o cargo porque demonstrou em sua atividade extraprofissional por meio das redes sociais um forte ardor chauvinista patriótico em relação aos Estados Unidos da América, em artigo publicado em 2016, afirmou que Donald Trump seria o defensor do ocidente contra a decadência. Para Araújo, o ocidente é visto como ente orgânico, que representa um conjunto de ideias comuns ameaçadas de desaparecimento frente ao terrorismo islâmico radical e a burocracia vistas como grandes causas do “abandono da identidade própria e ameaça da civilização ocidental” (SARAIVA and SILVA, 2020:4 ;MARTINS, 2021:140).

Declaradamente contrário às organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas e Organização Mundial da Saúde, foi durante a pandemia da Covid-19 um dos articuladores de políticas sanitárias contrárias à vacinação, medidas de distanciamento social e uso de equipamentos de proteção individual como uso de máscaras de proteção.

Assim Ernesto Araújo tem seu nome escrito em pedra da história das relações internacionais do Brasil em razão de ter sido o autor da frase “que sejamos pária”. Tal fato deu-se em 22 de dezembro de 2020 quando ao falar em evento para formação de novos diplomatas do Instituto Rio Branco, autarquia federal vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, que é a casa de formação de novos diplomatas do Brasil. O então chanceler brasileiro criticou o trabalho realizado pela política externa brasileira nas últimas décadas e confirmou que a atuação

do governo brasileiro na quadra histórica em que Jair Bolsonaro esteve no poder fazia do Brasil um pária internacional (FERNANDES, 2020)⁴.

⁴ Em linha argumentativa sobre o momento histórico em que Ernesto Araújo esteve à frente do Itamaraty e utilizando da mesma fonte bibliográfica Bianca Carvalho, Carolina Salgado, Luis Fernando Barros, Paula Rocha e Renan Canellas apresentaram o artigo “Reagir Exige Enxergar”, publicado em 16.01.2023 junto ao Instituto de Relações Internacionais – PUCRIO.

Mapa nº 08 – Mapa do Brasil segundo a Capa da revista Piauí. O Brasil na Presidência de Jair Bolsonaro se reduz em importância geopolítica.



Fonte: Revista Piauí n. 173 - fevereiro de 2021.

No curto período histórico entre 2018 e 2020 “em que Brasil e Estados Unidos estiveram alinhados em razão de frágeis e artificiais relações de amizade entre seus governantes, artificiais porque não se pode crer que havia reciprocidade do governo de Donald Trump em relação ao Presidente Jair Bolsonaro” (MARTINS, 2021:141), igualmente não se pode afirmar que durante o período de dois anos estabeleceu-se uma relação de um ambiente diplomático de confiança recíproca entre os governantes e amizade e respeito entre os governados. Nesse sentido, são preciosas as palavras de Alexander Wendt que aborda relações cujo alinhamento especial e reconhecido pela comunidade internacional expressa que “os Estados Unidos e a Grã-Bretanha são largamente conhecidos como tendo uma relação especial e, em menor grau, o mesmo pode ser dito de muitas outras díades no sistema internacional contemporâneo, até mesmo a França e a Alemanha, cujo comportamento recente parece mais fácil de explicar pela lógica da amizade do que por inimizade ou rivalidade” (WENDT, 2014:357,358).

Na relação entre Brasil e Estados Unidos, “a subserviência ocorria apenas por parte do governo brasileiro que ao aceitar acordos desiguais como o já citado caso da retirada da Organização Mundial do Comércio, da privilegiada condição de país emergente sem qualquer vantagem econômica ou estratégica assumiu postura excessivamente onerosa aos interesses

brasileiros. O mesmo aconteceu em relação aos interesses nacionais com a República Popular da China, com a República Islâmica do Irã” (MARTINS, 2021:141), e com parceiros regionais como a Argentina. Em relação à China, que desde 2009 figura como principal comprador das *commodities* vegetais do Brasil, bem como fornecedor de insumos de vacinas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, o governo brasileiro e seu então chanceler foram durante os últimos anos divulgadores preferenciais de toda sorte de mentiras sino fóbicas. No caso do Irã, há na extrema-direita brasileira e americana uma confusão de fundo religioso que confunde conceitos da fé islâmica, povos árabes e persas. Fora isso houve entre Brasil e a República do Irã embaraço nas relações internacionais no caso do bloqueio de navios mercantes no Porto de Paranaguá em 2019, por força de embargos econômicos unilaterais lançados pelos Estados Unidos sem a chancela da ONU.

Ainda, postura litigante e desrespeitosa em relação ao governo da França, Suécia, Alemanha e Portugal. “Uma coleção de declarações desarrazoadas que macularam a imagem do Brasil como ator internacional independente em suas relações internacionais e alinhado com as melhores práticas em proteção aos direitos humanos e preservação do meio ambiente” (MARTINS, 2021:141).

Não fossem suficientes os desatinos de ordem política com consequências de longo curso sobre a economia brasileira, quis a história que, tanto o Brasil como os Estados Unidos, chegassem à segunda década do século XXI e a pior pandemia que se tem notícia desde a gripe espanhola, conduzidos por representantes da extrema direita neopatriótica que negaram a realidade e por consequência a gravidade da pandemia da Covid-19. Entendemos que os Estados Unidos têm em sua tradição democrática grande vantagem em relação aos outros países do continente americano, nesse sentido foi a eleição em 2021, de Joe Biden como 46º Presidente americano.

No que tange ao Brasil, o país sofre pela ausência de tradição democrática já estando em sua sexta república, com total de 38 presidentes desde 1889 sendo que apenas cinco concluíram seu mandato até o final, bem como em razão da persistência do pensamento neocolonial que tem em seu alicerce a construção da identidade nacional a imagem e semelhança do norte global, seja pela tradição europeia construída em razão dos séculos da presença portuguesa e suas relações internacionais com ingleses, pela projeção política e cultural com os franceses entre as centúrias coloniais e do Brasil imperial ou pela relação com os Estados Unidos da América construída durante o século XX.

O debate sobre a política de alinhamento automático do Brasil durante o período de governo de Jair Bolsonaro suscita reflexões sobre o ideal de soberania versus subalternidade e

sua relação com o conceito de nacionalismo. Para Andrés Malamud existem dois tipos de nacionalismo, o primeiro é no cívico e o segundo é o étnico:

El nacionalismo cívico es una identidad grupal basada en el compromiso con un credo político nacional, sea éste basado en valores como la igualdad o instituciones como la constitución. Para esta concepción, la raza, religión, lengua, género o etnia no definen el derecho de los ciudadanos a pertenecer a la comunidad.

El nacionalismo étnico, en contraste, sostiene que los derechos de los individuos y su participación en la comunidad son heredados, basados en lazos raciales o étnicos. Las dos versiones de nacionalismo recién definidas constituyen tipos ideales, y las identidades nacionales reales se localizan en posiciones intermedias del continuo que une un polo con el otro. Sin embargo, la evidencia histórica indica que las variaciones a lo largo de ese continuo tienen efectos importantes sobre las políticas internas y externas de los Estados. Las ventajas del nacionalismo cívico, manifestadas en el desempeño de los países occidentales en general y de los Estados Unidos en particular, se deben en parte a que los conflictos derivados de las divisiones étnicas o religiosas son procesados en el ámbito de la sociedad civil, removiéndolos de la arena política y evitando que esas tensiones se transmitan al aparato del Estado. El nacionalismo cívico sería así una fuente de cohesión social, estabilidad política, capacidad estatal y, consecuentemente, poder militar (MALAMUD/2010:97)

Enquanto nos Estados Unidos a chegada ao poder de Donald Trump deu voz e vez a lideranças religiosas e fez com que o mundo passasse a conhecer o cinturão da bíblia ou *bible belt*, região do sudoeste dos Estados Unidos onde a força política das instituições religiosas se faz marcante” (MARTINS, 2021:142). No Brasil, não foi diferente. “A presença de forças políticas alinhadas com seguimentos religiosos denominados de neopentecostais fez com que todo processo de mobilização das massas para eleição de Jair Messias Bolsonaro fosse viabilizado” (MARTINS, 2021:142).

Vencidas as eleições, fez o novo Presidente estruturar seu gabinete de governo voltado a atender o discurso religioso com referências constantes a Deus, família e pátria. Discurso que se demonstrou não amparado nas práticas do governo com fortes ligações a grupos organizados que exploram atividades criminosas em comunidades marginalizadas no estado do Rio de Janeiro, região de origem do Presidente da República, bem como uma miríade de organizações criminosas voltadas ao negócio da grilagem de terras, garimpo ilegal e comércio de madeira ilegal na região amazônica (MARTINS, 2021:142).

Segundo a regra culta da língua portuguesa, sempre que em uma palavra encontrarmos a letra “s” entre duas vogais o som será de “z”. Assim, incontroverso que há pelo menos nos últimos cem anos para os brasileiros e considerando os textos escritos na língua mãe, a palavra Brasil sempre será escrita com “s”. Obviamente nas relações internacionais o emprego do inglês como língua internacional é algo corrente e de adoção universal sendo a palavra Brasil escrita com “z”. O debate que se propõe sobre a relação geopolítica e cultural entre o Brasil e os Estados Unidos da América nestas primeiras décadas do século XXI, diz respeito à percepção

de parte das elites inacabadas do Brasil, no atual momento histórico, que subvertem o sentido de nacionalidade colocando os interesses de outros países, notadamente dos Estados Unidos da América em oposição aos interesses nacionais, impondo o personalismo que “não oferecem às pessoas de uma sociedade alternativas ao contrário, eles próprios consideram-se a alternativa personificada” (HAFFNER and BAUMAN, 2021:111) em detrimento ao pragmatismo necessário às relações internacionais e na boa condução de temas da geopolítica e geoeconomia.

A relação entre o Governo de Jair Bolsonaro e Donald Trump marcou com tintas fortes o *zeitgeist* em que está inserido o debate da integração regional na segunda década do século XXI. Indivíduos que não tem qualquer compromisso com a verdade, mas sim em legitimar suas convicções que muitas vezes se confundem com delírios conforme foi visto durante a pandemia da Covid-19. “Em toda história do panamericanismo nunca houve momento em que a identidade nacional brasileira tenha sido tratada como secundária pelas próprias lideranças brasileiras. A pandemia da Covid-19 pode ser considerada um dos momentos mais complexos da história do Brasil e é justamente nesse momento de incertezas que o país foi conduzido por Caronte, o barqueiro de Hades (MARTINS, 2021:143).

Figura nº 12 – Capa da revista The Economist. Uma das mais respeitadas revistas de economia do mundo e fortaleza do liberalismo no século XXI.



Fonte: (The Economist, 2019). Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2022/09/08/win-or-lose-jair-bolsonaro-poses-a-threat-to-brazilian-democracy>. Consultado em 08.04.2025

Em setembro de 2022, a revista britânica “*The Economist*”, uma das mais respeitadas revistas dedicadas ao debate econômico do mundo, apresentou matéria em que compara Jair Bolsonaro a Donald Trump e afirma que o Presidente brasileiro opera uma “grande mentira” ao alegar fraude no processo eleitoral de 2022, tal como fez o Presidente americano em 2020 com os conhecidos resultados de 6 de janeiro de 2021, na invasão do Capitólio. A revista realiza considerações sobre o perfil do Presidente brasileiro afirmando que seus instintos são autoritários aos moldes do que foi visto com Donald Trump. Ao afirmar que o Brasil pode perder mesmo se o resultado das eleições não for vencido por Bolsonaro, a revista leva em consideração o movimento da extrema direita latino-americana chamado “bolsonarismo”, suas influências e as possibilidades para o futuro. Segundo a revista, ganhando ou perdendo as eleições de 2022, Jair Bolsonaro continuará representando uma ameaça para a estabilidade e democracia do Brasil e como consequência para o processo de integração no Cone Sul a partir da estratégia Mercosul que como sabemos em razão da sua própria natureza enfrentou durante as suas três décadas de existência diversos desafios que testaram a resiliência do bloco.

Ian Goldin e Chris Kutarna comparam Donald Trump em seu primeiro mandato (2017-2021) com Girolamo Savonarola (1452-1498), frade dominicano que viveu na península itálica renascentista no século XV e se notabilizou pela sua ascensão na política a partir das práticas do populismo (GOLDIN and KUTARNA, 2017). Afirmam os pesquisadores que o destino de governantes populistas pode ser como o de Savonarola, que ao fim foi executado pelos que

antes o seguiam. Se a comparação serve a Donald Trump, também é possível afirmar que Bolsonaro pode ser um Savonarola dos trópicos e acabar por ser tragado pelo movimento criado pelas elites inacabadas que o usaram para atender seus propósitos.

No Cone Sul nunca houve entre os seus integrantes um propósito de desconstrução das conquistas do Mercosul como se observa a partir do surgimento da extrema-direita no Brasil. Logo, entendemos que o debate para o futuro da região não estará na ampliação, aprofundamento ou flexibilização do bloco, mas sim na maneira como a geopolítica e geoeconomia regional poderão construir um processo de integração que seja ao mesmo tempo sólido, porque resistente aos diversos desafios impostos pelas forças que buscam a sua desconstrução e instrumental para o desenvolvimento sustentável de cada um dos países membros (SOLÁ et al., 2021:7).

A história das relações internacionais pan-americanas foi construída entre os séculos XIX e XX, sendo certo afirmar que a experiência do Brasil foi significativamente diferenciada em relação as outras nações latino-americanas. Durante os diferentes períodos da integração entre o Brasil e os Estados Unidos sempre houve a presença da altives da nossa casa diplomática, negociando e buscando atender os interesses nacionais e honrar com o sentimento de nacionalidade e soberania. Foi assim com Rio Branco nas primeiras décadas do século XX e com Oswaldo Aranha ao tempo de Segunda Guerra Mundial. Mesmo nos tempos penosos em que o Brasil esteve sob o pálio dos governos militares a história ensina que houve ainda assim altives e respeito ao sentimento maior da nação brasileira. Parece que a quadra histórica que atravessou o Brasil e o mundo foi diferenciada, e que os alinhamentos geoestratégicos observados em outros tempos, marcados pelo pragmatismo e pela visão de estado soberano, foi substituída nos anos do governo de Jair Bolsonaro pelo alinhamento automático marcadamente personalista e com forte carga ideológica cujas convicções não incluem a integração regional e o multilateralismo.

É necessário pensar o Brasil a partir de um mirante histórico que contemple a sociedade moderna integrada e as demandas mundiais pelo desenvolvimento sustentável que não se faz sem a relação norte sul, mas também não se faz sem a preservação dos elementos essenciais à soberania nacional, sendo certo afirmar que o papel do Brasil como líder regional na América do Sul somente será possível quando o Estado brasileiro apresentar à região um modelo de integração que considere ao mesmo tempo as boas relações com os Estados Unidos e outras regiões igualmente importantes para as economias da região e o reconhecimento da autodeterminação dos povos latino americanos, com vistas à construção de oportunidades e desenvolvimento efetivo e sustentado no tempo para as presentes e futuras gerações.

PARTE IV

4. Estudo amostral sobre o processo de integração entre Brasil e Argentina. Levantamento de dados qualitativos e quantitativos sobre a percepção das identidades e interesses de integração regional

Em apertada síntese entendemos que de tudo que foi visto até aqui talvez seja possível afirmar que o debate central da pesquisa está concentrado em saber se há um processo de desconstrução ou esvaziamento das conquistas do Mercosul no século XXI ou se o que se observa é um movimento típico da relação pendular do poder decorrente das acomodações do cenário geopolítico e geoeconômico do século XXI. Na perspectiva construtivista-kantiana, defendida por Alexander Wendt, a formação de comunidades regionais a partir das identidades e interesses é constantemente ameaçada pelas forças do realismo, nesse sentido, o esvaziamento da estratégia de integração regional incorporada pelo Mercosul representaria a imposição da *realpolitik* sobre as históricas aspirações identitárias dos povos do Cone Sul onde o renitente atraso, vestindo trajes de conservadorismo, sempre foi marcante notadamente no Brasil, principal ator geopolítico da região e aspirante ao posto de liderança regional.

Como resposta natural às forças historicamente hegemônicas do conservadorismo na América do Sul, na segunda metade do século XX correntes do pensamento progressista surgem na região permitindo o desenvolvimento de um ambiente de debates amparado no marco das democracias liberais. Contudo, a postura sub imperialista que muitos atribuem ao Brasil e suas elites, aliado a outros fenômenos de natureza geopolítica e geoeconômica situados cronologicamente nas primeiras décadas do século XXI como o crescimento do protagonismo político da extrema direita mundial, acabam por provocar o esgarçamento da relação entre os Estados do Cone Sul que permanecem limitados a uma relação societária e verticalizada envolvendo o direito dos tratados e a relação entre agentes políticos estatais, não evoluindo para uma relação comunitária em que o fenômeno de integração é horizontalizado, ocorrendo de forma mais aprofundada entre os povos da região, em tal cenário os benefícios recíprocos levariam não somente ao crescimento econômico, mas também ao desenvolvimento social entre os povos da região.

Durante a pesquisa foi questionada a premissa histórica, segundo a qual os Estados do Cone Sul se faz independente no século XIX. De fato, sob o prisma formal do Direito Internacional a independência ocorreu. Contudo, o que se observa na América do Sul lusa e hispânica é por certo a ausência do núcleo central do desenvolvimento, calcado na educação

verdadeiramente libertadora, na independência econômica e nos valores republicanos que somente conquistam as sociedades que evoluíram sem supressão de etapas necessárias ao seu fiel desenvolvimento.

Paulo Freire, um brasileiro que tem seu lugar como cidadão do mundo, sempre defendeu que nenhuma realidade está posta por si mesma e sim que toda realidade está viva para ser modificada, enquanto Zygmunt Bauman afirma que “nada é feito de uma vez por todas, as estruturas não são ossificadas, petrificadas, imutáveis. A cultura é um processo dinâmico que nunca está completo” (HAFFNER and BAUMAN, 2021:75) de forma que se faz necessário refutar o determinismo da subalternidade imposta aos americanos no Atlântico Sul. Parece correto afirmar que muito do conteúdo valorativo que identifica a América do Sul como problemática e sob diversos aspectos subdesenvolvida encontra respaldo na construção de uma cultura pós-colonial marcada pela ausência de mobilidade em que as elites intelectuais e políticas não podem, não querem ou não devem ousar buscar alterar a realidade social e econômica cristalizada. Uma realidade que, segundo a tradição conservadora, sempre foi assim pois é da natureza das relações entre pessoas e elites na América do Sul e em particular na sub-região em que estão os limites geográficos entre a luso e hispano américas. A compreensão do papel das elites na formação da América do Sul deve ser vista sob o prisma de um novo mirante epistemológico construtivista e racionalista, avessa ao positivismo clássico e em alinhamento com o neorrealismo em suas relações internacionais o quanto possível. Sabemos que esse não é o único caminho, mas sim um dos possíveis para que se estabeleça a crítica adequada e a compreensão dos fenômenos sociais que estão na substância do aparente distanciamento e até mesmo na postura isolacionista do Brasil em relação aos seus vizinhos da hispano América no Cone Sul, cuja razão não se sabe se ocorre de forma proposital ou como resultado de políticas sub imperialistas realizadas no passado por parte dos governos brasileiros.

Como foi visto no capítulo 2.6, é de compreensão através desta pesquisa que o processo de integração ocorre de duas formas distintas. A primeira é representada verticalmente, diz respeito àquela integração feita entre Estados-parte, por meio dos tratados de cooperação regional em diversas áreas, bem como nas reuniões e encontros multilaterais entre administração direta, indireta e os diversos setores das industriais, comerciais e agrícolas da região. A segunda manifestação do processo de integração, apresenta-se ao mundo da geopolítica de forma horizontal e orgânica, é sobre esta perspectiva que se pretende realizar levantamento qualitativo através de pesquisa por questionários em público amostral que permita conhecer sobre a compreensão do que aqui será chamado de indivíduo médio em relação ao fenômeno da integração regional, do papel de liderança regional do Brasil, quanto às percepções

sobre os atores extrarregionais e intrarregionais e sobre a autodeclaração de identidade do público amostral do luso e hispano americano. Uma vez obtidos resultados, passará a pesquisa para a etapa seguinte que diz respeito à análise da discussão do fenômeno pesquisado.

Toda pesquisa tem como uma das questões centrais descobrir por qual meio será possível conhecer o problema estudado. Entende-se que através do levantamento de dados com público amostral no Brasil e na Argentina e por meio da comparação de resultados será possível conhecer um pouco melhor os aspectos relacionados à pesquisa como a autodeclaração de identidade regional e o sentimento em relação à presença de atores extrarregionais. A intenção é encontrar informações que ajudem a compreender o objeto da pesquisa, identificar e explorar as fricções entre diferentes níveis de identidades na relação entre Brasil e Argentina. Entende-se que elas existem e devem ser compreendidas.

A primeira preocupação nessa etapa é buscar fazer as perguntas adequadas, o que exige certo grau de conhecimento prévio sobre o fenômeno que se pretender estudar. Nesse sentido, foi buscado estudos anteriores e encontrado na “*The Americas and the World: Public Opinion and Foreign Policy*”, coordenado pelo Centro de Investigação e Docência em Economia em cooperação com o Departamento de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, um conjunto de perguntas realizadas em questionários que com as necessárias adaptações ao nosso estudo que podem auxiliar na coleta de dados primários sobre a percepção média do público amostral quanto ao atual estágio do processo de integração horizontal e produtiva no Cone Sul.

4.1 Metodologia para coleta de dados

Conforme registrado quando da apresentação da metodologia para a pesquisa junto aos temas introdutórios, realizamos levantamento de dados que ocorreu por meio de inquéritos realizados com auxílio da plataforma digital *SurveyMonkey*, empresa com sede na Califórnia, EUA, cujo propósito é permitir o desenvolvimento de pesquisas *online* que, no caso do presente estudo, deverá ocorrer no Brasil e na Argentina.

O planejamento envolve a aplicação de inquéritos *online* em que foram apresentadas ao público amostral brasileiro dezoito perguntas objetivas de múltipla escolha e uma pergunta em que o entrevistado pode realizar qualquer comentário a partir do tema proposto. Para o público argentino, optou-se por selecionar nove perguntas objetivas com múltiplas respostas e uma pergunta em que o entrevistado pode falar de forma livre sobre sua compreensão do tema.

Foram aplicados 157 questionários para o público amostral no Brasil enquanto na Argentina foram aplicados inquéritos para um público amostral de 100 pessoas. Assim, em

ambos os países será aplicada, então, a metodologia híbrida com perguntas objetivas e dissertativas, sendo o total de 257 questionários.

O público-alvo deve representar uma amostra probabilística compreendendo vasta gama de pessoas com o escopo de atingir as diversas possibilidades ou saberes sobre o tema. A estratégia de investigação foi objeto de profunda reflexão e ao final restou vencedora a tese da isonomia formal entre as pessoas, prevista em diversas cartas constitucionais da região e entre os brasileiros no artigo 5º da sua constituição, bem como da igualdade na manifestação de cidadania pelo voto previsto pelo artigo 14º da mesma carta constitucional que estabelece ser a soberania popular realizada pelo voto em sistema de sufrágio universal com valor igual para todos, dispositivos que se vinculam às cláusulas democráticas do Mercosul estabelecidas pelo protocolo de Ushuaia e pelo protocolo de Assunção para proteção de Direitos Humanos, instrumentos que tiveram por objetivo vincular os fundamentos das democracias representativas à estratégia de integração regional (TRINDADE, 2021:39). Assim, não haverá especialização por subgrupos homogêneos sendo único critério o geográfico, ou seja, a coleta de dados deve ser feita no Brasil e na Argentina.

Como já mencionado em linhas acima o levantamento foi realizado com a combinação de questionário fechado com múltiplas escolhas e questionário aberto. Se o que se pretende investigar é a integração horizontal não somente entre Estados-parte, mas sobretudo, sobre as pessoas. Desse modo, é necessário que representantes dos diversos seguimentos das sociedades envolvidas sejam ouvidas e que se permita a livre participação do público-alvo amostral.

4.1.1 Inquérito por questionário

A primeira etapa da pesquisa foi realizada no Brasil com aplicação dos inquéritos abaixo descritos. Como já anteriormente mencionado, foram aplicadas 18 perguntas objetivas/quantitativas e uma questão subjetiva/qualitativa a fim de buscar informações sobre as percepções gerais em relação a temas como integração regional, identidade latina e o sentimento quanto à presença na região do Cone Sul de atores geoeconômicos extrarregionais como Estados Unidos da América e República Popular da China.

O questionário é composto das seguintes perguntas:

1. Você identifica integração entre os países fundadores do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)?

- a) Sim, identifico ampla integração
- b) A integração é parcial
- c) Não existe integração entre os países do Mercosul
- d) Não sei o que é Mercosul

2. O Brasil representa uma ameaça para a integração do Mercosul?

- a) Sim o Brasil é uma potência sub imperialista
- b) Não, os países do Mercosul estão em igualdade de condições
- c) Não, o Brasil tem buscado ampla integração da região
- d) Não sei o que significa Mercosul

3. Com quais destas combinações você se identifica

- a) Latino-americano; sul-americano e cidadão do Mercosul
- b) Ocidental e cidadão do mundo
- c) Ocidental e cidadão do seu país
- d) Latino-americano e cidadão do seu país

4. No plano internacional qual a importância do Brasil;

- a) Pequena
- b) Média
- c) Grande
- d) Nenhuma

5. Sobre a importância do Brasil nos últimos dez anos você acredita que:

- a) É a mesma nos últimos 10 anos
- b) Diminuiu nos últimos 10 anos
- c) Aumentou nos últimos 10 anos
- d) O Brasil não é um país importante para a geopolítica e geoeconomia global

6. Sobre a integração regional no Mercosul como você vê a integração regional para os próximos dez anos:

- a) Deve permanecer inalterada os países do Mercosul
- b) Devem estar mais integrados
- c) Ocorrerá uma desintegração
- d) Não sei o que é Mercosul

7. Quais das seguintes informações aproxima-se mais do que você pensa sobre o papel do Brasil na América do Sul:

- a) O Brasil deveria procurar ser líder regional
- b) O Brasil deveria colaborar com outros países que queiram ser líderes regionais
- c) O Brasil deveria manter-se afastado
- d) O Brasil deveria apoiar a liderança dos Estados Unidos da América

8. Nos últimos 10 anos, qual país da América do Sul foi o mais influente na região:

- a) Brasil
- b) Argentina
- c) Uruguai
- d) Paraguai

9. Das palavras abaixo, qual descreve melhor seus sentimentos em relação aos Estados Unidos da América:

- a) Confiança
- b) Desconfiança
- c) Indiferença
- d) Não sabe responder

10. Das palavras abaixo, qual descreve melhor seus sentimentos em relação à República Popular da China:

- a) Confiança
- b) Desconfiança
- c) Indiferença
- d) Não sabe responder

11. Como você descreve a relação do Brasil com a Argentina:

- a) Amizade
- b) Sociedade
- c) Rivalidade
- d) Ameaça

12. Como você descreve a relação do Brasil com o Paraguai:

- a) Amizade
- b) Sociedade
- c) Rivalidade
- d) Ameaça

13. Como você descreve a relação do Brasil com o Uruguai:

- a) Amizade
- b) Sociedade
- c) Rivalidade
- d) Ameaça

14. Você está de acordo ou desacordo com a seguinte afirmação: “O Brasil como maior país da América do Sul tem a responsabilidade de investir recursos para o desenvolvimento da região”:

- a) Concordo totalmente
- b) Concordo parcialmente
- c) Discordo totalmente
- d) Nem concordo nem discordo

15. Em relação à integração no Mercosul, você concorda ou discorda que exista livre movimento de pessoas na região sem controles fronteiriços:

- a) Concordo totalmente
- b) Concordo parcialmente
- c) Discordo totalmente
- d) Nem concordo nem discordo

16. Qual sua opinião sobre grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: argentinos:

- a) Muito positiva
- b) Positiva
- c) Negativa
- d) Muito negativa

17. Qual sua opinião sobre grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: paraguaios:

- a) Muito positiva
- b) Positiva
- c) Negativa
- d) Muito negativa

18. Qual sua opinião sobre grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: uruguaios:

- a) Muito positiva
- b) Positiva
- c) Negativa
- d) Muito negativa

19. Tem alguma questão que você gostaria de fazer em relação ao tema proposto ou às perguntas?

Aparecem como conceitos chaves nos questionários a integração entre os países fundadores do Mercosul, uma possível ameaça representada pelo Brasil ao processo de

integração regional, a possibilidade de uma autodeclaração de identidade, considerando combinações como latina, sul-americana, da sua própria nacionalidade e ocidental, o papel de liderança do Brasil e sua importância regional e global nos últimos dez anos e para a próxima década. A relação com atores extrarregionais como Estados Unidos da América e República Popular da China também aparecem acompanhadas de perguntas sobre o sentimento do público amostral sobre estes *players* globais com influência regional. Palavras chaves como confiança e desconfiança foram empregadas para as opções de respostas. No último terço do conjunto de perguntas do questionário, o público foi indagado sobre a relação intracomunitária, isto é, entre os atores do Cone Sul. Foram palavras chaves a relação de amizade, sociedade, rivalidade, ameaça, bem como se o Brasil, como principal país *hub* da região, deveria ter atuação mais ativa no sentido de promover o desenvolvimento regional.

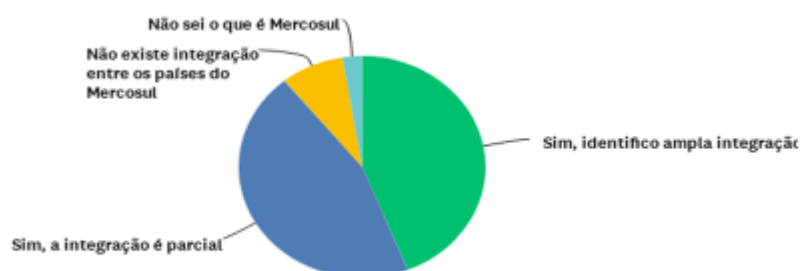
4.2 Coleta de dados – Brasil – amostra probabilística – simples – não homogênea – não estratificada – combinada (multi etapas)

A primeira etapa de coleta de dados foi realizada no Brasil entre os meses de novembro e dezembro de 2022. No total foram obtidas 157 respostas aos formulários disponibilizados por meio da plataforma *SurveyMonkey*. A análise dos dados e discussão das amostras coletadas será feita em capítulo específico desta pesquisa. Contudo, é certo que a cada resposta serão apresentados breves comentários de modo a permitir uma leitura conjunta dos dados com a percepção do pesquisador.

As questões foram assim respondidas:

P1: Você identifica integração entre os países fundadores do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)?

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P1: Você identifica integração entre os países fundadores do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)?

Responderam: 157 Ignoraram: 0

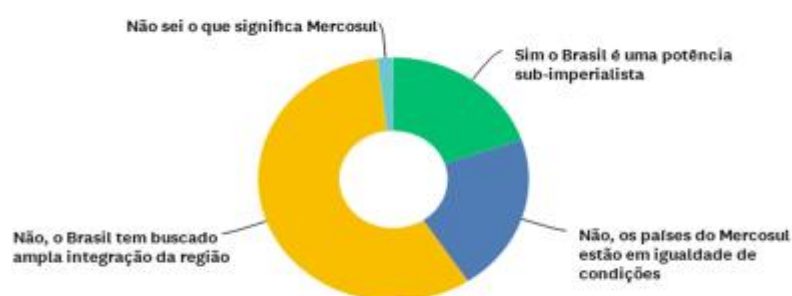
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim, identifico ampla integração	43.95%	69
Sim, a integração é parcial	45.22%	71
Não existe integração entre os países do Mercosul	8.28%	13
Não sei o que é Mercosul	2.55%	4
TOTAL		157

Powered by  SurveyMonkey

A primeira questão do questionário foi propositalmente vinculada ao tema integração regional entre os países do Cone Sul. Nas respostas foi possível observar uma divisão da opinião geral entre as opções de resposta (sim, identifico ampla integração) com 43,95% das respostas e (sim, integração é parcial). A opção de resposta (não existe integração entre os países do Mercosul) obteve apenas 8,28% das respostas, fato que pode indicar a boa difusão de uma ideia geral de integração entre as pessoas que são a base dos processos para formação de comunidades regionais na perspectiva construtivista.

P2: O Brasil representa uma ameaça para a integração do Mercosul?

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by  SurveyMonkey

P2: O Brasil representa uma ameaça para a integração do Mercosul?

Responderam: 157 Ignoraram: 0

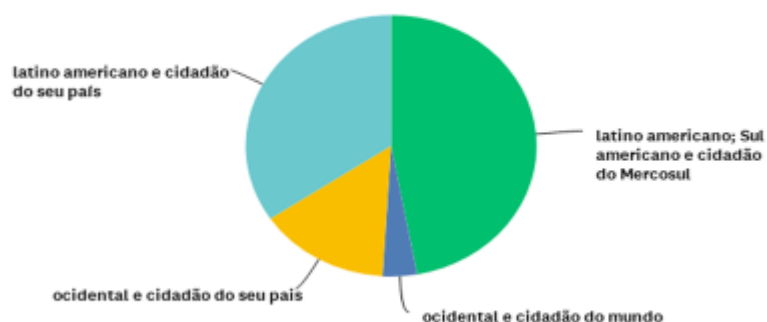
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim o Brasil é uma potência sub-imperialista	19.75%	31
Não, os países do Mercosul estão em igualdade de condições	21.02%	33
Não, o Brasil tem buscado ampla integração da região	57.32%	90
Não sei o que significa Mercosul	1.91%	3
TOTAL		157

Powered by  SurveyMonkey

A segunda pergunta é se o Brasil representa uma ameaça para a integração do Mercosul. A opção de resposta (Não, o Brasil tem buscado ampla integração da região) foi a que obteve maior número de respostas com 57,32%, em segundo lugar ficou a opção de resposta (Não, os países do Mercosul estão em igualdade de condições com 21,02% das respostas. Importa observar que 19.75% das pessoas que responderam ao questionário consideram o Brasil como uma potência regional sub imperialista. Trata-se de um olhar do brasileiro médio para si, um olhar crítico, muitas vezes difícil de realizar-se em razão das questões relacionadas ao nacionalismo e do sentimento natural de pátria dos Estados formados a partir dos processos de independência na América do Sul.

P3: Com quais destas combinações você se identifica

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by  SurveyMonkey

P3: Com quais destas combinações você se identifica

Responderam: 157 Ignoraram: 0

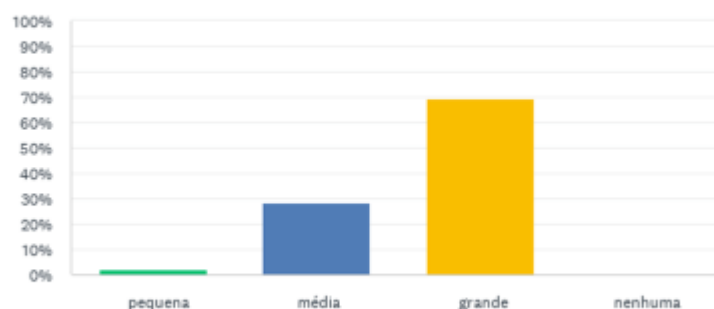
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
latino americano; Sul americano e cidadão do Mercosul	47.13%	74
ocidental e cidadão do mundo	3.82%	6
ocidental e cidadão do seu país	14.65%	23
latino americano e cidadão do seu país	34.39%	54
TOTAL		157

Powered by  SurveyMonkey

A terceira pergunta tem o propósito de conhecer a percepção pessoal do indivíduo médio sobre sua identidade na região do Cone Sul. A opção de resposta que obteve maior número de interações foi a combinação de identidades (latino-americano, sul-americano e cidadão do Mercosul) com 47,13% das respostas. Nesse ponto é necessário afirmar que o padrão de respostas obedeceu a lógica esperada para o cidadão brasileiro médio. A segunda opção de respostas com maior interação foi aquela em que a combinação (latino-americano e cidadão do seu país) foi marcada por 34,39% das escolhas das pessoas que participaram do levantamento. Importante observar que tanto a primeira quanto a segunda combinação de respostas com maior número de escolhas têm como elemento nuclear o sujeito “latino-americano”. É possível dizer que o elemento identitário latino está vivo e bem presente na percepção do cidadão médio. Cumprir observar que 14,65% das respostas foram para (ocidental e cidadão do seu país) e apenas 3,82% para a opção de resposta (ocidental e cidadão do mundo). Assim, tem-se uma amostra de 18,47% de indivíduos que não se consideram latino-americanos. Não se trata de um número relevante quando comparado com o quadro geral, contudo não se pode deixar de fazer o registro. Em um exercício meramente retórico e ilustrativo seria possível obter o mesmo número de respostas de um europeu ibérico sobre sua condição de europeu? Necessário observar que os dados coletados convergem para resultados semelhantes obtidos em outras amostras como aquela realizada pelo curso de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, entre os anos de 2014/2015, em que foram aplicados 1.881 questionários. Tema que será enfrentado na sessão 4.4 da presente pesquisa quando buscar-se-á realizar uma análise comparativa entre os dados coletados e àqueles já conhecidos sobre o tema.

P4: No plano internacional qual a importância do Brasil

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P4: No plano internacional qual a importância do Brasil

Responderam: 157 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
pequena	1.91%	3
média	28.66%	45
grande	69.43%	109
nenhuma	0.00%	0
TOTAL		157

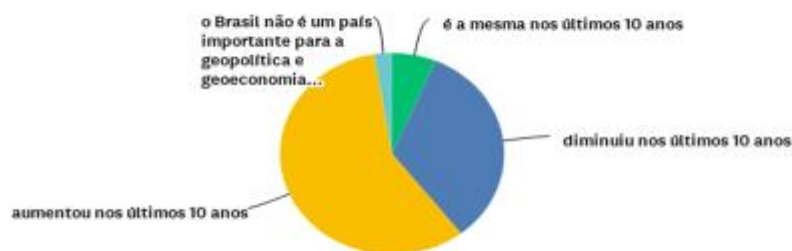
Powered by SurveyMonkey

A quarta pergunta do questionário diz respeito à percepção do cidadão médio quanto à importância do Brasil no plano internacional. A opção de resposta de maior destaque foi a que atribuiu ao Brasil (grande) importância no plano internacional com 69,43% das respostas. A grande distância da primeira opção ficou aquela em que atribui ao país importância (média) no plano internacional com 28,66% das respostas e apenas 1,91% das respostas atribuíram ao Brasil uma pequena importância no plano internacional. Muito embora o Brasil seja um grande ator geoeconômico mundial com participação em fóruns de relevância como os BRICS e o G-20, estando entre as maiores economias do mundo, todavia a percepção de importância do Brasil no plano geoeconômico mundial não reflete a opinião do brasileiro médio em relação ao seu lugar no mundo, dito de outro modo, a pergunta foi direta e dirigida a um público amostral e geral que não é obrigado a ter amplos conhecimentos sobre a geopolítica e geoeconomia do século XXI, razão pela qual não se pode crer que os resultados obtidos reflitam a realidade, mas

sim e somente a percepção idealizada do brasileiro médio sobre o lugar que o Brasil ocupa na comunidade internacional.

P5: Sobre a importância do Brasil nos últimos dez anos você acredita que:

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P5: Sobre a importância do Brasil nos últimos dez anos você acredita que:

Responderam: 157 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
é a mesma nos últimos 10 anos	6.37%	10
diminuiu nos últimos 10 anos	33.12%	52
aumentou nos últimos 10 anos	57.96%	91
o Brasil não é um país importante para a geopolítica e geoeconomia global	2.55%	4
TOTAL		157

Powered by SurveyMonkey

A quinta pergunta do questionário buscou saber sobre percepção do cidadão médio quanto à importância do Brasil nos últimos dez anos no plano internacional. Assim, 57,96% das respostas indicaram que a importância do país (aumentou nos últimos 10 anos) enquanto 33,12% optaram pela resposta que indicava que a importância do país (diminuiu nos últimos 10 anos). Apenas 6,37% das respostas foram no sentido da estabilidade da importância do Brasil nos últimos dez anos, ou seja (é a mesma nos últimos dez anos) enquanto 2,55% indicaram optar pela tese que chamamos de anão diplomático, expressão conhecida a partir de 2014 por meio da chancelaria do Estado de Israel, ou seja, o Brasil não é um país importante para a geopolítica e geoeconomia global.

Sobre a importância do Brasil no contexto internacional é necessário registrar o pensamento de Mariano Aguirre, que ao pesquisar os principais aspectos geopolíticos e geoeconômicos do século XXI entendeu que na última década o Brasil, juntamente com a África do Sul, perdeu espaço e “peso internacional” em razão de problemas internos (AGUIRRE, 2023:68).

P6: Sobre a integração regional no Mercosul como você vê a integração regional para os próximos dez anos

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P6: Sobre a integração regional no Mercosul como você vê a integração regional para os próximos dez anos

Responderam: 157 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
deve permanecer inalterada	12.74%	20
os países do Mercosul devem estar mais integrados	70.06%	110
ocorrerá uma desintegração	15.29%	24
não sei o que é Mercosul	1.91%	3
TOTAL		157

Powered by SurveyMonkey

A sexta pergunta do questionário buscou investigar a percepção do cidadão médio do Cone Sul em relação à integração regional nos próximos dez anos. A opção de resposta com maior interação foi a que afirmou que (os países do Mercosul devem estar mais integrados) nos próximos dez anos com 70,06%. O percentual de 15,29% das respostas foi em sentido contrário, considerando que a integração regional dará lugar ao processo de desintegração para os próximos dez anos, enquanto 12,74% entendem que nada deve alterar-se na próxima década.

P7: Quais das seguintes informações se aproxima mais do que você pensa sobre o papel do Brasil na América do Sul

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P7: Quais das seguintes informações se aproxima mais do que você pensa sobre o papel do Brasil na América do Sul

Responderam: 157 Ignoraram: 0

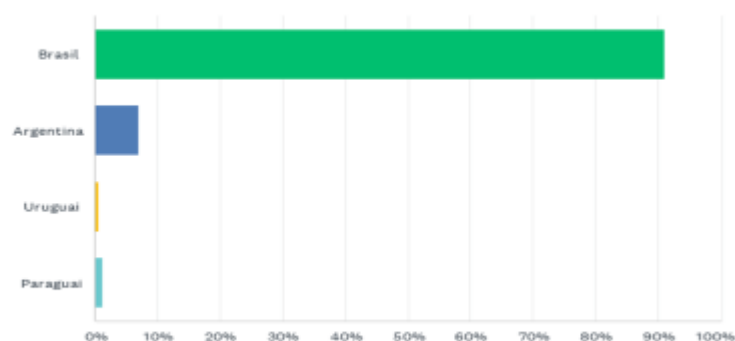
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
O Brasil deveria procurar ser líder regional	56.05%	88
O Brasil deveria colaborar com outros países que queiram ser líderes regionais	26.75%	42
O Brasil deveria manter-se afastado	5.73%	9
O Brasil deveria apoiar a liderança dos Estados Unidos da América	11.46%	18
TOTAL		157

Powered by SurveyMonkey

A sétima pergunta foi em relação ao papel do Brasil no contexto da América do Sul. Aqui 56,05% das respostas consideraram que o Brasil deverá procurar ser líder regional, enquanto 26,75% afirmaram que o país deveria apenas colaborar com outros Estados da região que queiram ser líderes regionais. Importante observar que 11,46% das respostas foram no sentido de atribuir a liderança regional aos Estados Unidos da América e 5,73% das respostas foram no sentido de manter o Brasil afastado do papel de líder geopolítico regional.

P8: Nos últimos 10 anos, qual país da América do Sul foi o mais influente na região

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P8: Nos últimos 10 anos, qual país da América do Sul foi o mais influente na região

Responderam: 157 Ignoraram: 0

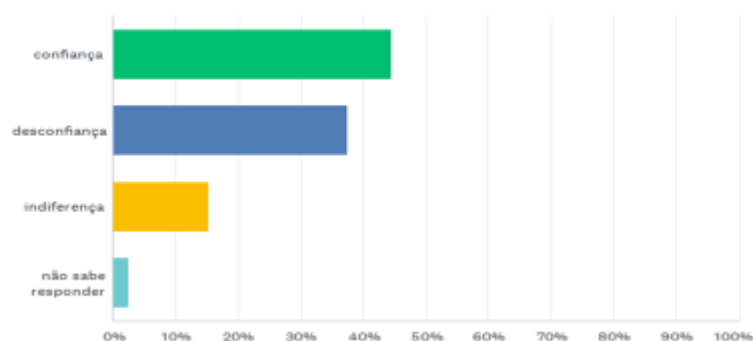
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Brasil	91.08%	143
Argentina	7.01%	11
Uruguai	0.64%	1
Paraguai	1.27%	2
TOTAL		157

Powered by SurveyMonkey

Na oitava pergunta do questionário buscamos saber qual a percepção dos entrevistados quanto à influência dos países do Cone Sul nos últimos dez anos. Não foi surpresa, e até mesmo esperado, saber que 91,08% das respostas atribuíram ao Brasil o papel de país mais influente, enquanto apenas 7,01% optaram pela Argentina, 1,27% pelo Paraguai e apenas 0,64% pelo Uruguai.

P9: Das palavras abaixo, qual descreve melhor seus sentimentos em relação aos Estado Unidos da América

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P9: Das palavras abaixo, qual descreve melhor seus sentimentos em relação aos Estado Unidos da América

Responderam: 157 Ignoraram: 0

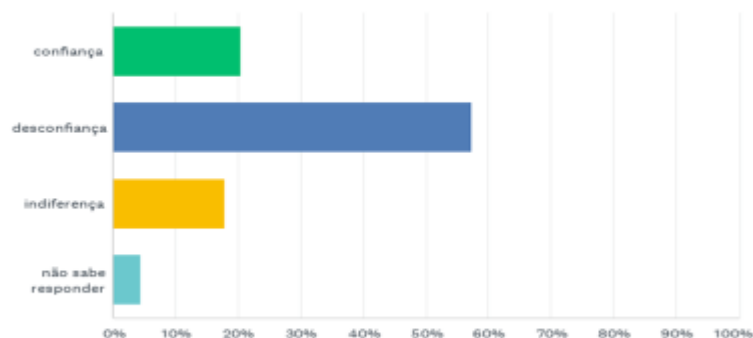
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
confiança	44.59%	70
desconfiança	37.58%	59
indiferença	15.29%	24
não sabe responder	2.55%	4
TOTAL		157

Powered by SurveyMonkey

A pergunta de número nove buscou identificar o sentimento do cidadão médio em relação aos Estados Unidos da América. Aqui 44,59% declararam confiança, enquanto 37,58% optaram por responder desconfiança em relação à potência hegemônica. Ainda, 15,29% afirmaram que são indiferentes em relação aos Estados Unidos da América. Dos resultados coletados extrai-se uma aparente divisão entre aqueles que confiam e aqueles que desconfiam dos Estados Unidos da América. Resta claro que se sentimento antiamericano existe ele não se apresenta como uma força marcante na pequena amostra da sociedade brasileira utilizada para esta pesquisa. Dados que foram cotejados no capítulo 3.6.1, em que se examinou as faces do pan-americanismo entre Brasil e Estados Unidos a partir do século XX.

P10: Das palavras abaixo, qual descreve melhor seus sentimentos em relação a República Popular da China

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by  SurveyMonkey

P10: Das palavras abaixo, qual descreve melhor seus sentimentos em relação a República Popular da China

Responderam: 157 Ignoraram: 0

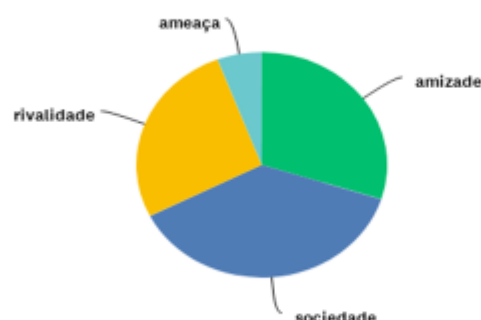
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
confiança	20.38%	32
desconfiança	57.32%	90
indiferença	17.83%	28
não sabe responder	4.46%	7
TOTAL		157

Powered by  SurveyMonkey

A mesma pergunta da questão número nove foi realizada na questão número dez, modificando apenas o país para República Popular da China. Interessante observar que os resultados obtidos foram significativamente diversos. Posto que 57,32% das respostas foram em descrever com (desconfiança) os sentimentos com a República Popular da China, enquanto 20,38% descrevem sentimento de (confiança) em relação ao gigante asiático. Por fim, 17,83% indicaram sentimento de indiferença em relação ao país.

P11: Como você descreve a relação do Brasil com a Argentina

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P11: Como você descreve a relação do Brasil com a Argentina

Responderam: 157 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
amizade	29.94%	47
sociedade	37.58%	59
rivalidade	26.75%	42
ameaça	5.73%	9
TOTAL		157

Powered by SurveyMonkey

Na questão número 11 foi dada atenção à percepção entre vizinhos no Cone Sul. A pergunta foi de que forma o entrevistado descreve a relação entre o Brasil e a Argentina. Utilizou-se os arquétipos já usados por Alexander Wendt para descrever a sociedade internacional (vide capítulo 1.4), sendo eles arquétipo hobbesiano em que há rivalidade e todos são inimigos. Arquétipo lockeano em que os Estados passam a cooperar em um sentido societário e, finalmente, o arquétipo kantiano em que os países cooperam a partir da construção de uma relação de amizade baseada nas identidades e interesses comuns.

Nas respostas observamos que 37,58% do público entrevistado olha para a relação entre Brasil e Argentina como sociedade, enquanto 29,94% acreditam existir uma relação de amizade entre os países vizinhos no Cone Sul. E, ainda, 26,75% das respostas foram no sentido de atribuir a existência de rivalidade entre os países. A relação de ameaça ocupou apenas 5,73% das respostas. Aqui é preciso dizer que a escolha metodológica para realizar perguntas a um público geral ao invés de perguntas a públicos setorizados talvez implique contaminação dos

dados por elementos culturais como a rivalidade entre brasileiros e argentinos no futebol. Trata-se de elemento cultural definidor de alguns elementos das identidades das nações íbero americanas a partir da segunda metade do século XX e não pode ser descartado em análises que realizam perguntas envolvendo a percepção coletiva da relação entre Brasil e Argentina.

P12: Como você descreve a relação do Brasil com o Paraguai

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P12: Como você descreve a relação do Brasil com o Paraguai

Responderam: 157 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
amizade	40.13%	63
sociedade	52.87%	83
rivalidade	3.18%	5
ameaça	3.82%	6
TOTAL		157

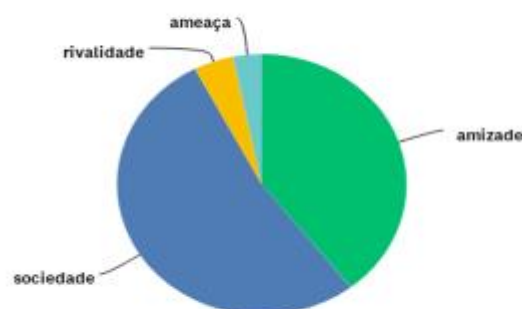
Powered by SurveyMonkey

Na questão 12 perguntou-se sobre a percepção coletiva sobre a relação entre o Brasil e o Paraguai. O montante de 52,87% acredita existir uma relação de sociedade, enquanto 40,13% descrevem a relação como sendo de amizade. A rivalidade ocupou apenas 3,18% dos números, enquanto ameaça 3,82%. Quando comparados resultados com àqueles obtidos para a mesma pergunta relacionada ao relacionamento com a Argentina, observamos que os resultados indicam um sentimento de maior amizade, com 40,13% contra os 29,94% indicados em favor da relação com a Argentina, bem como um menor sentimento de rivalidade com 3,18% contra 26,75% indicados para a mesma pergunta relacionada à Argentina. Não se pode ignorar que as respostas podem estar contaminadas com elementos da cultura popular contemporânea,

notadamente a rivalidade construída pelo futebol que coloca brasileiros e argentinos em lados opostos em uma saudável rivalidade entre dois campeões mundiais.

P13: Como você descreve a relação do Brasil com o Uruguai

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P13: Como você descreve a relação do Brasil com o Uruguai

Responderam: 157 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
amizade	39.49% 62
sociedade	52.87% 83
rivalidade	4.46% 7
ameaça	3.18% 5
TOTAL	157

Powered by SurveyMonkey

Encerrando a rodada direcionada ao Cone Sul perguntamos quanto à relação entre o Brasil e Uruguai e 52,87% das respostas foram no sentido da existência de uma sociedade, enquanto 39,4% atribuíram a existência de amizade entre os dois povos. Apenas 4,46% acreditam em rivalidade, enquanto 3,18% optaram por descreverem a relação entre os países como ameaça. Aqui foi observado o fenômeno equivalente àquele em relação ao Paraguai. Os dados indicam que a percepção do público amostral é substancialmente mais favorável quando comparado à Argentina. Muitos aspectos podem contribuir para que essa relação se estabeleça de forma mais favorável aos países de menor presença geográfica, demográfica e econômica como Uruguai e Paraguai, razão pela qual os resultados obtidos devem ser observados com algum cuidado por parte do leitor.

P14: Você esta de acordo ou desacordo com a seguinte afirmação: O Brasil como maior país da América do Sul tem a responsabilidade de investir recursos para o desenvolvimento da região



Powered by SurveyMonkey

Brasil como maior país da América do Sul tem a responsabilidade de investir recursos para o desenvolvimento da região

Responderam: 157 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
concordo totalmente	31.85%	50
concordo parcialmente	48.41%	76
discordo totalmente	14.65%	23
nem concordo nem discordo	5.10%	8
TOTAL		157

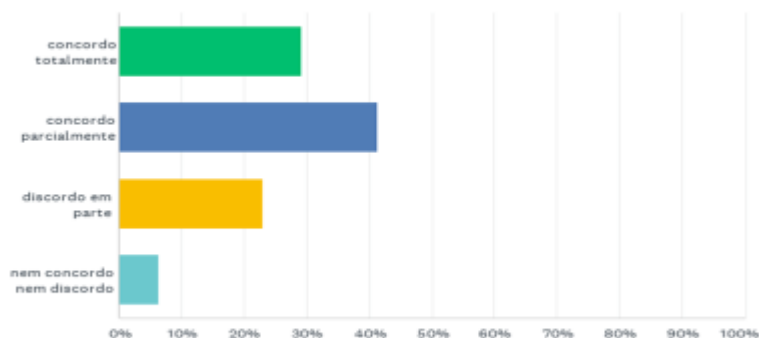
Powered by SurveyMonkey

Na 14ª pergunta buscamos compreender de que forma o entendimento sobre liderança regional comunica-se com a ideia de responsabilidade solidária para a diminuição de assimetrias históricas na região. Foi perguntado se o Brasil deve ou não investir recursos para o desenvolvimento da região e 48,41% das respostas apresentaram concordância parcial com a ideia de o Brasil fomentar o desenvolvimento regional, enquanto 31,85% afirmaram que concordam totalmente com a presença do Brasil enquanto líder regional na construção de vias ao desenvolvimento regional. Obteve-se, ainda, 14,65% discordando totalmente da presença do Brasil como fomentador do desenvolvimento regional e 5,10% sem opinião sobre o tema.

A análise pormenorizada dos dados será feita nas linhas abaixo em capítulo específico onde será proposta discussão em que os dados da liderança regional do Brasil serão confrontados com os dados sobre o papel ativo do país como fomentador do desenvolvimento regional.

P15: Em relação a integração no Mercosul, você concorda ou discorda que exista livre movimento de pessoas na região sem controles fronteiriços

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P15: Em relação a integração no Mercosul, você concorda ou discorda que exista livre movimento de pessoas na região sem controles fronteiriços

Responderam: 157 Ignoraram: 0

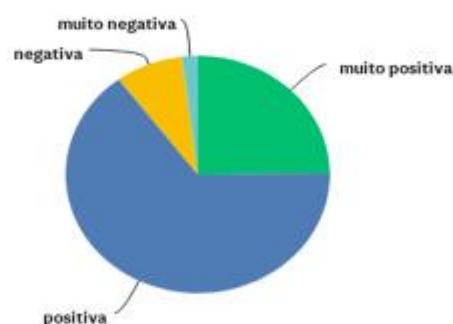
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
concordo totalmente	29.30%	46
concordo parcialmente	41.40%	65
discordo em parte	22.93%	36
nem concordo nem discordo	6.37%	10
TOTAL		157

Powered by SurveyMonkey

Avançamos à 15ª pergunta com interesse nos elementos materiais da integração regional como a livre circulação de pessoas sem controle de fronteiras na região do Cone Sul. Para isso 41,40% das respostas concordaram parcialmente com a possibilidade de uma integração horizontalizada com livre movimentação de pessoas, enquanto 29,30% apresentaram total adesão ao tema. Outros 22,93% discordam em parte, enquanto 6,37% não têm opinião formada sobre o tema.

P16: Qual sua opinião sobre grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: argentinos

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P16: Qual sua opinião sobre grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: argentinos

Responderam: 157 Ignoraram: 0

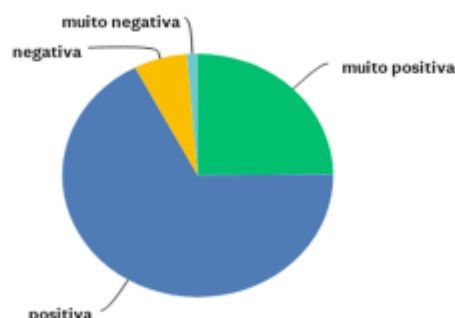
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
muito positiva	24.84%	39
positiva	64.97%	102
negativa	8.28%	13
muito negativa	1.91%	3
TOTAL		157

Powered by SurveyMonkey

Na última rodada de perguntas a busca foi por saber qual a opinião do público participante sobre os grupos de estrangeiros do Cone Sul que vivem no Brasil. Quanto aos argentinos, 64,97% têm opinião positiva, 24,84% muito positiva; 8,28% negativa e apenas 1,91% muito negativa.

P17: Qual sua opinião sobre grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: paraguaios

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P17: Qual sua opinião sobre grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: paraguaios

Responderam: 157 Ignoraram: 0

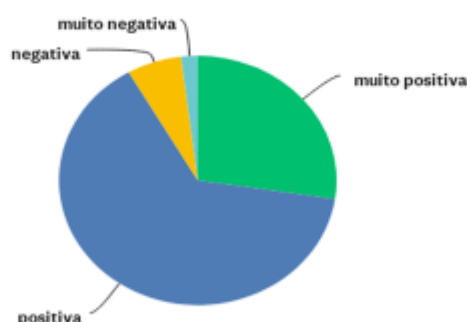
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
muito positiva	24.84%	39
positiva	67.52%	106
negativa	6.37%	10
muito negativa	1.27%	2
TOTAL		157

Powered by SurveyMonkey

Quanto aos paraguaios que vivem no Brasil, 67,52% têm opinião positiva; 24,84% muito positiva; 6,37% têm opinião negativa e apenas 1,27% opinião muito negativa. Importa saber que os resultados obtidos tanto na questão número 17 como na questão 18, necessariamente não refletem um desprestígio em relação ao povo argentino. Conforme já comentado em linhas anteriores, a relação do povo brasileiro com a Argentina contemporaneamente construiu-se a partir de diversos elementos históricos e de cultura popular. Não se pode perder de vista que a presença da população Argentina no Brasil é muito mais significativa do que os outros povos da América do Sul dada sua condição de terceira nação mais populosa da região, perdendo apenas para o Brasil e para Colômbia.

P18: Qual sua opinião sobre grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: uruguaios

Responderam: 157 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P18: Qual sua opinião sobre grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: uruguaios

Responderam: 157 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
muito positiva	27.39%	43
positiva	64.33%	101
negativa	6.37%	10
muito negativa	1.91%	3
TOTAL		157

Powered by SurveyMonkey

Por fim, quanto aos uruguaios residentes no Brasil, 64,33% têm opinião positiva; 27,39% muito positiva; 6,37% negativa e apenas 1,91% muito negativa. Os comentários à questão anterior aplicam-se aos resultados obtidos nas respostas sobre a percepção em relação aos paraguaios no Brasil.

A pesquisa segue em direção às avaliações em inquérito aberto, oportunidade em que será observada a visão geral do público amostral quanto aos temas pesquisados.

4.2.1 Inquérito aberto

Para a questão número 19 optamos por apresentar uma pergunta aberta em que o cidadão médio teve a possibilidade de responder de forma livre sobre o tema ou conjunto de questões anteriormente propostas. Obtivemos 84 respostas e 73 ignoraram a questão. Aquelas pessoas que decidiram interagir serão chamadas de público interessado.

Mesmo no público interessado obteve-se muitas questões respondidas como “não”, ou seja, que não desejavam responder as questões. Todavia, daqueles que optaram por registrar suas percepções sobre o tema, destacamos algumas respostas que podem auxiliar na compreensão do cidadão médio sobre a geopolítica regional.

Resposta nº 9:
“Brasil deveria sempre estar à frente do Mercosul”

Resposta nº35
“O Brasil precisa assumir seu papel de liderança e protagonismo e impulsionar seu blocoeconômico”.

Resposta nº 77
“Construir um bloco econômico é de suma importância para todos os países-membros, pois os tornam mais fortes e passíveis de maior estrutura negocial econômica e política”.

Resposta nº 80
“Uma integração Mercosul é prejudicial ao Brasil. É matemática simples. Menos com mais dá menos. Os outros países não têm nada a oferecer ao Brasil. Todos querem ser ajudados e aí vai faltar dinheiro para investimento no próprio Brasil”.

#	RESPOSTAS	DATE
1	Receio do novo governo eleito realizar mudanças muito impactantes para nossa economia e acabarmos cedendo dinheiro que poderia ser investido no Brasil, sendo utilizado em outros países, visto que ainda temos grandes problemas para resolver aqui.	12/6/2022
2	Deveria ter mais controle sobre a imigração. Para que os imigrantes sejam bem recebidos, e assim suprimindo as necessidades básicas, dando abrigo e alimentação e participa da educação como um todo.	12/6/2022
3	Bom em relação ao tema foi perfeito acredito que poderia melhorar em algumas coisas em aspectos diferentes, mas foi muito boa curtir	12/6/2022
4	Nada a declarar.	12/6/2022
5	Qual é o papel de cada país no Mercosul, e como todos poderiam fazer para que essa união seja cada vez mais duradoura	12/6/2022
6	Acredito que os países deveriam ser mais unidos	12/6/2022
7	Achei interessante o tema em expandir o Mercosul	12/6/2022
8	Para está ótimo	12/6/2022
9	Brasil deveria sempre está à frente do Mercosul	12/6/2022

10	Não	12/6/2022
11	O brasil tem potencial para ser uma potência mundial	12/6/2022
12	Sem mais	12/6/2022
13	Não	12/6/2022
14	Não foram perguntas bem pertinentes	12/6/2022
15	Eu gostaria que fosse reforçado os laços	12/6/2022
16	Não	12/6/2022
17	Ter uma sociedade	12/6/2022
18	Acho que os países estão de comum acordo, e podem ceder mais para o bloco.	12/6/2022
19	Não	12/6/2022
20	Não	12/6/2022
21	Não.	12/6/2022
22	O Brasil é o centro de todas as forças necessárias para o desenvolvimento sustentável.	12/6/2022
23	Não.	12/6/2022
24	Não	12/6/2022
25	Eu acho que o brasil deveria se tornar um país independente porque aqui tem tudo que os brasileiros precisa	12/6/2022
26	Sobre os venezuelanos no Brasil.	12/6/2022
27	Não tenho opiniões	12/6/2022
28	Não	12/6/2022
29	Que pesquisasse mais opiniões dos brasileiros	12/6/2022
30	Não.	12/6/2022
31	Fora Lula	12/6/2022
32	Tem relação com a política do país atualmente	12/6/2022
33	Qual a perspectiva do Mercosul	12/6/2022
34	Não	12/6/2022
35	O Brasil precisa assumir seu papel de liderança e protagonismo e impulsionar seu blocoeconômico.	12/6/2022
36	Não. Nenhuma	12/6/2022
37	Não a questões a serem levantadas com as questão acima por enquanto	12/6/2022
38	Não	12/6/2022
39	Não	12/6/2022
40	Gostei do assunto.	12/6/2022
41	Nenhuma	12/6/2022
42	Não	12/6/2022
43	Brasil acima de tudo, Deus acima de todos	12/6/2022
44	Não	12/6/2022

45	Não	12/6/2022
46	Tudo certo	12/6/2022
47	Não	12/6/2022
48	Não.	12/6/2022
49	Não, tá tudo certo	12/6/2022
50	Perguntas interessantes	12/6/2022
51	Não.	12/6/2022
52	Não	12/6/2022
53	Estou de acordo com todas	12/6/2022
54	Não	12/6/2022
55	Pesquisa muito boa	12/6/2022
56	Não! Pesquisa simples e direta. PARABÉNS	12/6/2022
57	Não	12/6/2022
58	políticas internas	12/6/2022
59	gostaria de responder mais questionário nesse sentido	12/6/2022
60	Não	12/6/2022
61	Não	12/6/2022
62	Não	12/6/2022
63	Qualidade	12/6/2022
64	Importância do Brasil nas exportações	12/6/2022
65	Não	12/6/2022
66	linhas ferroviário para integração	12/6/2022
67	Atual o assunto da pesquisa.	12/6/2022
68	Sobre a igualdade no mundo	12/6/2022
69	Não	12/6/2022
70	Mais integração	12/6/2022
71	Nenhuma.	12/6/2022
72	Não, tudo ok	12/6/2022
73	Nem uma	11/27/2022
74	Apesar de saber o que significa MERCOSUL, meu conhecimento é raso sobre a relação entre os países que o compõe.	11/21/2022
75	Espero que com o novo governo as relações aqui na AL melhorem	11/20/2022
76	Não	11/18/2022
77	Construir um bloco econômico é de suma importância para todos os países-membros, pois os tornam mais fortes e passíveis de maior estrutura negocial econômica e política.!	11/10/2022
78	Não	11/10/2022
79	Sendo o Lula ladrão e comunista/socialista vc acha que o Brasil está fudido ou se fodendo mais ainda?	11/10/2022

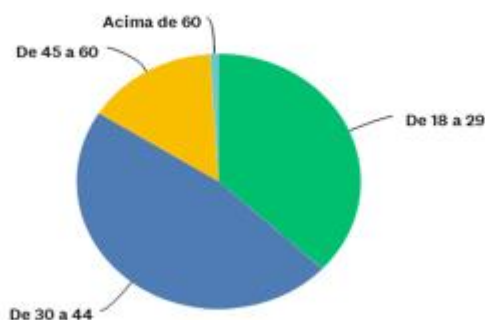
80	Uma integração Mercosul é prejudicial ao Brasil. É matemática simples. Menos com mais dá menos. Os outros países não têm nada a oferecer ao Brasil. Todos querem ser ajudados e aí vai faltar dinheiro pra investimento no próprio Brasil.	11/10/2022
81	Não	11/9/2022
82	Nenhuma	11/9/2022
83	Não	11/9/2022
84	As respostas são minha visão dos últimos 6 anos.	11/6/2022

4.2.2 Dados gerais do levantamento amostral

O grupo majoritário que participou do levantamento foram mulheres, com 58% das respostas, enquanto os homens representaram 42% dos participantes. A faixa etária preponderante foi entre 30 até 44 anos de idade, com 47% das interações do público amostral. Em segundo lugar, pessoas entre 18 e 29 anos de idade representando 37% dos que responderam ao questionário. Entre 45 e 60 a anos foram 15%, e apenas 1% acima de 70 anos de idade.

P21: Idade

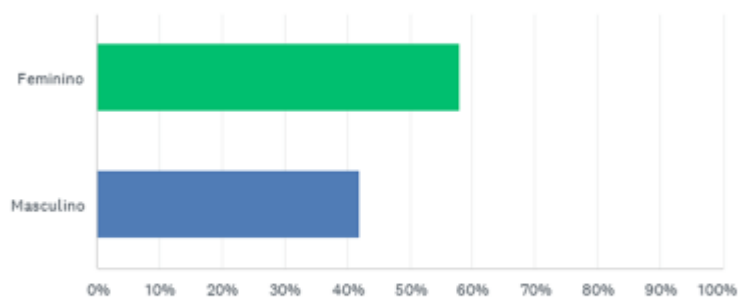
Respondaram: 100 Ignoraram: 57



Powered by SurveyMonkey

P22: Gênero

Responderam: 100 Ignoraram: 57



Powered by  SurveyMonkey

P22: Gênero

Responderam: 100 Ignoraram: 57

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Feminino	58.00%	58
Masculino	42.00%	42
TOTAL		100

Powered by  SurveyMonkey

Na próxima seção serão buscadas respostas sobre o processo de integração regional, identidades, interesses, e, também, sobre o papel dos principais atores geopolíticos e geoeconômicos no Mercosul. Ainda, o público amostral será questionado quanto à presença de atores extrarregionais como Estados Unidos e China por meio de inquéritos realizados junto ao público amostral na Argentina.

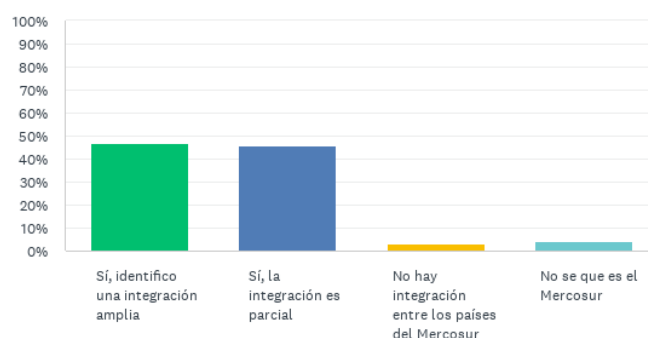
4.3 Coleta de dados – Argentina – amostra probabilística – simples – não homogênea – não estratificada – combinada (multi etapas)

A segunda etapa de coleta de dados foi realizada na Argentina no mês de março de 2023. No total, foram obtidas 100 respostas aos formulários disponibilizados por meio da plataforma *SurveyMonkey*. Optamos por realizar um total de dez perguntas ao invés das 19 realizadas na etapa de questionários do Brasil. Tal fato se deu por dois motivos a saber. Em primeiro lugar, há de se destacar que após a coleta e análise dos dados obtidos no Brasil entendeu-se que haveria a necessidade da otimização dos questionários a fim de uma maior objetividade. Um segundo motivo diz respeito às condições discursivas ou janela epistemológica na qual o trabalho foi construído. *Mutatis mutandis*, a análise parte de um olhar da luso-américa em direção à hispano-américa.

A análise dos dados e discussão das amostras coletadas será feita em capítulo específico no decorrer da pesquisa. Contudo, é certo que a cada resposta serão apresentados breves comentários de modo a permitir uma leitura conjunta dos dados, extraindo deles a melhor compreensão possível quando analisados de forma conjunta com as demais informações conhecidas durante toda a pesquisa.

As questões foram assim apresentadas e respondidas:

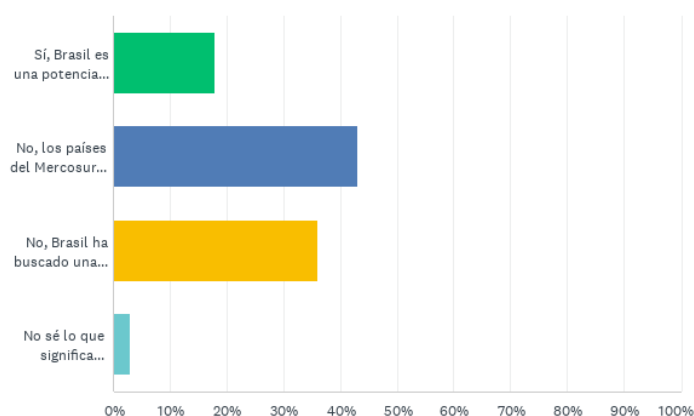
P1 ¿Identifica la integración entre los países fundadores del Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay)?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sí, identifico una integración amplia	47.00%	47
Sí, la integración es parcial	46.00%	46
No hay integración entre los países del Mercosur	3.00%	3
No se que es el Mercosur	4.00%	4
TOTAL		100

Extrai-se da resposta à primeira questão do formulário, que 47% do público amostral tem a compreensão que há ampla integração entre os países da estratégia Mercosul. O número é superior àquele obtido no levantamento amostral do Brasil em que os 43,95% das respostas foram no mesmo sentido. A opção de resposta (não existe integração entre os países do Mercosul) obteve apenas 3% de adeptos da ideia. Quando comparado aos resultados para a mesma pergunta realizada no levantamento amostral do Brasil é possível identificar uma percepção de maior integração dos argentinos em relação aos brasileiros. Isso porque tanto as respostas afirmativas foram maiores quanto as respostas negativas foram menores.

P2 ¿Brasil representa una amenaza para la integración del Mercosur?



P2: ¿Brasil representa una amenaza para la integración del Mercosur?

Respondieron: 100 Ignoraron: 0

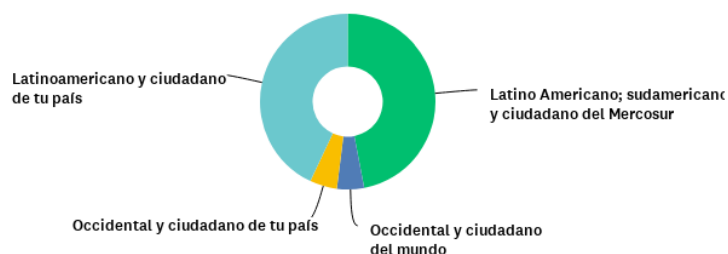
OPCIONES DE RESPUESTA	RESPUESTAS	
Sí, Brasil es una potencia subimperialista	18.00%	18
No, los países del Mercosur están en igualdad de condiciones	43.00%	43
No, Brasil ha buscado una amplia integración en la región	36.00%	36
No sé lo que significa Mercosur	3.00%	3
TOTAL		100

Powered by  SurveyMonkey

Perguntado se o Brasil como maior domínio territorial da região representa algum tipo de ameaça para a integração do Mercosul o público amostral argentino respondeu com 18% dizendo que sim, o Brasil representaria uma ameaça, enquanto para a mesma pergunta feita aos brasileiros a resposta foi que 19,75% indicaram a luso-américa como uma ameaça ao processo de integração regional. Observamos aqui uma proximidade nos resultados obtidos tanto no levantamento realizado no Brasil quanto o realizado na Argentina.

Ademais, 43% do público amostral considera que os países estão em igualdade de condições, enquanto 36% indicaram que o Brasil tem buscado ampla integração regional. Importa saber que 57,32% do público brasileiro respondeu que o Brasil tem buscado ampla integração regional e 21,02% indicaram que os países estão em igualdade de condições.

P3 ¿Con cuál de estas combinaciones te identificas.



P3: ¿Con cuál de estas combinaciones te identificas.

Responderam: 100 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Latino Americano; sudamericano y ciudadano del Mercosur	47.00%	47
Occidental y ciudadano del mundo	5.00%	5
Occidental y ciudadano de tu país	5.00%	5
Latinoamericano y ciudadano de tu país	43.00%	43
TOTAL		100

Powered by  SurveyMonkey

A terceira pergunta tem o propósito de conhecer a percepção pessoal do indivíduo médio sobre sua identidade na região do Cone Sul. A opção de resposta que obteve maior número de interações foi a combinação de identidades (latino-americano, sul-americano e cidadão do Mercosul) com 47% das respostas. O mesmo percentual foi obtido no questionário apresentado ao público amostral brasileiro.

Para a combinação latino-americano e cidadão do seu país, 43% do público amostral optou por esta configuração, resultado superior ao obtido com o público amostral brasileiro que estabeleceu a marca de 34,39% das respostas. Assim, tal como no levantamento do Brasil a maior parte do público amostral identifica-se com latino-americano.

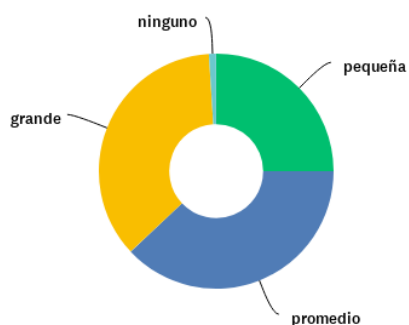
De volta às atenções para o percentual do público que teve como primeira opção de resposta a identidade ocidental. Dez por cento responderam que se consideram ocidentais, sendo o número dividido entre cidadão do mundo e cidadãos do seu país.

No levantamento realizado com público amostral brasileiro foram 14,65% das respostas com a indicação de ocidental e cidadão do seu país e 3,82% das respostas como ocidental e cidadão do mundo. Assim, o número de indivíduos do levantamento realizado no Brasil que não tem como elemento nuclear a identidade latina é de 18,47%, valor muito superior àquele obtido junto ao público amostral argentino.

O maior ou menor grau conceitual sobre a identidade latina por parte do brasileiro médio já foi objeto de análise na seção 2.4 desta pesquisa, oportunidade em que foi tratada a construção das identidades coletivas e decoloniais em que por meio de estudos realizados pelo Centro de Investigação e Docência em Economia, com sede na Cidade do México, com a participação do departamento de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. A partir daquele estudo foi possível confirmar a impressão corrente de que no Brasil a auto identificação como latino-

americano não ocorre na mesma proporção em que acontece na hispano américa. Esse debate será retomado na seção 4.4, quando será apresentada análise sobre os dados coletados.

P4 ¿A nivel internacional cual es la importancia de Argentina



P4: ¿A nivel internacional cual es la importancia de Argentina

Responderam: 100 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
pequeña	25.00%	25
promedio	38.00%	38
grande	36.00%	36
ninguno	1.00%	1
TOTAL		100

Powered by SurveyMonkey

A quarta pergunta do questionário diz respeito à percepção do público amostral quanto à importância da Argentina no cenário internacional. Assim, 38% das respostas indicaram que a importância do país é média, enquanto 36% indicaram que a importância é grande. Muito embora a pergunta tenha características polissêmicas e tenha o potencial de ativar no público-alvo elementos nacionalistas que podem influenciar na resposta, é possível acreditar que o público amostral argentino considera seu país um *player* de grande relevância para a geopolítica e geoeconomia internacional. No Brasil, 64,43% do público amostral indicou acreditar que a importância do país é grande na sociedade das nações e somente 28,66% indicaram uma importância mediana do Brasil no cenário internacional.

P5 En cuanto a la integración regional en el Mercosur, ¿cómo ve la integración regional para el próximos diez años



P5: En cuanto a la integración regional en el Mercosur, ¿cómo ve la integración regional para el próximos diez años

Responderam: 100 Ignoraram: 0

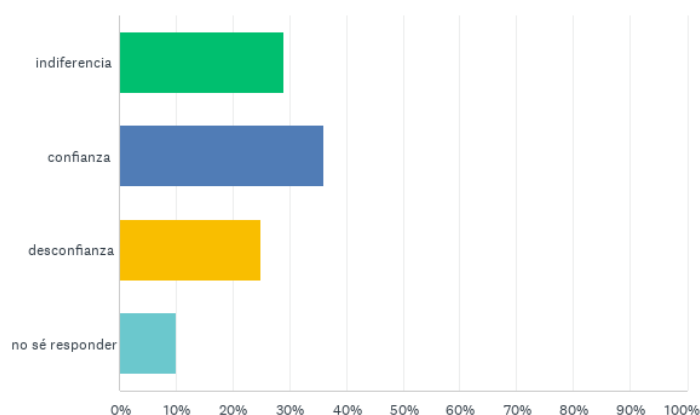
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
debe permanecer sin cambios	9.00% 9
los países del Mercosur deben estar más integrados	79.00% 79
se producirá una desintegración	10.00% 10
no se que es el Mercosur	2.00% 2
TOTAL	100

Powered by SurveyMonkey

A quinta pergunta do questionário buscou investigar a percepção do público amostral sobre o processo de integração regional em uma projeção para os próximos dez anos. Aqui, 79% do público indicou acreditar que os países que compõem o Mercosul devem estar mais integrados, enquanto somente 10% acreditam em um processo de desintegração regional.

Para a mesma pergunta, 70,06% do público amostral brasileiro indicou acreditar no aprofundamento do processo de integração, enquanto 15,29% entendem que é possível observar um processo de desintegração das estratégias regionais a partir do Mercosul. Em uma comparação simples dos números observa-se que os públicos amostrais dos maiores países da região estão bastante otimistas quanto ao aprofundamento do processo de integração regional.

P6 De las siguientes palabras, cuál describe mejor sus sentimientos hacia el Estados Unidos da América



P6: De las siguientes palabras, cuál describe mejor sus sentimientos hacia el Estados Unidos da América

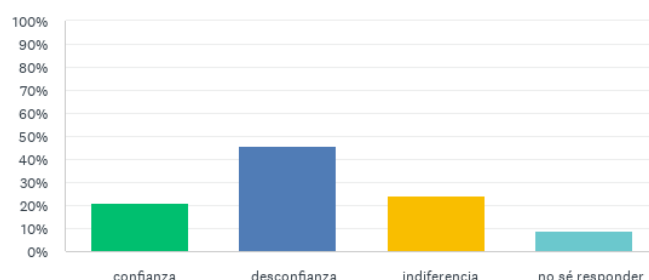
Respondieron: 100 Ignoraron: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
indiferencia	29.00%	29
confianza	36.00%	36
desconfianza	25.00%	25
no sé responder	10.00%	10
TOTAL		100

Powered by  SurveyMonkey

A pergunta de número seis buscou identificar o sentimento do cidadão médio em relação aos Estados Unidos da América. Aqui, 36% do público amostral declaram confiança, enquanto 25% desconfiança. Outros 29% são indiferentes. Em uma comparação entre os resultados obtidos no público amostral brasileiro é possível afirmar que o sentimento de desconfiança é maior entre os brasileiros já que 37,58% das respostas indicaram um sentimento de desconfiança.

P7 ¿Cuál de las siguientes palabras describe mejor sus sentimientos hacia la República Popular de China?



P7: ¿Cuál de las siguientes palabras describe mejor sus sentimientos hacia la República Popular de China?

Respondieron: 100 Ignoraron: 0

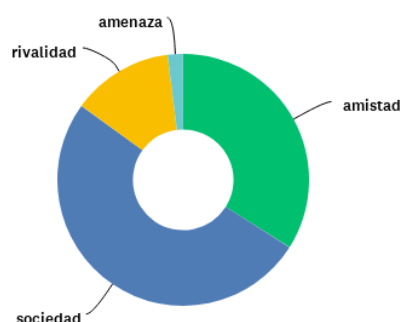
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
confianza	21.00%	21
desconfianza	46.00%	46
indiferencia	24.00%	24
no sé responder	9.00%	9
TOTAL		100

Powered by SurveyMonkey

Quando perguntados sobre seu sentimento em relação à República Popular da China, 46% indicaram desconfiança, enquanto 21% responderam que o sentimento é de confiança. A mesma pergunta obteve do público amostral brasileiro 47,32% de respostas negativas, ou seja, descreve como desconfiança os sentimentos em relação à República Popular da China, enquanto 20,38% indicam confiança em relação ao gigante asiático. Aqui percebe-se um equilíbrio entre o público amostral brasileiro e argentino.

Importa observar que quando comparados os resultados obtidos em relação aos Estados Unidos, há clara preferência para a relação com os norte-americanos. Isso pode ser atribuído a diversos fatores históricos, contemporâneos vinculados à formação da cultura popular, cujo eixo socioeconômico está vinculado ao modo de vida americano, bem como à própria geografia que torna os povos da América do Sul mais cordiais aos povos do norte continental.

P8 ¿Cómo describiría la relación de Brasil con Argentina?



P8: ¿Cómo describiría la relación de Brasil con Argentina?

Respondieron: 100 Ignoraron: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
amistad	34.00%	34
sociedad	51.00%	51
rivalidad	13.00%	13
amenaza	2.00%	2
TOTAL		100

Powered by SurveyMonkey

Na questão número oito, a pergunta foi sobre a percepção do público amostral argentino sobre o relacionamento entre Brasil e Argentina e 51% descreveram como uma relação societária e outros 34% identificaram uma amizade entre os países. De modo geral a percepção foi bastante positiva, uma vez que 85% das respostas foram favoráveis a uma relação amistosa entre os maiores países em extensão territorial e economicamente no Mercosul. Convém anotar que presumidamente o público amostral nada sabe sobre o recorte teórico entre os arquétipos lockeano/societário e kantiano/comunitário em que as relações inter-regionais foram classificadas pela doutrina (vide seção 1.4 da pesquisa). Assim, as respostas refletem o sentimento do público amostral sobre a relação entre povos vizinhos sendo de todo positiva. Relação de rivalidade foi opção de 13%, enquanto apenas 2% indicaram existir uma inimizade entre os países.

Quando comparados os números com o levantamento realizado no Brasil foi observado que a relação societária foi a indicação de 37,58% do público amostral, enquanto 29,94% acreditam existir uma relação de amizade. A relação de rivalidade foi opção de 26,75% dos brasileiros e 5,73% indicaram a existência de alguma ameaça entre os vizinhos do Cone Sul.

P9 En cuanto a la integración al Mercosur, ¿está de acuerdo o en desacuerdo con que haya libre circulación de personas en la región sin controles fronterizos



desacuerdo con que haya libre circulación de personas en la región sin controles fronterizos

Responderam: 100 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
conuerdo totalmente	23.00%	23
parcialmente de acuerdo	37.00%	37
estoy parcialmente en desacuerdo	34.00%	34
ni de acuerdo ni en desacuerdo	6.00%	6
TOTAL		100

Powered by SurveyMonkey

Na última pergunta objetiva realizada ao público amostral argentino buscamos saber quais as impressões sobre a livre circulação de pessoas entre os países do Mercosul. Assim, 37% são parcialmente favoráveis, enquanto 34% colocaram-se parcialmente em desacordo. Outros 23% são totalmente favoráveis. No Brasil, 41,40% concordam parcialmente, enquanto 29,30% concordam totalmente com a livre circulação de pessoas e 22,93% discordaram parcialmente.

Importa saber que a livre circulação de pessoas e mercadorias é elemento fundamental para o aprofundamento das relações intrabloco com vistas a uma verdadeira integração regional. Quando da análise dos inquéritos abertos, tema do próximo seguimento, será possível observar que algumas respostas foram no sentido contrário à livre circulação de pessoas entre os países do Mercosul.

4.3.1 Inquérito aberto

Conforme já mencionado no item 4.2.1, foi utilizado como método de pesquisa a possibilidade de permitir ao público amostral manifestação escrita das suas impressões sobre o tema. Nesse sentido, a questão número dez do questionário indagou ao público amostral se haveria alguma pergunta ou colocação que gostaria de fazer em relação ao tema proposto nas nove questões anteriores. Houve baixa adesão, com 59 pessoas respondendo e 41 ignorando a questão. Aquelas pessoas que decidiram interagir serão chamadas de público interessado.

Mesmo no público interessado obteve-se um grande número de questões respondidas de forma lacônica com “não” ou equivalente, ou seja, que não desejavam responder as questões. Todavia, daqueles que optaram por registrar suas percepções sobre o tema destacamos algumas respostas que podem auxiliar na compreensão do cidadão médio sobre a geopolítica regional:

8 Me gustaría que los países del Mercosur sean más unidos, sin rivalidades y más comprometidos con su comercio, ayuda y pensando en el bien común, dejando de lado sus intereses personales. Podemos ser una potencia a futuro trabajando unidos. 3/21/2023

10 Creo que hay que controlar más las fronteras sin que esto signifique una enemistad con nuestros países vecinos. 3/21/2023

16 Me gustaría aclarar que estoy totalmente en desacuerdo que no haya controles fronterizos y que respectó a la rivalidad de argentina y Brasil debe ser sana y promover el crecimiento de ambos (cómo la rivalidad de Sasuke y Naruto) 3/21/2023

17 Sobre la pregunta*9 estoy totalmente en desacuerdo con la libre circulación en la frontera, total descontrol, entran solo para delinquir y cobrar planes, usurpar propiedades y más delitos, hay que cerrar la frontera y expulsar al extranjero que viene a delinquir 3/21/2023 5:10 PM

28 Porque no mencionan a más países del mercosur y solo Brasil y Argentina? De por sí es bastante sesgado. 3/21/2023

30 Me gustaría que hubieran preguntado sobre la posibilidad de integrar a toda América Latina en un mismo bloque 3/21/2023

De modo geral, as respostas aos questionários foram bastante esclarecedoras pois confirmaram a existência tanto no Brasil como na Argentina de um ambiente de desconfiança

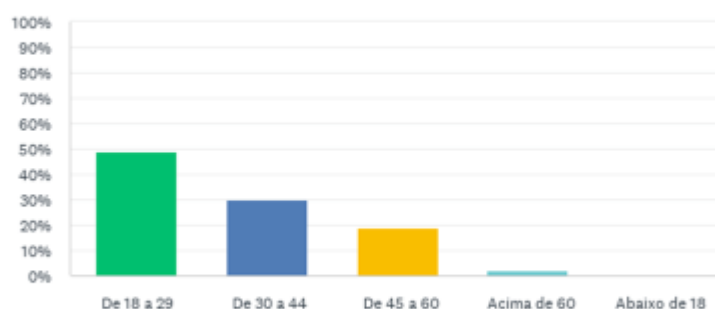
em relação às intenções da República Popular da China na região, ao mesmo tempo em que confirmam o estreitamento de laços com os Estados Unidos da América. O papel do Brasil como líder regional é uma evidência já confirmada em pesquisas anteriores conforme já mencionado no trabalho. Os dados também revelaram que o público amostral argentino tem maior interesse pela autodeclaração latino-americano quando comparado ao brasileiro. As respostas, ainda, demonstraram confiança no processo de integração regional por parte do argentino médio, inclusive projetando um aprofundamento das relações intrabloco para os próximos dez anos.

4.3.2 Dados gerais do levantamento amostral

Participaram do inquérito 100 pessoas sendo 49 delas na faixa etária entre 18 e 29 anos. Entre 30 e 44 anos foram trinta participantes e na faixa etária dentre 45 e 60 anos foram 19 participantes. Tivemos dois participantes acima de 60 anos e nenhum deles com menos de 18 anos:

P11: Idade

Responderam: 100 Ignoraram: 0



Powered by SurveyMonkey

P11: Idade

Responderam: 100 Ignoraram: 0

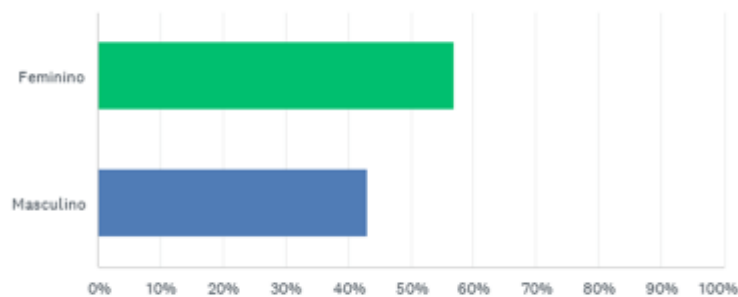
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
De 18 a 29	49.00%	49
De 30 a 44	30.00%	30
De 45 a 60	19.00%	19
Acima de 60	2.00%	2
Abaixo de 18	0.00%	0
TOTAL		100

Powered by  SurveyMonkey

No recorte de gênero tivemos 57% mulheres e 43% homens interessados em responder os questionários. A participação feminina superior à masculina também foi observada nos inqueritos respondidos junto ao público amostral brasileiro.

P13: Gênero

Responderam: 100 Ignoraram: 0



Powered by  SurveyMonkey

P13: Gênero

Responderam: 100 Ignoraram: 0

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Feminino	57.00%	57
Masculino	43.00%	43
TOTAL		100

Powered by  SurveyMonkey

Concluída a etapa de coleta de informações por meio de inquéritos, a pesquisa caminha para a análise e discussão do fenômeno pesquisado promovendo o cotejo analítico entre os dados coletados em público amostral no Brasil, na Argentina e o quanto possível a comparação com dados coletados em pesquisa paradigma realizada pelo Centro de Investigação e Docência em Economia do México, em cooperação de esforços com o Departamento de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

4.4 Análise sobre os dados coletados. Discussão do fenômeno pesquisado

De modo geral, as respostas indicam que o público-alvo admite em algum grau a existência de um processo de integração no Cone Sul, seja ele parcial ou integral. O papel de liderança natural do Brasil foi reconhecido pelo público amostral que respondeu aos inquéritos. Todavia, 19,75% da amostra brasileira e 18% da amostra Argentina, consideraram verdadeira a condição do país como potência sub imperialista na região, ou seja, para uma parte razoável dos entrevistados a relação entre o Brasil como potência geopolítica e geoeconômica local impõe aos seus vizinhos o fardo de relações assimétricas em relação às demais economias da região.

Interessante observar que os resultados obtidos entre o público amostral brasileiro indicam uma aparente consciência quanto ao papel de potência regional com características do arquétipo hobbesiano estudado no item 1.4.1.

Quanto às identidades, o levantamento amostral combinou as possibilidades de autodeclaração latino, sul-americano, ocidental e cidadão do Mercosul. Cumpre registrar que a identificação como latino-americano apareceu em 81,52% das respostas do público brasileiro,

enquanto para amostra Argentina, o número foi de 90%. Portanto, pode-se concluir que, muito embora a diferença seja pequena diante do universo estudado, é possível afirmar de forma objetiva que aos argentinos a identidade latino-americana é mais forte ou latente do que para os brasileiros do público amostral. Pesquisas anteriores, como a conduzida pela Centro de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, encontraram resultados semelhantes com menor adesão do público amostral brasileiro em comparação ao público dos demais países da hispano américa, incluindo a Argentina (ALMEIDA et al., 2018: p. 18 ;GUIMARÃES, 2015).

A combinação de autoafirmação ocidental apareceu em 18,47% das respostas na amostra brasileira, enquanto o resultado obtido para mesma questão entre o público argentino foi de 10%. Muito embora o número não seja expressivo, permite compreender que do público amostral há quem não se autodeclare latino-americano mesmo sendo um cidadão da América Latina. Novamente observamos que a compreensão do argentino em relação ao seu lugar no mundo o leva à percepção de uma latinidade que antecede a sua condição de ocidental. Entendimento este que está compatível com a visão do norte global em relação ao povo latino-americano, cuja classificação exógena faz-se sem considerar a geografia dos povos, mas sim elementos de ordem socioculturais. Nesse sentido, indica-se a leitura das considerações realizadas na seção três da presente pesquisa em que foi tratado dos atores extrarregionais no Cone Sul e da geopolítica e geoeconomia do século XXI, oportunidade em que foi mencionada a corrente de pensamento conduzida por Samuel Huntington, segundo a qual os latino-americanos compõem uma espécie de subdivisão da civilização ocidental.

Conforme anteriormente mencionado os dados coletados na presente pesquisa convergem com aqueles disponibilizados pela edição 2014/2015 do projeto de título “As Américas e o Mundo: Opinião Pública e Política Externa”, realizada sob responsabilidade do Centro de Investigação e Docência em Economia do México, em que a Universidade de São Paulo participou como *longa manus* do Brasil. Os dados obtidos naquela pesquisa indicaram que apenas 4% do público amostral de 1.881 questionários identificava-se como latino-americano (ALMEIDA et al., 2018 ;GUIMARÃES, 2015).

As condições dadas pela geografia e no caso brasileiro, também a demografia, permite que os cidadãos médios brasileiros e argentinos formem entendimento quanto à grandeza dos seus respectivos países. A tal condição material alia-se ao aspecto da construção das identidades que, no caso brasileiro, fez-se conforme foi longamente enfrentado na parte dois da pesquisa. Assim, quando o questionário levanta a questão da importância do Brasil no plano internacional, a resposta majoritária foi no sentido de afirmar a grande importância do país

(69,43%). Muito embora o Brasil seja uma grande potência regional na América Latina, sua importância para a geopolítica internacional não é expressiva, sobretudo, quando o fenômeno é observado a partir da tomada do poder dos setores neoconservadores que possibilitaram ao país a detestável condição de pária internacional em diversos temas, como a preservação do meio ambiente, debate sobre direitos humanos e democracia representativa. Assim, os resultados obtidos efetivamente não devem ser considerados de forma isolada, mas associados a uma série de fatores já registrados em linhas acima que acabam por fazer com que o olhar do cidadão médio sobre si, seu país e sua inserção na geopolítica mundial do século XXI sejam, em grande parte, desconectados da realidade.

Em 2022, a Argentina conquistou seu terceiro título mundial de futebol. Fato que confirmou o país como uma das grandes nações do mundo na prática do esporte bretão, bem como na participação na indústria do futebol na medida em que é grande produtora de talentos para o esporte em diversas categorias. Todavia, esta pesquisa não trata da indústria do futebol, mas sim das Relações Internacionais em que, tal como o Brasil, a Argentina não é um grande *player* internacional mesmo que 36% do público amostral tenha optado por esta resposta nos questionários. Como já alertado em seguimentos anteriores, as respostas podem estar contaminadas com elementos históricos daquela que já foi uma das maiores economias do mundo entre o final do século XIX e início do século XX, bem como por elementos do nacionalismo que, por vezes, eclipsa a razão quanto ao verdadeiro tamanho do país no plano internacional. De todo modo, as respostas obtidas junto ao público amostral argentino estão bem mais próximas da realidade quando em comparação com o público amostral brasileiro.

Quanto ao papel do Brasil em suas relações regionais para os próximos dez anos, o público amostral demonstrou grande interesse na manutenção dos laços com os países do Mercosul. Aqui 70,06% das respostas foram no sentido do aprofundamento do processo de integração, enquanto apenas 15,29% optaram pelo afastamento do país em relação ao Mercosul nos próximos dez anos.

Os resultados obtidos na Argentina foram mais otimistas em relação ao processo de integração regional uma vez que 79% do público amostral acreditam no aprofundamento da estratégia Mercosul, enquanto apenas 10% acreditam na desconstrução com o afastamento do país em relação aos seus parceiros do Cone Sul.

É interessante observar que o papel do Brasil como líder regional e país mais influente motiva a resposta de 56,05% do público amostral, ou seja, mais da metade dos entrevistados acredita que o Brasil deve exercer seu papel natural de líder regional. Como se sabe a liderança não é via de mão única e para que ela exista é preciso que os países da região queiram ser

liderados pelo Brasil dentro de uma perspectiva do arquétipo lockeano das relações internacionais construídas em bases contratuais, ou até mesmo em uma evolução para uma cultura kantiana comunitária, tal condição implicaria redução de assimetrias regionais e de uma maior penetração política e cultural do Brasil nos assuntos regionais.

Os resultados obtidos na presente pesquisa convergem com aqueles publicados pela pesquisa realizada junto ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, o qual demonstrou que os brasileiros entendem como natural a liderança do Brasil na América Latina (ALMEIDA et al., 2018: p. 120 ; GUIMARÃES, 2015).

Convém anotar que uma pequena parcela do público amostral brasileiro, (5,73%) entende que a liderança regional deve ser exercida pelos Estados Unidos da América. Muito embora 44,59% do público amostral tenha demonstrado confiança em relação à potência hegemônica, outros 37,58% responderam que desconfiam das intenções estadunidenses na região. Junto ao público amostral argentino, obtivemos 36% de impressões positivas em relação aos Estados Unidos, sendo que 25% demonstraram desconfiança.

A República Popular da China é ator extrarregional com importância crescente no Cone Sul, razão pela qual foram aplicadas perguntas do questionário relacionadas aos sentimentos do público amostral do Brasil e da Argentina sobre as intenções do gigante asiático na região. Para isso, 57,32% das respostas do público amostral brasileiro foram negativas, ou seja, desconfiam das intenções da China, enquanto 20,38% afirmam confiar na China como parceiro geopolítico e geoeconômico extra regional. Os resultados foram muito semelhantes no levantamento realizado junto ao público amostral argentino em que 46% indicaram desconfiança, enquanto 21% descreveram as relações com a China como de confiança.

A presença da China como ator geopolítico relevante no cenário global é muito recente em termos históricos não sendo diferente sua influência na região do Cone Sul. De outro turno, a presença dos Estados Unidos na América Latina é histórica conforme longamente demonstrado durante a seção 3.6.1 em que foi abordado o pan-americanismo. Assim, em uma análise que arranha apenas a superfície dos dados coletados pode-se atribuir a melhor aceitação do público amostral em relação aos Estados Unidos quando comparados à China a um conjunto de elementos histórico-culturais que colocam Argentina e Brasil em posição mais amistosa aos Estados Unidos da América.

Já nas relações inter-regionais entre os países do Cone Sul, as respostas demonstraram que o público amostral compartilha de sentimentos positivos que variam entre amizade comunitária e relação de sociedade negocial.

O papel de líder regional do Brasil almejado por grande parte do público amostral encontra respaldo nas respostas relacionadas ao papel do país enquanto fomentador do desenvolvimento regional. Para 48,41% das respostas o país deve auxiliar moderadamente com investimento para o progresso regional, enquanto 31,85% acreditam que o Brasil, maior economia da região, deve ter papel mais ativo no processo de desenvolvimento econômico regional. Apenas 14,65% acreditam que a liderança do Brasil pode ser exercida sem que o país se envolva com o fomento do desenvolvimento econômico e social dos países da região.

Por fim, o questionário procurou saber qual o sentimento do público amostral sobre os grupos de estrangeiros do Cone Sul que vivem atualmente do Brasil. A questão tem objetivo obter respostas vinculadas às impressões subjetivas do entrevistado sobre o grupo nacional, uma vez que a presença objetiva de comunidades argentinas, uruguaias e paraguaias no Brasil pode estar concentrada nas faixas de fronteira e a pesquisa foi aplicada de forma ampla e não regionalizada.

De modo geral, o que se observa é uma grande aceitação da presença de estrangeiros dos países do Mercosul no Brasil com vantagem para os paraguaios e uruguaios que vivem no país. Aqui convém repisar razões anteriormente apresentadas para dizer que os resultados que indicam menor interesse pelos contingentes argentinos vivendo em solo brasileiro, podem estar relacionados a diversos elementos históricos e à cultura popular da segunda metade do século XX em diante que estabelece um sentimento de rivalidade entre brasileiros e argentinos em razão do futebol. Diante de duas nações que nutrem fortes sentimentos positivos em relação ao esporte bretão, compreensível que eventuais respostas possam carregar carga valorativa que não traduza o real sentimento do povo brasileiro em relação aos irmãos argentinos.

Necessário observar que a presença da população Argentina no Brasil é maior em comparação a outros povos da região pelo simples fato de ser a república Argentina, o terceiro maior contingente populacional da América Latina, sendo natural que do contato com um maior número de indivíduos de determinada nacionalidade causam algum tipo de sentimento contrário quando comparado a outras nacionalidades de que se tem pouco contato.

Por derradeiro parece oportuno registrar que a análise dos dados amostrais coletados não tem como propósito esgotar o debate sobre o tema. Obviamente outros olhares podem e devem ser lançados sobre as respostas que identificaram maior ou menor grau de identidade latina entre brasileiros, bem como sobre a maior ou menor aceitação da presença da China como ator extrarregional quando comparado aos Estados Unidos, além de outros elementos que fogem da superfície do oceano de informações que podem ser extraídas dos dados coletados.

Considerações Finais

Este trabalho nasce como resultado de pesquisas empíricas sobre as relações internacionais do Brasil com os países formadores da comunidade regional do Cone Sul da América do Sul. Da inquietação pessoal quanto à dubiedade das relações entre luso-américa e hispano-américa, surgiu a vontade de contribuir para o debate e encontrar respostas sobre as razões e circunstâncias que balizam a construção das comunidades de países latino-ibéricos ao sul do continente americano.

Na difícil tarefa proposta de estudar com alguma profundidade os diversos aspectos relacionados ao pêndulo da política e do poder no Cone Sul entre os séculos XIX e XXI, das relações internacionais em suas características identitárias e perspectivas do Mercosul após trinta anos da sua fundação, acreditamos que se não logramos total êxito em responder as perguntas iniciais sobre as oscilações da política regional entre os anos de 2008 e 2021 e sua relação com a construção de uma identidade regional para além dos tratados de direito internacional, tendo como questão vinculada a formação de uma identidade mercosuriana no Cone Sul e o papel do Brasil sendo ao mesmo tempo grande potência geoeconômica e geopolítica regional e única nação luso falante da região, e ainda se a presença de atores extrarregionais como Estados Unidos da América e mais recentemente a República Popular da China podem gerar alguma instabilidade no processo de integração regional, entendemos ter contribuído para o debate tal como um corredor em uma prova de revezamento olímpico em que se pega o bastão nas mãos de um atleta, realiza o percurso da melhor maneira possível e o entrega à frente para outro atleta continuar a prova.

Para enfrentar tamanho desafio, primeiramente recorreremos à História, este saber construído no tempo e disciplina de formação junto com o Direito nos bancos universitários e na atividade profissional na docência. Foi aplicada metodologia de pesquisa ativa e multidisciplinar que contemplou diversas possibilidades epistemológicas no sentido de permitir a mais profunda compreensão sobre o fenômeno estudado. Por se tratar de pesquisa que questiona as identidades e interesses acreditamos que a abordagem a partir da teoria construtivista das relações internacionais na perspectiva de Alexander Wendt foi fundamental para o embasamento teórico que permitiu aprofundamento em relação à construção da sociedade internacional a partir de arquétipos do poder estatal, partindo de uma luta de todos contra todos, evoluindo para um relação societária muito adequado ao modelo liberal nos

séculos XIX e XX e por fim, mas não como fim único, a construção de um modelo de relações internacionais de cooperação não utópico.

Foram estudados a história dos povos que compõem o Cone Sul e os processos sociais e econômicos que levaram a formação das elites locais, as quais são chamadas de inacabadas em clara provocação ao sentido empregado pela língua mãe a palavra “elites”, e ao sentido material da palavra na história da América Latina. No estudo da história dos povos formadores do Cone Sul, acreditamos ter encontrado um elemento dissonante na formação das identidades e dos interesses. Trata-se do resultado negativo do processo colonial em que a descolonização não produziu uma sociedade livre, mas tão somente uma cópia farsesca das mesmas sociedades coloniais anteriormente construídas.

Na geopolítica do século XXI, observamos a presença de atores extrarregionais, notadamente Estados Unidos da América, República Popular da China e em menor grau União Europeia como atores relevantes ao debate regional do Cone Sul. Foram lançados olhares para o processo que levou a criação do Mercosul, bem como para o papel desempenhado pelo mercado comum para a formação de uma sociedade regional com aspirações à formação de uma comunidade regional no Cone Sul. Ao olhar para o Mercosul, após trinta anos da sua formação, apropria-se do mirante epistemológico da análise sociológica do discurso para buscar decifrar de que forma o pensamento político no marco temporal dos trinta anos de fundação do Mercosul, os chefes de Estado dos países fundadores das práticas estratégicas de integração questionamos se a região enfrenta um processo de esfriamento das relações até mesmo com a possível desconstrução das conquistas ou se o que se tem é apenas um espasmo provocado pelas dificuldades próprias do momento de giro político a extrema direita do Brasil, principal economia da região e motor do bloco econômico.

Trabalhamos as figuras do pêndulo e dialética do poder e da ferradura dos espectros da política nas relações internacionais para tentar explicar os movimentos políticos e giros entre espectros de esquerda e direita no Cone Sul, nas primeiras décadas do século XXI. Concordamos com entendimento segundo o qual governos populistas de qualquer espectro político de modo geral tendem a se aproximar em suas práticas tal como a imagem da ferradura que em suas extremidades acabam por se aproximar. Destacamos que o marco liberal e democrático deve prevalecer como assim tem ocorrido durante nas repúblicas que compõem o Cone Sul face à tentativa de tomada de poder por qualquer uma das forças que levem o pêndulo ao extremo ponto tanto da esquerda, como da direita rompendo com a dialética do poder.

Questionamos se a geopolítica de integração regional com a forte participação de governos extrarregionais, notadamente Estados Unidos da América e República Popular da

China, se em razão desta relação o processo de integração regional fortalece-se ou nela residem características do neocolonialismo adaptado à geopolítica do século XXI.

Para avaliação do processo de integração regional da sub-região Cone Sul a pesquisa propôs dois modelos de composição das sociedades ou comunidades regionais. O primeiro, realizado em um vértice de que parte uma linha vertical em que estão os Estados-parte e toda estrutura a eles vinculados. Aqui foram encontradas as estruturas jurídicas como o direito dos tratados e do debate geoeconômico feito a partir da premissa dos Estados soberanos das relações internacionais. No segundo ponto, do vértice parte uma linha horizontal nela representadas as pessoas que compõem os Estados, suas identidades e interesses. Tanto as pessoas como as instituições estatais fazem parte de uma mesma estrutura e por muitas vezes há uma amalgama que Alexander Wendt chama de antropomorfização:

Não são apenas os acadêmicos que antropomorfizam o Estado, mas todos nós. No cotidiano, cidadãos e formuladores de políticas rotineiramente tratam os Estados como se fossem pessoas, falando deles como se tivessem os mesmos tipos de propriedades internacionais que atribuímos uns aos outros. Pensamentos que os Estados Unidos têm “interesses de segurança” no Golfo Pérsico, que eles “acreditavam” que esses interesses foram ameaçados pela conquista do Kuwait pelo Iraque, que, como consequência, eles atacaram o Iraque; que suas ações foram racionais e legítimas, e assim por diante. O Direito internacional reconhece essa conversa antropomórfica como referente à personalidade do Estado (WENDT, 2014: 242)

Nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida combinando as metodologias quantitativas e qualitativas por meio de questionários com público amostral em que foram apresentadas diversas perguntas sobre a percepção do cidadão médio do Brasil e da Argentina sobre temas como integração, liderança regional, avaliação do processo de integração dos últimos dez anos do Mercosul, e perspectivas para a integração ou desconstrução com esvaziamento das conquistas para os próximos dez anos da estratégia de integração do Cone Sul. Ao realizar a discussão sobre o resultado do levantamento, foi observado que de modo geral a identidade latina é viva em grande parte dos entrevistados e que o papel do Brasil como liderança regional é reconhecido por significativa parte do público amostral, muito embora um papel ativo do Brasil como fomentador do processo de desenvolvimento dos países do Mercosul enfrente resistência pela maioria do público amostral, condição que contraria os termos estabelecidos pelo artigo 4º, Parágrafo Único do texto constitucional brasileiro que estabelece como princípio nodal da República Federativa do Brasil a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988).

Ao fim, entendemos que a pesquisa cumpre seu papel quando traz luz ao debate sobre tantos temas vinculados ao processo de integração regional, que por se tratar de um processo, está em constante construção, um eterno devir da geopolítica regional e que de forma constante deve contar com um olhar diverso sob diferentes mirantes epistemológicos para sua construção teórica, crítica e registro histórico da transformação pela qual atravessa o Cone Sul do continente desde assinatura do Tratado de Assunção que deu início formal à estratégia de integração regional chamada Mercosul.

A pesquisa foi transpassada por um argumento central vinculado à formação das identidades a partir do encontro entre luso-américa e hispano américa. Para falar sobre o tema, toma-se por empréstimo o fenômeno que ocorre entre os rios brasileiros Negro e Solimões, grandes cursos d'água que se encontram nas proximidades do município de Manaus, no grande Estado do Amazonas. O rio Negro recebe este nome porque carrega uma grande quantidade de matéria orgânica trazida das suas nascentes na Amazônia colombiana, sua temperatura média é de 28 graus célsius, enquanto o rio Solimões tem suas nascentes da região andina e a sua composição decorre de sedimentos de rochas com uma coloração que mais se aproxima do vermelho tendo uma temperatura média de 22 graus célsius. São rios com composição química e temperaturas diferentes que ao se encontrarem não se misturam causando um efeito visual fantástico aos observadores. Estes rios somente se fundem depois de caminharem lado a lado por uma distância aproximada de seis quilômetros. Pois bem, parece que a figura mundialmente conhecida dos rios Negro e Solimões pode auxiliar na compreensão minimamente do processo de integração entre a luso-américa representada pelo Brasil e as nações hispano-americanas representadas por Argentina, Paraguai e Uruguai, dado que muito embora tenham elementos comuns possuem diferenças que as mantém separadas até que por meio de um processo longo, gradativo e construído nas bases das Relações Internacionais contemporâneas permitam a edificação de comunidades fundadas em interesses e identidades comuns. Em um olhar prospectivo, pode se dizer que o caminho natural do Cone Sul é sua integração, que deve ser construída no sentido de respeitar as diferenças culturais, econômicas e regionais. E se o Brasil tem a intenção de ser reconhecido como líder na região e concretizar o contido em seu texto constitucional quanto à busca pela formação de uma comunidade latino-americana de nações e não como potência sub imperialista, deverá buscar um papel proativo no sentido de diminuir assimetrias regionais e colaborar para os processos de estabilização e desenvolvimento da sociedade latino-americana do Cone Sul.

Referências e fontes da pesquisa

AGUIRRE, M., **Guerra fria 2.0: chaves para compreender a nova política internacional.**

OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa: UAL. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26619/978-989-9002-35-7>. Consultado em 25.11.2023.

ALMEIDA. M.H.T, ONUKI, J, CARNEIRO, L.P., **BRASIL, AS AMÉRICAS E O MUNDO**

segundo opinião Pública e dos líderes. Relatório 2018-2019. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. 2019. CEBRAP. Disponível em: <https://las-américas.github.io/cebrap/>. Consultado em 26.11.2023. Consultado em 26.11.2023.

ALMEIDA. M.H.T, ONUKI, J, CARNEIRO, L.P., **BRASIL, AS AMÉRICAS E O MUNDO**

opinião pública e política externa 2010-2011. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. 2015. CEBRAP. Disponível em: <https://las-américas.github.io/cebrap/>. Consultado em 26.11.2023. Consultado em 26.11.2023

ALONSO, L., **População negra da América Latina.** Jornal Folha de São Paulo. 2021.

Disponível em: URL <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49735&anchor=6445623&pd=535267c39e99f5ba204d004c4724bced>. Consultado em 19.12. 2021

ANDERSON, B., **Comunidades imaginarias. Reflexões sobre a origem e a difusão do**

nacionalismo. 2008. Companhia das Letras, 3ª edição. São Paulo. Tradução: Denise Bottman. ISBN: 978-85-359-1188-6

ANDRADE, de O. I. et al., **Desafios contemporâneos para o exército brasileiro.** 2019.

Repositório de Conhecimento IPEA, Brasília. ISBN: 978-85-7811-356-8. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9410/1/Desafios_contemporaneos_para_o_exercito_brasileiro.pdf. Consultado em 26.11.2023

ARENDT, H. **A condição Humana**, 11ª edição. ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro.

Versão digital Disponível em <http://pergamum.ifsp.edu.br/pergamumweb/vinculos/000068/000068f5.pdf>. Consultado em 19.11.2023

AVELAR, I. **Sobre o livro Eles e nós: Retórica e antagonismo político no Brasil do século**

XXI. 2021 Entrevista para o jornal Folha de São Paulo - Ilustríssima Conversa. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/03/bolsonaro-emergiu-do-ressentimento-gerado-no-lulismo-diz-idelber-avelar.shtml>. Consultado em 26.11.2023

- BABO, T., CORONATO, D., 2022. **O Conceito de Estado e o Cânone Tradicional das Relações Internacionais: Crítica e Problemática Teórica-Conceitual.** Universidade Federal Grande Dourados - UFGD. Monções Revista de Relações Internacionais. V.11 número 20, jan/jun. 2022 2316-323. UFGD 11, 123–148. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v11i21.15612>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/15612>. Consultado em 26.11.2023
- BALLESTRIN, L., **Decolonial turn and Latin América.** Rev. Bras. Ciênc. Política. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Consultado em 18.11.2023.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul.** — Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 128p. ISBN: 978-85-7631-170-6
- BANDEIRA, L. A. M. (2014). **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)** (Portuguese Edition) [Kindle Android version]. Retrieved from Amazon.com .
- BARASUOL, F.B., Cerioli, L., Kalil, M., **O Sul Global e suas Perspectivas: Ampliando as Fronteiras das Relações Internacionais.** 2022 Universidade Federal Grande Dourados - UFGD. Monções Revista de Relações Internacionais. UFGD 11, 1–50. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v11i21.16529>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/16531?articlesBySameAuthorPage=3>. Consultado em 26.11.2023
- BARCENA, A. SAMPER, E., **Curso internacional “Estado, Política y Democracia en América Latina”.** 2020. Observatório latino-americano international affairs. Grupo de Puebla. Disponível em <https://observatorylatinamerica.org/es/event/curso-internacional-%C2%B7-estado-politica-y-democracia-en-américa-latina/>. Consultado em 18.11.2023
- BBC, **Uruguai se torna 2º a aprovar casamento gay na América do Sul.** 2013. Edição online da BBC News para o Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130410_uruguai_casamentogay_pai_dm. Consultado em 26.11.2023.

- BECK, U., **Sociedade de risco. O medo da contemporaniedade**. 2006 IHU em Revista. Unisinos. São Leopoldo-RS. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/181>. Consultado em 26.11.2023
- BELLINTANI, A.I., **A formação do pensamento militar no Cone Sul: Brasil, Argentina e Uruguai**. 2014. Revista Janus online. Disponível em: https://janusonline.pt/images/anuario2014/1.18_AdrianaBellintani_PensamentoMilitarConeSul.pdf. Consultado em 26.11.2023.
- BENTURA A. J.P., **Activación y “cuestión social” una apuesta regresiva en el Uruguay progresista = Ativação e “questão social” uma aposta regressiva no Uruguai progressista**. 2018. Revista Eletrônica V.18 n.2. PUCRS. Porto Alegre. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/36074>. Consultado em 18.11.2023.
- BETHEL, L., **O imperialismo Britânico e a Guerra do Paraguai**. USP. Revista Estudos Avançados. Vol. 9. 24, 1995. Sao Paulo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8879>. Consultado em 26.11.2023
- BOLIVAR E., G.A., SAAVEDRA C., Ó., **Hacia la idea de la “Patria Grande”. Un ensayo para el análisis de las representaciones políticas**. 2007. ed. 18. Polis Revista Latinoamericana. ISSN eletrônico: 0718-6568. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/4011>. Consultado em 26.11.2023
- BOLLE, M., ZETTEMEYER, J., **Measuring the Rise of Economic Nationalism**. 2019. Peterson Institute for Internacional Economics. Disponível em: <https://www.piie.com/publications/working-papers/measuring-rise-economic-nationalism>. Consultado em 26.11.2023.
- BORIA, E., **The graphic representation of Political Space. How cartography shapes our world views and why Geopolitics should care about it**. 2021. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa: UAL. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4789/1/Edoardo%20Boria%20-%20THE%20GRAPHIC%20REPRESENTATION%20OF%20POLITICAL%20SPACE.pdf>. Consultado em 25.11.2023. ISBN 978-989-9002-12-8. Consultado em 05.04.2025
- BRASIL, **Constituição Federal do Brasil**. 1988. Poder Executivo Federal. Palácio do Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Consultado em 26.11.2023

- BRAVO, M.I.S., PELAEZ, E.J., PINHEIRO, W.N. **As contrarreformas na política de saúde do governo Temer.** Revista Argumentum. UFES. 2018. V.10. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i1.19139>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19139>. Consultado em 22.11.2023
- BRIGOLA, H.F., ALBUQUERQUE, E.S. de. **A tese do choque de civilizações e o interesse nacional brasileiro.** 2010. Revista Geopolítica v. 1, nº 1. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/7>. Consultado em 26.11.2023.
- BRUHN, M.M., CARNEIRO F.C.P., **A integração sul-americana e a inserção das regiões periféricas. II Congresso de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. - O Brasil e a integração sul-Americana.** 2018. Editora Letral, Porto Alegre - RS - Brasil. ISBN 978-85-63800-36-7. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/293615554.pdf>. Consultado em 18.11.2023
- CARDOSO, D., **Política externa do governo Bolsonaro. Continuidade e ruptura.** Revista Janus. Universidade Autônoma de Lisboa: UAL - 2020-2021 Conjunt. Int. - Relações Internacionais em contexto da pandemia. ISSN: 2183-4814. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4919>. Consultado em 26.11.2023
- CARMO, M., **Ainda há argentinos que acham que são europeus**, 2021. BBC News Brasil. Entrevista com professor emérito da Universidade de Buenos Aires Mario Margulis. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57422962#:text=Estudioso%20das%20quest%C3%B5es%20migrat%C3%B3rias%20e,atual%20geografia%20da%20cidade%20de>. Consultado em 26.11.2023.
- CARMO, M., **Como negros estão resgatando suas raízes na “Suíça” da América Latina** 2021. BBC News Brasil. Entrevista com a professora Niki Johnson da Universidade da República em Montevideo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58312356>. Consultado em 26.11.2023.
- CARMO, M., **“ArgenChina”: por que a China desbancou Brasil como maior parceiro comercial da Argentina.** 2023. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9re46xw5lgo>. Consultado em: 17.11.2023
- CARNEIRO, P.H. dos S. **Uma avaliação crítica do processo de integração do Mercosul à luz dos seus antecedentes, instrumentos e relações externas, em especial com a União Europeia.** 2006. USC - Univ. de Santiago de Compostella, Espanha. ISBN: 978-84-9750-824-7. Disponível em: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/2268>. Consultado em 26.11.2023

- CARNEIRO, S., **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2019. Moodle Universidade de São PAULO. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Consultado em 26.11.2023.
- CARNERI, S., **Bolsonaro elogia ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público**. 2019. El País Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/internacional/1551213499_127441.html. Consultado em 23.11.2023
- CARRILLO, J.D., FAURBY, S., SILVESTRO, D., ZIZKA, A., JARAMILLO, C.,. **Disproportionate extinction of South American mammals drove the asymmetry of the Great American Biotic Interchange**. 2020. Jornal PNAS. Vol. 117. no. 42. Disponível em <https://www.pnas.org/doi/epdf/10.1073/pnas.2009397117>. Consultado em 23.11.2023
- CARVALHO, J.M., **Cidadania no Brasil. O longo caminho**, 2002. 3ª edição. ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. UFSC. Disponível em: <https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/CARVALHO-Jos%C3%A9-Murilo-de.-Cidadania-no-Brasil1.pdf>. Consultado em 26.11.2023
- CARVALHO, J.M., 2000. **A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil**. Companhia das Letras, 1990. Rio de Janeiro.
- CAVALCANTI, B.M., VENÉRIO, C.M.S., **Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer**. 2017. Senado Federal. Revista de Informação Legislativa. 54, 139–162. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139. Consultado em 22.11.2023
- CAVALCANTI Cunha, M.J., KRISCHKE, J., **Operação Condor: O Voo sem Fim da Impunidade no Cone Sul**. 2020. Revista UNIFSA, periódico do Centro Universitário Santo Agostinho. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2168>. Consultado em 26.11.2023
- CENSUS, b. **Eight Hispanic Groups Each Had a Million or More Population in 2020**. United States Census Bureau. 2020. Disponível em: <https://www.census.gov/library/stories/2023/09/2020-census-dhc-a->

- hispanicpopulation.html#:text=The%20Venezuelan%20population%20experienced%20the, million%20since%20the%202010%20Census. Consultado em 26.11.2023
- CHOMSKY, N., **O Brasil está sofrendo um golpe brando**. 2016. Blog Boitempo. Entrevista ao sitio de internet Democracy. Tradução da língua inglesa por Artur Renzo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/18/chomsky-o-brasil-esta-sofrendo-um-golpe-brando/>. Consultado em 22.11.2023
- CONDE, F., 2009. **Análisis sociológico del sistema de discursos**. Cuadernos metodológicos 43. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 2009. Intellèctus.
- CORREIA, C.E., 2022. **Anarquia Internacional revisada. Os desafios ontológicos de uma conceção pos--social**. 2022. Universidade Autonoma de Lisboa: UAL - Janus.Net Observare. Volume n. 13. ISBN 1647-7251. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5436/4/PT-vol13-n1-Nota02.pdf>. Consultado em 22.12.2023
- DANESE, S., **Diplomacia Presidencial**. 2ª edição, Gráfica e Editora Ideal, Coleção Relações Internacionais. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro. 1999. Fundação Alexandre de Gusmão. ISBN 978-85-7631-680-0
- D'ANGELO, G., TERRÉ, E., **Argentina en el bloque BRICS ¿Cómo es la relación comercial con estos países?** 2023. Bolsa de Comércio de Rosário. ano. XLI, edicion n. 2112. Disponível em: <https://www.bcr.com.ar/es/mercados/investigacion-y-desarrollo/informativo-semanal/noticias-informativo-semanal/argentina-en-0#:~:text=Econom%C3%ADa,Argentina%20en%20el%20bloque%20BRICS%20%C2%BFC%C3%B3mo%20es,relaci%C3%B3n%20comercial%20con%20estos%20pa%C3%ADses%3F&text=Los%20integrantes%20del%20bloque%20representan,posicionamiento%20agroalimentario%20de%20estos%20pa%C3%ADses>. Consultado em 26.11.2023
- DN,. **Bolsonaro elogia ditadura de Pinochet em ataque a alta-comissária da ONU** . 2019. Diário de Notícias Portugal. Disponível em: URL <https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-ataca-alta-comissaria-da-onu-e-elogia-ditadura-de-pinochet-11267924.html>. Consultado em 23.11.2023
- DUPAS, G., **Espaços para o crescimento sustentado da economia brasileiro** /. Ed. Unesp. São Paulo. 2007. ISBN 978-85-7139-766-8.
- DUPRAT, D., 2022. **Bolsonaro e o genocídio indígena - Mata-se um povo quando se criam condições que podem levá-lo à destruição**. Jornal Folha de São Paulo. Online. 2022.

- Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/01/bolsonaro-e-o-genocidio-indigena.shtml>. Consultado em 26.11.2023
- DURKHEIM, E., **Da divisão do trabalho social**. Martins Fontes, 2ª edição, 1999. Rio de Janeiro, Brazil. ISBN: 85-336-1022-X
- ELIZALDE, A., **Identidad Latinoamericana hoy: tensiones y desafíos**. 2007 Polis, Revista Latino-americana. ISSN: 0718-6568. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/4011?gathStatIcon=true&lang=en>. Consultado em 26.11.2023
- ETCHEGOYEN, S., **Defesa nacional e fronteiras do Brasil**. Conferencia Online do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras - IDESF. 2020. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2022/08/30/tema-defesa-nacional-e-fronteiras-do-brasil/>. Consultado em 26.11.2023.
- FAUSTO, B., **História do Brasil**. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 4ª. ed. Editorada Universidade de São Paulo. 1996. ISBN: 85-314-0240-9
- FERNANDES, A. **“Que sejamos pária”, afirma Ernesto Araújo sobre o papel do Brasil no mundo**. 2020. Brasília, Jornal online Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/10/4884035-se-falar-em-liberdade-nos-faz-paria-internacional-que-sejamos-esse-paria-diz-ernesto-araujo.html#:~:text=%22Sim%2C%20o%20Brasil%20hoje%20fala,povo%20brasileiro%2C%20tem%20conseguido%20resultados>. Consultado em 25.11.2023
- FONSECA L., E., WATSON, C.S, **Identidade e Diversidade Cultural na América Latina**. Editora Fi, Porto Alegre-RG. 2017. ISBN: 978-85-5696-228-7. Disponível em: <https://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ocarete-identidade-diversidade-america-latina.pdf>. Consultado em 26.11.2023.
- FONTES, L.F.C., STELLA, M.A., **O Brasil no Mercosul: Integração Comercial Brasileira com o Bloco Sul-americano**. 2019. Revista de Economia da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Nº 38. <https://doi.org/10.5380/re.v38i65.46651>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/46651>. Consultado em 26.11.2023
- FORTI NETO, O., **A relação entre Organizações Regionais, consolidação de democracia e segurança cidadã na América Latina: um estudo voltado para o SICA e a UNASUL**. (Doutorado em Relações Internacionais). 2019. Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.101.2019.tde-09082019-111248>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-09082019-111248/pt-br.php>. Consultado em 26.11.2023.

- FREITAS, C., **Bolsonaro exalta ditadura militar e volta a dizer que Forças Armadas garantirão “liberdade”**. Jornal Valor Econômico. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/15/bolsonaro-exalta-ditadura-militar-e-volta-a-dizer-que-forcas-armadas-garantirao-liberdade.ghhtml>. Consultado em 23.11.2023.
- FREYRE, G., **Casa grande & senzala**. 2017 .Record, Rio de Janeiro.
- GALEANO, E., **As Veias Abertas da América Latina**. L&PM Pocket. v.900, 2010. Porto Alegre - RS - Brasil. ISBN: 978-85-254-2081-7
- GARCIA V., E., **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**, 3ª Edição. ed. Contraponto, Rio de Janeiro. 2018.
- GASTON, G., **Imigración y colonización en la Argentina**. 1988 Eudeba, Buenos Aires. ISBN: 978-9502300566.
- GHERMAN, M., **Crescimento do Nazismo e do Ultraconservadorismo**. Instituto Brasil Israel. 2022. Disponível em <https://www.institutobrasilisrael.org/2022/02/15/crescimento-do-nazismo-e-do-ultraconservadorismo-michel-gherman-no-globonews-internacional/>. Consultado em 20.11.2023.
- GODOI, C.K., COELHO, A.L. de A.L., SERRANO, A., **Elementos epistemológicos e metodológicos da Análise Sociológica do Discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais**. 2014. Revista Organizações e Sociedade nº21, 509–535. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302014000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/qJqVc8NPpQDncBZvzfxqnyJ/>. Consultado em 26.11.2023.
- GODOY, A.S.D.M., **A Constituição de 1934 no contexto da história do constitucionalismo brasileiro**. 2017. Revista Jurídica Cesumar - Mestr. 17, 181. <https://doi.org/10.17765/2176-9184.2017v17n1p181-211>.
- GOLDIN, I., KUTARNA, C., **Why Donald Trump is a second Savonarola**. 2017 . The Iris Times. Disponível em: <https://www.irishtimes.com/culture/books/why-donald-trump-is-a-second-savonarola-1.3281556>. Consultado em 25.11.2023
- GOMES E.F, N., **Portugal and Latin América beyong historical and cultural ties**. traduzido da língua inglesa. Revista Megatrend. vol. 10. no. 1. 2013. Belgrade University. Disponível em: <http://saber.ucv.ve/bitstream/10872/13468/1/Megatrend%20Review%20vol%2010-1-2013.pdf>. Consultado em 26.11.2023

- GOMES, L., **Escravidão: do primeiro leão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Globo, 2019. Rio de Janeiro. ISBN: 978-65-806-3401-9
- GOMES, L., 1889: **Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil**. 2013. editora Globo, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 978-85-250-5446-3
- GOMES, W., **Ciência e Cultura**. 2021. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/pesquisadores/wilson-da-silva-gomes/>. Consultado em 26.11.2023.
- GORCZESKI, V., **A história secreta do fim da corrida nuclear entre Brasil e Argentina**. 2015. Revista online Época. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/09/historia-secreta-do-fim-da-corrida-nuclear-entre-brasil-e-argentina.html>. Consultado em 26.11.2023
- GOTTCKE, L.M., **The End and Continuation of History: Zadie Smith's Critique of Francis Fukuyama in White Teeth**. 2020. Critique 61, 219–235. <https://doi.org/10.1080/00111619.2019.1687417>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345363052_The_End_and_Continuation_of_History_Zadie_Smith's_Critique_of_Francis_Fukuyama_in_White_Teeth. Consultado em 26.11.2023
- GOWAN, P., **A roleta Global**. Record, Rio de Janeiro, Brazil. 2003. ISBN: 85-01-06223-5
- GUIMARÃES, L., **Invasão do Capitólio foi ensaio geral de projeto da ultradireita sem voto**. Jornal Folha de São Paulo versão online. 2021. Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/01/invasao-do-capitolio-foi-ensaio-geral-de-projeto-da-ultradireita-sem-voto-nos-eua.shtml>. Consultado em 25.11.2023.
- GUIMARÃES. T., **Brasileiro despreza identidade latina, mas quer liderança regional, aponta pesquisa** 2015. Disponível em BBC News Bras. URL https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg. Consultado em 02.04.2023
- GRYNSPAN M.R., **Descontento social y cambios políticos en América latina: El imperativo de los ODS**. 2020. Fundación Yuste. Academia Europa e Iberoamérica. Espanha. Online entre 05 e 9 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.fundacionyuste.org/descontento-social-y-cambios-politicos-en-america-latina-el-imperativo-de-los-ods-16-y-17/>. Consultado em 18.11.2023.
- HAFFNER, P., ZYGMUNT, B., **Estranho Familiar - conversas sobre o mundo em que vivemos**, 1ª. ed. Zahar, Rio de Janeiro.2021. ISBN:978-85-378-1910-4

- HOBBSBAWM, E., **A era da Era das Revoluções 1789 - 1848**, 2ª edição.1982, editora Presença. Lisboa-PT
- HOUAISS, Antonio, 1915-1999. **Mini Houaiss**. Rio de Janeiro. 2004 - 2ª Edição. ISBN 85-7302-623-5
- KALIL, M., **Entrevista com Jacqueline Braveboy-Wagner**. 2022. Monções Revista de Relações Internacionais UFGD 11, 51–63. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v11i21.16530>
- LARS, S., **Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. 2000. Editora da Universidade do Sagrado Coração. Tradução: Raul Fiker. ISBN 85-86259-75-6.
- LEVITSKY, S., ZIBLATT, D., **Como as democracias morrem**. 2018. Zahar. Tradução: Renato Aguiar. ISBN: 9788537818060. Versão digital em: lelivros. Site.
- LEWANDOWSKI, R., **Geopolítica constitucional - Carta é clara quanto aos princípios regentes da política externa brasileira**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/12/geopolitica-constitucional.shtml>. Consultado em 20.11.2023.
- LILLA, M., **O progressista de ontem e o do amanhã Desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias**. Editora Companhia das Letras, 2017. São Paulo. ISBN: 978-85-3593-154-9
- LIMA, L.O. de. **A guerra do Paraguai. Como o “Rei dos Macaco”, o marechal que queria ser Napoleão, um jornalista soldado e um Presidente degolador deflagaram o maior conflito armado da América do Sul**. 2016, 1ª ed. Planeta, São Paulo. ISBN 9788542207996
- LOCHERY, N., **BRASIL. A Segunda Guerra Mundial e a construção do Brasil moderno**. Editora Presença, Lisboa 2014.
- LOSANO, M. G., **A geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina**. 2006. Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias. v. 22. DOI: 10.4000/cultura.2300. ISSN: 2183-221. Isbn: 0870-4546
- LOPES, J.A., **Quem pariu Améfrica? Trabalho doméstico, constitucionalismo e memória em pretuguês**. Revista Brasileira de Políticas Públicas n. 10. 2020. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i2.6900>
- LUNA, F., **Juan Manuel de Rosas**, 2004 - 1ª edição, editora Planeta, Buenos Aires. ISBN:950-49-1251-6
- LYNCH, J., **Argentine Caudillo: Juan Manuel de Rosas**, 2001. 2ª. ed. Wilmington. ISBN: 978-1-118-77248-5

- MACMILLAN, M., **The consequences of Mr Keynes: At the Paris Peace Conference in 1919, was one brilliant, self-assured British economist right and all the assembled statesmen wrong?** New Statesman. 2018. Traduzido da língua inglesa para o Português. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/long-reads/2018/10/keynes-and-cost-peace>. Consultado em 18.11.2023.
- MACSHERRY, J.P., **Predatory States: Operation Condor and covert War in Latin América.** Publicado na língua inglesa. Editor: Rowman & Littlefield Publishers. 2012 - ISBN 978-0- 7425-6870-9. Disponível na biblioteca virtual Google Books.
- MAGNOLI, D., **O mundo contemporâneo: relações internacionais. 1945-2000**, Editora Moderna. 1996. São Paulo. 2008. ISBN 85-16-01577-7
- MAESTRI, Mário **O Imperialismo do Brasil na Bacia do Prata História: Debates e Tendências**, vol. 14, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 241-246 Universidade de Passo Fundo Passo Fundo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456387017.pdf> Consultado em 18.03.2025
- MALATIAN, T.M., **História do Direito Brasileiro. Leituras da Ordem Jurídica Nacional.** Organizador Eduardo C. B. Bitter, 4ª rev. modif e ampliado. 2017. ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 978-85-97-01348-1
- MALAMUD, Andrés; DE LUCA, Miguel. **ARGENTINA: TURBULENCIA ECONÓMICA, POLARIZACIÓN SOCIAL Y REALINEAMIENTO POLÍTICO:** Economic Turbulence, Social Polarization and Political Realignment. REVISTA DE CIENCIA POLÍTICA / VOLUMEN 30 / Nº 2 / 2010 / 173. Universidad de Buenos Aires
- MALAMUD, Andrés. **El Mercosur: misión cumplida.** Revista SAAP (ISSN 1666- 7883) Vol. 7, Nº 2, noviembre 2013, 275/282
- MARIANO, L.P.K., **Globalização regionalismo e as teorias de integração regional.** In: MARIANO, K.L.P. (Org.). Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul. 2015. Unesp, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 9788579837043. DOI <https://doi.org/10.7476/9788579837043>
- MARIN C. D., **Temos de desconstruir muita coisa', diz Bolsonaro a americanos de direita.** 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita>. Consultado em 18.11.2023.
- MARTINS. C: **CONPEDI**, 2022. Coordenadores: Claudia Maria Barbosa; Daniela Silva Fontoura de Barcellos; Silvana Beline Tavares – Florianópolis: ISBN: 978-65-5648-562-1. Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações. Tema: Saúde: Direitos

- Sociais, Constituição e Democracia na América Latina. 1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Internacionais. 2. Gênero. 3. Sexualidades. XI Encontro Internacional do CONPEDI Chile - Santiago (2: 2022: Florianópolis, Brasil). consultado em 26.01.2025.
- MARTINS. 2021. **Filosofia e Relações Internacionais - desafios contemporâneos**. Organizadores: Agenor Bavaresco; Jair Tauchen; João Jung; Teresa Marques. Editora Fundação Fênix. Porto Alegre, 2021. ISBN: 978-65-81110-30-7. Disponível em: <https://fundarfenix.com.br/ebook/126filosofiaerelacoes>. Consultado em 26.01.2025.
- MAZZIO, S.A., **As múltiplas narrativas na constituição da identidade latino americana** (Mestrado em Psicologia Social). 2015 Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.47.2015.tde-10122015-103253>
- MAZZUOLI, V. de O., **Curso de Direito Internacional Publico**, São Paulo. ed, 2ª tiragem. Revista dos Tribunais. 2013. ISBN: 978-85-203-4662-4
- MELO, A.A.S. de, SOUSA, F.B. de, **A agenda do mercado e a educação no governo Temer**. 2017. *Geminal Marx. E Educ. Em Debate* 9, 25–36. <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21619>
- MENDES E., P., **As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. Relações Internacionais**. 2019. Instituto Português de Relações Internacionais. IPRI-UNL. <https://doi.org/10.23906/ri2019.61a08>. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri61/RI61_art08_PEM.pdf. Consultado em 26.11.2023.
- MENESES, P., **Etnocentrismo e Relativismo Cultural: algumas reflexões**. 2020. *Rev. Gest. Políticas Públicas* 10, 1–10. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v10p1-10>
- MERCOSUL, **56ª Cúpula, Comunicado Conjunto Estados-parte da 56ª do Mercosul**. 2020. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/56a-cupula-do-mercopol-documentos/>. Consultado em 26.11.2023.
- MERCOSUR, **Reunión de Jefes de Estado del Mercosur al cumplirse 30 años de su creación**. Casa Rosada, Presidência da República Argentina, 2021: Disponível em: <https://www.caserosada.gob.ar/informacion/discursos/47644-palabras-del-presidente-de-la-nacion-alberto-fernandez-por-la-reunion-de-jefes-de-estado-del-mercopol-al-cumplirse-30-anos-de-su-creacion-en-el-museo-del-bicentenario-casa-rosada>. Consultado em 26.11.2023.

- MERRIAM. W., **Balkanized Definition & Meaning** - Merriam-Webster. 2022. Dicionário online. Livre tradução pelo autor. Disponível em <https://www.merriam-webster.com/dictionary/Balkanism>. Consultado em 18.11.2023
- METALLI, A., FERRÉ, A.M., **A América Latina do Século XXI**. Editora Vozes, Petropolis. 2006. ISBN: 85.326.3332-3
- MEYER, P.J., **Brazil: Background and U.S. Relations**. 2022. Congressional Research Service. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/row/R46236.pdf>. Consultado em 18.11.2023
- MICKLETHWAIT, J., WOOLDRIGE, A., **A quarta revolução: a corrida global para reinventar o Estado**, 1ª ed. Pequim, São Paulo. 2015. ISBN: 978-85-8285-007-7
- MIELNICZUCK, F., **Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/5KxWrYnRR4XNzqqhwxKyDkB/?format=pdf&lang=pt>. Consultado em 26.11.2023.
- MORIN, E., **O Mundo Moderno e a Questão Judaica**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 2007. ISBN: 978-85-286-1302-5
- NAHUM, B., **Manual de Historia del Uruguay 1830-1903**. 1994. Editorial de la Banda Oriental, Montevideo.
- NEVES, C.B. **O Paradoxo da Política Externa Brasileira: uma análise a partir da infraestrutura regional**. Revista Agenda Política, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 221–256, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2020.3.8. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/499>. Consultado em 19.11.2023
- NEVES, C.S. das, **O lixo vai falar: racismo, sexismo e invisibilidades do sujeito negro nas narrativas de Direitos Humanos**. 2020. Revista Brasileira de Políticas Públicas v.10. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i2.6816>
- NINNO, L., **Registros de armas de fogo pelos CACs explodem no Brasil – mas quem são eles?** 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/registro-de-armas-de-fogo-por-cacs-explode-no-brasil-quem-sao-eles>. Consultado em 26.03.2022
- NUNN, F.M., **European Military Influence in South America: The Origins and Nature of Professional Militarism in Argentina, Brazil, Chile and Peru, 1890-1940**. 1975.

- Jahrb. Für Gesch. Lateinamerikas – Anu. Hist. Am. Lat. 12, 230–252.
<https://doi.org/10.7788/jbla-1975-0108>
- OLIC, N.B., **Geopolítica da América latina**. Editora Moderna Ltda., São Paulo. 1995. ISBN: 9788516041885
- ORSI, R., **Carta de Ponsonby a Dudley, Buenos Aires, 2 de enero de 1828, en René Orsi, Dorrego y la unidad rioplatense**, 1991. Buenos Aires, Colección Pensamiento Nacional, Buenos Aires.
- ORWELL, G., **1984**, 9ª impressão. ed. Companhia das Letras, São Paulo. 2003. ISBN: 978-85-3593-296-6
- PABLO, G., LLACH, L., **El ciclo de la ilusión y el desencanto: un siglo de políticas económicas argentinas**. Ariel, Buenos Aires. 2003.
- PADROS, H., **A Pax Britânica e a independência do Uruguai: Estado-Tampão e a Balcanização no espaço platino**. Revista Anos 90 - UFRGS, 1996. Porto Alegre - RS - Brasil.
- PAGE, M., 2008. **A Primeira Aldeia Global - Como Portugal mudou o Mundo**. Casa das Letras, Portugal.
- PENIDO, A., STÉDILE, M.E., **Ninguém regula América: guerras híbridas e intervenções estadunidense na América Latina**. 2022. 1ª ed. Fundação Rosa de Luxemburgo: Expressão Popular, São Paulo.
- PERRY, C., HEALY, M., **Comprehensive criteria to judge validity and reliability of qualitative research within the realism paradigm**. University of Southern Queensland, Published in Qualitative Market Research – an International Journal, issue 3, 2000, 2000 pp. 18-126.
- PHAM J.P., **What Is in the National Interest? Hans Morgenthau's Realist Vision and American Foreign Policy**. Am. Foreign Policy Interes. 2015. 37, 187–193.
<https://doi.org/10.1080/10803920.2015.1080073>
- POMBO, N., **A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII)**. 2015. Intellèctus 14, 1–20.
- PRODANOV, C.C., Freitas, E. c., **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2ª ed. ed, 2 ed. Universidade FEEVALE, 2013. Rio Grande do Sul.
- RATHBUN, B. **The Rarity of Realpolitik: What Bismarck's Rationality Reveals about International Politics**. 2018. Int. Secur. Tradução da língua inglesa para o Português. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Rarity-of->

- Realpolitik%3A-What-Bismarck's-Reveals-Rathbun/577802037e0b3c8c2ae445dc42f4b8dbc2f3ad9c. Consultado em: 18.11.2023
- REAL, J.J., **Treinta Anõs de História Argentina (Acción Política y experiencia histórica)**, 1ª edição. ed. Fondo Nacional de las Artes, 2006., Buenos Aires. 2006
- RICUPERO, R., **Com Biden ou Trump, comércio do Brasil com os Estados Unidos não muda muito**. Folha de São Paulo. 2022.
- RICUPERO, R., **A diplomacia na construção do Brasil 1750 - 2016**. 2017. 1ª edição. Versal Editores, Rio de Janeiro. ISBN 978-85-89309-81-3
- RUIC, G., **Paulo Guedes diz que Mercosul não será uma prioridade. Isso é ruim?** 2018. Disponível em: <https://exame.com/mundo/paulo-guedes-diz-que-mercosul-nao-sera-uma-prioridade-isso-e-ruim/>. Consultado em 18.11.2023.
- SAFATLE, V., **Guilhotina #169** - Vladimir Safatle - Le Monde Diplomatique Brasil. 2022. Disponível em URL <https://diplomatique.org.br/guilhotina-169-vladimir-safatle/>. Consultado em 09.04.2022.
- SALAS A., R., **Hermenéuticas en juego, identidades culturales y pensamientos latino-americanos de integración**. 2007. Polis Revista Latinoamericana.
- SAMPER, E., **Curso internacional “Estado, Política y Democracia en America Latina”**. 2020. Observatório latino-americano international affairs. Grupo de Puebla. Disponível em <https://observatorylatinamerica.org/es/event/curso-internacional-%C2%B7-estado-politica-y-democracia-en-america-latina/>. Consultado em 18.11.2023
- SANAHUJA, J.A., **Descontento social y cambios políticos en America Latina: El imperativo de los ODS**. 2020. Fundación Yuste. Academia Europa e Iberoamérica. Espanha. Online entre 05 e 9 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.fundacionyuste.org/descontento-social-y-cambios-politicos-en-américa-latina-el-imperativo-de-los-ods-16-y-17/>. Consultado em 18.11.2023.
- SANCHES, M., **Esquerda identitária e extrema direita populista são responsáveis por polarizar a sociedade**. Entrevista com Yascha Mounk. 2023 BBC News Brasil. Disponível em: URL <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjk7kyg6ryyo>. Consultado em 02.11.2023.
- SANTOS S.T., **Guilhotina #110 -Tiago Santos Salgado - Le Monde Diplomatique**. 2021. Disponível em <https://diplomatique.org.br/guilhotina/guilhotina-110-tiago-santos-salgado/>. Consultado em 17.11.2023
- SARAIVA G. M., SILVA S. A.V., **Ideologia e pragmatismo na política externa no governo de Jair Bolsonaro**. 2019. Instituto Português de Relações Internacionais. Universidade

- Nova de Lisboa. Disponível em:
https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri64/RI_64_art08_MGSAVCS.pdf
 . Consultado em 18.11.2023
- SCHWARCZ, L., STARLING, H.M., **Brasil: Uma Biografia**. Companhia das Letras, São Paulo. 2015. ISBN: 978-85-359-2566-1
- SEABA, C., Garcia, D., **Bolsonaro multiplica por 10 número de militares no comando de estatais**. 2021. Jornal Folha de São Paulo online, Disponível em: URL
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/bolsonaro-multiplica-por-10-numero-de-militares-no-comando-de-estatais.shtml>. Disponível em 15.05.2022
- SEEMANN, J., PEDROSA, B.V., **Friedrich Ratzel E a Alma Do Povo Da América Do Norte**. Revista Espaço e Cultura. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2019. n. 46. <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2019.4882>
- SEGRILLO, A., 2019. **Karl Marx. Uma biografia dialética**, 1ª. ed. Editora Appris, Curitiba - Pr - Brasil. ISBN: 978-85-5507-958-0
- SILVA, G.C. da, **O panamericanismo e o projeto de construção de um passado comum para os países das Américas**: Estudos Ibero americanos 46, e36345–e36345. 2020 <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.3.36345>
- SILVA, L.I., Folha Online - Brasil - Leia íntegra da **carta de Lula para acalmar o mercado financeiro** - 24/06/2002 Disponível em: URL
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Consultado em 26.12.2021
- SMINK, Veronica, **Já ouviu aquela do argentino?: por que nossos vizinhos são tema de piada na América Latina**. BBC News Brasil. Disponível em:
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151022_piadas_argentinos_rb#:~:text=Um%20dos%20argentinos%20mais%20conhecidos,disse%3A%20%22N%C3%A3o%20somos%20humildes. Consultado em 25.01.2025
- SOLÁ, F., ACEVEDO, E., ARAUJO, E., BUSTILLO, F., **Mercosul 30 anos (1991 - 2021) - edição comemorativa**. Mercosur. 2021. Disponível em:
<https://www.mercosur.int/documento/mercosul-30-anos-1991-2021-edicao-comemorativa/>. Consultado em 18.11.2023.
- SOUZA, J., **A elite do atraso**. Editora Sextante, Rio de Janeiro. 2019. ISBN: 9788556080493
- SOUZA, J., **A Rale Brasileira, quem é e como vive**. Editora Universidade Federal de Minas Gerais - . UFMG, Belo Horizonte. 2009. ISBN: 9788570417879

- SOUZA, J.A. de, **Entre representações e posições: analisando os discursos de política externa brasileira relacionados à temática da integração regional sul-americana durante os governos Lula (2003-2010)**. 2022. Monções Rev. Relações Int. UFGD 11, 241–277. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v11i21.15566>
- SOUZA, M.B. de HOFF, T.S.R., **O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular**. 2019. Urbe Revista Brasileira Gestão Urbana 11. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/3MJh66qb4LrfjwrFLdyttrQ/?format=pdf&lang=pt>. Consultado em 22.11.2023.
- SOUZA J., **Guilhotina #168** - Jessé Souza - Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: URL <https://diplomatique.org.br/guilhotina-168-jesse-souza/>. Consultado em 09.04.2022
- SUNDFELD, C.A., Vieira, O.V., SALOMONI, J.L., **Direito Global**. Max Limonad, São Paulo. 1999
- SZMRECSÁNYI, T., **Migração portuguesa no Brasil**. 2003. Revista Brasileira de História. 23, 313–316. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100014>
- THOBIAS, T. de O., **Uma mirada decolonial para o pensamento social brasileiro: intelectuais, cultura e política na releitura invertida do clássico "Raízes do Brasil"**. 31º Simpósio Nac. História - Rio Janeiro. 2021. ANMPUH-Brasil
- TOME, L., Geopolítica. Doutorado 2019/2023. 2019. Universidade Autônoma de Lisboa: UAL. Lisboa.
- TOME, L., **Geopolítica e complexo segurança Ásia oriental**, tese de doutorado, 2010. Disponível: URL <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1767/1/GEOPOL%20e%20COMPLEXO%20SEGURAN%20e%20SIA%20ORIENTAL%20DO%20DOUTORAMENTO%20202010.pdf>. Consultado em 09.07.2021
- TORREON, B.S., PLAGAKIS, S., **Instances of Use of United States Armed Forces Abroad**. 2020. Congressional Research Service. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R42738/29>. Consultado em 23.11.2023.
- TRINDADE, O.A.D.C. **A cláusula democrática do MERCOSUL: aspectos jurídicos do argumento diplomático**. 2021. FUNAG, Brasília-DF. ISBN 978-65-87083-71-7.
- USHER, S., **Cartas extraordinárias. a correspondência inesquecível de pessoas notáveis.**, 2015. 2ª edição. Ed, traduzido do inglês por Hildegard Feist. Companhia das Letras, São Paulo.

- VALE, B., **A War btwixt Englishmen: Brazil Against Argentina on the River Plate 1925-1830**. 1999
- VALOR, **Bolsonaro diz que Argentina está cada vez mais próxima da Venezuela**. Jornal Valor Econômico. Disponível em: URL <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/08/18/bolsonaro-diz-que-argentina-esta-cada-vez-mais-proxima-da-venezuela.ghml>. Consultado em 20.07.2020.
- VEIGA, R., Roa **BASTOS: A ditadura de Stroessner em Gaspar Francia** – LL Journal. 2021
- VIEIRA, I.D.A., **A essência da Constituição no pensamento de Lassalle e de Konrad Hesse**. Revista Informação Legis. 11.1998
- WADAK, R., MEYER, M., **Critical discourse analysis: history, agenda, theory e methodology** 1–33. 2009
- WEFFORT C., F., **Os Clássicos da Política**, 2001. 14^a. ed. Editora Ática, São Paulo.
- WENDT, A., 2014. **Teoria Social da Política Internacional**. Editora Puc Rio, Rio de Janeiro. ISBN: 978-85-8006-129-1
- XAVIER, T., D.V. DÁVILA, I. **Direção de arte em zama e Joaquim como materialização de identidades híbridas latino-americanas**. Revista Contemporânea, V .17 comunicação e cultura. UFBA. 2019. ISBN 18099386. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/33670/20590>. Consultado em 23.11.2023
- ZAFFARONI, R., **Curso Internacional Estado Política y Democracia en America Latina - classe 5**. 2020 Escuela de Estudios Latinoamericanos y globales - ELAG. Disponível em: URL <https://americalatina.global/clase-5/>. Consultado em 02.12.2020.
- ZYGMUNT, B., 1999. **Globalização. As consequências humanas**. ed. Zara. Rio de Janeiro 1999. ISBN 85-7110-495-6